

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS
RELACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES**

Luciana da Veiga Cascaes

LUCIANA DA VEIGA CASCAES

**PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS RELACIONAIS NAS
ORGANIZAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Área de Concentração: Qualidade e Produtividade.

Orientador: Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva

Co-Orientador: Prof. MSC. Pedro Bertolino

**Florianópolis – SC
2004**

LUCIANA DA VEIGA CASCAES

PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS RELACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção**. Área de Concentração: Qualidade e Produtividade.

Florianópolis, 30 de Novembro de 2004.

Banca Examinadora:

Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.
Orientador

Prof. Pedro Bertolino, MSc.
Co-orientador

Prof. Ana Elizabeth Moiseichyk, Dr.
Membro

Prof. Daniela Ribeiro Schneider. Dr.
Membro

**Florianópolis – SC
2004**

“Eu resisto e sei que vou morrer na esperança, dentro da esperança: é preciso explicar porque o mundo de agora que é horrível não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico. Ainda vivo profundamente a esperança como concepção do futuro.”

Sartre: Testamento Político

24 de março de 1980

Dedico esta dissertação ao ‘Nego’, meu irmão, e à Aida, minha mãe, pessoas com as quais convivi menos tempo do que gostaria, porém de fundamental importância e sem as quais jamais seria quem sou.

Também ao meu pai, Altair, que, com toda a sua força, minimizou muito estas ausências e com sua indiscutível mediação, contribuiu de forma determinante para que eu pudesse continuar esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Coordenação do PPGEP, Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção que permitiu a confecção desta dissertação através da abertura a profissionais de outras áreas.

Às professoras, Dra. Ana Elizabeth e Dra. Daniela Schneider, por aceitarem prontamente ao convite para composição da banca.

Ao Professor Dr. Harrysson, meu orientador, que, com muita paciência, compreensão e disponibilidade incansáveis fez a diferença nesse caminho para que este, enfim, terminasse, no que concerne a esta etapa.

Aos colegas do Nuca – Núcleo Castor, pela batalha na busca de transformar a sociedade e desenvolver trabalhos científicos a fim de promover o bem-estar humano.

Ao Pedro Bertolino, pela sua disponibilidade imediata na co-orientação deste trabalho, pelo professor, pelo companheiro de luta, pelo colega de trabalho, pelo amigo de boas conversas, enfim, pela sua mediação fundamental e indescartável nesses últimos 12 anos nos quais se fez e se faz presente em minha história. E, sobretudo, pela sua sempre presente e contagiante esperança, que o mantém na luta, apesar das pedras no caminho!

Às minhas sócias, Ana e Lara, pelo empreendimento que sempre foi em comum e continua sendo e, apoio, sem o qual, jamais alcançaria este resultado. Por toda nossa luta, pela amizade indiscutível que se desdobra desta, e pelas discussões, lágrimas e gargalhadas incansáveis que fizeram e fazem parte de nossa história e a batalha que nos unifica.

Ao meu pai pelo incentivo de continuar nesta jornada de empreendimentos na vida intelectual e cujo modelo sempre foi o de “viver sem ter a vergonha de ser feliz, cantando a beleza de ser um eterno aprendiz, na certeza de que a vida será bem melhor, _ e será!” e à

Sônia, companheira que muito lhe deu força em momentos difíceis, contribuindo assim, comigo também.

A Rosa e Maria, que sempre estiveram, nos cuidados e na ação, fazendo-se na prática minhas ‘segunda e terceira mãe’.

Aos meus irmãos, Iza, Zé, Peta, Nego e também à Vera, cunhada do coração e Chiko pelas brincadeiras irônicas, mas sempre, com isso, dando um empurrão nos momentos mais difíceis.

À ‘Família’, Naninha, minha irmã no mais literal sentido sociológico do termo, pessoa cuja força de ser é invejável e fundamental desde que eu era uma criança e aos meus **três grandes tesouros, Maria Eugênia**, minha afilhada predileta, **Ana Flávia** e **João Vítor**, **sobrinho que mais amo**, agradeço a compreensão por ter estado ausente em momentos em que as brincadeiras, jogos e risadas eram bem mais atraentes, do que escrever uma dissertação, destacando inclusive o oferecimento de Ana Flávia, aos doze anos de idade, para me ajudar de modo que eu terminasse mais rápido ‘essa tal dissertação’.

Meus honestos e profundos agradecimentos também à Família Linhares, pela força de continuar na batalha, quando tudo parece esmorecer e pela alegria contagiante de viver.

Agradeço muito também à Irene Erlich, cuja justificativa se faz totalmente dispensável, por ser óbvia.

Aos meus ex-alunos, que fizeram parte desta caminhada e que muita satisfação me proporcionaram nesse perfil de professora.

Aos primos, tios e amigos pelo apoio e compreensão.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente se fizeram presentes.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | I |
| ABSTRACT | II |
| 1 - INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Objetivos | 16 |
| 1.1.1 Objetivo Geral..... | 16 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos..... | 16 |
| 1.2 Justificativa para a Escolha do Tema..... | 17 |
| 1.3 Metodologia de Pesquisa | 19 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho | 20 |
| 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 21 |
| 2.1 Os Fundamentos da Administração em Taylor e Ford. | 21 |
| 2.2 Caracterização das Propostas de Administração das Organizações a partir de Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge..... | 27 |
| 2.2.1 A Compreensão de Gestão das Organizações em Guerreiro Ramos | 27 |
| 2.2.2 A Compreensão de Gestão das Organizações em Ricardo Semler..... | 30 |
| 2.2.3 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Senge..... | 34 |
| 2.2.3.1 A Base da Organização de Aprendizagem..... | 35 |
| 2.2.3.2 O Raciocínio Sistemico: A Saída para os Impasses Organizacionais..... | 38 |
| 2.2.3.3 Domínio Pessoal | 39 |
| 2.2.3.4 Modelos Mentais..... | 42 |
| 2.2.3.5 Objetivo Comum..... | 44 |
| 2.2.3.6 Aprendizagem em Grupo | 46 |

| | |
|---|----|
| 2.2.4 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Drucker | 48 |
|---|----|

3 - CHANLAT E A EXIGÊNCIA DE UMA NOVA ANTROPOLOGIA PARA AS ORGANIZAÇÕES.....51

| | |
|---|----|
| 3.1 A Busca de uma Teoria Antropológica para as Organizações..... | 77 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 3.2 A Concepção de Ciência em Chanlat..... | 80 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 3.3 O Equívoco da Construção de uma nova Antropologia..... | 87 |
|--|----|

4 - EXPOSIÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA JÁ EXISTENTE98

| | |
|--|----|
| 4.1 As Bases de uma Ontologia Racionalista | 98 |
|--|----|

| | |
|---|-----|
| 4.2 As Bases Antropológicas para uma Teoria Científica da Personalidade | 112 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 4.2.1 A Constatação da Prescindibilidade da Existência de um Eu Transcendental. | 119 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 4.3 O Processo de Objetivação do Sujeito no Mundo | 124 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 4.3.1 Contexto Sócio-Histórico da Produção de Jean-Paul Sartre e Outros Autores | 137 |
|---|-----|

5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES145

| | |
|----------------------|-----|
| 5.1 Conclusões | 145 |
|----------------------|-----|

| | |
|------------------------|-----|
| 5.2 Recomendações..... | 151 |
|------------------------|-----|

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS153

7 - BIBLIOGRAFIA158

8 - ANEXOS159

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a compreensão de autores do final do século XX quanto aos impasses na gestão da administração, mais precisamente nas relações humanas e do indivíduo nas organizações. Ressalta-se o avanço de Chanlat relativamente a outros autores, no que concerne à identificação da necessidade de uma nova antropologia para as organizações que permite resgatar o ser humano que, na expressão de Chanlat, permanece como “uma dimensão esquecida nas organizações”. A fundamentação adotada se sustenta na fundamentação da antropologia filosófica que subjaz às Escolas da Administração. A análise da proposta de Chanlat leva à constatação de que, ao mesmo tempo em que requer uma nova antropologia, já se vale de uma antropologia na base das disciplinas que vai buscar para esclarecer o fenômeno humano nas organizações no que denomina como uma proposta de intervenção interdisciplinar, fazendo assim com que ele próprio impeça o alcance do objetivo a que se propõe. Será esclarecida e exposta a antropologia científica já existente, desenvolvida por Jean-Paul Sartre, sustentada numa ontologia científica, rompendo com o mito da razão e que proporciona uma psicologia científica que intervém num fenômeno humano demarcado com toda uma arquitetura teórica que permite uma práxis científica quando aplicada dentro da metodologia também científica.

Palavras – chave: Psicologia Organizacional, Antropologia, Recursos Humanos, Jean-Paul Sartre, Ciência, Existencialismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the end of the 20th century author's in understanding the management administration problems, more precisely concerning the human relationships and the individual in the organizations. Chanlat's progress is emphasized over other authors point of view, regarding the identification of the need of a new anthropology for the organizations that allows rescuing the human being that, in the expression of Chanlat, is a "forgotten dimension in the organizations". The adopted argumentation is supported in the fundamentals of philosophical anthropology that is the basis of Management Schools. The analysis of Chanlat's proposal, drives to conclude that at the same time it requests a new anthropology, it is already based on an anthropology from the basis of the disciplines that he will use to explain the human's phenomenon in the organizations - what he defines as a proposal of interdisciplinary intervention - which in turn impedes reaching the objective he proposes. Here in, it will be explained and clarified the already existing scientific anthropology, developed by Jean-Paul Sartre, supported in a scientific ontology, breaking up the myth of the reasoning and that provides a scientific psychology that it intervenes in a human phenomenon demarcated with an entire theoretical architecture that allows a scientific *práxis* when applied inside the methodology which is also scientific.

Key-words: Organizacional Psychology, Anthropology, Human Resources, Jean-Paul Sartre, Science, Existencialism.

1 INTRODUÇÃO

A história da gestão empresarial é um tema que vem sendo discutido de Taylor e Ford, os pioneiros da “Administração Científica”, iniciada na década de quarenta do século XX, e impulsionada pela Revolução Industrial, a partir do momento em que o trabalho passou a ganhar espaço na formação de indústrias e não mais como outrora, restrito a produção de artesãos.

Ao longo da evolução da História autores de diversas áreas de conhecimento tentaram aprimorar as metodologias do taylorismo, incluindo a psicologia organizacional, levando em conta as mudanças sócio-históricas, ou pelo menos, tentando, a fim de atingir um novo conhecimento que permitisse às organizações obterem empregados motivados e, em contra partida, aumentar sua produtividade, e, por conseqüência, seu lucro.

Pretende-se deixar constatável que na apresentação desta pesquisa estão as relações entre as organizações e seus colaboradores, como sendo as bases das relações capital / trabalho, que até o presente momento numa economia capitalista, não conseguiu ultrapassar esta perspectiva. Por sua vez, o maior empreendimento das organizações até o século XXI vem sendo a busca do elemento que seja efetivamente o grande fator motivador do homem nas organizações.

Esta busca se deu por alcançada em muitos momentos históricos, com teorias como a de Maslow, mas foram também simultaneamente consideradas obsoletas, na medida em que a própria realidade se impunha como não sendo satisfeita.

Por mais que a Psicologia Organizacional tenha sido convocada para a elucidação deste fenômeno, também não conseguiu realizá-lo. Alguns autores, como Ramos (1989), chegam a questionar o conceito de sanidade mental, bem como critica a prática de uma

Psicologia Individualista dentro das organizações, ao mesmo tempo em que a convoca como disciplina necessária para elucidação e intervenção nesse fenômeno.

Entretanto a Psicologia Organizacional, especialidade da psicologia que deveria tratar dos conflitos relacionais nas organizações, bem como as demais subespecialidades da Psicologia, não alcançaram seu verdadeiro espaço enquanto disciplina científica, por não ter demarcado seu objeto de investigação / intervenção.

Esta limitação da Psicologia é desdobramento da limitação em que ficou represada toda a área de humanas, advindo desde a racionalidade grega, prisioneira na intuição de uma razão a priori que governaria o ser humano, tendo este seu destino traçado de saída, sendo assim, suas ações nada valeriam para alterar seu futuro, visto que este já estava dado. Este mito da razão é resgatado por Descartes e se cristaliza como o saber de nossa época. Eis então a antropologia, ou compreensão de homem em que estiveram até nossos dias represadas as ‘ditas disciplinas científicas da área de humanas’.

Porém os autores da administração não chegaram a alcançar a sustentação dos impasses por eles encontrados nas organizações, exceto Chanlat que, esbarra nos mesmos impasses conjuntamente com alguns autores de peso acadêmico e social, porém somente Chanlat reclama uma nova antropologia que resgate o ser - humano em sua consistência de ser para as organizações.

Ressalta-se aqui os impasses que desdobram desta antropologia vigente, que vem a ser a mesma antropologia que sustenta o taylorismo, porém no recorte da Psicologia Behaviorista ou Comportamental.

Esta Psicologia não é suficiente para nenhum dos autores e todos requerem o resgate da subjetividade, entretanto, caem no maniqueísmo cartesiano, na medida em que solicitam a subjetividade, como se esta se desse no mundo sem objetivar-se, portanto descartam assim a dualidade que faz parte da realidade humana dialética. “ (...) o

subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e que supera em direção de uma objetividade nova; e esta nova objetividade, na sua qualidade de *objetivação*, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada” (SARTRE IN: OS PENSADORES; 1987, p. 154).

Após uma breve exposição da situação da gestão empresarial no final do século XX até nossos dias, será esclarecido como Chanlat, foi o autor que mais evoluiu na discussão das bases antropológicas das organizações, chamando a interdisciplinaridade como caminho para elucidação desse fenômeno, porém, recorre à disciplinas afins, que já trazem consigo, como toda disciplina de humanas, uma antropologia subjacente. Desta forma, Chanlat impede seu próprio empreendimento ao mover-se dentro da mitologia da razão que é a base antropológica de nossa época e da qual, nem ele próprio escapa.

Também será elucidado como Chanlat prende-se neste caminho para o qual não constata perspectivas de solução e nem alcançaria esta, dado que tenta romper com o que ele próprio busca. Por outro lado, pretende que “germine” uma antropologia a partir das outras disciplinas que tem como objeto o humano, quando justamente a antropologia é a disciplina de base, que deve sustentar qualquer conhecimento sobre o homem, antes deste ser alcançado no recorte psicológico, sociológico, etc. Constata-se a necessidade desta inversão de racionalidade que não permite uma prática científica, mas sim, meramente empirista e, no máximo, multidisciplinar ou transdisciplinar.

Outro equívoco de Chanlat é vislumbrar a possibilidade de uma prática interdisciplinar ‘respeitando’ as considerações de cada disciplina, quando na verdade, para uma prática científica interdisciplinar, deve-se respeitar ‘o fenômeno’ na sua constituição objetiva.

Já aqui, pelas apresentações dos temas centrais desta dissertação, pode-se verificar que há um impasse no fazer científico, não há teoria e metodologia científicas dispostas

‘nas mãos’ de Chanlat e dos autores e profissionais com os quais trabalha para que ele possa prosseguir em seu propósito, e tal constatação finaliza-se com sua visão de impossibilidade de imparcialidade científica, na medida em que o homem seria sujeito e objeto de sua própria ciência. Eis outro equívoco histórico, já que sujeito e objeto são apenas funções adotadas numa prática científica. Esta complexidade será exposta em seus detalhes ao longo deste trabalho.

Por fim, será mostrado que esta antropologia que Chanlat vem requisitar já existe, e se fez na medida em que se ancorou numa ontologia científica, já que o homem é indissociável do mundo, então é preciso, como diz Sartre, compreender o que é o mundo, por isso a necessidade de uma ontologia na base. Esta antropologia científica nos dará as bases para uma teoria científica da personalidade, portanto, as bases para uma Psicologia Científica, em quaisquer de suas subespecialidades, portanto, também no que concerne à Psicologia das Organizações.

O equívoco da Psicologia em geral foi investir em extrair da psicopatologia sua teoria da Personalidade, por isso ficou andando em círculos, até que Jean-Paul Sartre, com toda sua investigação e estudo científico da realidade humana, elucidou as reais possibilidades de uma práxis científica.

Todavia, será esclarecido o momento histórico em que Sartre produz esse conhecimento e a convergência de uma série de autores da área de humanas, tais como, a sociologia, a antropologia, a psicologia e a própria psiquiatria que ao debater-se com a necessidade do ultrapassamento do mito da razão e desse mentalismo metafísico, condenou o homem ao determinismo, desapropriando-lhe da esperança de um futuro diferente de seu passado, sendo construído a partir de suas próprias ações no mundo objetivo.

1.1 Objetivos

Para alcançar a proposta desta pesquisa, faz-se necessário traçar os objetivos que a mesma se propôs a alcançar, delineando seu objetivo geral e seus objetivos específicos, como na seqüência elencados.

1.1.1 Objetivo Geral

Caracterizar a existência de uma antropologia científica que elucida os conflitos relacionais nas organizações, em bases científicas passíveis de investigação e de intervenção com controle de resultados.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a. Caracterizar o debate atual acerca da antropologia nas organizações até Chanlat;
- b. Identificar as dificuldades e as complicações psicológicas na vida de relações dos indivíduos considerando as relações no espaço profissional;
- c. Caracterizar a partir do existencialismo, o surgimento de uma antropologia científica desenvolvida por Jean-Paul Sartre, como fundamentação primeira para responder os problemas colocados por Chanlat.
- d. Explicitar que tal antropologia científica só se fez possível, por ter na base uma ontologia científica.
- e. Explicitar que se tem a possibilidade de uma psicologia científica para atuação em qualquer sub-especialidade desta mesma disciplina.
- f. Explicitar que ao se desenvolver programas de ensino-aprendizagem nas empresas dever-se-á levar em consideração que não se resolvem conflitos com base em percepção, mas a implicação do saber com o conhecimento dos objetos percebidos, isto é, não se muda comportamentos de indivíduos, mas perfis de

relação, da mesma forma que não se conscientiza ninguém, pois a consciência não é um organismo nem uma substância, mas a simples relação.

1.2 Justificativa para a Escolha do Tema

Este tema foi eleito para esta dissertação tendo em vista a realidade histórica e ainda atual dentro da qual a Psicologia das Organizações vem a debater-se quanto a encontrar a superação para as limitações na sua busca da motivação humana, objetivando em seu caminho uma série de alternativas, supostamente inovadoras, mas que fracassam quanto ao seu objetivo em curto, ou no máximo médio prazo.

Tal constatação é facilmente encontrada nas mais diversas teorias formuladas desde Taylor, passando por Maslow e chegando à Reengenharia e à Qualidade Total (TQC).

Desde as Proposições de Peter Senge em 1990, com as “Organizações de Aprendizagem” já transparecia uma não correspondência entre a proposta do autor e sua aplicabilidade, entretanto, ficava patente, o horizonte em que Senge estava querendo chegar, mas que com aquele suporte teórico não alcançaria seu objetivo, bem como não dispunha de uma metodologia efetiva para a aplicação do que pretendia.

Já na proposta de Jean François Chanlat, identifica-se um passo adiante na busca deste mesmo objetivo, encontrar uma solução para os impasses organizacionais, no que diz respeito às relações humanas e ao indivíduo nas organizações e sua relação com a organização, tendo em vista o fator motivacional.

Historicamente a Psicologia não escapou ao subjetivismo psicanalítico ou à robotização comportamentalista, portanto, sempre se fazendo dentro de um maniqueísmo.

Verificando que na área organizacional existem muitos conflitos relacionais resultantes não só da estrutura das relações capital-trabalho, mas também da literatura existente acerca do assunto em questão, definiu-se por possibilitar uma contribuição na área de Psicologia Organizacional, já que esta se impunha defasada quanto às possibilidades objetivas, em face das atitudes e iniciativas que se tem lançado mão historicamente para a superação dos impasses organizacionais, na medida em que os estudiosos do assunto pudessem entrar em contato com a possibilidade de uma práxis científica, e elucidar então, efetivamente os conflitos relacionais nas organizações.

Outras pesquisas têm trazido à luz essas questões, como a dissertação de Castro em 2001, que empreende todo um investimento de pesquisa quanto a definição do sofrimento psíquico no trabalho, segundo a perspectiva de Wanderley Codo e seus colaboradores, trabalhando somente com aqueles que entronizam o tema a partir do materialismo histórico e chega a constatação que não há uma definição singular, unificada do sofrimento psíquico no trabalho, **apontando como não é possível fazer ciência sem seu objeto demarcado.**

1.3 Metodologia de Pesquisa

Conforme exposto na justificativa do tema de pesquisa, devido ao caminho realizado desde o contato com as Proposições de Peter Senge com as “Organizações de Aprendizagem”, e posteriormente, acrescido às propostas de Chanlat, a metodologia utilizada neste trabalho foi:

- ❑ Contextualização do ponto de partida da organização das relações de produção advindas após a Revolução Industrial instituídas com Henry Ford e Frederick Taylor no início do século XX;
- ❑ Revisão Bibliográfica dos autores do final do século XX,
- ❑ A constatação da ausência de uma perspectiva antropológica que efetivamente leve a superação dos impasses nas organizações através do estudo de casos registrados na literatura disponível,
- ❑ Advindo daí a formulação deste projeto de pesquisa,
- ❑ Revisão Bibliográfica das proposições de Chanlat relativamente aos autores cujas teorias foram desenvolvidas no final do século XX e expostas sucintamente na Fundamentação Teórica, ao propor a necessidade de uma nova antropologia e, por consequência,
- ❑ Tendo por objetivo explicitar por onde se encontra a superação destes impasses, através de uma antropologia científica já existente.

1.4 Estrutura do Trabalho

Devido a complexidade imposta pelo grande número de variáveis presentes neste trabalho, definiu-se, já durante a fundamentação teórica, fazer as devidas amarrações e acentuar em negrito as constatações dos equívocos dos autores, explicitados e trabalhados posteriormente, na busca de prender a atenção do leitor, sem permitir a fragmentação desta dissertação em partes distintas, já que estas estão articuladas, vislumbrando com isso propiciar uma melhor compreensão do leitor do conjunto desta obra, sem que esta ficasse compartimentalizada, já que apresenta uma complexidade tal que não se restringe a uma revisão bibliográfica, mas também a uma exposição de uma antropologia científica, sustentada em autores de outras áreas além da administração e permitindo ao leitor então, chegar ao final da leitura em condições de compreendê-la com um todo implicado historicamente.

2 Fundamentação Teórica

Pretende-se neste capítulo fazer uma contextualização histórica sobre os fundamentos dos autores que se destacaram no final do século XX, desde Taylor e Ford, dentre eles, selecionou-se obras dos autores Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge, todas citadas nas Referências Bibliográficas, caracterizando as suas compreensões acerca do fenômeno organizacional, no que concerne às implicações relativas às dificuldades esbarradas, e os caminhos existentes para superar os impasses encontrados, na gestão das organizações.

2.1 Os Fundamentos da Administração em Taylor e Ford

Após a Revolução Industrial, com o avanço tecnológico por esta produzido, houve toda uma alteração no contexto sócio-histórico da época, o que veio a imprimir novas relações de produção e um novo modo de produção, chamado de “capitalista”.

O panorama industrial do início do século tinha todas as características e elementos para poder inspirar uma ‘Ciência da Administração’: uma variedade incrível de organizações, com tamanhos altamente diferenciados, problemas de baixo rendimento da maquinaria utilizada, desperdício, insatisfação generalizada entre os operários, concorrência intensa, tendências pouco definidas, grandes volumes de perdas, quando as decisões eram mal formuladas. (CHIAVENATO, 1993 p.54).

Todas essas ocorrências objetivas deste novo contexto histórico suscitaram a necessidade da compreensão científica, a partir do método científico. A partir de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro, fundador da Administração Científica, se instituiu a Escola da Administração Científica, que tinha por objetivos eliminar o desperdício e aumentar a produtividade das organizações através da maximização da eficiência dos operários.

Taylor desenvolveu a análise do trabalho realizado pelos operários, a partir de estudo dos tempos e movimentos, que permitiria a racionalização das metodologias de trabalho dos mesmos e a fixação de tempos padrões para a execução de cada tarefa. Estabeleceu que toda operação fabril pode e deve ser padronizada e planejada, de modo a eliminar todo e qualquer desperdício de esforço humano e de tempo.

Esse estudo permitiu maior especialização das atividades, e adequação de cada operário à sua atividade. As normas de atuação no trabalho passaram a ser mais claras e detalhadas, e o empregador obteve maior controle sobre o desempenho do operário. Todas as atividades eram divididas em tarefas e ensinadas aos empregados, surgindo então a idéia de “treinamento”. (CHIAVENATO, 2000).

A partir desse estudo e sistematização, Taylor desenvolveu uma “Organização Racional do Trabalho”, que consistia numa metodologia mais eficiente para a execução das tarefas. Essa organização estabelecia uma divisão de responsabilidades: a gerência responsabiliza-se pelo planejamento das atividades, supervisão e também pelo repasse do planejamento e o controle da execução, e ao operário fica o encargo da execução pura e simples das tarefas. (CHIAVENATO, 2000).

Com isso, começa a se delinear uma estruturação mais sistemática do gerenciamento das organizações, aliando princípios militares e de engenharia. Basicamente, “Taylor separou o “trabalho mental”, que seria responsabilidade da gerência, do “trabalho físico”, de responsabilidade do empregado”. (CHIAVENATO, 2000). Ressalta-se que a separação realizada por Taylor já continha nas suas bases conceituais o dualismo cartesiano; mente -corpo.

Dentro do princípio do planejamento, a gerência deveria substituir o empirismo das operações fabris por metodologias baseadas em procedimentos científicos. Para isso, deveriam analisar as tarefas executadas pelo operário, decompondo-as em movimentos elementares e estabelecendo a metodologia mais eficiente para desenvolvê-las.

Os trabalhadores deveriam ser selecionados de acordo com as características necessárias para o desempenho de cada tarefa, sendo preparados e treinados para que desempenhassem o trabalho com a máxima eficiência possível. Esta atividade de adequação de pessoas e atividades, realizada por Taylor em sua época, é chamada recentemente de “competências organizacionais”.

O equipamento necessário e os materiais utilizados também deveriam estar dispostos de forma a evitar desperdícios de esforço e tempo. Aqui se insere a idéia de organização das superfícies estáticas (ocupadas pelas máquinas), das superfícies dinâmicas (espaço de circulação dos funcionários), que deu origem ao desenvolvimento do *lay-out*.

O controle das atividades era realizado para garantir o cumprimento das normas estabelecidas pelo planejamento na execução das tarefas, buscando sempre corrigir, aperfeiçoar e premiar os níveis de eficiência e produtividade alcançados. Recentemente, esse processo é conhecido por PCP – Planejamento e Controle da Produção, bem como pelos Programas de Qualidade Total. Por fim, a gerência deveria distribuir as atribuições de cada um no processo fabril e repassar as responsabilidades, de acordo com o princípio da execução.

Em decorrência desta aplicação, impõe-se uma divisão do trabalho nas organizações em termos de processos operacionais, onde cada operário realiza uma única tarefa predominante, de forma repetitiva e predeterminada pela gerência. Assim, o operário se torna cada vez mais especializado, ao desenvolver somente parte do trabalho total. O que trazia como resultado o aumento de produtividade e um controle sobre o seu desempenho de cada operário, por parte da empresa.

Ao contrário do artesão, o operário especializado passaria a “saber”¹ executar a tarefa a ser desenvolvida, sem que isso implicasse no “conhecimento”² resultante da tarefa executada, e das suas relações de função no processo produtivo total. (Ver Anexo

A “motivação” do operário, segundo Taylor, seria desdobramento das recompensas materiais obtidas pelo aumento da produtividade. A partir do conceito de “homo economicus”, a Administração Científica estabelece que o pagamento do operário deve estar relacionado à sua produtividade para que ele desenvolva o máximo de produção de que é fisicamente capaz. O operário era visto por Taylor como um indivíduo "limitado e mesquinho, preguiçoso e culpado pela vadiagem e desperdício das organizações e que deveria ser controlado por meio do trabalho racionalizado e do tempo padrão". (CHIAVENATO, 2000, p. 62).

“O homem é motivado a trabalhar pelo medo da fome e pela necessidade do dinheiro para viver. Assim, as recompensas salariais e os prêmios de produção (e o salário baseado na produção) influenciam os esforços individuais no trabalho” (CHIAVENATO, 2000, p. 62) .

Temos aqui explicitada a visão da teoria da Motivação de Maslow, sustentada nos estudos de Pavlov³, autor de relevância no desenvolvimento do Behaviorismo ou

¹ O saber diferencia-se do conhecimento na medida em que seria somente a aplicação prática e repetitiva de uma tarefa que aprendeu pela experimentação na relação com os outros e as coisas. BERTOLINO: subsídios de aulas ministradas em 1996/II, no Núcleo Castor.

² Diferentemente do saber, o conhecimento é uma produção humana que comporta toda uma arquitetura teórica, estabelecida por leis científicas, amparadas em regularidades estatísticas, dentro de um universo dado. BERTOLINO: subsídios de aulas ministradas em 1996/II, no Núcleo Castor.

³ “Ivan Pavlov, nascido em 1849, médico russo, nasceu na Rússia central. Estudou em um seminário ortodoxo, que depois abandonou, mudando para estudos de medicina na Universidade de São Petersburgo. A teoria da evolução de Darwin, no auge da fama ao tempo de sua juventude, levou-o a interessar-se profundamente pela ciência. Graduou-se em 1879 e continuou seus estudos em química e fisiologia, principalmente nos aspectos relacionados à digestão e à circulação sanguínea. Foi nomeado professor da Escola Imperial de Medicina. Enquanto estudava a digestão de cães de laboratório, casualmente descobriu que certos sinais provocavam a salivação e a secreção estomacal no animal, uma reação que deveria ocorrer apenas quando houvesse ingestão de alimento. Teorizou que o comportamento estava condicionado a esses sinais, que habitualmente precediam a chegada do alimento, e que faziam o cão antecipar seus reflexos alimentares. Pavlov procedeu experimentalmente, fazendo soar uma campainha anunciando o alimento, e constatou que em pouco tempo o cão respondia com salivação ao soar da campainha, que passou a ser um estímulo e a provocar o reflexo da salivação mesmo sem a presença da comida. Constatou também que não podia enganar o cão por muito tempo, pois a falta da comida fazia que os sinais perdessem seu efeito. Em 1903 Pavlov publicou os resultados chamando o fenômeno um "reflexo condicionado", que podia ser adquirido por experiência, e designando o

comportamentalismo. Esclarecendo que a Psicologia Behaviorista ou Comportamental tem suas bases em Watson (1978-1958).

“O problema geral da psicologia, segundo o behaviorista, é o de prever e controlar o comportamento. De modo mais exato, a tarefa da psicologia é a de determinar os estímulos que provocam certas respostas, e as respostas provocadas por quaisquer estímulos . Teoricamente, o psicólogo deveria compreender o animal humano assim como o engenheiro compreende uma máquina; deveria saber de que é feito o corpo, como é formado, e como funciona”. (HEIDBREDER, 1981, p. 217 - 8).

Assim, a Escola da Administração Científica traduziu a administração das organizações como se estas fossem máquinas, onde o operário era apenas uma peça da engrenagem.

Henry Ford (1863–1947), engenheiro, o mais popular dos precursores da administração moderna, ao vencer corridas de grandes eventos automobilísticos da época, conseguiu patrocínio para abrir em 1903 a sua própria empresa, a Ford Motor Company.

Na Linha de Montagem por ele criada, os carros criados pelas companhias fabricantes de época eram considerados luxo e símbolo de status por serem "feitos à mão" e, portanto, extremamente caros. Esta ocorrência colocou Ford em questão, quando se referia à dificuldade de expansão do mercado devido ao alto custo dos produtos. (CHIAVENATO,2000). Para a superação deste impasse a saída foi à fabricação de carros populares, buscando uma padronização de tal forma, que todos os produtos seriam produzidos em série, obtendo assim uniformidade entre eles. Esta produção em série visando um custo mais baixo dos produtos sendo produzidos num mecanismo de produção em série, foi a grande revolução de Ford.

Os automóveis eram pesados, e Ford se dedicou a eliminar o que era desnecessário dos seus carros, tornando-os não só mais baratos, mas também econômicos. Finalmente em primeiro de outubro de 1908, lançou o “Modelo T”. Nos anos iniciais, este automóvel era

processo "condicionamento". Pavlov avançou a idéia de que o reflexo condicionado poderia ter um papel importante no comportamento humano e na educação, e logo sua descoberta tornou-se base para uma nova corrente psicológica, o behaviorismo, fundado por John Watson em 1913”. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/ec-pavlov.html>. Pavlov com sua teoria estendeu ao homem as compreensões constatadas em animais irracionais, sem diferenciá-los.

fabricado da mesma maneira que qualquer outro no país, mas a crescente demanda obrigou Ford a repensar o modelo de fabricação dos seus carros.

Neste momento sua linha de montagem recebe críticas, relacionadas à transformação dos operários em robôs, sem autonomia, pensamento crítico, apenas realizando tarefas repetitivas, sendo esta uma nova forma de escravidão mascarada, que se sustentava na dispensa de especialização, portanto de conhecimentos. Estas críticas eram feitas tanto por dirigentes, quanto por empregados, por falta de conhecimento dos assuntos administrativos. A precária experiência industrial e empresarial não propiciava condições promissoras para a sustentação de hipóteses e elaboração de conceitos rigorosos, devido à mentalidade reinante na época. (CHIAVENATO, 2000).

Para contornar esse problema e diminuir o alto índice de demissão/ reposição de empregados, Ford anuncia em 1914 um novo salário mínimo e porcentagem nos lucros. Foi uma revolução para a época, muitos anunciaram a quebra da empresa de Ford, e inclusive seus acionistas o acusaram de insensato. Mas Ford, reconhecendo o elemento humano na produção em massa, constatou que mantendo os empregados na empresa estaria economizando dinheiro.

Os números falaram por si próprios: “em 1913 fabricava 800 carros por dia, em 1914 dividiu com os seus empregados, parte do controle acionário da empresa. Já em 1926 contava com 88 fábricas, 1500 empregados, fabricando 2000 carros ao ano”. (CHIAVENATO, 2000, p. 67).

Ford alterou o processo operacional na indústria passando-a de artesanal à industrial. Em suas fábricas se produzia desde a matéria-prima até o produto acabado. Com isso, atingiu para a época um nível de produção jamais equiparado. Sua produção tinha três características: ela deveria ser progressiva, o trabalho deveria ser entregue ao operário e as operações deveriam ser divididas conforme seus elementos constituintes.

Ford foi, além de tudo, um dos primeiros empresários a usar incentivos com seus empregados, implantando a assistência técnica, o sistema de concessionárias e a política de preços. (CHIAVENATO, 2000, p. 67).

2.2 Caracterização das Propostas de Administração das Organizações a partir de Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge

Nesse item será realizada uma exposição das idéias fundamentais dos autores com os quais se trabalhará nesta dissertação para alcançar os objetivos desta pesquisa.

2.2.1 A Compreensão de Gestão das Organizações em Guerreiro Ramos

Um dos destaques de Guerreiro Ramos na sua obra sobre “A nova ciência das organizações”, de 1989, é colocar a visão cientificista do capitalismo de Taylor como tradicional, vinculada aos homens que dela fazem parte. Busca identificar a epistemologia inerente à ciência social que sustenta a teoria das organizações, deixando claro que esta ciência social estabelecida ampara-se numa racionalidade característica do sistema mercantil. Desta forma o mercado é a base da objetividade.

Ramos (1989) resgata o racionalismo e a intuição da razão como atuando de forma determinista na realidade trazendo as distinções entre o bem e o mal, cuja realidade impedia a redução a um fenômeno histórico ou social, já que havia a dimensão do humano. Pela força da razão na cultura ocidental, o que se fez foi torná-la compatível com a estrutura moderna normativa da sociedade, trazendo junto o processo de institucionalização e a reificação humana.

Buscando as bases da ciência social cita Max Weber e sua rejeição ao determinismo histórico. "Max Weber é descrito, freqüentemente, como verdadeiro crente na insuficientemente qualificada excelência da lógica inerente à sociedade centrada no mercado". (RAMOS, 1989, p. 4).

Weber critica aqueles que colocam a ciência como resultante de negociações e interesses políticos. Assume um posicionamento crítico, embasando-se também em outros autores convergentes, frente ao processo industrial como processo institucional e alienante, no qual o homem perde a força psicológica, não suportando a tensão, rendendo-se às exigências desta ordem social. (RAMOS, 1989, p. 4).

Já em 1989, Ramos indicava a necessidade do trabalho do psicólogo na organização. Para este, a psicologia científica se sustentava na perspectiva da psicologia comportamental (já referenciada em nota de rodapé na página 24), o que fica totalmente incompatível com os objetivos científicos que pretendia Guerreiro Ramos.

Portanto, numa perspectiva antropológica incompatível com o "processo de desinstitucionalização"⁴, ao colocar a "ideologia integracionista"⁵ sustentada no holismo⁶ como alternativa na relação de dependência das partes sobre o todo.

Ramos coloca como necessária a participação dos psicólogos na organização, no entanto, desde que não tenham uma "visão individualista"⁷, o que não contempla as especificidades do fenômeno organizacional.

Além disso, pode-se afirmar que **todas as imprecisões do conceito de sanidade organizacional derivam de uma raiz comum: a colocação inapropriada do conceito de sanidade mental. Se a saúde mental é um**

⁴ Desinstitucionalização é o processo através do qual o homem se faz sujeito, não estando remetido a instituições, como Althusser designava <os aparelhos ideológicos do Estado> (Althusser, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: 1985).

⁵ Ideologia que promove a integração entre os seres. O autor a coloca em contraposição à visão individualista da Psicologia na Organização.

⁶ "Por holismo entende-se a integração das diversas partes de um sistema em um todo harmônico. No caso das psicoterapias a referência é a junção dos vários aspectos humanos, qual sejam, mental, emocional, corporal e psicológico. Refere-se, também, à integração de tudo ao sistema cósmico". Susana Hertelendy.

⁷ A crítica a uma visão individualista por parte da psicologia é a crítica a profissionais desta área que fazem da intervenção da Psicologia Organizacional, uma intervenção clínica.

conceito válido, (e há quem o questione que seja), seus padrões só são aplicáveis a indivíduos, jamais poderão ser aplicados a organizações, ou deduzidos de situações organizacionais. O conceito de sanidade organizacional relaciona-se diretamente com a psicologia do ajustamento e não reconhece a autonomia individual. (RAMOS, 1980, p. 78 – grifo nosso)

Vale o assinalamento de que Ramos foi o único que chegou até a problemática do conceito de sanidade mental, atitude distinta dos outros autores que criticam somente os resultados, porém sem fazer qualquer ilação com a definição existente na base da racionalidade, que produz tais resultados. (Ver anexo 09 - Modelo de Constituição dos Processos Psicopatológicos).

Este autor ainda ressalta uma diferença entre a ocupação e o trabalho, colocando que o trabalho é aquela atividade realizada pelo homem que também o realiza, o satisfaz, e a ocupação como atividade meramente realizada, via de regra por um indivíduo sem nível superior, com isso tornando o trabalho uma atividade pesada e sem gratificação, pelo contrário somando um acúmulo de exigências a serem cumpridas.

Ramos identifica limitações na fundamentação das concepções e dos modelos de Taylor, colocando a necessidade de uma psicologia com uma teoria consubstanciada nos efetivos preceitos científicos, colocando como um dos impasses o conceito de sanidade mental, e a necessidade de ultrapassar este entrave para que se alcance um outro modelo de gestão que levaria à superação dos obstáculos encontrados até então.

O problema é que a psicologia holística que ele propõe como solução não segue os preceitos científicos por ele mesmo apregoados.

2.2.2 A Compreensão de Gestão das Organizações em Ricardo Semler

A perspectiva de Ricardo Semler em seu *best-seller* “Virando a própria mesa”, de 1988, está claramente sustentada na sua experiência pessoal e na sua história de vida, portanto uma compreensão empírica, começando inclusive por uma exposição de sua história, dos obstáculos por ele encontrados e vividos, alguns superados, desde sua época de escola. Semler inclusive deixa claro que sua obra tem como objetivo uma provocação em termos de reflexão contextualizando os homens de uma época, de uma geração, em um momento histórico, o qual vem sendo simplesmente reproduzido, entretanto sem considerar as alterações sócio-históricas, caminhando assim para o fracasso.

Recentemente esta mesma compreensão está sendo renovada pela ontopsicologia, que ao dispensar a ciência, remete para a “intuição” do empresário a condução dos negócios e o sucesso da empresa.

Relata uma série de aprendizados que obteve no decorrer da sua vida, mostrando que em muitos momentos, a ansiedade por conquistas levou-o a equivocar-se quanto à eleição dos instrumentos para buscá-las.

Num dado momento compara o trabalho em equipe com um conjunto musical acentuando como cada participante pode tornar-se uma estrela, mas o grande mérito está no arranjo musical produzido por todos os componentes instrumentais da banda.⁸

Neste aspecto Semler está totalmente correto no que diz respeito à harmonia necessária tanto no planejamento quanto na execução dos trabalhos realizados nas organizações, de modo que a segregação de cada funcionário no cumprimento de suas tarefas não leva ao resultado buscado, tanto em termos de produtividade, como em termos de realização pessoal.

⁸ Metáfora utilizada por Senge para explicitar a articulação de funções entre as variáveis do fenômeno, no caso aqui, ‘trabalho em equipe’.

Na base de sua crítica está o modelo tradicional de gestão, que muito resultado produziu num dado momento histórico, cujo marco inicial, segundo o autor, foi a Revolução Industrial que desencadeou um processo de desenvolvimento de indústrias com tarefas repetitivas, rotineiras e que exigiam um modelo de gestão que administrasse toda esta estrutura complexa dentro da qual estavam inseridos os seres humanos.

Este modelo de gestão está baseado numa estrutura burocrática, tradicional até os nossos dias, que reduz o homem a um mero recurso entre outros na organização. Uma perspectiva onde o despotismo e a intuição de equivalências entre o esforço investido e resultado obtido estiveram sempre presentes. O desdobramento desta intuição leva a uma exacerbação da exigência da produtividade sem considerar o aspecto humano, a não ser no plano administrativo. Nesta perspectiva encontramos também uma busca por resultados, em curto prazo, que muitas vezes nos geram problemas maiores a médio e longo prazo.

O que hoje ainda indica uma deficiência metodológica é a falta de instrumentos para lidar com a dimensão do ser humano, visto que de variadas formas já se tentou motivá-lo, sempre em busca de uma maior produtividade, mas havendo uma intuição subliminar determinista de que o homem seria motivado por si só, pela sua própria essência. A motivação, portanto, não teria nenhuma relação com a hierarquia, a burocratização, o excesso de exigências no trabalho e o pouco de troca que lhe é oferecido, sendo determinada unicamente pela questão financeira ou salarial.

Semler aponta o modelo nacional brasileiro como obsoleto, na medida em que ainda é sustentado por um modelo “coronelista” e, por uma visão de organizações familiares tradicionais que se sustentam basicamente no que veio a ser ao longo da história o modelo tradicional de gestão, isto é, modelo taylorista, sustentado no cientificismo de Taylor.

No que concerne a grande evolução das organizações no Oriente, fundamentalmente no Japão, o autor faz uma crítica ao grande equívoco, tanto americano quanto no resto do

mundo, em simplesmente olhar para o oriente e tentar copiar e reproduzir os modelos lá postos em ação e cujos resultados são bastante atraentes. Quando o ocidente volta-se ao oriente para buscar modelos e implantá-los, deixa de lado a questão cultural que é fundamental, visto que existe um comprometimento das organizações com seus funcionários no Japão, toda uma cultura diferenciada, buscando sempre a fidelidade dos funcionários através da gestão da reciprocidade, onde o indivíduo é mais do que um mero recurso, oferecendo uma série de vantagens para cada funcionário manter-se fiel e produtivo na sua organização.

Talvez seja possível enriquecer essa reflexão do autor indicando mais uma variável presente no contexto japonês que se deve ao pequeno número da população japonesa, não encontrando lá o que encontra-se no ocidente, que é a constante ameaça de perda de emprego pelo excesso de pessoas buscando colocação ou recolocação no mercado, portanto um contingente de ofertas sempre muito superior ao número de cargos e funções à disposição no mercado, obrigando muitas vezes os funcionários a submeter-se a uma estrutura de gestão incompatível com seu projeto profissional, pelo medo de não se recolocar no mercado.

Semler cita como exemplo a Empresa General Motors que, na década de 60, gastou US\$ 40 bilhões, para obter a robotização dos processos produtivos. O resultado de tal investimento foi uma queda gritante de sua participação no mercado. Este é um dos exemplos de organizações que ainda se debatem com um modelo tradicional de gestão e resistem ao novo, na medida em que dificultam a abertura de espaços de regras e normatizações, pelo receio de que na medida em que abrem espaço para que os funcionários realizem seu trabalho com uma certa autonomia, não mais regidos e comandados pelo medo, estariam então ameaçando a estabilidade da organização.

Este autor afirma que: "As pessoas só trabalham a vontade quando tem liberdade". (SEMLER, 1988, p. 183).

O que significa que a submissão à burocratização, tão bem expressa no filme 'Tempos Modernos' de Charles Chaplin do início do século XX, não tem como no final do século XX e já no século XXI, produzir os mesmos resultados de um período histórico limitado e de início do desenvolvimento industrial.

Hoje tem-se como grande mérito o capital intelectual, coisa que naquela época não havia pela própria condição histórica, quando a prioridade era ter operários que pudessem manipular máquinas com ações repetitivas.

Segundo Nonaka e Takeuchi o capital intelectual é esse novo profissional, produto de um contínuo processo de renovação de sua base de conhecimento. O aparato de conclusões, *insights* e palpites que refletem julgamentos subjetivos é parte integrante do conhecimento, abrangendo também valores, ideais, e as emoções. A organização não é capaz de gerar conhecimentos sem os indivíduos e, portanto, deve apoiar os indivíduos criativos, bem como lhes proporcionar contextos para a criação do conhecimento. A criação do conhecimento organizacional deve ser entendida como "um processo que amplia organizacionalmente o conhecimento criado pelos indivíduos, cristalizando-o como parte da rede de conhecimentos da organização" (NONAKA E TAKEUCHI, 1997, p. 65).

Semler partindo de sua própria experiência, aprendendo com seus próprios erros, nos propõe então uma nova visão de gestão de organizações. Por outro lado, faz proposições sobre o que é necessário para manter o funcionamento e o processo de crescimento progressivo das organizações, sem que estas sejam levadas ao fracasso. Mesmo propondo algumas idéias inovadoras frente ao modelo tradicional, contudo, não têm propriamente uma arquitetura teórica bem sustentada, não constituindo assim uma teoria científica, bem como, não dispõe de uma metodologia de aplicação para a mudança.

2.2.3 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Senge

Peter Senge destaca-se na última década do século XX com a proposta das “organizações de aprendizagem” que seriam baseadas em cinco disciplinas⁹, propondo uma antropologia e uma concepção de empresa totalmente nova, e contrária, fundamentalmente, à visão taylorista remanescente ainda em nossos dias.

“As organizações de aprendizagem, são organizações cujo modelo de gestão tenha como objetivo atender às necessidades materiais, de respeito próprio e de realização seus funcionários, o qual, na opinião do autor, deve ser o objetivo de todas as organizações”. (SENGE, 1990, p. 136).

Senge marca que o esforço para se obter uma visão da totalidade somando fragmentos, é inútil e não nos dará a visão pretendida. A proposta do livro ‘A Quinta Disciplina’ é justamente desmontar a idéia de que “o mundo seria composto por forças separadas” que não se relacionam.

Livrando-nos dessa ilusão, podemos então formar ‘organizações de aprendizagem’, nas quais as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam, onde surgem novos e elevados padrões de raciocínio, onde a aspiração coletiva é libertada e onde as pessoas aprendem continuamente a aprender em grupo. (SENGE, 1994, p. 11).

Segundo o autor, não é possível prosseguir na administração com modelos centralizados, onde as pessoas tornam-se simples cumpridores de tarefas, pois um potencial riquíssimo está sendo perdido. É preciso que a organização seja dinâmica, tal qual o ser humano, pois, se estar no mundo é estar continuamente aprendendo, por que a realidade de uma organização deveria ser diferente?

A proposta de trabalho em grupo vem sustentada na idéia de “grupo coeso”, onde há confiança, onde todos estejam unidos por um “objetivo comum”. É no grupo que se aprende a produzir melhores resultados.

⁹ As cinco disciplinas são: domínio pessoal, modelos mentais, “objetivo comum”, aprendizagem em grupo e raciocínio sistêmico. São conceitos utilizados por ele não como disciplinas científicas, mas de racionalidades e comportamento com fundamentações difusas.

Senge considera que, numa perspectiva global, no mundo dos negócios se está aprendendo a aprender em grupo. Dentro desta realidade de mudança, as pessoas estão buscando outros valores, outros benefícios de trabalho que não só os fins lucrativos. Assim, o fim último da área da administração é dirigir-se rumo às aspirações humanas que transcendem moradia e alimentação.

Baseado nesta compreensão, Senge conclui que o objetivo central para a formação de organizações que aprendem é o fato de reconhecer do que são capazes, e de saber que será o domínio de algumas disciplinas básicas que as diferenciará fundamentalmente das organizações tradicionais.

Partindo do princípio de que negócios e que qualquer outro trabalho realizado pelo homem são sistemas, o autor adota o pensamento sistêmico como fundamento de sua compreensão sobre as organizações como conjuntos compostos por interligações que, à longo prazo desenvolvem relações de função, que se faz necessário observá-las, estudá-las e compreendê-las como tais, sem segregá-las com o intuito de observar cada uma das partes para então ter o domínio sobre a totalidade.

“O raciocínio sistêmico é a quinta disciplina, pois é a disciplina que integra as outras quatro, fundindo-as num conjunto coerente de teoria e prática, evitando que elas sejam vistas isoladamente como simples macetes ou o último modismo para efetuar mudanças na organização”. (SENGE, 1994, p. 21).

2.2.3.1 A Base da Organização de Aprendizagem

Senge coloca a existência de leis¹⁰ da quinta disciplina, como o fato de limitar-nos à lhe dar uma solução a partir do que era constatado simplesmente; ou seja, uma solução baseada restritamente no efeito expressamente aparente, o que resulta na mutilação de um

¹⁰ Aqui Senge se refere a Leis Empíricas, isto é, ações comumente realizadas nas organizações, por ele constatadas e que não levam ao resultado esperado. Diferente de leis científicas que são regularidades estatísticas de ocorrências da mesma ordem, num universo dado.

fenômeno muito mais complexo, com outras variáveis constituintes. Tais soluções, na verdade acabam simplesmente por transferir o problema para uma outra área e não efetivamente superá-lo.

Outra lei por ele citada é o ‘feedback de compensação’, ou seja, é o intervalo de tempo que se espera entre a opção de uma intervenção de longo prazo, em detrimento a uma de curto prazo que posteriormente será ainda mais complicadora do problema que se pretende resolver que é aquela intervenção bem intencionada, cujo efeito reforça a resistência do sistema. Segundo o autor, a cultura vigente ainda move-se a espera por resultados a curto prazo.¹¹ É exatamente neste aspecto que permanece a ilusão gerada com fatos expressos que aparentam ter melhorado ou solucionado problemas, mas cujos reais efeitos virão num médio e longo prazo, na maioria das vezes, tarde demais para que se possa detectá-los como desdobramentos de ações num passado mais remoto. Isto se dá, segundo Senge, exatamente por não se ter uma visão sistêmica. A insistência em se utilizar soluções já conhecidas, as quais também se sabe que não levam a superação dos problemas, são atitudes que apontam a um raciocínio não sistêmico. Muitas vezes as soluções encontradas são exatamente as que alimentam uma situação crítica na organização gerando uma espécie de dependência da solução, visto que são soluções, a curto prazo, e que efetivamente não resolvem, tornando a organização frequentemente dependente de soluções paliativas e perdendo de vista sua real possibilidade de encontrar uma solução efetiva.

Cabe aqui um breve parêntese no que concerne ao raciocínio sistêmico proposto por Senge. **Esta visão do raciocínio sistêmico tem sido utilizada também na psicologia através da Psicoterapia Sistêmica.¹² Enfatiza a visão do todo, que é a visão holística,**

¹¹ Neste ponto Senge coloca a dificuldade da previsão e controle de resultados, demonstrando a ausência do método científico.

¹² Segundo Fernanda de Mendonça Capelo “A Abordagem Sistêmica assenta num conjunto de princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Cibernética, que são fundamentais para a compreensão do modelo e que são nomeadamente os conceitos de Sistema, de Comunicação, Interação e Informação. De acordo com Bertrand (1994:44) a Teoria Geral dos Sistemas seria um conjunto organizado de leis que se podem aplicar a todos os

trabalha com a transdisciplinaridade e, embora no discurso proponha-se a alcançar o fenômeno em sua totalidade, acaba por não demarcar seu objeto e não ter uma teoria científica de sustentação da personalidade, não tendo como se fazer científica. Esta visão sistêmica que implica em considerar o conjunto, na verdade vai desembocar no holismo, e não leva a efetiva superação do problema por não ser fenomenológico, isto é, por não estar sustentada cientificamente nos componentes expressos constitutivos e constituintes de fenômeno a intervir.

O autor chama a atenção para a ilusão de que quanto mais rápido, maior o crescimento, os ganhos, os lucros e a sustentação, afirmando que ‘causa e efeito’ não estão intimamente relacionados no tempo e no espaço, suscita aqui uma reflexão do nosso modo de pensar e agir. Mostra que pequenos atos podem trazer grandes conseqüências efetivas e duráveis para a organização, porém muitas vezes estas passam despercebidas visto que para detectá-las é preciso uma perspectiva fenomenológica das estruturas.

Faz-se necessário contemplar que ao se trabalhar com causa e efeito se está isolando uma variável que seria a única responsável para a produção de um dado efeito, portanto, uma compreensão determinista, o que está na base da metafísica. Isto porque a realidade humana se impõe em fenômenos contíguos, ou seja, conjunto de ocorrências com funções articuladas, com pesos diferentes entre si, implicando um conjunto de disciplinas científicas. Esta compreensão de fenômeno respeita as verificações encontradas na realidade humana, são assim, portanto, científicas, ao contrário da noção causalista.

sistemas, enquanto que a Abordagem Sistêmica seria por um lado, uma arte de modelização na medida em que fabrica modelos e, por outro, uma metodologia porque se preocupa em encontrar soluções para problemas específicos. Neste sentido utiliza determinados instrumentos, os sistemas que serão o retrato resultante das operações elaboradas. O conceito de Sistema foi genericamente definido por Bertalanffy (cit por Bertrand, 1994,:46) como "um conjunto de elementos em interação", no entanto encontramos outras definições como a de Edgar Morin (cit por Bertrand, 1994: 46) que afirma que "Um sistema é um conjunto de unidades em inter-relação mútuas" e Schoderbeck (cit por Bertrand, 1994:47) que afirma que "um sistema define-se como um conjunto de objetos e das suas relações entre eles, dos seus atributos assim como do meio, de maneira a formar um todo". Bertrand (idem:46) define o sistema como "um todo dinâmico cujos elementos estão ligados entre si e que tem interações. <http://www.batina.com/nanda/acpsist.htm>

Senge ressalta ainda a tendência de se trabalhar com dualismos.¹³ Bem como salienta a propensão de combater o que está aparente no problema, enquanto que para compreendê-lo é necessário olhar para a totalidade do sistema que o gera. Na visão tradicional, tende-se a buscar sempre culpados, porém não cabe a busca de culpados, mas sim a busca por compreender os problemas de forma a encontrar as razões que o criaram e a partir disto encontrar as devidas soluções. Com isso, propõe a saída não através de uma solução moral, mas sim pela realidade, identificando efetivamente os problemas no seu conjunto de funções interligadas, identificando também a articulação destas funções.

Aqui temos outro problema fundamental, não devemos buscar as razões que sustentam as explicações, mas as ocorrências que nos remetem a compreensão dos fenômenos e suas relações de função. Além do que, uma solução moral não é mais do que uma solução sustentada na subjetividade, já que baseada em valores pessoais do sujeito que intervem, já uma solução científica implica em todo um aparato teórico científico e com metodologia que possibilite a práxis científica, tendo sempre o controle dos resultados através de predições científicas.

2.2.3.2 O Raciocínio Sistêmico: A Saída para os Impasses Organizacionais

O raciocínio sistêmico é uma nova forma de compreender o mundo, abandonando o pensamento linear, segundo uma perspectiva estática, situacional, voltada à compreensão dos sistemas como sistemas dinâmicos e interligados. (...) O raciocínio sistêmico é o antídoto dessa sensação de impotência que muitos sentem quando adentram na “era da interdependência”. Todas as cinco disciplinas envolvem a mudança de mentalidade, deixando-se de ver as partes para ver o todo, de ver as pessoas como indefesos reagentes para vê-las como participantes ativos na formulação da sua realidade, de reagir ao presente para criar o futuro. Sem o raciocínio sistêmico, não existe motivação nem meios para integrar as

¹³ Dualismos: Duas posições absolutamente opostas e excludentes que tem sua base no maniqueísmo instaurado desde os gregos e reforçado por Descartes no séc. XVI, fragmentando a realidade, por um lado num absoluto de objetividade, onde a ciência se insere, e, também as ‘ações demoníacas’, de outra, o espiritual, a alma, Por fim Deus. (BERTOLINO, subsídios de aulas de 1996/ II, ministradas no Núcleo Castor).

disciplinas de aprendizagem quando elas são postas em prática. (SENGE, 1990, p. 341).

A apropriação e internalização do raciocínio linear é atribuída por Senge à educação tradicional, que nos é imposta desde crianças e nos ensina a separar os “problemas” para melhor compreendê-los.

Contudo, mesmo nesta união não se aprendeu a elaborar uma compreensão global do sistema em questão, como se esta compreensão fosse realizada por uma fórmula, sem que houvesse a apropriação do sujeito que as executa. Não se consegue isolar um fator de todos os outros e encontrar a resposta, mas a elaboração da compreensão deste fenômeno não é ensinada. O autor coloca ainda que os idiomas ocidentais estruturados em sujeito - verbo - objeto promovem o raciocínio linear, enquanto para compreender os sistemas com seus fatores interligados precisa-se de uma “linguagem de círculos”.

Ao utilizar o conceito de linguagem de círculos, Senge pretende explicitar como, ao se perder de vista o conjunto de ações e variáveis presentes e considerá-las fragmentariamente, a organização fica fadada a utilizar uma linguagem em círculos, que não se ultrapassa, não supera a situação com a qual se confronta.

Pode-se inferir que aqui fica constatada a falta de uma metodologia científica que permita fazer uma verificação rigorosa do fenômeno sem isolar variáveis, sem as quais o fenômeno não tem como ocorrer.

2.2.3.3 Domínio Pessoal

Conforme Senge, o aprendizado organizacional não é assegurado pelo aprendizado individual, mas sem este o aprendizado organizacional não ocorre. É imprescindível que ocorra uma mudança na filosofia da administração, nos “modelos mentais” arraigados que

encontramos hoje, para que seja viável a ocorrência do aprendizado organizacional, sem a qual, não há compreensão das profundas dimensões que envolvem o objetivo do aprendizado organizacional.

Os modelos mentais são, segundo Senge, “são idéias profundamente arraigadas, generalizações ou mesmo imagens que influenciam nosso modo de encarar o mundo e nossas atitudes”. (SENGE, 1994, p. 17).

O’Brien defende que a “busca de novos modelos organizacionais com o objetivo de atender às necessidades materiais, de respeito próprio e de realização de seus funcionários (...) deve ser o objetivo de todas as organizações”. (apud SENGE, 1994, p. 136).

O domínio pessoal transcende as características de habilidade e competência e propõe uma forma diferente de encarar e viver a vida, “fazer da vida um trabalho criativo, em contraposição a um reativo”. (SENGE, 1994, p. 137).

Segundo o autor, a partir do momento em que o domínio pessoal é absorvido pelo estilo de vida das pessoas, ocorrem dois movimentos; esclarecem o que lhes é prioritário, visto que muito comumente se deixam sucumbir pelo que há de negativo em suas vidas e o aprendizado de estar constantemente esclarecendo a realidade da situação na qual vivem, sem que se deixem enganar por visões superficiais. Esses dois movimentos se desdobram na chamada “tensão criativa”, que, segundo o autor é “justaposição do nosso objetivo (o que desejamos) com uma imagem clara da realidade (onde estamos em relação ao que desejamos)”. (SENGE, 1990, p. 137). Uma força resultante desta união e que, como tensão, caracteriza-se por uma tendência à busca de resoluções. A partir disto à busca não se restringe à simples informações, mas a um aumento da produção dos resultados que desejamos, aprendizado este que não tem fim.

Na verdade a “tensão criativa” é o hiato que existe entre a realidade em que estamos e nosso desejo e projeto-de-ser, hiato este que é exatamente o motor que nos remete à ação, a

ação necessária para se atingir o objetivo que desejamos, sem esta tensão, cairíamos na estagnação.

Quando Senge se remete a “tensão criativa”, fala na verdade de uma força que atua sobre nós, resultante da tensão que ele próprio não explicita uma definição sustentada. Essa força que ele refere é a “força do futuro”, que nos convoca a sermos de um modo ou de outro, pela própria materialidade que se impõe. Isso ficará mais claro na exposição das Bases Antropológicas de Teoria Científica da Personalidade no capítulo III.

Senge alerta que para assumir esta nova postura é preciso ir contra todo o modelo tradicional, inclusive contratual, mesmo porque é algo abstrato e advém de conceitos que não são mensuráveis, do qual não se pode quantificar os lucros e sua contribuição para a alta da produtividade da organização.

Para desenvolver o “domínio pessoal” em uma organização seus dirigentes devem estar compartilhando da mesma perspectiva e, assim, trabalhando para proporcionar aos seus colaboradores a partilha dos mesmos objetivos, estando regidos por modelos mentais inovadores que não inviabilizem o desenvolvimento da disciplina de domínio pessoal nesta organização. É, na verdade, o início do caminho a ser percorrido para a instauração de uma organização de aprendizagem.

Para Senge, o “domínio pessoal” consiste em basicamente esclarecer seus objetivos de vida, suas prioridades, estar sempre atento à realidade, de modo à enxergá-la sem interferências, encará-la tal qual ela se mostra e regendo sua vida direcionando esta realidade à convergir com seus objetivos, não de maneira a manipulá-la externamente, mas com a ajuda do raciocínio sistêmico, construir sua vida conforme seus desejos, mesmo que isso implique em um caminho mais longo, no qual se encontre e tenha que passar por momentos infortúnios.

Para tanto, as disciplinas envolvem três estágios; a prática, os princípios e a essência.

A prática implica um esforço constante e consciente para que a disciplina se torne automática para ele.

Os princípios fornecem sustentação para a prática, propiciando a lógica das disciplinas e sendo um referencial contínuo para sua proliferação.

A essência é exatamente a mudança sofrida pelas pessoas como desdobramento da provocação desta nova atitude pelas disciplinas, o fato de passarmos a ser aprendizes eternos. Essa essência é um estado a ser experienciado coletivamente, conforme o entendimento do autor.

2.2.3.4 Modelos Mentais

As propostas de intervenção nas organizações não se concretizam em função dos “modelos mentais” nelas existentes. São imagens, idéias, valores, pré-concebidos que nos impedem de abrir espaço para uma nova proposta, pois estas estarão sempre aliada a um pré-julgamento por nós efetuado. Estes “modelos mentais” limitam tanto a forma de pensar, como nossas ações, sendo assim, ativos. Por isso esta disciplina é muito importante, pois sua proposta é de aprender a identificar esses modelos mentais e explicitá-los de modo a trabalhá-los e superá-los.

Todavia, Senge não oferece uma saída para identificar os “modelos mentais” das organizações, com uma proposta teórica e metodológica para tanto. **Constata-se novamente a ausência de cientificidade na proposta deste autor.**

“Modelos mentais” seriam simplificações, idéias pré-determinadas sobre certas questões, que fazem com que, quando entramos em contato com elas, entre em ação uma certa resistência sustentada nesta visão construída a priori.

Uma das dificuldades centrais que envolvem o trabalho com “modelos mentais” é o fato de estarem na maioria das vezes, implícitos; sendo assim a sua identificação é o primeiro passo. Da mesma forma que podem impedir o aprendizado organizacional, a criação de novos “modelos mentais” pode vir a contribuir e a acelerar este processo de desenvolvimento dos operários nas organizações.

Argyris desenvolveu a “‘ciência de ação’, um conjunto de teorias e métodos para a reflexão e pesquisa do raciocínio que está por trás de nossas ações”. (Apud SENGE, 1990, p. 170).

Por sua vez, o mesmo apresenta um modelo, um discurso, uma visão da organização através da qual identifica a possibilidade da mudança, **mas novamente não se explicita uma metodologia que dê conta de tal proposta. Também se pode constatar a visão antropológica subjacente que se objetiva numa razão *a priori* que nos move.**

Para trabalhar com esta disciplina as organizações precisam de novas técnicas e a instauração efetiva de inovações na instituição. Como foi dito anteriormente o primeiro passo é deixar que os “modelos mentais” presentes afluam, para que sejam identificados, para que esta utilização de técnicas promova um aprendizado generativo. Para isso se faz necessário um perfil de administradores que utilizem técnicas de reflexão e investigação.

Até aqui se constata nos autores citados, não somente discursos contraditórios quanto às bases antropológicas que buscam, fato este que ficará mais evidente posteriormente, mas a ausência de uma metodologia científica que possibilite a intervenção que se dirija a uma efetiva transformação da dinâmica organizacional. Vê-se também a idéia de uma razão *a priori*, um mecanismo determinado e determinista que move o homem e que deve ser ‘desvelado’ para possibilitar um outro movimento dos seres humanos.

Historicamente identifica-se o desenvolvimento de teorias intervencionistas que buscaram a motivação dos operários, mas nenhuma delas surtiu o efeito devido, ou seja, permanente, porque dialético, implicando tanto a empresa, quanto cada um dos colaboradores.

2.2.3.5 Objetivo Comum

Senge esclarece que o “objetivo comum” ou compartilhado não é algo imposto, é uma determinação vivida pela pessoa que a impulsiona a agir na direção de realizá-lo. Seu início pode partir de algo abstrato, no entanto ganha tamanha força que se torna concreto. Ele é fundamental nas organizações por duas características básicas; está dirigido a questões específicas, neste sentido dá uma direção e fornece energia para a realização destes anseios. Individualmente, quando se tem um objetivo concreto, tem-se mais disposição, fica-se mais motivado para atingi-lo, quando este objetivo é compartilhado por um grupo, onde se vê que todos estão em busca do mesmo objetivo, onde há pessoas com quem se pode contar, a motivação gerada por este objetivo é muito maior.

O “objetivo comum” não é um objetivo específico; específico no sentido situacional ou mesmo um objetivo como a superação de um grande concorrente, pois estes muito facilmente, após sua conquista, se transformam em objetivos defensivos, visto que após uma grande conquista, fica o medo da perda o que pode gerar um enfraquecimento do grupo à longo prazo. Proporciona uma nova relação entre os funcionários, afinal estes estão articulados por uma determinação comum, compartilhada, criando assim uma identidade comum, ficam mais unidos, pois são aliados, desenvolvem uma relação maior de confiança e comprometimento.

Não há organização de aprendizagem sem “objetivo comum”. Tendo um objetivo, as pessoas estão dispostas a ir a busca de algo, determinadas a superarem sua condição, o que

propicia uma nova forma de expressão, de pensar, de agir frente ao seu trabalho e fundamentalmente frente às suas relações de trabalho, tornando-se engajadas. Exatamente por estes desdobramentos é possível verificar que os objetivos não são impostos, só existem verdadeiramente quando as pessoas os desejam efetivamente. Quando o objetivo não é próprio ele gera obediência e não comprometimento. “O objetivo só se transforma em força viva quando as pessoas acreditam que podem construir seu futuro” (SENGE,1994, p. 209 - grifo nosso).

Será esclarecido mais tarde como se dá o processo de concretização da unificação das pessoas por uma tarefa comum, o “tecimento” e a implicação do sociológico que desdobra na reciprocidade e só assim ocorre um movimento efetivo de engajamento das pessoas com a organização na qual estão inseridas. Somente por aí se poderá enfim, identificar como é possível motivar os funcionários no seu perfil profissional e na realização das suas atividades na empresa, sem que esteja simplesmente preocupado com o cartão ponto ou o salário ao fim do mês.

Segundo o autor, o “domínio pessoal” está intimamente relacionado com o “objetivo comum”, pois é a possibilidade da geração de “tensão criativa”, fator que impulsiona a ação.

Conforme Senge a emergência do “objetivo comum” é um processo moroso, visto que proveniente da articulação de vários objetivos individuais. Seu surgimento é possível através da abertura à conversas onde as pessoas aprendem a expor seus anseios, bem como, ouvir e participar dos anseios alheios. Deste modo, a criação do “objetivo comum” é um processo constante e incessante e necessita um certo clima organizacional que possibilite a criação deste objetivo.

Aqui se explicita um equívoco metodológico, cujas bases estão na “teoria antropológica subjacente, que é a antropologia racionalista cartesiana”, visto que a proposta do autor sustenta-se numa prática de “dinâmica de grupo”, cuja teoria foi

gerada por Kurt Lewin¹⁴, amplamente aplicada, evidenciando-se em reuniões de pessoas onde se aplicam técnicas terapêuticas sem metodologia e teoria científicas como suporte, uma verdadeira explicitação constante das emoções de cada um, onde se alcançaria a superação dos impasses nas relações humanas. Nas bases desta intuição está numa psicologia racionalista, cuja antropologia tem sua base nos gregos e na dialética platônica. Esta exposição dos anseios de cada um implica em um re-surgimento da dialética platônica onde tudo era resolvido no plano das idéias, cada um respeitando a posição alheia, sem que houvesse ao fundo um objetivo a ser perseguido na busca efetiva da superação dos problemas psicológicos, a não ser no plano das intenções, resultando num aprofundamento e cronificação dos impasses de cada participante.

Para escapar a isso somente através de um processo de implicação dialética dos dois pólos fundamentais, por um lado a organização e, de outro, os colaboradores.

2.2.3.6 Aprendizagem em Grupo

Uma verdadeira equipe possui uma característica marcante chamada “alinhamento”; que é o fator que faz com que o grupo esteja articulado, caminhando numa mesma direção, seus esforços, sua energia são convergentes numa mesma direção, cria-se uma sinergia.¹⁵

¹⁴ Kurt Lewin (1890-1947) foi psicólogo alemão, que lecionou Filosofia e Psicologia na Universidade de Berlim até 1923, quando fugiu para a América devido às perseguições nazistas. Trabalhou no MIT, fundando o centro de pesquisa National Laboratories for Group Dynamics. A pesquisa mais famosa foi realizada em 1946, em Connecticut, numa área de conflitos entre as comunidades negra e judaica. Aqui, ele concluiu que reunir grupos de pessoas era uma das melhores formas de expor as áreas de conflito. Estes grupos, denominados T-groups (o «T» significa training, ou seja, formação), tinham como teoria subjacente o fato de os padrões comportamentais terem que ser «descongelados» antes de serem alterados e depois «congelados» novamente — os T-groups eram uma forma de fazer com que isto acontecesse.

Disponível em: <http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed48dossier1.html>

¹⁵ Segundo o dicionário Houaiss, sinergia, na visão da sociologia é a coesão dos membros de um grupo ou coletividade em prol de um “objetivo comum”. Para exemplificar o alinhamento Senge utiliza-se em seu livro do time do Boston Celtics, vencedor de 11 títulos mundiais em 13 anos.

Senge utiliza o conceito de alinhamento como o modo de fazer a equipe trabalhar em harmonia, articulada, mas não explicita a aplicação deste conceito na prática.

Na concepção de Senge, o “objetivo comum” é uma extensão dos objetivos individuais de cada membro, por isso o “alinhamento” não implica em abdicar de seus desejos. O “alinhamento” possibilita ao grupo a capacidade da concretização dos resultados desejados. O talento e a competência individuais não garantem a competência do grupo, pois esta depende das ações e decisões articuladas pela equipe. Quando ocorre o aprendizado na equipe, esta passa a ser um microcosmo de aprendizagem para a toda organização.

Para o autor a aprendizagem é mais rápida quando as pessoas acompanham as conseqüências de suas ações. Quando se confronta com as conseqüências, torna-se mais responsável, pois se é agente construtor de sua própria realidade. É em função disso que as organizações de aprendizagem buscam a descentralização do poder. É preciso vencer a postura das organizações hierárquicas tradicionais onde o topo da pirâmide é quem decide e os inferiores executam, para ocorrer a aprendizagem, o “pensamento e a ação” devem caminhar juntos.

Ressalta-se aqui que pensamento e ação andarem juntos é distinto de uma práxis científica, onde há uma arquitetura científica que possibilita a práxis científica. O pensamento remete à subjetividade e esta subjetividade é que levaria às ações, por isso desconfigura uma prática científica, na medida em que não possibilita uma intervenção na objetividade, e não para o conhecimento.

Em contrapartida a descentralização oferece dois desafios básicos: “como os administradores lidarão com o fato de abrir mão do controle, e em segundo, como operacionalizar para que o controle local funcione efetivamente”.

2.2.4 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Drucker

Drucker, ao escrever a sua obra sobre “O Fator Humano e Desempenho”, resgata os recursos humanos dentro da perspectiva capitalista, cujo ponto principal sempre foi o capital e o lucro. Entretanto já deixava claro, a impossibilidade do alcance dos objetivos dos empresários quanto à produtividade do capital e o melhor uso dos recursos naturais, sem que se considerassem os recursos humanos, visto que estes, inevitavelmente estavam implicados nos resultados das organizações.

O autor critica o que se chama administração da organização humana, como a realização de uma gestão mecanicista, uma visão que se restringe à contratação, a cobrança do trabalho e das tarefas, e procedimentos administrativos, incluindo aí os treinamentos. Constata concomitantemente, que nenhuma das Escolas dos Recursos Humanos propôs o estudo e a implementação de um sistema que buscasse a satisfação dos homens dentro da organização visto que essa poderia implicar em uma alteração das estruturas organizacionais.

A constatação de que não ocorreram avanços, em termos de novas contribuições, também se dá com outras disciplinas mais especializadas como: antropologia industrial, sociologia industrial, psicologia industrial, todas sustentadas nas relações industriais.

(...) o grande avanço ocorreu quando frente a perspectiva colocada acima, de reificação do homem e a fragmentação do seu ser, os Estados Unidos, buscou uma concepção divergente, onde a concepção humana exigiria instrumentos distintos e explícitos sendo fundamental o desmonte da crença da motivação através do medo, buscando então uma motivação espontânea que se desmontaria a partir do momento em que o medo fosse eliminado. (DRUCKER, 1981, p.280).

Porém, ainda que desmontando a crença de que as pessoas não queriam trabalhar, nada se avançou além de conceitos gerais sobre motivação. Dessa forma, restou a crença de que seriam as relações interpessoais na empresa a base fundamental para a motivação singular de cada um dos colaboradores.

Os processos de administração de pessoal com estas conotações, desde a Primeira Guerra Mundial, incluíam, conforme Drucker, recrutamento e seleção de pessoal, treinamentos, pagamento envolvendo a produtividade. Todas essas práticas de 50 anos atrás continuam sendo realizadas até o presente momento.

A visão a respeito do trabalho que está implícita nesta racionalidade é o trabalho como castigo, no qual as pessoas devem submeter-se e obedecer e cuja satisfação viria de outra parte que não dele próprio.

Mesmo com todo avanço do conhecimento e da ciência, ainda se está sustentados de numa perspectiva de ciências humanas da Idade Média, onde ocorre uma dissociação entre planejamento e execução das atividades, ou seja, entre investigação e intervenção e avaliação. Entretanto com a evolução da tecnologia e a alteração da execução de tarefas meramente repetitivas e rotinas com manipulação de máquinas e materiais tornou-se incompatível esta visão de gestão com a realidade efetiva organizacional. A administração científica proposta por Taylor não daria conta e, sobretudo traria prejuízos, na medida em que fragmentou a realidade em pequenos pedaços que não tem como simplesmente serem reunidos para alcançar uma visão global e totalizadora deste fenômeno. As ciências humanas se constituíram historicamente numa racionalidade aparte de produção do conhecimento científico, sendo esta condição um dos grandes problemas para se fazer ciência a partir do fenômeno humano.

“Houve inúmeros aperfeiçoamentos; contudo, a exposição mais madura e convincente da administração científica continua sendo o testemunho de Taylor perante um comitê especial da Câmara dos deputados em 1912”. (DRUCKER, 1989, p. 282).

Todavia o autor ainda vislumbra uma esperança, na medida em que mesmo pequenos aperfeiçoamentos feitos nos últimos 50 anos, nos apontam a possibilidade de uma evolução maior nos próximos anos, em direção a uma gestão onde a responsabilidade e o planejamento

estejam mais centrados nos operários, gradativamente superando esta visão de reificação do homem, e ao mesmo tempo, alcançando uma melhor produtividade, maior motivação, e benefícios para ambos os lados, quais sejam: a organização e os colaboradores.

Aqui, pode-se, numa pequena análise e rastreamento histórico identificar como na área de ciências exatas e biológicas houve todo um avanço indiscutível, o mesmo não acontecendo nas chamadas ciências humanas. Havendo-se que se constituir uma nova visão dos recursos e das relações humanas nas organizações, sem os equívocos das fundamentações existentes que não fizeram avançar a compreensão dos impasses objetivos que estão ocorrendo. Está correto o autor quando aponta que os fundamentos talvez fossem inadequados.

É buscando a superação efetiva dos conflitos organizacionais que Chanlat, na sua obra “O indivíduo nas Organizações; dimensões esquecidas”, indica o ultrapassamento destes autores, na medida em que discute a necessidade de uma antropologia para as organizações, conforme verifica-se no capítulo seguinte.

3 Chanlat e a Exigência de Uma Nova Antropologia para as Organizações

Chanlat converge com as críticas expostas pelos autores do capítulo anterior, entretanto, vai adiante ao demarcar que seria necessária uma nova antropologia para as organizações que promovesse o resgate da dimensão humana, que estaria perdida no contexto organizacional, decorrente dos impasses discutidos no primeiro capítulo.

Segundo o autor, apesar do alto grau de sofisticação das pesquisas na área da administração, constata-se a ausência de pesquisas em outras áreas (economia, psicologia e sociologia), que pudessem esclarecer o fator humano como elemento central, funcional e indescartável do processo de desenvolvimento das organizações. Entretanto, constata-se que essa sofisticação e essa satisfação não ocorrem, no que concerne ao esclarecimento e aprimoramento de tecnologias relativas às necessidades do ser humano, sendo este seu foco central.

Para Chanlat a adoção passiva do modelo das ciências exatas para compreender o homem torna-se incapaz de alguma contribuição efetiva para compreender o sentido que os indivíduos dão às suas vidas nas organizações. A aplicação de tal modelo reificou¹⁶ o homem, relegando-o a um mero recurso humano, entre tantos outros recursos disponíveis para a empresa, extraindo dos seres humanos o devido lugar e espaço que lhes pertence.

Para avançar numa compreensão objetiva das relações interpessoais nas empresas é preciso uma nova antropologia para as organizações, o que significa dizer que, sem essa condição de possibilidade não será possível se estabelecer um processo de intervenção com controle de resultados no processo de gestão das organizações, considerando como foco

¹⁶ Segundo o dicionário Houaiss: Reificação, na rubrica filosófica é “segundo Georg Lukács (1885-1971), alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx (1818-1883), processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado. Obs.: cf. *alienação*”. Segundo Blackburn: “reificar é tratar como coisa” (1997, p.340).

central, o indivíduo que dela pertence e que ela constitui. Para tanto, Chanlat atenta que é necessário compreender o sujeito quanto ao seu desejo frente às atividades profissionais e a função destes no seu ser. Para alcançar tal objetivo vale-se das ciências humanas apontando que a dificuldade maior desta opção consiste em não cair na armadilha da “justaposição de disciplinas”, que contribuiu para acentuar a impressão de confusão, já que os recursos humanos, a psicologia organizacional, enfim, dentre outras áreas é um conjunto de remendos de tantas disciplinas e perspectivas distintas, das quais as organizações se valem desarticuladamente, portanto, fragmentariamente, buscando a resolução de impasses de forma isolada.

Esta realidade vem do desdobramento do processo sócio-histórico, partindo da revolução industrial, passando pelas teorias de Taylor e Ford, que ainda em pleno século XXI não foram ultrapassadas. Uma perspectiva que pretende reunir produtividade ao lucro do capitalismo, ainda sustentada numa burocratização e centralização de poder que visa o lucro como fim, torna praticamente impossível que seja estabelecido um lugar para uma nova antropologia das organizações.

Este sistema resulta no homem reificado, esquecido no conjunto da sua complexidade, reduzido a comportamentos condicionados, e por outro lado, exigindo-lhe todo um comprometimento a partir de satisfações essenciais.

Neste aspecto remete-se a Maslow¹⁷, para esclarecer que sua perspectiva é a mesma que está na base de todo o processo do controle da qualidade. Esta perspectiva ao reduzir o homem ao comportamento, aquele que seria estimulado através de elogios, na era das confirmações, ou alterações salariais, estaria por assim dizer, com a condição necessária viabilizada para o seu comprometimento e o “vestir a camisa da empresa”.

¹⁷ Apud Chiavenato: 2000, p. 393.

Daqui derivam os insucessos dos programas de qualidade total, que são traduzidos como sendo decorrentes da “desmotivação”.

A **desmotivação ou insatisfação** é sustentada na própria perspectiva capitalista, que levou os grandes estudiosos das ciências da administração a uma mera busca do controle da situação.

Considera-se a insatisfação um estado natural do ser humano. O ser humano fica satisfeito em situações momentâneas, retornando sempre ao seu estado natural que é a insatisfação. Se um ser humano convive com um grupo de pessoas que têm suas necessidades básicas atendidas ele desfrutará do estado de satisfação mais freqüentemente e o grupo de pessoas estará num 'estado de saúde mental' ou 'elevado moral'. (MASLOW apud CAMPOS, 1999, p. 151).

Chanlat critica: a “corrente ortodoxa”, isto é, a administração científica de Taylor, designada de cientificista que fragmentou o saber, e com isso a realidade, reduzindo o ser humano a mero recurso; critica também a concepção de um ser humano racional reagindo a estímulos externos; e, propõem uma nova antropologia que priorize não a eficiência e a produção; mas sim a dimensão do humano na organização.

Salienta-se aqui que Chanlat, assim como os autores que tratam da Gestão da Administração confundem saber com conhecimento, não ultrapassando o empírico para o científico. O mesmo vem ocorrendo com a chamada Gestão do Conhecimento.

Para o desenvolvimento desta nova antropologia seria necessário valer-se de outras disciplinas que dariam conta de modo interdisciplinar das diversas perspectivas desse fenômeno e que, por desdobramento, originaria uma nova concepção de antropologia para a compreensão do homem nas organizações. Para que isso fosse possível seria necessário um trabalho em equipe entre diversas áreas para tratar do mesmo fenômeno.

Para o autor, com a corrente ortodoxa o homem ficou recortado em visões da psicologia, sociologia, etc., entretanto o homem é um ser complexo, mas totalizado, cujos

recortes e abstrações¹⁸, estão inevitavelmente entrelaçados. A absolutização de qualquer perspectiva, como a ideológica, ou mesmo a psicológica, por exemplo, não tem função, na medida em que não vai levar o esclarecimento do indivíduo na sua totalidade. É no conjunto dos seus diferentes perfis que se formalizaria uma antropologia para as organizações, o que deveria concomitantemente acontecer, com o conjunto das disciplinas necessárias para a compreensão dos processos de relação dos homens nas organizações.

Nesta perspectiva qualquer tentativa de investigação ou intervenção puramente disciplinar para resolver um problema organizacional que é interdisciplinar por natureza, não teria função na resolução das não-conformidades encontradas nas relações entre os indivíduos nas organizações, de acordo com a visão de Chanlat.

Skinner¹⁹ é criticado por Chanlat quando situa que o homem não tem como ser reduzido a um organismo submetido a um bombardeio de estímulos. Por outro lado, Chanlat traz a psicanálise para fundamentar que o homem é um ser com desejos, pulsões e relações. Concomitantemente, recorre aos conceitos dos mecanismos de defesa, utilizados pela psicanálise.

Chanlat ressalta a função das relações como fundamental na constituição do ser humano. Assim o ser humano aparece com seu contexto interno e externo racional e irracional, exercendo um papel fundamental para o comportamento humano, na medida em que a vida psíquica (a vida como é vivenciada, independente do mundo objetivo)

¹⁸ Análise em separado, parte de um todo que não existe sem a parte abstraída, e não no sentido metafísico de imaterial.

¹⁹ **Burrhus Frederic Skinner, (1904-1990)** nascido em 1904 nos EUA, doutorou-se em Psicologia pela Universidade de Harvard, em 1931, tendo, desde cedo, no seu percurso acadêmico e científico, abraçado uma perspectiva behaviorista. Considerando-se um discípulo condicionado por um conjunto de recompensas. O conceito de recompensa ("reward") desempenha, aliás, um papel fundamental na teoria behaviorista de Skinner e é um dos seus principais legados acadêmicos. Skinner foi um cientista e professor brilhante, constituindo-se como um dos mais importantes nomes da história do behaviorismo, influenciando fortemente o rumo desta área do conhecimento. Defensor acérrimo das pesquisas controladas sobre as respostas comportamentais dos animais aos estímulos do meio, como forma privilegiada de conhecer mais sobre o ser humano.

Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/esam/PsicVirtual/Psicologos/Skinner.HTM>

transformaria a vida real (a realidade material, abstraída de qualquer subjetividade) e, desconsiderar esta realidade, é submeter-se a uma visão limitada do ser humano.

Ao colocar o conceito de “vida psíquica” e “vida real”, Chanlat resgata o maniqueísmo histórico, distinguindo a vida psíquica da vida real, ressurgindo assim a concepção dualista de corpo e mente, sendo a mente essa subjetividade transcendental que nos determina. Novamente se constata as bases de uma racionalidade movida pelo mito da razão.

O que se constata efetivamente em Chanlat é que ele está procurando um modo de compreender o ser humano, considerando a sua singularidade sem descartar o contexto material no qual está inserido, portanto no tempo e no espaço, sendo um indivíduo que se faz profissional dentro do seu espaço de trabalho, entretanto nunca deixando de ser também o filho, o pai, irmão, marido, esposa, etc. Deste modo ele destaca o homem no seu conjunto dos seus perfis e a função destes, uns nos outros, ou seja, na totalidade do ser do homem.

(...) este ser genérico se encarna sempre em um ser concreto: meio mulher, adulto ou criança, pai ou marido, professor ou executivo ou operário camponês, africano ou ocidental. É esta existência singular do indivíduo no mundo que lhe confere sua especificidade. Ou seja, esse homem abstrato existe enquanto representação e categoria intelectual, em troca ele aparece sempre na realidade quotidiana de uma forma concreta particular, numa situação de fato. Toda pessoa tem assim ao mesmo tempo o genérico e o específico. Os fenômenos que se estudam refletem sem sombra de dúvida estas duas ordens da realidade. O estudo do fato humano nas organizações, não pode, portanto, abstrair-se desta dupla dependência. (CHANLAT, 1996, p. 28).

Expressamente Chanlat está buscando a ruptura com uma perspectiva que reduz o homem a um plano de criação material, no qual o homem é convertido numa massa de substância amorfa e manipulável, contudo sendo o homem um ser, sobretudo movido pelo desejo, portanto pelo futuro, não há como compreendê-lo se o restringirmos ao seu perfil profissional, tanto quanto se restringirmos nossa compreensão a um homem como sendo independente do seu contexto efetivo.

Em sua obra, Chanlat conta com a colaboração de Manfred R. R. Kets de Vries para a compreensão do fenômeno da inveja, tendo-a como um dos fatores de motivação nas gestões de administração. (in CHANLAT, 1993).

Vries chama a atenção para a importância da motivação, conceito este que ainda não se constitui numa definição²⁰ historicamente buscada, através de diversas teorias, mas que infelizmente ainda não nos dão uma conceituação universal e inequívoca, esclarecendo então as condições de possibilidade que levam as pessoas a agirem de forma engajada na organização. Entretanto, sabemos que esta busca tem um objetivo muito claro ao fim, compreender como é possível fazer com que os funcionários comprometam-se com a organização de modo a aumentar sua produtividade.

Este autor salienta que muitas das teorias se sustentam em hipóteses ingênuas e até místicas quanto à natureza humana, sendo a desconsideração da inveja um fator de grande peso na impossibilidade histórica até hoje do esclarecimento da motivação. Para tanto busca uma perspectiva clínica remetendo-se ao interior do indivíduo.

Vries cita o sociólogo Helmut Shoek (1969:1) “a inveja é uma força que se situa no coração do homem como ser social e que se manifesta assim que dois indivíduos estão em condições de estabelecer uma comparação recíproca”. (apud CHANLAT, 1993, p. 70).

Utiliza também que o antropólogo Foster (1972, p. 165) qualifica a inveja “de emoção particularmente perigosa e destrutiva porque supõe hostilidade, a qual conduz à agressão e à violência capazes de destruir sociedades inteiras”. (Idem p. 71).

Compreende a inveja como um mecanismo de defesa, uma emoção, algo desconfortável para o indivíduo que a sofre, por ser socialmente inadequado. Podendo ser considerada como um aspecto fundamental quanto aos processos fisiológicos e psicológicos

²⁰ Em ciência ao investigar o fenômeno este se dá com sua definição, ou seja, com sua essência. Entretanto para a possibilidade da ciência e seu avanço, faz-se necessário definir conceitos aos acontecimentos e processo, sejam eles humanos, físicos, isto é, de qualquer disciplina científica, para que haja a segurança de que todos estejam falando dado mesmo fenômeno. Portanto definição e conceito são atributos radicalmente diferentes.

do comportamento, sendo voluntários e involuntários, estados da alma e do pensamento. Resgata a origem latina da palavra inveja que indica um olhar de forma maliciosa.

Utiliza-se de bases psicanalíticas para compreender a ocorrência da inveja, sustentando em aspectos morais, e chegando inclusive a identificá-la desde as histórias bíblicas, resgatando ainda o fato de ser um pecado capital. Mostra as formas de reações frente à inveja, como a idealização, a retirada, a desvalorização, negação, como formas de ‘auto enganar-se’ ao sentimento de inveja, entretanto nenhuma delas leva à superação. Mais superficialmente levanta a questão da inveja tratar-se ou não de um mecanismo de defesa.

Como alternativas para este problema indica algumas formas mais construtivas de lidar com o sentimento da inveja, como, por exemplo, ganhar a estimulação para ir a busca daquilo que despertou a inveja, convertendo-o num valor para sua própria evolução; sendo também a inveja uma forma de vingança, um modo de provar aquilo que somos capazes levando então a um esforço e empenho maiores para alcançar o resultado invejado. Alternativas desse tipo levariam então a um aspecto positivo motivacional de enfrentar tal sentimento negativo que é a inveja.

Nesse aspecto pode-se inferir que toda a compreensão deste autor no que se refere à inveja está sustentada numa perspectiva moral, portanto, subjetiva, sendo esta inconveniente por funções meramente sociais, o que não corresponde ao esclarecimento científico desta ocorrência, nem mesmo, portanto, de sua função no fato motivacional.

Chanlat (1993) busca também a contribuição de Christophe Dejours quanto a uma nova visão do sofrimento humano nas organizações, sendo que um dos objetivos de Dejours é mensurar o paradoxo dos objetivos de produção, o que é, para uma visão externa à organização, a promessa de felicidade, quando para a interioridade é sinônimo de infelicidade. Porém salientando ainda que o trabalho pode ser não só motivo de infelicidade, como também

de viabilização e prazer. É dentro deste horizonte que o autor propõe a utilização desta nova disciplina emergente, designada “psicopatologia do trabalho”.

Faz-se aqui uma ressalva quanto a Psicopatologia do Trabalho, que, pelo próprio nome, indica a intervenção em situações psicopatológicas dentro da organização. Essa concepção contrabandeia a psicologia clínica para um trabalho de assessoria de Psicologia Organizacional que deve identificar os problemas que estão ocorrendo nas organizações e a partir da definição do problema, fazer a compreensão de suas condições de possibilidade, identificando as variáveis presentes e possibilitando a elaboração de um plano de intervenção.

Indicando ainda a distinção entre sofrimento criativo, aquele que é o modo encontrado pelo indivíduo que dele padece e que configura assim uma boa solução tanto para a organização quanto para o indivíduo singular. Já o sofrimento patogênico seria aquele cujo movimento do sofredor traz ainda desdobramentos piores para ele, bem como para a organização a fins de produção. Buscando inclusive elucidar o que leva o indivíduo a um movimento ou outro.

Dejours (in: CHANLAT, 1993) ressalta a dimensão temporal na exata medida em que o sofrimento não alcança o indivíduo num só aspecto, como o trabalho, mas que o ultrapassa, pois há sempre uma história singular de cada indivíduo, implicando os aspectos que escapam ao espaço da empresa. Faz ainda críticas às reduções e determinismos fisiológicos da psicopatologia, na medida em que alcança somente o aspecto orgânico, por não contemplar a vivência da pessoa frente a situação. Afirma ainda que este desenvolvimento foi possível a partir dos preceitos iniciais históricos, porém alcançando agora uma reviravolta neste caminho colocando em xeque o que seria a normalidade. A partir desse posicionamento, a busca direciona-se não mais para as doenças mentais, mas para as alternativas encontradas pelos trabalhadores em lidar com situações profissionais.

O trabalho, a partir do conceito de equilíbrio psíquico, utilizado por Dejours, está ameaçado conforme o resultado da luta empreendida por cada funcionário em ultrapassar seu sofrimento. Considerando então uma das coisas que colocam esse equilíbrio em instabilidade, as pressões do próprio trabalho, organização do próprio espaço físico, enfim, a atmosfera profissional. Atentando então para o fato de que são desenvolvidos mecanismos de defesa tanto individual frente a isso, bem como mecanismos de defesa coletiva, e identificações ideológicas coletivas também no espaço organizacional. Quanto às defesas individuais o autor as situa claramente classificadas pela psicanálise.

Do confronto entre a organização da personalidade e a organização do trabalho ressalta o aspecto de convergência entre o imaginário, sendo este produzido pela pessoa em consequência das ocorrências, e o efetivo registro da realidade das ocorrências. Também a convergência entre o registro da ocorrência no conjunto da personalidade, bem como o registro restrito ao contexto material e às relações de trabalho.

À luz da psicanálise apreende então o embasamento teórico definindo os registros fundamentais de estabilidade da personalidade como aprendidos na infância marcados pelas relações da criança com seus progenitores cujas cristalizações vão constituir, ao estabilizarem-se, o EU adulto. Sendo assim, na medida em que a criança vai ou não encontrando formas de lidar e contornar as suas dificuldades é que se estabelece uma fragilidade ou vulnerabilidade emocional. Sendo estes posteriormente, de forma inevitável, inseridos no processo das relações do adulto com seu trabalho, bem como em todas as outras relações que estabelece.

O trabalho oferece-lhe de alguma maneira uma ocasião suplementar de perseguir seu questionamento interior e de traçar sua história. Pela intermediação do trabalho, o sujeito engaja-se nas relações sociais, para onde ele transfere as questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva. A ressonância simbólica aparece então como uma condição necessária para a articulação bem-sucedida da dicotomia singular com a sincronia coletiva. Esse ponto é essencial, porque em relação à produção e à qualidade do trabalho, a ressonância simbólica permite fazer o trabalho beneficiar-se da força extraordinária que é a mobilização dos processos

psíquicos nascidos do inconsciente confere. A ressonância simbólica é, por assim dizer, uma condição da reconciliação entre o inconsciente e os objetivos da produção. (DEJOURS in CHANLAT, 1993, p. 157).

Ao compreender que o indivíduo transfere elementos da sua cristalização psíquica registrada na infância e através de uma ressonância simbólica, sendo esta uma conciliação entre o inconsciente e os objetivos da produção, está valendo-se expressamente de uma psicologia racionalista, portanto cuja base antropológica é também racionalista, concedendo que se poderia, por exemplo, haver uma conciliação do sujeito através de seu inconsciente sem que isso passasse por ele, de forma consciente.

É para apreender o que se passa entre ele e seu paciente que Freud forja uma teoria: para dotar-se dos instrumentos de que necessita. Diz ele: 'Sem as especulações da metapsicologia, não daríamos mais nenhum passo adiante'. É ao elaborar uma teoria que ele próprio situa como sendo da ordem da ficção, que Freud descobre em seu trabalho clínico o seguinte: que é a transferência que é a resistência. É para ele uma descoberta à qual se acrescenta uma outra: 'a resistência é o pai'. (MANNONI, 1986, p. 37).

Deste modo as pessoas seriam então marionetes de seu próprio inconsciente, e por conseqüência, a psicologia não tem nada a fazer, posto que, qualquer psicólogo ao intervir estaria também indiscutivelmente remetido para as suas cristalizações na infância e quando nas suas intervenções nas relações profissionais também estaria submetido à mecanismos do seu próprio inconsciente.

Dejours ressalta que "O problema psicopatológico essencial vem das pressões psíquicas que a separação taylorista entre trabalho e concepção de trabalho de execução ocasiona (Taylor, 1957)". (DEJOURS in CHANLAT, 1996, p. 161).

Este autor critica as conseqüências desta divisão, fragmentando corpo e o pensamento, deixando o indivíduo à mercê de uma ação externa sendo dirigido ao controle simplesmente dos comportamentos. A perspectiva taylorista tirou do homem inclusive o direito do pensamento espontâneo gerando inevitavelmente um 'torpor psíquico, uma inércia', chegando a um estado semelhante a um amortecimento psicológico. Sendo regularmente encontrado

associado a doenças crônicas sintomáticas bem como a cronificação de doenças agudas anteriores. Deste modo, todo esse processo comprometedor psicológico pode objetivar-se numa doença dramática. Aqui o autor remete a uma doença de ordem anátomo-fisiológica que poderia ser proveniente de todo um quadro de pressão psicológica a que estaria submetido o funcionário. Porém sua compreensão traz subjacente a compreensão de doenças psicossomáticas. Isto é, doenças da ‘mente’, convertidas em ‘doenças do corpo’.

Porém, o objetivo do autor quanto à questão do sofrimento psíquico no trabalho está efetivamente no destaque da implicação da perspectiva de Taylor, não só em termos de doenças mentais e orgânicas, mas também abrangendo outros aspectos da vida e de cada indivíduo submetido a este sistema de gestão. Enfatizando a ligação expressa entre subjetividade e produtividade, facilmente reconhecida a partir desses elementos de base teórica expostos até o presente momento.

Dejours atenta para as pressões impostas pelo ambiente de trabalho, que inevitavelmente alcançam a condição emocional do indivíduo, comprometendo assim as relações de trabalho no que concerne à cooperação e solidariedade necessárias para o trabalho em equipe. Por desdobramento destas constatações ressalta a responsabilidade da organização também na instauração de um ambiente que impele as pessoas ao sofrimento.

Encontramos nas bases da psicopatologia do trabalho claramente as bases da psicanálise, por onde a psicologia tentou ultrapassar a redução à objetividade realizada pelo behaviorismo, e pela perspectiva clássica taylorista, buscando então a análise da subjetividade nas bases psicanalíticas, hoje em dia bastante utilizadas pelas vertentes da análise transacional.

Infelizmente Dejours, na tentativa de ultrapassar um paradoxo colocado quanto aos objetivos estabelecidos pela empresa no que concerne à produtividade que a leva ao sucesso, tendo, por outro lado, o aspecto do engajamento e comprometimento dos colaboradores, traz

em contrapartida a inviabilização daqueles colaboradores que a eles estão submetidos. Porém, justamente ao buscar as bases psicanalíticas, tentando compreender o indivíduo na sua singularidade, remetendo-se, inclusive, a uma perspectiva clínica de intervenção, por outro lado, coloca a implicação indescartável da organização do trabalho, das funções, das normas e das exigências da organização frente aos seus colaboradores como cerne do impedimento da superação de um ciclo vicioso que não viabiliza organização nem mesmo indivíduo, instaurando assim uma contradição insuperável.

Contudo, tal contradição não tem nada de diferente da contradição com que se debate a psicologia no seu caminho histórico, alcançando também as outras disciplinas da área de humanas, na medida em que estão amarradas e impotentes para superar um dualismo posto desde de a Grécia antiga, reproduzido expressamente por Descartes, quanto aos dois absolutos de objetividade e subjetividade como excludentes, traduzindo-se num maniqueísmo expresso.

Ao considerar os aspectos presentes na organização, na sua estruturação, na materialidade, que constituem a atmosfera na qual o funcionário está inserido na maior parte do seu dia, incorre em contradição ao esclarecer o comportamento humano conforme seus registros inconscientes na infância, norteados pela ação do inconsciente, que o complica nas suas relações de trabalho. Pois, se assim o for, como poderia indicar a materialidade imposta ao sujeito no seu espaço profissional, as regras, as definições formais, a dinâmica informal, como produtora de uma perturbação psíquica? Se tudo estaria dado anteriormente e, assim, determinado, os aspectos ambientais seriam meros desencadeadores de sintomas e patologias, tais como quaisquer outros, em qualquer outra esfera da vida do sujeito. Deste modo, o empregado que vai para sua casa para lidar com seu filho, encontrará lá também os ditos ativadores da sua perturbação, cuja função não diz respeito em nada ao que o filho faz, por exemplo, mas sim aos seus registros internos cristalizados na sua fase de desenvolvimento infantil.

Outro autor com quem Chanlat busca a articulação quanto a psicologia é Nicole Aubert, trazendo sua compreensão de “Neurose Profissional”, que, dentre uma série de definições já estabelecidas, propõe o conceito de neurose profissional como:

Um estado de desorganização persistente da personalidade, com a conseqüente instalação de uma patologia, vinculada a uma situação profissional ou organizacional determinada. Nesse sentido, a neurose profissional é uma das conseqüências possíveis do stress profissional. (...) O stress profissional seria o processo de perturbação engendrada no indivíduo pela mobilização excessiva de sua energia de adaptação para o enfrentamento das solicitações de seu meio ambiente profissional, solicitações estas que ultrapassam as capacidades atuais, físicas ou psíquicas deste indivíduo. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 165).

Deste modo, então, propõe a utilização do stress profissional para uma perturbação proveniente do período de adaptação a um novo cargo ou função, ou mesmo um novo emprego, e que pode, digamos assim, facilmente ser superado. Já a neurose profissional implicaria num quadro neurótico, uma perturbação na personalidade que seria anterior, já que engendrada, arraigada com impasses na infância.

Alguns autores chamam atenção para o fato de que o que se está denominando neurose profissional seria, na verdade, uma psiconeurose desencadeada por uma situação do trabalho. Não caracterizaria a instalação de uma complicação por razão objetiva com o trabalho.

Um outro conceito utilizado, também, é o de astenia reacional do trabalho que implicaria “a associação, como no caso da neurose traumática, de um traumatismo e de um conflito”. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 166). Diferenciando-se do anterior na medida em que o traumatismo seria “menor, crônico, repetitivo, ininterrupto”, um traumatismo físico, como por ventura o barulho excessivo, posturas incorretas, movimentos repetitivos e dolorosos, trabalho no computador, etc.

Entretanto, Aubert definiu realmente manter o termo neurose profissional por entender que ele abarca a maior complexidade. Deste modo este termo poderia ser utilizado tanto em situações cuja complicação não seja necessariamente remetida a fatos da infância e, podendo, então, ser realmente desenvolvida a partir de situações profissionais, contudo, por outro lado,

seria também não restritiva a função do indivíduo na organização, mas a um aspecto particular desta, que exige psiquicamente do indivíduo algo ao qual ele não pode corresponder.

Designamos por neurose profissional uma afecção psicogênica persistente na qual os sintomas são a expressão simbólica de um conflito psíquico no qual o desenvolvimento está ligado a uma situação organizacional ou profissional determinada. Este conflito pode encontrar sua origem na própria situação profissional, sem remeter particularmente a um conflito infantil, e propomos, neste caso, o conceito de neurose profissional atual. Ele pode, igualmente, encontrar suas raízes na história infantil do indivíduo, e não ser, senão, uma reatualização, pela situação profissional de um conflito psíquico infantil. dito de outra forma, se nos encontramos em presença de um conflito psíquico, ligado a uma situação profissional ou organizacional precisa, esta última pode ser a fonte direta do conflito, do que os sintomas neuróticos são a expressão, ou ser, apenas, uma ocasião de reatualização, de revivescência de um conflito anterior. Propomos, no segundo caso, o conceito de psiconeurose profissional para exprimir a idéia de que o indivíduo revive, através de uma situação organizacional ou profissional determinada, um conflito infantil, que a situação em questão é a causa desta revivescência. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 166-7).

A neurose traumática profissional implica em existir uma relação de semelhança entre acontecimentos exteriores com identidade que desencadeiam uma determinada sintomatologia tal qual a vivida no passado, o que é regularmente descrito nesse tipo de neurose.

É necessário ter presente que o conceito de psiconeurose é de Freud, em 1894. O conceito de neurose traumática foi criado por Oppenheimer, em 1882, para designar situações de complicações psicológicas relativas a acidentes em estradas de ferro. Posteriormente, este conceito foi retomado para designar as chamadas neuroses provenientes a toda situação de complicação psicológica gerada pela atmosfera de guerra daqueles que estiveram em combate.

Este conceito é interessante naquilo que, entre os diferentes tipos de neurose distribuídos por Freud (neurose atual, mantida por um conflito impulsional 'atual'; psiconeurose, remetendo a um conflito infantil e neurose traumática), neurose traumática é a única que depende de um determinismo exterior: trata-se da irrupção de um acontecimento vindo de fora perturbando uma personalidade sã. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 168).

A utilização de conceitos construídos por Freud, tais como psiconeurose e de conceitos criados e utilizados por outros autores que tiveram acesso ao conhecimento

produzido no final do século XIX, início do século XX, portanto, num momento histórico em que a ciência ainda não estava no seu auge, fundamentalmente no que se refere às áreas de humanas, é extremamente comprometedor quando falamos do século XXI, pois justamente no conceito e designação de neurose traumática evidencia-se o aprisionamento numa perspectiva racionalista, cartesiana, na qual tudo é remetido ao interior do indivíduo, a personalidade seria um processo psicológico que ocorre dentro de sua cabeça.

Recorrer a esta psicologia é justamente inviabilizar o objetivo central de Chanlat na medida em que este busca esclarecer e resgatar o fator do humano nas organizações. Como seria possível tal feito, através de uma psicologia e uma antropologia que remete todas as complicações enfrentadas pelo homem como processos ocorrendo dentro de sua mente? Como compatibilizar a visão de Chanlat na busca do resgate do homem como um ser inteiro, num conjunto de perfis, e, ao defender esta necessidade está defendendo o trabalhador, profissional, pai, filho, marido, irmão, um ser que seria singular e universal, portanto, inserido dentro de um universo de outros seres humanos, inseridos também na sua contingência material, profissional em que tem suas contas a pagar no fim do mês, tendo que lidar com os colegas no trabalho, reagindo a estes colegas, confrontando-se com um dado sistema de gestão, com exigências de produção e eficiência, com um mercado de trabalho ameaçador, com risco de sua substituição, se ele seria na verdade um ser que independe deste contexto?

Justamente por onde busca a saída Aubert encontra seu ponto de partida quanto ao problema que se propõe a superar. Buscar esta solução numa perspectiva racionalista da psicologia, da antropologia, e da ontologia, é condenar-se a ficar preso nesse círculo vicioso. Exatamente, assim, remete-se o mundo, a realidade objetiva, para dentro da cabeça dos homens, deixando então a realidade à mercê das interpretações de um sujeito. Fica-se, assim, tal qual a dialética platônica andando em círculos, um caminho sem saída, e justamente este caminho é que leva à complicação do ser humano, limitando suas

possibilidades de crescimento, amadurecimento, e superação das suas efetivas dificuldades. Deste modo, muitos autores até mesmo sem se dar conta, transformaram a realidade material e objetiva numa psicopatologia, remetendo, desta forma, tudo ao infinito, e a impossibilidade, portanto, de uma elucidação efetiva dos fenômenos humanos.

A racionalidade que recorta os acontecimentos em termos de causa e efeito é uma racionalidade metafísica e determinista que ignora a implicação com uma materialidade específica e efetiva. Fica, inclusive, contraditório no que concerne ao que levou Chanlat a buscar Laing quanto ao conceito de “alteridade”.

A evolução teórica metodológica mais significativa da psiquiatria nas últimas duas décadas é, em minha opinião, a crescente insatisfação com qualquer teoria ou estudo do indivíduo que o isole do seu contexto. De diferentes ângulos fizeram-se esforços para remediar esta posição. Nota-se, contudo, que existem imensos obstáculos. Um esquema pode fragmentar falsamente a realidade. Há uma distinção entre fragmentação que violenta a realidade pessoal, e uma legítima análise de um dos aspectos isolados da situação. Não se deseja separar <mente> e <corpo>, <psíquico> e <físico>. Não se deve tratar as <pessoas> como <animais> ou <coisas>, mas seria tolice tentar arrancar o homem do seu relacionamento com outras criaturas e da matéria que é sua matiz.. (LAING, 1986, p. 77).

Se, inevitavelmente, precisa-se de um outro para se tornar o sujeito singular que cada um é e só se pode ser o ser que se é, na medida em que se passa pelo confronto com um outro, como seria possível então uma psicopatologia sem que haja esta implicação com o contexto de relações no qual o indivíduo está inserido?

Aubert aponta, ainda, o fato de que muita polêmica tem vindo em torno do conceito de “neurose traumática”, justamente na direção de questionar quanto a possibilidade de ser, efetivamente, gerado por um acontecimento como se, na verdade um determinado acontecimento seria simplesmente aquele que desencadearia uma neurose já estabelecida de forma latente. Como um tipo de neurose silenciosa.

A própria teoria psicanalítica não esclarece como é possível uma psicopatologia, quais as variáveis que constituem este fenômeno no seu conjunto, as articulações de funções destas variáveis, o que está na base e o que se acresceu posteriormente como potencializador da

complicação, através do contexto material. Como essa complicação se engendrou, o que a desencadeou e o que a desencadeia. Deste modo, fica impossível então elucidar uma complicação já na psicologia, bem como então ainda essa finalidade seria algo totalmente nulo já que seria uma psicologia da imanência, isto é, uma psicologia remetida à subjetividade e diluída nesta subjetividade, de modo tal que seria passível de esclarecimento sempre, conforme ele, condicionada a um indivíduo singular e suas interpretações.

Aubert assinala a distinção entre stress e carga psíquica, segundo definição de Dejours, colocando o stress como um componente possivelmente presente, sem que haja necessariamente um comprometimento do quadro psicológico. A carga psíquica seria o esforço do trabalhador em equilibrar a sua afetação frente ao stress no trabalho. Esta carga psíquica seria desdobramento da impossibilidade de adaptação frente às exigências no contexto organizacional.

Ao mesmo tempo em que o autor recorre à psicanálise para esclarecer o problema da subjetividade, fazendo remissão ao infinito, trabalha com uma subjetividade descolada da objetividade, uma subjetividade assentada num inconsciente, portanto nunca plenamente alcançável. Sempre algo que leva o homem, o comanda, impedindo-o o tempo todo de ser sujeito de seu próprio ser, por outro lado quando vai esclarecer situações de stress não desconsidera e constata inequivocamente a função da relação do profissional com os colegas de trabalho, com o mercado de trabalho, com as contingências postas dentro do espaço ou no ambiente organizacional.

Ora, se está trabalhando com dois pólos a objetividade e a subjetividade, e claramente na exposição de Dejours cada pólo é tomado isoladamente num determinado momento. Deste modo deixa expresso que não dispõe de teoria nem mesmo metodologia para identificar como considerar esses dois absolutos, assim expressamente esbarrando

no impasse clássico de como fazer ciência no aspecto humano, ou da impossibilidade de ciência nas áreas das disciplinas humanas.

Aqui, referencia-se, Castro no que se refere a demarcação do objeto da psicologia e à antropologia que sustenta essa psicologia:

Portanto, a questão da definição da essência do objeto da Psicologia, nos conduz à “necessidade ontológica” deste objeto possuir uma “consciência de ser própria”, ou seja, que seu ser não seja um “esse est percipi” à moda do idealismo de Berkeley ou Husserl, de tal forma que afirme, ao mesmo tempo, a irreduzível singularidade dos fenômenos psíquicos, mas também suas condições essenciais, ou melhor, o que os fazem ser efetivamente fenômenos psíquicos e não acontecimentos de outra ordem (fisiológicos, orgânicos ou puramente sociais). Sem considerar e equacionar o problema ontológico, de forma que se garanta a realidade dos fenômenos psicológicos para além de um idealismo da linguagem, da representação ou das puras interações simbólicas, a ciência psicológica não responde a uma das principais exigências que o materialismo histórico lhe faz.

No que concerne ao aspecto antropológico, Castro complementa:

Se um dos grandes tropeços do conhecimento psicológico tem sido admitir uma “vida interior” e buscar fazer desta, a matéria de seu trabalho ou, ao contrário, negar a existência de qualquer ordem psíquica singular como sendo ranços metafísicos ou individualistas, isto expressa uma indefinição de base com relação ao que seja o “ser humano”. É, portanto, uma carência antropológica que surge aí como estando na base desses desvios. Assumir uma ‘vida interior’ ou ‘mental’, é partir de uma definição de homem que remete, no mínimo, a Descartes com seu *cogito ergo sum*. Ao mesmo tempo, reduzir os acontecimentos humanos à raízes fisiológicas é ignorar totalmente a essência social e histórica do ser humano, e, desconhecer como se objetiva um homem, de forma a este ser irreduzível a um animal comum ou a alguma desordem puramente orgânica ou fisiológica. **O problema antropológico se manifesta, ainda, quando encontramos no conhecimento psicológico, o abismo subjetividade – objetividade, indivíduo- coletivo ou ainda o dualismo mente – corpo:** pois, à medida que o homem é concebido dentro do paralelismo “subjetividade” (definida como representações internas, pura linguagem, conteúdos mentais, etc), “objetividade” (definida pelas manifestações fisiológicas, comportamentalistas, ou puramente sociais) o fenômeno humano, sem sua base antropológica, fica cindido, repartido em pedaços. E, caso estes pólos (subjetividade e objetividade) não sejam unificados numa compreensão sintética da realidade humana, que nos remete ao conceito de práxis, esta se torna incompreensível, o homem concreto fica perdido, e a demarcação dos fenômenos psíquicos repleta de distorções. (CASTRO, 2001, p. 177 – grifo nosso).

Chanlat equivoca-se, portanto, quando busca compreender a subjetividade humana valendo-se da psicanálise, pois, com isso, está se valendo à antropologia subjacente a esta

disciplina, sem a qual a mesma não teria sustentação. É esta antropologia vigente que está na base da civilização ocidental, remetida à razão, portanto, racionalista e sem amparo à realidade, recorre sempre ao infinito, através de um discurso sem ancoragem na materialidade histórica. Já há uma antropologia construída e posta quando sustentamos qualquer esclarecimento numa teoria da psicologia na psicanálise.

(...) Por sinal, a psicanálise não é uma ciência, na melhor das hipóteses, é um processo médico, e talvez se aproxime mais do curandeirismo. Ela tem uma teoria sobre a causa da doença – vários ‘espíritos’ diferentes, etc. O curandeiro tem uma teoria que uma doença tipo a malária é causada por um espírito que aparece no ar; ela não é curada agitando-se uma cobra sobre o paciente, mas o quinino pode ajudar. Assim, se você estiver doente, eu recomendaria que procurasse um curandeiro, pois trata-se do homem na tribo que conhece melhor a doença; por outro lado seu conhecimento não é ciência. A psicanálise não foi verificada cuidadosamente pela experiência e não há como obter uma lista do número de casos em que funciona, o número de casos em que não funciona etc. (FEYNMAN, 1999, p. 109).

Conforme o autor, quando se remete à necessidade de uma nova antropologia é necessário fazer menção que a sua construção teórica ainda está por ser realizada, ainda não estando estabelecida. Entretanto, simultaneamente faz-se uso de teorias para esclarecer os fenômenos psicológicos, cuja elucidação só é possível com uma base antropológica implícita.

Portanto, mesmo que busque novas antropologias, partir do que já está na base das disciplinas das quais se vale, trazer subjacente uma antropologia racionalista, que infelizmente é a mesma que cria as condições de possibilidade para as limitações da organização que pretende combater e ultrapassar, no que concerne a dimensão do humano. Com isso, ficou andando em círculos.

Seu propósito é buscar uma antropologia científica, que permita o esclarecimento do homem objetivado no tempo e no espaço, um ser singular com diversos perfis que deve ser compreendido como homem concreto num mundo na sua totalidade.

Um homem que implica num fenômeno a ser esclarecido, como qualquer outro, e que pode e deve ser esclarecido por diversas disciplinas, cada uma delas restrita à sua

especialidade, iluminando uma determinada região deste fenômeno e esclarecendo-a. Entretanto, não ressalta a necessidade e, mesmo, a condição *sine qua non* para que este processo ocorra, que é a noção efetiva de interdisciplinaridade, ou seja, ao fundo não compreende expressamente nos termos mais rigorosos o que é ciência, visto que, não considera a necessidade da troca entre as disciplinas, já que sua proposta de interdisciplinaridade pressupõe na base ‘o respeito às proposições da disciplina alheia’, mesmo que as constatações sejam incompatíveis, pois impossíveis de ocorrer. E, em seu discurso encontramos essa disposição, a aplicação proposta é a reunião de um grupo, cada um respeitando a perspectiva do outro, ou seja, a reativação do ecumenismo científico.

Segundo Jantsch & Bianchetti (...) “o trabalho interdisciplinar (...) se apresenta como uma necessidade imperativa pela simples razão de que a parte que isolamos ou arrancamos ‘do contexto originário real’ para poder ser explicada efetivamente, isto é, revelar no plano do pensamento e do conhecimento as determinações que assim a constituem, enquanto parte, tem que ser explicitada na integridade das características e qualidades da totalidade. É justamente no exercício de responder a esta necessidade que o trabalho interdisciplinar se apresenta como crucial, tanto na produção do conhecimento quanto nos processos educativos e de ensino”. (JANTSCH & BIANCHETTI, 1995, p. 33).

A interdisciplinaridade proposta por Chanlat caminha na direção contrária a que estamos imprimindo nessa pesquisa, pois acaba implicando num esclarecimento paralelo em cada uma das disciplinas, o que seria propriamente um enfoque multidisciplinar, que embora se proponha a cobrir o conjunto, acaba, também, mutilando o fenômeno na medida em que ele nunca é alcançado e esclarecido na sua totalidade, sem as devidas implicações de relação de função.

Enquanto a aplicação prática da interdisciplinaridade implica no esclarecimento da totalidade do fenômeno, sendo este construído a partir da constatação das diversas disciplinas em que implica. Por exemplo, uma disciplina, na região do fenômeno que ilumina e esclarece, não pode contradizer-se com outra disciplina, sob pena de que uma das duas não esteja de acordo com a ciência. A produção de conhecimento técnico disciplinar, justamente por ser

uma demarcação, um recorte do fenômeno, faz-se também dentro de um universal que é o fenômeno que é esclarecido no seu conjunto. Sendo assim, não existem contradições internas, por isso mesmo a ciência esclarece o fenômeno partindo dele próprio. Esse é o rigor e a garantia dada e obtida em cada disciplina científica, como condição para sua própria intervenção.²¹

A negação da subjetividade nos estudos desenvolvidos sobre o homem e nas ações dos gestores, bem como, nas teorias da administração que sustentam ao fundo tais ações, é que estas esvaziam o homem ao objetivá-lo como um conjunto de comportamentos, portanto destituído de sua singularidade psicofísica, a sua condição de sujeito, ao reduzi-lo a “um mero emaranhado fisiológico, receptor e reator de estímulos”. **Assim remonta-se novamente o maniqueísmo. Novamente, tem-se, de um lado, a absolutização da objetividade e, de outro, a absolutização da subjetividade como pólos excludentes.**

O que Chanlat acaba propondo é a inversão de uma racionalidade das áreas das humanas que esvazia e reifica o homem de um lado, para uma racionalidade remetida ao infinito, cuja realidade das coisas e das ocorrências poderia sempre ser outra porque depende daqueles que a encontram, por fim, a subjetividade é sempre algo inalcançável para a elucidação científica. Nos dois casos, não avançamos na compreensão do nosso fenômeno.

O autor não nega a subjetividade, pelo contrário, constata a necessidade de resgatá-la, entretanto, novamente como toda a filosofia e psicologia remetidas a este maniqueísmo e prisioneiras dele, perde a materialidade e inviabiliza o homem de ser um fenômeno complexo sim, tal qual um átomo, porém passível de ser compreendido, e esclarecido como tal.

Chanlat constata como todo ser humano é encontrado num determinado ponto do tempo e do espaço, portanto, como duas dimensões inseparáveis. Todo e qualquer ser humano, assim como toda e qualquer coletividade, tem diante de si um futuro que resulta de

²¹ BERTOLINO, [subsídios de aulas de 2004/I](#), ministradas no Núcleo Castor.

um processo histórico transcorrido. Sendo resultante de um processo histórico, este necessariamente, ocorreu num determinado local, com uma cultura presente nesta comunidade, que está circunscrita numa comunidade maior, com valores próprios intrínsecos de uma cultura vigente. Assim, o ser humano que encontramos na organização é um ser humano resultante de todo este complexo de variáveis sócio-históricas em cujo conjunto constituiu e forjou sua personalidade. Justamente por isso não podemos reduzi-lo a um simples recurso humano com necessidades fisiológicas e financeiras a serem supridas para motivá-lo trazendo como resultado uma maior produtividade, como também não há como reduzi-lo a uma “subjetividade imanente”.²²

A implicação dialética entre tempo e espaço que Chanlat identifica, quando um não ocorre sem o outro, objetivamente, um dependendo do outro, escapando a um maniqueísmo, ao absolutismo de um extremo, escapa a uma visão excludente e determinista. No entanto, na prática, sem nenhum privilégio, acaba retornando ao equívoco clássico do cartesianismo.

Infelizmente ainda se está tão prisioneiro desse racionalismo por se ter presente na cultura e, portanto, constitutivo do saber de ser desta época, visto que presente no contexto material no qual se esteve e ainda se está inserido desde o nascimento, a divisão do mundo em dois pólos excludentes, a matéria ou o espírito, o bem ou o mal, Deus e Diabo, equívoco esse superado no que concerne às ciências naturais, no entanto, incapaz de ser colocado e perseguido com igual rigor do método utilizado, na área das humanas.

A ruptura entre as áreas de humanas e naturais, esbarrou na impossibilidade de produzir um conhecimento científico, ausente da percepção²³ ou interpretação²⁴ do indivíduo que o realiza, com um objeto demarcado, entre outros, inserido num determinado contexto, que tem sua subjetividade, porém encontrada objetivamente no mundo. Esta compreensão

²² Termo para designar a compreensão de um ser que estaria no mundo independente da materialidade, lançado sobre si mesmo.

²³ [Destaque à produção de conhecimento na Psicologia através da percepção, a captura da vivência.](#)

²⁴ A interpretação é a leitura subjetiva feita por um sujeito de um fenômeno com o qual se confronta, estando assim sustentada no sujeito e não nos componentes do próprio fenômeno.

dualista vem sendo sustentada desde Heráclito e Parmênides na Grécia antiga, passando por Descartes, Leibniz, Freud, Heidegger, Hegel e Merleau Ponty .

Mesmo havendo um esforço inicial em se viabilizar a produção de um conhecimento ou a intervenção de um fenômeno com a melhor das intenções, estaria infelizmente limitado pela própria concepção teórico-metodológica, de ultrapassar a condição da sustentação da compreensão do fenômeno em sua própria interpretação, portanto, na sua própria subjetividade.

Nessa perspectiva não há como estar seguro tecnicamente do encaminhamento da produção deste conhecimento ou intervenção dentro da real e efetiva possibilidade de superação do problema ou de um conhecimento rigoroso a respeito deste fenômeno, que como qualquer outro, é sempre singular - universal.

Esta impossibilidade de compreensão e da aplicação do método científico na área de humanas deve-se a concepção subliminar de uma antropologia racionalista ou idealista, que é imposta como saber da nossa época, e que se renova desde a idade clássica com Descartes. O discurso analítico vai na mesma direção, racionalidade esta incapaz de compreender o homem na sua complexidade.²⁵

No rastreamento de toda história das gestões de empresas, identifica-se uma série de autores²⁶ que se debateram em encontrar este caminho, construindo uma racionalidade teórica sustentada em um conjunto de conceitos abstratos, cuja amarração desemboca logicamente na superação do objetivo de esclarecer o homem na sua complexidade, porém racionalidade esta, sustentada na lógica e não na realidade concreta imposta pelo fenômeno.

²⁵ BERTOLINO, [subsídios de aulas de 1999/ I](#), ministradas no Núcleo Castor.

²⁶ [Só para citar alguns com destaque acadêmico: Fayol \(1841-1925\), fundador da Teoria Clássica e ainda dentro dela temos Gulick , Urwick;. Dentro da Teoria das Relações Humanas \(com ênfase nas pessoas\) temos Kurt Lewin trazendo a Psicologia Social. Na Teoria Comportamental da Administração temos Skinner, temos a teoria das necessidades de Maslow. Já dentro da abordagem contingencial, Skinner, Alfred Chandler Jr, Edgar Shein, James Thompson, Bertalanffy com a Teoria dos Sistemas \(1947\), na perspectiva da ‘Organizational Learning’ temos Chrys Argyris & Donald Shon, entre tantos outros. \(CHIAVENATO, 2000\).](#)

Entretanto, nenhum deles encontra sustentação empírica em termos de regularidades estatísticas, em face da sustentação científica da teoria que propõe, bem como, por consequência, não dispõe de metodologia para a sua aplicação.

Quando aponta a necessidade de ter presente esta questão do homem ser sujeito e objeto ao se tratar da área de humanas, não esclarece exatamente o que quer dizer com isso. Deve-se ter isto presente para quê? Qual seria o cuidado necessário? Claro que nos fica fácil identificar a que o autor se refere, à crítica geral da impossibilidade de se fazer ciência na área de humanas pelo fato do homem não dispor de distância técnica para tanto.

Na verdade, Chanlat e outros autores que compartilham desta visão historicamente, não dispõem de uma metodologia para esse “fazer científico” quando diz respeito ao humano.

A perspectiva que esteve presente até hoje foi exatamente esta, de caráter subjetiva e racionalista, que impediu a possibilidade de esclarecimento e resgate do indivíduo, e na sua totalidade, e, em qualquer uma das ditas disciplinas das áreas de humanas.

Dentro dessa perspectiva coloca-se a impossibilidade das áreas de humanas pelo fato do homem ser objeto e sujeito ao mesmo tempo.

Tudo começou pela constatação óbvia de que todo conhecimento e, portanto, a ciência acima dos outros, implica dois pólos: de um lado, o objeto da investigação e, de outro, o sujeito que a realiza. Mas Sartre soube ver também, que a relação entre esses dois elementos não podia ser resolvida satisfatoriamente com recurso último à lógica ou ao mito da razão, como sempre fizeram as ditas "*filosofias da ciência*". Por aí, acabamos dissolvendo o sujeito no objeto, para cair no realismo naturalista ou, então, ao extremo oposto, dissolvendo o objeto, por sua vez no sujeito, para desembocar no idealismo "espiritualista". Assim, vamos perder de vista o objeto de observação ou de intervenção e, por conseguinte à ciência, como acontece a todas as formas de "positivismos". A solução desse problema tão evidente, foi encontrada por Sartre na elaboração da "Ontologia Fenomenológica", onde se escapa ao racionalismo e, por aí, à Metafísica de uma vez por todas: concedendo-se, por fim, direito de cidadania à ciência, empossando-a no território que lhe pertence, queiramos ou não, por razões de fato e de direito. O caminho passou por uma revisão aprofundada da Fenomenologia de Husserl, de modo a livrá-la dos equívocos cometidos por seu fundador, colocando-a nos trilhos que ele sempre declarou procurar: "rumo às coisas mesmas". Husserl perdera o caminho da ciência, que sempre dissera buscar. Mas, Sartre soube encontrá-lo, uma vez que começou pela observação e pela descrição rigorosa do objeto, no seu "status" de indicativo de si mesmo. Foi por aí, que ele chegou à constatação desse par indissolúvel: por um lado, a

consciência que, mostrando-se dimensão transfenomênica do sujeito, não depende absolutamente do Eu ou da Personalidade para ocorrer, acontecer ou existir; e, por outro lado, a coisa ou o "En-soi" que, evidenciando-se dimensão transfenomênica do objeto, não mais se reduz a este, uma vez que não implica uma consciência à qual precise aparecer para se instalar ou definir-se no seu ser: tudo ao contrário do objeto, que não ocorre jamais sem a demarcação que lhe vem por uma "consciência-testemunho". Somente sobre essas bases ontológicas primeiras, e epistemológicas depois, é que foi e continua sendo possível estabelecer uma psicologia corretamente científica: onde se respeite a realidade factual da consciência em sua autonomia e, ao mesmo tempo, a realidade do mundo objetivo, em sua materialidade: sem dissolver um no outro, vale repetir. (BERTOLINO [et al.](#): 1995, p. 34 - 6 -CFP)

Ora, o pesquisador, como qualquer outro ser humano é psicofísico, é corpo e consciência, não tendo como escapar a regra de que interage no mundo e não tem como ser o mesmo, independente daquilo que vive. **Entretanto existe uma relação que é pessoal, e uma relação que é técnica.** Assim como o físico que estuda o átomo também é um ser que interage com o mundo, também interage com o mesmo espaço no qual encontra o átomo. Entretanto necessita de metodologia e ferramentas para que sua verificação científica não passe por uma avaliação equivocada dados os componentes presentes naquele contexto material de pesquisa e observação científica.

Deste mesmo modo, o homem quando produzindo ou intervindo na área de humanas está inserido no mundo tal qual o seu objeto de estudo, entretanto, necessitará de teoria e metodologia científicas para que sua verificação não seja comprometida por uma ausência de critérios científicos, elemento este que invalida qualquer verificação científica, seja na área de humanas ou naturais e exatas e, garanta então que as constatações produzidas a partir desta verificação sejam resultantes, porque sustentadas pelo próprio fenômeno, sendo o homem ali um dos recursos necessários para tal verificação, mas que dispensado, na medida em que está garantida no próprio fenômeno. Deste modo, constatações estas que sejam encontradas por qualquer outro observador que respeite as condições de produção científica. Além de tudo, é também relevante destacar que o homem só é seu próprio objeto quando está estudando a si próprio, ao alcançar um homem no mundo, um investigador está diante de um fenômeno no

qual ele se circunscreve universalmente, mas é outro do que ele, cuja posição de investigador e de objeto são apenas funções assumidas ou atribuídas a cada um deles no processo de produção científica.

Faz-se necessário destacar que o espaço conquistado pela psicologia e antropologia comportamental, que alcançou o homem como um conjunto complexo de reações a estímulos, ações essas objetivadas em comportamentos, não foi de graça. Esse espaço conquistado tem seus interesses subjacentes, tão bem expressos no filme “laranja mecânica”²⁷ produzido há quase 40 anos atrás, de controle e manipulação das massas. Infelizmente trazendo como custo a ser pago inerente a ele a reificação do sujeito.

Por outro lado, as abordagens que trabalham com a base cartesiana, tal como a psicanálise que sustenta o inconsciente numa remissão ao infinito sustentada pela lógica, jamais escaparam dessa concepção subjetivista e, justamente por aí, impediram a possibilidade de ciência na área de humanas.

Pode-se inferir que o grande equívoco que prende Chanlat em sua proposta é a falta de um conhecimento efetivo do que é ciência. Ressalta a impossibilidade da ciência na área de humanas porque nesse plano o homem é sujeito / objeto de sua própria ciência.

"A grande diferença entre as ciências físico-químicas e as humanas reside justamente no fato de que nas últimas o ser humano é ao mesmo tempo objeto e sujeito de sua ciência". (CHANLAT, 1999, p. 32).

Expressa-se aqui a noção de ciência com a qual o autor trabalha, noção esta que converge com a visão de todos os autores trabalhados anteriormente. Compreendendo

²⁷ Filme em que se evidencia a intervenção behaviorista ou comportamental, cujo resultado é a alteração restrita do comportamento humano, não alterando a personalidade no seu núcleo que o cogito, alterando seu saber de ser e lhe possibilitando um outro campo de possibilidades na realidade. A correlação com o objeto tratado neste trabalho é feita sem considerar o fenômeno tal qual se impõe, fragmentando o homem em corpo e mente e intervindo no corpo para produzir alterações meramente comportamentais.

equivocadamente a impossibilidade de estudo e verificação do homem tal qual qualquer outro objeto entorpecido.

3.1 A Busca de uma Teoria Antropológica para as Organizações

Tendo presente algumas dessas posições colocadas até então, Chanlat propõe um novo caminho para esclarecer a realidade humana dentro do contingente e contexto organizacional. Dado o que já se produziu e se estudou até hoje, bem como tudo aquilo que já se tentou aplicar nos diversos modelos de gestão, o autor constata a necessidade da construção de uma nova antropologia que arme um horizonte de compreensão, ou de possibilidade de compreensão do homem sem mutilá-lo, nem recortar algum dos seus elementos constituintes. Para tanto destaca cinco níveis correlatos, quais sejam: do indivíduo, da interação, da organização, da sociedade e do mundo. "Sendo cada nível ao mesmo tempo dissociável e concretamente indissociável dos quatro outros". (CHANLAT, 1996, p. 34).

Para Chanlat esta ocorrência dá-se pela implicação de funções entre estes elementos, e conforme o movimento do fenômeno, um sobressai-se frente ao outro, mas conforme a própria dialética dos elementos implicados no fenômeno e não por uma deliberação externa.

A interdisciplinaridade aparece como caminho para resolver esse problema, ao propor que se busquem disciplinas afins da área de humanas e na medida em que cada disciplina esclarecer o seu recorte do fenômeno humano, surgiria então uma nova antropologia. Deste modo, a construção desta antropologia surgiria a partir da junção de disciplinas da área de humanas, tais como psicologia, sociologia, filosofia, etc.

Em Chanlat a visão de indivíduo é biopsicossocial, dimensões que implicadas conferem a complexidade ao singular de cada ser humano, influenciando o homem no seu conjunto, colocando-o como agente da própria história. E, segundo ele, é à implicação desses

três elementos na realidade humana que devemos recorrer para esclarecer certos impasses e reações distintas por parte de diferentes pessoas a um mesmo estímulo ou situação na empresa. Conforme a força de função presente, o indivíduo torna-se capaz de fazer certas coisas e incapaz de certas outras.

O indivíduo agora precisa ser valorizado também pela sociologia, deixando de ser aquele submetido a um contexto, para ser um participante ativo da construção e da desconstrução da realidade. Esta mudança de perspectiva só é possível quando implicada num conjunto de disciplinas que esclarece esta complexidade, conforme a visão do autor.

Para sustentar sua concepção de que há uma interação indescartável entre os seres humanos, o autor recorre a Laing²⁸, onde expõe a existência do outro como necessário e indescartável para o indivíduo. É nesse contexto de relações que ele se faz. Fundamentando-se, assim, justamente nesta implicação do outro no universo humano como a sustentação da interação entre os seres. Esta interação varia entre Eu e o Outro, entre o Eu e uma Coletividade, e entre Grupos. “Para existir, este mundo da interação necessita e coloca em jogo certo número de mecanismos ou modos de comunicação, ritos de interação e processos psíquicos com estreita relação entre si”. (CHANLAT, 1996, p. 37).

Para sustentar a efetiva ocorrência da interação, Chanlat atenta para os diversos níveis, citando a função dos modos de comunicação, da interação e ritualização dos processos de comunicação, e, destes com os processos psíquicos.

²⁸ [Ronald David Laing, \(1927-1989\) renomado e controvertido psiquiatra, conferencista e autor de vários livros, rebelou-se contra a psiquiatria ortodoxa e buscou um novo método de tratamento da loucura. Após formar-se em medicina na Universidade de Glasgow em 1951, Laing serviu um período no exército e na sua prática convenceu-se de que um comportamento "maluco" pode ter um efeito salutar se for permitido o seu curso sem supressão por meio de drogas e choque elétrico. Após um período como psiquiatra no exército britânico, Laing trabalhou no Royal Medical Hospital de Glasgow e lecionou no Departamento de Psicologia Médica da Universidade até 1956, quando submeteu-se a treinamento de Psicanálise no Tavistock Institute of Human Relations, em Londres. De 1962 a 1965 Laing empreendeu inúmeras experiências com uma nova abordagem da doença mental: a do existencialismo. Em Reason & Violence: A Decade of Sartre's Philosophy \(1950-1960\) \("Razão e violência, uma década da filosofia de Sartre"\), de 1964, Laing analisa aspectos da filosofia de Jean-Paul Sartre contidos em Critique de la Raison Dialectique \(1960\) daquele filósofo. \(A mesma obra contém comentários a outras obras de Sartre, feitos pelo autor principal D. G. Cooper\).](#)

Atenua também a função da estruturação material (organização) onde também ocorrem esses fenômenos humanos. Compreende assim a interação entre a singularidade de cada indivíduo e o seu movimento na coletividade da organização, bem como de sistemas de poder, hierarquias, etc. A organização é por si só instável, dado que as contingências remetem a conflitos interpessoais de outras naturezas, dentro das organizações, não podemos esquecer da própria história da organização, suas origens, e a cultura e na qual está inserida e a qual constituiu e solidificou.

Esta crítica da reificação do homem subjacente ao modelo tradicional de gestão é compartilhada por todos os autores trabalhados em breve exposição no capítulo anterior. Todos lutam contra a reificação do homem, pela qualidade de vida que implica a satisfação na realização do trabalho e não só um bom emprego, o respeito à dignidade humana, sem perder de vista que o ser humano é mais do que simplesmente o trabalhador que recebe salário e quanto mais ameaçado, mais produzirá pelo medo de advertências ou pela própria realidade de escassez do mercado de trabalho e, por outro lado, uma grande oferta.

A gestão tradicional está ainda fundamentada nos resquícios do taylorismo, todos a identificam como ultrapassada, lançam novas teorias e estratégias na direção do resgate do ser humano, mas não conseguem estruturar uma teoria elucidativa do homem na organização e uma práxis que permita esta intervenção na realidade organizacional.

Enfim, a proposta de Chanlat contempla os impasses apontados já por outros autores, avançando um pouco além, na medida que identifica a necessidade de uma antropologia e da articulação interdisciplinar, embora não disponha de uma metodologia para tal encaminhamento.

3.2 A Concepção de Ciência em Chanlat

Faz-se necessário esclarecer que toda visão de ciência que vai ser disposta aqui neste capítulo a partir da visão de Chanlat está ancorada em todo o processo econômico iniciado desde a revolução industrial sustentada na lógica do capitalismo, que tem por objetivos a produção e produtividade e tendo como fim o lucro.

Segundo Chanlat existe a necessidade de recorrer às ciências sociais "enquanto disciplinas reflexivas", o que é fundamental para a contribuição na formação dos profissionais das diversas áreas, bem como, no auxílio para a compreensão e transformação do modelo tradicional de gestão.

As disciplinas reflexivas seriam então utilizadas para buscar e sustentar um discurso e não disciplinas científicas que são compostas de teoria científica que esclareça o fenômeno, possibilitando uma práxis científica e não um corte entre uma ciência teórica e a prática, já que ciência só se faz através de uma práxis, ou seja, a aplicação da teoria através de uma metodologia de intervenção, sem que se façam isoladamente, o que seria manter o mito da razão.

O autor reconhece a necessidade de contemplar o contexto sócio histórico em que se encontra um indivíduo da organização. Não descarta a realidade objetiva na qual este se insere, tendo uma série de outros elementos presentes além da organização, visto que vive numa determinada comunidade, com certo contexto cultural, inserido numa vida familiar, de sorte que há uma série de elementos tendo função na vida singular de cada indivíduo. Por outro lado, há um bombardeio de conceitos e exigências de produtividade e eficácia nas organizações, assim sendo, o indivíduo está sempre movido pela exigência de um determinado desempenho para a manutenção do seu emprego.

Com toda a exposição realizada, constata-se facilmente que isso ocorre pela inexistência de uma metodologia de aplicação sustentada numa teoria já estruturada cientificamente, impedindo assim a compreensão do fenômeno e, por conseqüência, uma intervenção com controle de resultados no mesmo.

A função fundamental das ciências sociais para a contribuição no que concerne às ciências da administração, dá-se na direção da elaboração de uma antropologia geral que sustente o conjunto de disciplinas. Na definição de Chanlat "As ciências sociais são todas as ciências que se dedicam a tornar inteligível a vida social em um de seus aspectos particulares ou em sua totalidade". (CHANLAT, 1999, p. 21).

Compreende-se que a maior parte das ciências sociais e humanas surgiram no século XIX resultantes de uma sociedade ocidental que introduziu, a partir do século XVIII uma mudança permanente apoiada na perspectiva racionalista, apoiada pelo iluminismo da Revolução Francesa.

Por outro lado, o modelo de ciência predominante amparou-se em Augusto Comte²⁹, inclusive no que concerne à função das ciências humanas, que requer um esclarecimento dos fenômenos, assim como, a previsão e controle dos resultados através das investigações, ficando, desta forma, as Ciências Sociais demarcadas em dois discursos distintos e paralelos, um contemplando a "liberdade e a democracia" e outro os "seus efeitos", fragmentariamente, portanto, mais voltada a uma "análise política e econômica" do que "científica".

Desde sua gênese, as ciências sociais estão divididas entre duas formas do estudo científico do fenômeno, por um lado uma posição naturalista, objetivista e causalista e por outro uma posição humanista e subjetivista.

²⁹ Filósofo e sociólogo francês (1798- 1857). "Acreditava que a sociedade humana avança através de fases: a fase teológica / militar, a científica / industrial e a de transição ou metafísica, na qual situava a Europa de sua época. Delineou três fases (a teológica, a metafísica e a positiva) na evolução de cada ciência". (BLACKBURN, 1997, p. 65).

A primeira perspectiva é sustentada por Stuart Mill³⁰ e Augusto Comte que buscaram no início do século XIX, conforme a visão da física, construir uma ciência que fosse positiva, ou seja, científica. Assim foi criado o positivismo de Augusto Comte, que buscava o esclarecimento e a elucidação das ocorrências humanas, tal como, o método da astronomia, da física, enfim, das ciências naturais. Entretanto, o equívoco foi justamente cair numa busca causal, que acabou distorcendo esse processo de pesquisa ou intervenção científica, na medida em que se remeteram para a metafísica (relação de causa e efeito).

A segunda perspectiva é desenvolvida a partir de pensadores alemães³¹ e na virada do século XX, deixando bem clara a necessidade de romper com os métodos fomentando uma ciência do conhecimento que definitivamente não fosse subordinada aos princípios e métodos da ciência natural. Essa posição também era compartilhada por Weber³², Cassirer³³, sendo ainda assinalada por GUSDORF³⁴, que as ciências humanas “são ciências ambíguas, pois o homem, que é ao mesmo tempo objeto e sujeito, não pode colocar-se a si mesmo entre parênteses para considerar uma realidade independente dele” (GUSDORF, apud CHANLAT, 1999, p. 22 - 3).

Aqui se identifica a grande explicitação do impasse quanto ao fazer ciência na área de humanas, impasse este histórico desde os gregos quando iniciou o racionalismo,

³⁰ Filósofo e economista inglês (1806-1873), é o pensador liberal mais influente do século XIX (...) era um empirista cujo objetivo consistia em construir um sistema de conhecimentos empírico genuíno, para uso tanto nas questões sociais e morais como na ciência”. (BLACKBURN, 1997, p. 250).

³¹ Desembocando na perspectiva da Escola de Frankfurt.

³² Sociólogo e filósofo alemão (1864-1920) que, dentre outras coisas, insistia que a forma da condução das ciências sociais devem ser isentas de valor “(...) afirmava que um estudo sociológico deve reconhecer que as ações têm sentido para seus agentes, considerando que nenhuma perspectiva científica sobre esses agentes que ignore esta dimensão poderá ser adequada. O sociólogo deve conseguir se colocar na mente daqueles que estudam”. (BLACKBURN, 1997, p. 408 - 9).

³³ “Neokantiano alemão (1874-1945). Foi professor em várias universidades na Inglaterra e nos EUA. Sua principal ambição era desenvolver a obra de Kant para incluir uma teoria geral da cultura. Conhecido sobretudo por suas investigação sobre as ‘obras simbólicas’”. (Idem: p. 53 - 4).

³⁴ Filósofo francês. “A razão triunfante se dá à pretensão de substituir o mundo vivido com sua incoerência, sua opacidade, seus matizes passionais pelo universo inteligível do discurso. Aí, o real em todos os seus domínios tem que ceder ao verdadeiro, para que se imponha a decadência das fábulas, a recusa da afetividade e a desconfiança sistemática da relação com o sensível. O espírito já não se pode apoiar se não em si mesmo: e o racionalismo se sonha na posse de uma verdade que só é verdadeira para si própria”. (GUSDORF: 1960: 179 apud BERTOLINO et al.: 1998, p.11), também encontrada em www.nuca.org.br, citação de BERTOLINO da obra Mythe et Métaphisique.

potencializando sua força com Descartes no século XVI. Esta impossibilidade que se impõe aos autores está amplamente sustentada ao longo de toda a história da impossibilidade de imparcialidade na investigação e na intervenção de um objeto que é do mesmo tipo do investigador, portanto, como objeto e circunscrito num mesmo universal do ser humano que pesquisa ou que nele intervém.

Os representantes da segunda perspectiva sustentam a função das ciências sociais como tendo de ser práticas e úteis, permitindo assim uma previsão e controle de comportamentos, explicitando-se a busca de desenvolvimento de técnicas de gestão que respondam a uma dinâmica da empresa. O que vem a ser exatamente o objetivo da gestão tradicional.

Weber, citado por Chanlat na sua obra “Ciências Sociais e Management” (1999), deixa bem claro que a finalidade principal das ciências sociais não é colocar-se a serviço das instituições, mas sim possibilitar a compreensão da “realidade humana, social e histórica”.

A partir deste dualismo que é próprio da história das humanas é que se remonta o maniqueísmo, de um lado a materialidade, a objetividade, mais propriamente falando em administração, - ‘**a produtividade e eficácia**’ e, por outro, a subjetividade, a busca de um ser humano **motivado**, perdido no meio do mundo, relegado à condição de ser transcendental ou imanente, ao qual se tem acesso somente numa instância interpretativa e subjetivista, portanto, nunca podendo ser totalmente esclarecido, já que são também os homens que esclarecem a realidade humana, estando assim inaptos para tanto, na medida em que não se dispõe de uma “neutralidade científica”.

Mas os senhores vêem que se marquei esta articulação, essa espécie de vazio que faz com que haja uma história marxista e uma antropologia cultural marxista, que as duas estejam às vezes em contradição e às vezes em uma espécie de indeterminação, foi para mostrar a existência de duas concepções de homem no interior da ciência social. Estas duas concepções pediriam para ser ligadas, superadas por uma terceira. Ou, por outras palavras: temos antropologias estruturais e antropologias históricas: deveríamos fundar uma antropologia estrutural e histórica – e, na verdade, é a época atual que a reclama – na qual os dois condicionamentos, ao invés de

justapostos, seriam integrados, de maneira que se pudesse compreender o que é uma estrutura e o que é a história.³⁵ (SARTRE, 1986, p. 57).

Com esta perspectiva fica claro que não há somente dois modos de compreender a realidade humana, mas também dois modos de intervir nesta realidade, modos divergentes que pressupõe resultados distintos jamais permitindo a unificação da compreensão deste homem.

“A Antropologia Estrutural entende por estrutura os caracteres que, numa sociedade dada, a definem, simultaneamente, numa particularidade (...) em suma, aqueles dados que descobrimos e pomos sob a luz do dia por intermédio de experimentos ou de estatísticas e que encaramos como constituindo uma sociedade em um determinado momento.” (...) “A antropologia histórica (...) consiste em estudar o homem na medida em que é modificado pelas circunstâncias e, modificado por elas, as modifica por sua vez. Nas palavras de Marx: o homem, feito pela história, faz a história, na mesma medida em que é feito por ela”. (SARTRE, 1986, p. 49 e 51).

O destaque ao modo de compreender o fenômeno humano é dado pela seguinte direção: “descrever”, “explicar”, “compreender” e “avaliar”, resumido, assim, por Alain Caillé (1993), citado por Chanlat nesta obra de 1999.

Entretanto, “descrever”, na concepção destes autores, implica em dar ao objeto uma “identidade própria”. Nesta etapa colhe-se informações, muitas vezes primordiais aos dirigentes. O impasse que se impõe aos autores se explicita quanto ao “explicar” o fenômeno.

A explicação é a questão que mais inflama os pesquisadores, porque ela está no centro do aparato científico, principalmente da perspectiva objetivista. Explica-se quando se isolam as causas e as razões de um fenômeno, de um fato ou de uma decisão e quando se verificam hipóteses. A explicação introduz, pois, a questão da causalidade entre dois fenômenos. Contudo, como todos sabemos, as questões de causalidade permanecem difíceis de se estabelecer em Ciências Humanas, em virtude da versatilidade, complexidade e imprevisibilidade do ser humano, e é justamente essa complexidade do sujeito social que direcionou muitos pesquisadores para a compreensão. (CAILLE, 1993; DEJOURS, 1995; FREITAG, 1996; E DOSSE, 1995 apud CHANLAT, 1999, p. 25).

³⁵ Publicação da Conferência ministrada por Sartre em Araraquara no Brasil, em 1960.

Conforme estes autores supra-citados, na hora da “compreensão” entram em questões temas como experiências pessoais, valores até mesmo questionamentos sobre a vida que acabam implicando a subjetividade do observador ou do pesquisador.

Neste ponto recorrem à fenomenologia de Merleau-Ponty,³⁶ a experiência e o sentido vivenciado. Buscando, por fim alcançar não a verdade social na sua objetividade, mas sim a verdade social conforme experienciada pelo sujeito.

Importante ressaltar que esta é a fenomenologia da percepção, diferente da fenomenologia sartreana que se constata como saída para o fazer científico.

“Não se trata aqui de atingir a verdade social em sua objetividade quimérica, mas em sua verdade vivenciada” (CHANLAT, 1999, p. 26).

Quanto à utilização das bases da fenomenologia de Merleau-Ponty, proposta por Chanlat, na sua obra de 1999, caímos na noção de percepção, um fenômeno psicológico primário, portanto subjetivo, que recorre aos sentidos e que jamais será passível de ser convertido num instrumento para uma verificação científica, visto que esta ação se dá através de uma reflexão crítica, num fenômeno demarcado, recortado no âmbito da disciplina do cientista, totalmente transcendente a ele próprio cientista que o investiga ou que nele intervém.³⁷

Do mesmo modo Descartes, sustenta-se numa perspectiva da percepção, como tantos outros autores, referenciando a questão dos sentidos:

(...) quanto aos costumes é necessário às vezes seguir opiniões, que sabemos serem muito incertas, tal como se fossem indubitáveis (...) mas por

³⁶ Escritor e filósofo francês. (1908-1961) líder do pensamento fenomenológico na França. Estudou na *École Normale Supérieure* em Paris, graduando-se em filosofia em 1931. Lecionou em vários liceus antes da Segunda Guerra, durante a qual serviu como oficial do exército francês. Em 1945 foi nomeado professor de filosofia da Universidade de Lyon e em 1949 foi chamado a lecionar na Sorbonne, em Paris. Em 1952 ganhou a cadeira de filosofia no *Collège de France*. De 1945 a 1952 foi co-editor (com Jean-Paul Sartre) do jornal *Les Temps Modernes*. Suas obras mais importantes de Filosofia foram de cunho psicológico: *La Structure du comportement* (1942) e *Phénoménologie de la perception* (1945). Apesar de grandemente influenciado pela obra de Edmund Husserl, Merleau-Ponty rejeitou sua teoria do conhecimento intencional fundamentando sua própria teoria no comportamento corporal e na percepção. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/fc-ponty.html>

³⁷ BERTOLINO, subsídios de aulas de 2004/ I, ministradas no Núcleo Castor.

desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu crédito, que fosse inteiramente indubitável. Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, porque há homens que se equivocam ao raciocinar, (...) rejeitei como falsas, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. (DESCARTES in OS PENSADORES. Vol I, p. 46).

No que se refere ao quarto critério “avaliação”, elemento fundamental de uma vida em coletividade e nas ciências humanas, encontramos a norma da prática social que propõe uma perspectiva que pode ser aceitável ou não, boa ou má, conforme exposição dos autores, fica expresso que a norma a ser esclarecida que norteia a prática das ciências sociais é alcançada também pelo indivíduo que a investiga, pelo cientista social, deste modo fazendo da ciência social não somente um projeto de esclarecimento científico, mas abrangendo um projeto mais amplo que inclui a política e a moral.

Desta base advém o entendimento de que todo conhecimento social, seja de que natureza for, é acolhido também pelo cientista que o investiga, comprometendo assim o conhecimento produzido por estes cientistas.

Aqui se explicita novamente, e fundamentalmente, uma confusão de conceitos que, se não forem ultrapassados, jamais propiciarão um efetivo fazer científico. A diferença entre saber e conhecimento.

O **conhecimento** é um empreendimento humano historicamente realizado a partir de um fenômeno objetivo que se impõe, este conhecimento pode ter o caráter científico, metafísico, religioso, político, e cada um deles implicará em uma racionalidade subjacente.

Já o **saber** é a apropriação destes conhecimentos, a apropriação das experimentações de ser do homem no mundo no seu contexto de relações que vão desembocar no núcleo da

personalidade que é o cogito, constituído por inúmeras situações de “saber de ser”³⁸ que, unificadas nos diversos perfis, constituem “certezas de ser”³⁹, advindas de ações concretas no mundo e das experimentações deste indivíduo frente a essas ações, constituindo um dinamismo psicofísico, isto é uma personalidade, que é como diz Sartre, uma subjetividade objetivada no mundo entre os outros e as coisas.⁴⁰

(...) Não é em nenhum refúgio que nos descobriremos: é na rua, na cidade, no meio da multidão, coisa entre as coisas, homem entre os homens.”. (SARTRE, 1939, p. 31).

Portanto, se tentarmos produzir conhecimento a partir do nosso saber, realmente fica inviável a imparcialidade científica. É exatamente aí que a fenomenologia proposta por Merleau-Ponty nos impede este fazer científico, e por onde se sustentam quase as todas compreensões de conflitos relacionais nas organizações. E é exatamente este o equívoco epistemológico de Chanlat na busca da nova antropologia que deseja construir.

3.3 O Equívoco da Construção de uma Nova Antropologia

Chanlat equivocou-se ao intuir a construção de uma nova antropologia que surgiria como desdobramento da reunião de disciplinas da área de humanas tais como psicologia, sociologia, filosofia, quando na verdade nenhuma destas disciplinas é possível sem a antropologia, já que são disciplinas que tratam do humano, portanto necessitam desta sustentação antropológica para a sua sustentação.

Realmente, é chegado o momento para se tentar fundar uma antropologia que, restituindo sua unidade e sua especificidade ao ser humano, destaque também as dimensões fundamentais e os diversos níveis de análise. O termo antropologia é aqui tomado em seu sentido etimológico. Mas partimos da idéia de que existe um mundo próprio do homem e que o estudo deste universo singular constitui o objeto privilegiado da ciência do humano que é a antropologia. Por sugestão de Mauss 1968 e outros pesquisadores, esta

³⁸ Experimentação de ser de um sujeito frente a um objeto (coisa ou pessoa) de modo tal que ele não tem como escapar de saber-se sendo sujeito de tal experimentação.

³⁹ Certeza de ser é um estado da personalidade que integraliza os diversos saberes referentes a um perfil, guardando entre si correlação noemática.

⁴⁰ BERTOLINO, entrevista realizada em 05.09.2004, quanto ao dinamismo psicofísico da personalidade.

antropologia a ser criada no campo organizacional deve reagrupar o conjunto de conhecimentos existentes sobre o ser humano apoiando-nos sobre essa massa de conhecimentos deveríamos perceber melhor a experiência humana exatamente como ela é vivenciada no universo organizacional. Propomos também um duplo deslocamento do objeto de estudo. De uma parte, em lugar de nos centrarmos primordialmente no modo de tornar as pessoas mais satisfeitas e com bom desempenho, como faz atualmente a corrente ortodoxa, mas vamos centrar nossa atenção sobre o fato humano nas organizações, a partir de conhecimentos desenvolvidos por todas as disciplinas que se ocupam do assunto. De outra parte, em lugar de considerar a organização como um conjunto fechado e auto-suficiente, procuraremos colocar em cena as relações com o meio ambiente que percorrem ou atravessam longitudinalmente a vida das organizações. Esta posição fundamenta se, aliás, sobre certo número de considerações de ordem epistemológica e metodológica relativa ao ser humano e o modo de estudá-lo. (CHANLAT, 1996, p. 27).

Quando, ao escrever um artigo para a obra de Chanlat sobre “Indivíduo, dimensões esquecidas”, Stewart Clegg relaciona as funções do poder, da linguagem (não só verbal) e das ações nas organizações, em certos aspectos fica explícita a intuição de causa e efeito, base da metafísica, onde não comporta a noção de fenômeno como um conjunto de funções articuladas. Está-se sempre a busca de uma razão primeira que geraria seus efeitos.

Esta confusão entre os mecanismos causais e os seus resultados, como cita Clegg (in CHANLAT, 1996), implica numa inabilidade científica, na medida em que não se dispõe de teoria que permita esclarecer o fenômeno a partir dele próprio, esta compreensão equivocada só é possível a partir de uma verificação equivocada do fenômeno, não sustentada nele próprio, portanto, baseada numa interpretação comprometedora da realidade, na medida em que não identifica as variáveis constitutivas do fenômeno com suas implicações de funções entre si. Cai, assim, numa racionalidade mítica e determinista, isto é, de causa e efeito, caminho por onde jamais se conseguirá esclarecer ou elucidar cientificamente o fenômeno em questão.

A busca dos autores que tratam este tema, em geral, é sempre a busca da descoberta **da grande causa** que motiva o ser humano nas organizações, visando uma maior produtividade, na medida em que este está motivado.

Confronta-se novamente na questão fundamental que é a “motivação”. O jogo de relações, as regras do jogo, os jogos de poder utilizados na empresa vão depender fundamentalmente do saber e do ser do colaborador, da função que a sua profissão, o seu trabalho está tendo em sua vida, da estrutura da empresa, dinâmica própria da organização e da compatibilidade ou não desta com o conjunto do seu ser, seu desejo profissional, aquilo que lhe é fundamental.

A noção de percepção nos leva, ao fundo, novamente à antropologia racionalista, visto que, acaba remetendo-se à fenomenologia de Merleau Ponty, onde as relações que a pessoa estabelece dependem da percepção que se tem uns dos outros, caindo num subjetivismo, sabe-se que há todo um processo antropológico que ocorre na constituição do saber de ser, da alteração deste saber, de totalizações, que possibilitam a objetivação de um homem que é singular, e ao mesmo tempo universal, em seu espaço profissional, como seria em qualquer outro.

Ao ressaltar a função do simbólico nas organizações, Stewart Clegg na verdade está ressaltando a função que as coisas ganham através do processo sócio histórico, ou seja, a função noemática.⁴¹

Sendo assim, faz-se fundamental a compreensão do conceito de atmosfera⁴², para esclarecer como são possíveis tais jogos de poder, estratégias utilizadas nas relações, como estas têm relação indescartável com os acontecimentos efetivos no espaço organizacional, desde sua estrutura institucional, até a efetiva objetivação dos movimentos interpessoais no espaço profissional. Conforme a atmosfera que se monta através de efetivos acontecimentos materiais, antropológicos, a pessoa é convocada e provocada a mover-se neste contexto, alcançada por esta atmosfera. Portanto, uma compreensão analítica, subjetivista, racionalista, tanto quanto uma compreensão objetivista, restrita à análise de comportamentos jamais

⁴¹ [Função adquirida por um objeto para um sujeito, conforme a atmosfera em que se encontra.](#)

⁴² BERTOLINO, subsídios de aula de 2004/ II, ministradas no Núcleo Castor.

conseguirá esclarecer o fenômeno humano na organização, visto que perde de vista os dois absolutos indescartáveis da realidade, a subjetividade e a objetividade.⁴³ Somente através de uma antropologia científica, amparada numa ontologia científica, que constata o fenômeno tal qual ocorre, encontrando nele próprio as condições de possibilidades para sua ocorrência, obteremos enfim condições de elucidar e intervir no fenômeno humano na organização, que tem sua base, seu parâmetro, no aspecto motivacional.

Atmosfera é um conjunto de acontecimentos sócio-históricos futuros que se arma a partir de uma ocorrência, provocando o sujeito a experimentar-se num perfil objetivando-se, descarregando forças no cogito, puxando-o para esse futuro para o qual o sujeito irá (ou não) dentro de uma racionalidade dada que mediará seus arranjos racionais imanentes, que serão funções dos arranjos racionais sociológicos / transcendentos. Para uma compreensão científica do fenômeno organização, esta tem que ser tomada com um objeto inserido numa dada atmosfera real e virtual que se impõe frente ao conjunto de acontecimentos futuros. Este conceito é melhor esclarecido com exemplos no próximo capítulo. (Ver Anexo 10 - Modelo da Constituição da Atmosfera Humana). Este conceito de atmosfera humana será mais detalhadamente trabalhado no próximo capítulo.

Para alcançar efetivamente a complexidade deste fenômeno e o modo como as pessoas se afetam dentro da organização, seja positiva ou negativamente, (leia-se na linguagem organizacional; - motivado ou desmotivado), conforme as ocorrências objetivas, é necessário que tenhamos presente à noção de atmosfera. É ela a condição de possibilidade que permite que em dadas situações, no ambiente de trabalho, as pessoas reajam de forma diferente, se afetem de formas diferentes, podendo levá-las inclusive a reações absurdas e incompreensíveis aos olhos dos outros e totalmente desproporcionais frente à situação com a qual estão se confrontando.

⁴³ Idem.

Este acontecimento dá-se por um processo temporal em que o futuro ativa o passado afetando-nos de forma desproporcional ao que temos objetivamente dado diante de nós⁴⁴.

Assim, como se constata o indivíduo singular dentro da organização que é um universal, constata-se também uma singularidade da organização, quando esta se encontra inserida dentro de um conjunto de organizações, que é o universal no qual se circunscreve, e que, inevitavelmente, devido a uma série de elementos como os citados acima, tem-se divergências e distinções entre elas. Também não se pode ignorar a função das organizações atuais no conjunto da sociedade, sua participação desde as estruturas sócio-econômicas, agressões e recuperação à agressões ambientais, humanas, etc. Com isso estas organizações ganham espaço na sociedade e, portanto se inserem num dado contexto sócio-histórico no qual as pessoas e as organizações fazem parte.

Sendo a psicologia uma disciplina que tem por objetivo esclarecer a personalidade e suas condições de possibilidade, por exemplo, no que concerne a uma afetação psicofísica, seja ela psicopatológica ou não, concretiza-se, portanto, como uma disciplina que deve produzir um conhecimento a respeito de um dado aspecto do homem no mundo e em suas relações, já que é neste contexto de relações que ele se faz quem é, sendo capaz ou não de afetar-se frente a certas situações.⁴⁵

Para tanto, é necessário ter a base de esclarecimento antropológico deste objeto que é o homem, pois, não há como compreendê-lo em suas emoções, sem que haja a implicação cultural do contexto no qual se insere, a função desta cultura, desse saber de sua época.

(...) se se dissesse que a Antropologia é uma disciplina que tem por fim definir a essência do homem e da condição humana, então a Psicologia – mesmo a Psicologia do homem – não é, e nunca será, uma Antropologia. A Psicologia, na realidade, não procura definir e limitar a priori o objeto em estudo. A noção de homem por ela aceita é totalmente empírica: existe no mundo certo número de criaturas que oferecem caracteres análogos à

⁴⁴ Tem-se toda uma base antropológica e psicológica científica a disposição para esclarecer e será mais detalhado no próximo capítulo.

⁴⁵ BERTOLINO, subsídios de aulas de 2004/ I, ministradas no Núcleo Castor.

experiência. De resto, há outras ciências, a Sociologia e a Filosofia, que nos ensinam haver certas ligações objetivas entre essas criaturas. (SARTRE, 1965, p. 8)

Ao ignorar os conhecimentos da antropologia que forneceriam a elucidação do que é o homem e, ao ignorar os conhecimentos da ontologia que elucidam o mundo, no qual este homem se insere, como a psicologia pode fazer-se científica? Sem estar articulada interdisciplinarmente com as disciplinas implicadas, pela realidade, no fenômeno que investiga e /ou intervém como se estabelece enquanto ciência?

Nossas reflexões quanto ao 'status' de ciência com vistas à Psicologia, implica primeiro em identificarmos o objeto principal de nossas preocupações, qual seja: a 'Ciência'. Aí, descobrimos inevitavelmente que ela é um tipo de conhecimento. Seguindo em frente, constatamos que este, por sua vez, vem a ser algo que um sujeito produz a respeito de um objeto. Verificando em que consiste cada um desses dois elementos (sujeito e objeto), vamos chegar ao fato de que eles são segundos, isto é: funções específicas ou definidas no mundo. Finalmente, tratando de esclarecer a realidade deste último, esbarramos na evidência de que ele resulta da relação de uma 'consciência', dimensão transfenomênica do sujeito, a uma 'coisa', por seu turno, dimensão também transfenomênica do objeto. Então vemos que nossas referidas reflexões necessitam passar pela Ontologia, pela Antropologia e pela Epistemologia, caso pretendamos ser conseqüentes em termos de resultados, tanto operacionais quanto morais. (BERTOLINO ET AL, 1995, p.14 - CFP)

Isso revela que a psicologia veio historicamente tentando fazer ciência, a luz de um conceito de ciência que não condiz com a ciência dos séculos XX e XXI, considerando todos os avanços da física, da teoria da relatividade, entre outros. Tentando esclarecer o homem psicofísico a luz de um mentalismo cartesiano, portanto, à luz de uma teoria que o alcança de forma determinada *a priori*, a psicologia perdeu o mundo, pois não há homem sem mundo nem mundo sem homem. Assim, ao perder a realidade humana, perdeu o homem. Ficou trabalhando no plano racionalista, por não se dispor a voltar-se ao fenômeno para defini-lo a partir dele próprio.⁴⁶

⁴⁶ BERTOLINO, subsídios da aula de 26.05.1999, ministrada no Núcleo Castor.

É assim que as críticas dos autores da administração quanto às teorias que reduzem o homem a mero receptor de estímulos e emissor de respostas alcançam a psicologia, neste caso, behaviorista.

“O behaviorismo não confunde o investigador com um rato, mas ao fazer considerações sobre o seu objeto (rato), o confunde com o homem, perdendo então o ‘ser do homem’ que é ontologicamente e, portanto, antropologicamente outro que o do rato”. (BERTOLINO, aula de 17.03.1999, ministrada no Núcleo Castor).

Sendo a ciência um fenômeno histórico de investigação e intervenção, humanamente produzido, há um caminho determinado (o método) que não é negociável. A ciência só ocorre se, e somente se, seguir os princípios científicos impostos pelo seu próprio processo. Isso porque **“o que o fenômeno é, é absolutamente, pois se revela como é”**. (SARTRE, 1943, p. 16 - grifo nosso).

Este é o princípio básico da ciência ou fenomenologia, visto que a fenomenologia na concepção sartreana é o mesmo que ciência. Resgatemos aqui, então este caminho. A observação científica nos leva às constatações que nos permite chegar à definição do fenômeno, o que possibilita a organização do universo estatístico, assim estabelecemos, a partir das ocorrências que compõe o fenômeno, as regularidades estatísticas que são as leis científicas.⁴⁷

Não há como fazer ciência sem seguir rigorosamente este caminho. Não podemos partir de pressupostos numa investigação científica. Esta exige sim que se recorra à teoria já elaborada e devidamente verificada, porém após a observação e delimitação do fenômeno.

Os cientistas precisam não só buscar fatos (fazer empírico), mas defini-los, isto é, demarcá-los em universos com características comuns, da mesma série, é o que possibilita

⁴⁷ Ver em anexo Modelo dos Processos da Ciência.

fazer predições científicas. Antes das leis de probabilidades de Bohr⁴⁸, havia ainda espaço para o recurso ao infinito. Foi ainda no bojo desta racionalidade primeira que as psicologias foram formuladas, antes desta virada da ciência. Assim, a própria história nos fornece elementos para compreender, sem grande espanto, que não haja outra psicologia, exceto a existencialista, que rompa efetivamente com esta visão racionalista.⁴⁹

É nas reminiscências do positivismo de Augusto Conte, que foi a última versão do racionalismo ocidental, que a psicologia instaurou sua práxis acumulando fatos, que se organizariam autonomamente e desembocariam numa definição, claro que, “iluminada”, visto que pelas vias objetivas, sem uma articulação, realizada por um sujeito, não há como se chegar à definição de qualquer fenômeno.

“Foi sempre à sombra do racionalismo ou mentalismo cartesiano, que as mãos e as luvas se juntaram providenciais para impedir o avanço da Psicologia rumo ao seu ‘status’ de ciência” (BERTOLINO ET AL., 1995, p. 22 - CFP - grifo nosso).

A psicologia não vem respeitando o primeiro passo da ciência que é a demarcação de seu objeto. Constituiu-se deste modo, numa prática puramente empírica, com concepções diferentes do ser do homem. A psicologia se perde na investigação científica, por isso encontramos psicólogos estudando ratos e macacos para compreender fenômenos próprios da realidade humana. O homem faz parte de uma série, a partir de seu estudo, pode produzir verdades a respeito de outros homens. Desta forma, não se pode jamais fazer constatações em animais e dizer, a partir destas, verdades sobre o homem. Este tipo de ocorrência dá-se em função da falta de definição do objeto da Psicologia.

A técnica de amontoar fatos está sustentada num fazer empírico que busca, no final, uma iluminação que irá organizá-los; sua realização dá-se à luz da expectativa que, num dado

⁴⁸ Citamos aqui Bohr para evidenciar uma entre tantas constatações científicas e avanços na produção do conhecimento científico, caracterizando o contexto sócio-histórico em que tais acontecimentos se dão. Mostrando a ruptura da metafísica na própria disciplina da física, como citado acima.

⁴⁹ BERTOLINO, subsídios da aula de 22.09.1999, ministrada no Núcleo Castor.

momento, acontecerá, como que magicamente, uma compreensão da ocorrência. Os fatos isolados, em-si não tem significados, eles simplesmente se impõe a si mesmos. A consideração dada aos fatos ocorre sempre de forma abstrata e não no conjunto das ocorrências, ou seja, não como um fenômeno. Nesta perspectiva, não há como escapar à noção de causa e efeito, que é a base metafísica.

Conforme Sartre (1965), a psicologia como uma disciplina que se pretende científica, busca na sua intervenção partir dos fatos para obter a experiência vivida, contudo a busca de fatos é uma investigação *ad infinitum* na medida em que intui que um conjunto de fatos, em dado momento se unificará por si só, desvelando então a essência do fenômeno humano.

Com tais bases, todas as psicologias, exceto a psicologia existencialista sartreana, ficam 'de costas para o futuro', buscando a elucidação dos impasses do sujeito no seu passado como sendo estes que impedem um sujeito de continuar sua vida tendo superado seus impasses psicológicos. A grande ruptura da Psicologia Existencialista é exatamente a constatação de que o homem é movido pelo futuro. A compreensão da Psicologia historicamente é que o problema psicológico sempre está no passado. A realidade mostra que as pessoas não se complicam frente ao seu passado, mas sim ao seu futuro, o problema é que a pessoa e os outros colocam o seu passado entre ela e o seu futuro. É sempre por um ser inviabilizado no futuro que os psicoterapeutas são convocados para intervir. A psicologia ainda não descobriu que existe uma função na existência da emoção.⁵⁰

A ciência trabalha com fenômenos e não com fatos isolados, por não delimitar corretamente seu objeto, a psicologia acaba sendo um devaneio sobre o que o psicólogo bem entende. A ciência trabalha de modo interdisciplinar; se a psicologia é um conhecimento, tem que recorrer à disciplina do conhecimento, e mais, científico - epistemologia. Se esta disciplina (psicologia) trata do homem na vida de relações, precisa saber o que é o homem -

⁵⁰ BERTOLINO, subsídios da aula de 19.05.1999, ministrada no Núcleo Castor.

antropologia, sabendo que o seu recorte é o que está acontecendo psicologicamente com este homem. Se este homem é um ser no mundo, há então também um pólo objetivo, que é o mundo, recorre-se assim à ontologia e assim por diante.⁵¹

"(...) A Psicologia, como tal, encontra-se, como já vimos, subordinada à Fenomenologia, visto que um estudo verdadeiramente positivo sobre o homem na situação deveria ter elucidado, primeiramente, as noções do homem, do mundo, do ser-no-mundo, da situação". (SARTRE, 1965, p. 21).

Na psicologia recorre-se à opinião, constituindo-se na disciplina onde mais comumente se recorre à experiência pessoal, onde cada psicoterapeuta tem uma experiência de vida, para cada profissional que se recorre tem uma opinião diferente, daí a infinidade de abordagens psicológicas.

Entretanto, como ressalta Sartre (1965), os psicólogos estão sempre buscando provar como suas intervenções são científicas, visto que reconhecem o valor social atribuído à ciência. Seus movimentos são, então, de amontoar fatos para comprovar suas propostas e, posteriormente, selecioná-los e “prová-los estatisticamente”. Típica atitude metafísica, em que se vai aos fatos para comprovar teorias pré-estabelecidas. Importante ressaltar que uma comprovação sustentada em termos estatísticos simplesmente nos dá o empírico e não constatações científicas, visto que a sustentação da ciência não está em seus resultados, pois os resultados podem estar sustentados simplesmente numa amarração lógica.

A seleção dos fatos tem como critério, a necessidade de comprovação relativa das teorias que se pretende provar. Uma intervenção, cuja sustentação não é científica, não possibilita aos psicólogos diferenciarem entre o certo e o provável, tudo é provável, assim, tem-se como base o recurso ao infinito.⁵²

⁵¹ Idem: aula de 22.09.1999.

⁵² Idem, ibidem

Em 1937⁵³, a Psicologia era colocada com o método das ciências da natureza (ciência contemplativa).⁵⁴ Isso já foi ultrapassado e a psicologia prosseguiu tentando fazer ciência, à luz de um conceito científico que não condiz com a ciência do século XX, após a teoria da relatividade, “tendo a compreensão dos fenômenos como relógios, sem um ritmo pré-estabelecido, mas se alterando conforme se alteram as ocorrências constitutivas deste relógio, conforme a implicação das variáveis e o seu movimento⁵⁵”, após a descoberta dos quantas de energia de Bohr, já na primeira década deste século (XX), possibilitando com isso o rompimento com a metafísica, no próprio campo disciplinar da física.⁵⁶

Este é o horizonte de racionalidade necessário para se prosseguir na compreensão do próximo capítulo.

⁵³ Obra de Sartre *Esboço de uma teoria das emoções*, no original publicado em 1937, ‘*Esquisse d’une théorie des émotions*’.

⁵⁴ Neste caso fazendo-se a crítica à uma ciência que não implica na produção de um conhecimento, mas num auto-expor-se da razão (Husserl), através da dialética platônica.

⁵⁵ BERTOLINO: aula de 10.11.1999, ministrada no Núcleo Castor.

⁵⁶ Idem: aula de 22.09.1999.

4 A Exposição de uma Antropologia Científica já Existente

No capítulo anterior, pela explicitação da concepção de ciência em Chanlat, já foi exposto que há um impasse quanto às possibilidades de se fazer ciência na área de humanas tal qual se faz na área das ciências naturais e exatas e que tal ocorrência deve-se à impossibilidade de demarcação de um objeto, falta de uma metodologia científica, amparada numa compreensão de fenômenos, tal qual a realidade se impõe. Nesse capítulo responderemos a esses questionamentos já provocados no capítulo anterior.

Para compreender como as ciências da administração perderam o caminho da ciência no que concerne ao humano, basta verificar-se como isso ocorreu historicamente, não foi só a administração, mas a psicologia debateu-se, e ainda hoje se debate, como em tantas outras disciplinas, onde se têm “vertentes de pensadores” e não uma ciência. Tais vertentes de pensadores constituem as chamadas comunidades de linguagem universitárias que pretendem se reproduzir ao se constituírem como absoluto de objetividade de seus alunos no processo de aprendizagem, absolutizando o saber-de-ser dos mesmos em perspectivas analíticas e não científicas.

Este corte entre o homem e o mundo que o cartesianismo inaugurou na Idade Clássica precisa ser esclarecido e para isso, para chegar-se a outra antropologia, precisa-se primeiro conhecer as bases desta antropologia racionalista, que é uma ontologia racionalista, que, por sua vez, só permite uma psicologia racionalista, bem como sociologia, filosofia, etc.

4.1 As Bases de uma Ontologia Racionalista

Para alcançar este objetivo, faz-se necessário primeiramente esclarecer o que é ontologia. Foi nos séculos VII e VIII a. C., na Grécia, que o homem passou a viver na cidade (Polis) e assim se viu diante de certas dificuldades como a organização da cidade.

Até os gregos tinha-se disponível somente a teologia, a partir de então surge a mitologia, a metafísica e a política, na acepção de Sócrates e Platão que concebiam a política como a organização da polis, e não como em Aristóteles que a concebia como a arte de governar os povos.

Houve então a necessidade de discutir quem era o homem, o que são as coisas, pois precisavam organizar as relações e para isto precisavam ao fim das contas esclarecer a realidade, para posteriormente esclarecer o que é o ser humano, visto que está nesta realidade, faz parte dela e que, mesmo sumindo, a realidade permanece, deste modo viram que o homem estava na realidade e não o contrário.

Passaram então a discutir o que era a natureza e no que consistia, entretanto fundamentavam-se na intuição⁵⁷ de que a realidade com que mantinham relações eram manifestações de uma força oculta, criando dessa forma a “*metaphisic*” ou a metafísica. Assim os gregos eram “transnaturalistas”⁵⁸ e não “transcendentalistas”⁵⁹. Eram também animistas na medida em que acreditavam no “ânimo” como uma força oculta, que era à força do imã.⁶⁰

Acabaram na ‘República’ de Platão (s.d), que era a proposta de como organizar a sociedade, desembocando na ética que seria um modo de estabelecer valores que garantem as relações entre a própria sociedade e desta com outras sociedades. Para atingirem esta meta precisavam esclarecer o ser da realidade, o ser do homem, o ser das coisas; então formular a lógica deste ser, seria formular a lógica da realidade, um modelo, uma racionalidade, uma inteligibilidade da realidade.

Então a ontologia é um modelo, um discurso em que se traduz a realidade. Esta inteligibilidade precisa corresponder à realidade, do contrário se constitui um falso modelo.⁶¹

A ontologia foi estabelecida foi a partir do discurso, os gregos se depararam com as ocorrências, mas havia uma outra variável presente que era exatamente o interesse político, visto que esta definição da realidade estaria servindo para elaborar um modo de organizar a sociedade, visando também as relações de poder que estavam também em jogo, o controle, a

⁵⁷ Utilizamos aqui a expressão intuição como a visada reflexiva intuitiva, através da qual se dá por completo a visão do fenômeno em sua totalidade.

⁵⁸ Transnaturalista é a intuição das coisas como sendo submetidas a uma força da natureza, pré-determinada, como a força do imã a atrair ou não os corpos.

⁵⁹ Transcendentalista é a intuição de que existe um ser transcendental, portanto, num outro plano que dirige a realidade mundana, independente das ações dos homens, força esta inalcançável no plano da realidade.

⁶⁰ BERTOLINO, Palestra realizada em 28/10/2004, no IV Encontro de Psicologia Existencialista, Florianópolis.

⁶¹ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1997/ II no Núcleo Castor.

manipulação. Desta forma, havia a preocupação de que esta compreensão da realidade não oferecesse ameaça a estrutura política de poder.

Heráclito de Éfeso (535 - 475 a. C.) e Parmênides de Eléia (aproximadamente 540 a. C.), foram os que primeiramente se destacaram abordando a questão do Ser, sendo esta uma questão fundamental, pois é a partir da compreensão do Ser da realidade que se desenvolverá um método para compreendê-lo, abrindo a possibilidade de trabalhá-lo em busca de alterar esta realidade. Heráclito dizia que tudo era um “vir-a-ser” contínuo, “o que é hoje não o é amanhã, e o que não é hoje, pode vir a ser amanhã”. Nesta sua perspectiva de pensamento tudo se transformava e nada na natureza era estagnado. Formulou, então, a primeira “**ontologia dialética**”. Aliás, os filósofos pré-socráticos em sua maioria buscavam entender o universo, sua origem, a natureza. Eram atentos às transformações da natureza.⁶²

Entretanto, Parmênides foi construindo um caminho extremamente oposto para elaborar o conhecimento. Recorre à “iluminação divina”, dizendo assim ter aprendido o caminho da verdade (caminho do Ser), construindo desta forma as bases da *methaphisicis* (metafísica).

(...) ao conceberem a existência apenas para a substância das coisas sensíveis, crendo plenamente nisso, e os primeiros naquilo, isto é, que sem tais naturezas imóveis não pode haver nem sensíveis a razões só válidas para a realidade (...) Partindo desses raciocínios, deixando de lado o testemunho dos sentidos e negligenciando-o sob o pretexto de que se deve seguir a razão, alguns (pensadores) ensinam que o todo é um imóvel e ilimitado; pois o limite só poderia limitar em relação ao vazio. Tais são as causas pelas quais esses (pensadores) desenvolveram as teorias sobre a verdade. Certamente segundo este raciocínio, parece suceder assim com estas coisas: mas, se se tomam em conta fatos, semelhante opinião parece-se com uma loucura. (DESCARTES: in OS PENSADORES, 1987, p. 119).

Parmênides entendia que a realidade alterava-se constantemente, mas não o Ser, este era imutável, desta forma o importante era o que estava oculto nas coisas, já que os fatos se transformavam (aparência), bem como as coisas, era preciso chegar na “essência”.

É assim que Parmênides inaugura o “**racionalismo grego**” baseado na racionalidade metafísica, mostrando à toda civilização que o que se vê se transforma, não se podendo então basear-se no fato concreto (objeto), na realidade, mas sim no Ser que é verdadeiro e imutável. Desta forma, estabelece-se a “verdade do Ser” como primeiro plano e a “verdade da

⁶² Idem.

realidade”, da objetividade como segundo. É neste momento histórico que o pensamento de Heráclito é condenado ao esquecimento, visto que a produção de Parmênides muito mais tem a contribuir com os interesses políticos do momento. Considerar que a vida é um vir a ser contínuo, implicaria em considerar que tudo está em constante mudança, que existem conflitos, divergências e sobretudo várias contradições, perspectiva esta que não contemplaria os interesses políticos em primeiro plano. Já em Parmênides haveria algo implícito (essência), determinante e imutável, que acabaria elucidando o conformismo e facilitando a manutenção do poder.

Parmênides ao afirmar que “só o Ser é, o Ser é rés e o ser é verdade”, colocava o ser como existente, então se o ser é “coisa” é real, concluiu então que só o real é verdadeiro, assim é que o caminho do Ser passou a ser o caminho da verdade. Com base neste pressuposto, tudo que é real é verdadeiro, o que não é real, o virtual, não é existente, portanto não é verdadeiro.

Esta é a base que arrastou a psiquiatria, a psicopatologia e a psicologia, até os nossos dias, exceto quando surge a psicologia existencialista, produzida por Jean-Paul Sartre, que foi a única que conseguiu romper com o racionalismo grego.

Os gregos tinham a pretensão que os leigos fizessem o caminho do saber, não conseguissem fazer a distinção entre saber e conhecimento, pois não se trabalhava a luz do método experimental, tudo era diluído no racionalismo, na troca de idéias até sua purificação após o processo de depuração, assim se atingiria a verdade universal, ou como denominou Husserl, a “evidência apodíctica”, expressão de Husserl para designar a intersubjetividade, o resultado final de um conhecimento que se exporia como consequência da prática da dialética platônica.

Mas, é necessário a localização no contexto histórico e nas próprias possibilidades da época. Sócrates, buscando romper com a determinação que vinha sempre pelos religiosos,

propunha que os homens, para se conhecerem, olhassem para suas ações e não mais recorressem aos princípios religiosos, que tem sua origem nos “vedas”⁶³. Sócrates, em função desta proposta foi condenado a beber cicuta, pois convocava os homens a olharem para si e não para um poder regido pela religião e claro, por aqueles que a comandavam. Os religiosos reuniam-se e através da dialética platônica que era o método de alcançar a verdade absoluta, por meio da depuração das idéias (*doxas*), se chegava à uma iluminação divina e o entendimento era que só os religiosos a alcançavam. Este saber que era atingido por eles era colocado como a *episteme*, ou seja, o próprio conhecimento.

Já os gregos, bem como Sócrates, tinham a pretensão de também conseguirem chegar a esta verdade que se desvelaria com os encontros grupais, propondo-se desta forma, seguir o mesmo método (racional) e não simplesmente se renderem a autoridade religiosa. Pela lógica concluíram que algo deveria governar a natureza, assim a natureza teria leis própria, havendo então uma razão que a sustente, uma lógica ou um discurso que traz na base o racionalismo, uma substância última, sempre oculta e que determina a realidade.

“Criaram o mito da razão no esforço de debaterem-se e encontrarem um modo de organizar a “*polis*”⁶⁴, com isso, elucidaram toda a realidade a partir desta crença na razão, como substância última da realidade”.⁶⁵

Com este movimento romperam com a absolutização do poder dos religiosos em produzir conhecimento. Esta ruptura dos gregos teve sua importância, através de um caminho reflexivo, todos chegariam a um resultado, ainda tomavam o conhecimento como um acontecimento divino, mas descobriram que através de um “certo caminho”, isto é, a dialética platônica, trabalhando corretamente com seus pensamentos, chegariam ao saber. Utilizavam-se da dialética platônica, bem como da lógica formal aristotélica, com o recurso aos silogismos e sofismas, chegando ao que denominavam o auto-expor-se da razão, à essência, à

⁶³ Religiosos do séc. II a.C., in: BERTOLINO ET AL, As Emoções. NUCA, ed. Independentes, 1998.

⁶⁴ Palavra de origem grega que significa cidade.

⁶⁵ No IV Encontro de Psicologia Existencialista, promovido pelo Núcleo Castor, em Florianópolis.28/10/2004.

phisis, ao transnatural, tudo o mais era aparência. Claro que com isso pretendiam escapar à metafísica, mas escaparam somente à administração religiosa e não à racionalidade metafísica.

Este racionalismo instalou-se até a fenomenologia existencialista, pois a idéia grega que o conhecimento era uma iluminação estendeu-se inclusive até Husserl, com o ‘auto expor-se da razão’, ou o que designava Husserl como “evidência apodíctica”

Perdi o mundo, para ganhar de um modo mais puro, retendo o *sentido* do mundo com o qual estou tão imediatamente em contato, que os objectos assim considerados, não só estão presentes diante de mim, mas brotam de mim mesmo: < É de mim mesmo, do meu eu transcendental... que o mundo objectivo... haure... todo o seu sentido e valor existencial> (HUSSERL in FRAGATA, 1959, p. 113).

Retoma-se agora os desdobramentos das afirmações de Parmênides. Se o não-ser não existe, também não existe a ausência, não existe a doença, não existe a morte, pois não existe a ausência de saúde, nem a ausência de vida. O nada então não faz parte da realidade, pois não se poderia admitir algo que não fosse o ser. Com esta racionalidade negamos o passado, por exemplo, pois o passado não é coisa, não é real, pois não existe mais, então o passado seria falso por ser ausente, logo não seria verdadeiro. Nesse caso precisamos esclarecer também o conceito de **temporalidade**, o que será feito mais à frente.

Assim sendo, a imaginação não está no domínio da realidade, pois quando uma pessoa em delírio vê morcegos, isso não é real, então é só uma ilusão. Da mesma forma, se um sujeito pensa em sua infância, tendo como objeto situações vividas de seu passado (que é não presente), significa que não pode pensar sobre sua infância, só imaginá-la.

Esta é a sustentação da filosofia e todas as psicologias ocidentais, todas tendo como base o idealismo, sempre amparados numa razão primeira, numa predestinação. Exceto a psicologia existencialista, única que rompe com o cartesianismo e o racionalismo, na medida que dispõe de uma teoria antropológica para esclarecimento da personalidade.

René Descartes (1596 - 1650) é o fundador da metafísica moderna. Aos 23 anos teve três sonhos, os quais entendeu como iluminação divina lhe dizendo que continuasse a seguir seu caminho (em busca da ciência). Descartes entendia a ciência como única e que a moral, a física, a metafísica seriam ramificações desta ciência. O pensamento, para ele, era algo que se sustenta por si próprio, que prescinde de um corpo para existir, bem como prescinde do tempo e do espaço. É deste modo que Descartes transforma o eu humano numa substância outra que não o corpo, assim cai no dualismo corpo x alma (mente), sendo que para ele alma era o mesmo que pensamento. Então ele próprio era Descartes, independente do corpo que tinha, dos sonhos que tivera, do caminho que realizara e um ser no qual o pensamento acontecia como resultante de uma manifestação de um outro pensamento que pensa por si próprio. Portanto, ele, Descartes e todos os seres humanos, não são sujeitos dos pensamentos que têm, apenas o 'sofrem'.

Partiu do entendimento metafísico que o ser e a verdade são a mesma coisa. Para elaborar sua filosofia então teria que encontrar uma verdade primeira que seria o mesmo que o ser primeiro buscando como verdade primeira encontrar um ser primeiro, fazendo o caminho de invalidação dos sentidos, excluindo a possibilidade então de construir um conhecimento a partir do objeto. Entendia que o fato de olhar certo objeto não lhe dava a garantia de vê-lo como realmente é, visto que a visão, como os outros sentidos podem nos enganar. Passou a duvidar de tudo, pois entendia que tudo o que via poderia ser outra coisa que não o que realmente via, foi negando tudo que era passível de negação até que constatou que a única coisa que não poderia negar é que duvidava, e para duvidar era preciso pensar e para pensar era preciso existir, sendo que para Descartes pensar e existir eram sinônimos, assim chegou ao ser (ele - Descartes), que não dependia do pensamento e da dúvida, mas que era o próprio pensamento - substância pensante - *res cogitans* - chegando assim à primeira verdade, a um ser a partir do qual se poderia sustentar o conhecimento que era ele, Descartes

que tinha sonhado e que existia, pretendia com isso ter chegado a um ponto de partida ontológico⁶⁶.

Sendo este ser um pensamento “autônomo”, que pensa por si próprio, não tinha como sair dele próprio, Descartes, concluindo que existia então simplesmente porque pensava, mas este o é independente do corpo ou de qualquer outra coisa material. Padroniza essa lógica como uma idéia clara e distinta, saltando da “**ontologia à lógica**” e depois logicamente também chegando à existência de Deus. A partir destas idéias claras e distintas com a noção de perfeição que só poderia vir de um Ser Superior, logo perfeito, que seria quem propiciaria aos homens tais idéias claras e distintas, saltando depois mais uma vez logicamente de Deus à natureza. Dentro desta concepção cartesiana ligou três seres independentes, Deus, homem (microcosmo) e natureza (macrocosmo) logicamente, seres estes ontologicamente separados, no entanto, entendendo tal ligação como ontológica. Elaborou assim o cogito cartesiano que era essa ligação entre Deus, a *res cogitans* (pensamento que não ocupa lugar no espaço), a *res extensa* que era a realidade.

Na quarta parte de seu Discurso do Método pretendia através do iluminismo, com a prática do raciocínio chegar à verdade, entendia que a razão se auto-exporia com a prática do método racional, só assim se chegaria à idéia, à essência, à verdade. Acreditava que havia uma razão que governaria tudo (Deus) e que esta era uma idéia clara e distinta, a partir da noção de perfeição. Descartes entendia que sua existência era uma idéia clara e distinta, mas como ele era imperfeito, esta idéia certamente teria sido “dada” a ele por Deus, colocada nele por Deus, só estas idéias seriam verdadeiras. Desta forma, o objeto investigado jamais nos revelaria informações sobre ele mesmo, o que nos exclui a possibilidade de conhecê-lo a partir dele próprio, visto que o conhecimento estava em nós mesmos e esse conhecimento

⁶⁶ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ II, no Núcleo Castor.

vindo sempre de um pensamento que pensa por si próprio e em nada a investigação do objeto se faria necessária.

O caminho feito por Descartes foi primeiramente para provar a existência de Deus, através das idéias claras e distintas que só poderiam ser colocadas em nós por alguém perfeito (Deus), já que nós, imperfeitos, pela nossa própria condição, não poderíamos elaborar uma idéia clara e distinta.

“(…) via claramente que o conhecer é perfeição maior do que o duvidar, deliberei procurar de onde aprendera a pensar em algo mais perfeito do que eu era; e conheci, com evidência, que deveria ser de uma natureza que fosse mais perfeita (…)” (DESCARTES in: OS PENSADORES, vol. I, p. 47).

Coloca Deus como o único ponto de partida da ciência e preocupa-se com a ciência para não desmontar os pressupostos religiosos. Assim, publica o “Discurso do Método” com privilégio autorizado pela Santa Inquisição. Descartes atribui ao conhecimento o caráter de uma iluminação, desta forma o único lugar onde se poderia procurar é em si mesmo, o único conhecimento aceitável é dado por Deus, o homem não é capaz de produzir conhecimento, pois as idéias estão em nós, nós é que as fazemos aflorar. Deus para Descartes era perfeito, portanto impassível de enganos, aquele que triunfa sempre. Nesta perspectiva verificamos a existência das coisas, não por elas mesmas, pela objetividade, pela materialidade, na relação com as coisas, mas sim através de Deus.⁶⁷

Cabe aqui um novo parênteses, esclarecendo que é a partir deste entendimento que posteriormente as psicologias mentalistas irão trabalhar com os problemas psicológicos como sendo problemas na mente e não um sofrimento por problemas da realidade cabendo dentro desta lógica trabalhar com a análise do discurso.

⁶⁷ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ I no Núcleo Castor.

Husserl, já no início do século XX, se propôs a voltar às coisas mesmas, no entanto voltar às coisas mesmas para ele era voltar à razão, onde se poderia alcançar as essências, que eram as coisas mesmas em sua concepção. Desta forma o que se propunha era através do método racional, fazer uma depuração de idéias e através do raciocínio, isto é, passando pela subjetividade de cada um, chegar a uma intersubjetividade, chegar ao auto-expor-se da razão, que seria a essência das coisas, realizando assim o mesmo caminho de Descartes. Este era o caminho usado já pelos vedas, que descobriam o desejo das divindades, através da depuração de idéias e do uso da lógica que sempre os guiava a uma conclusão final, como, por exemplo, a compreensão que elaboravam sobre os trovões como sendo a expressão da ira dos deuses. Por este caminho, o resultado final que se chega é completamente outro que o que foi sendo levantado pelo caminho. Essa é a compreensão da civilização ocidental, que foi inaugurada pelos gregos, o entendimento que na realidade existe uma aparência, que é aquilo que vemos, ao que podemos chegar, e uma essência que é uma instância inatingível pelo conhecimento, atingi-la só é possível pelo raciocínio, pela razão, e um Eu interior. Tudo elaborado sobre um pressuposto religioso da existência do corpo e da alma.

Thales de Mileto⁶⁸ guiou-se também à luz deste entendimento ao explicar os imãs pela existência de uma alma que os governava. “Compreendia a força do imã como uma força oculta, uma força de atração dada por uma alma, e esta força tinha uma ordem, já que, ao dividir em dois o imã, conforme a posição que são colocados se atraem ou não” (Bertolino: Palestra ministrada em 28/10/2004).⁶⁹

Tanto quanto Aristóteles com sua teoria do animismo que defendia a existência de uma alma oculta na natureza, o que transcendia a matéria, que seria o transnatural. Em Platão também está como em Husserl, segundo a lógica das sombras no *Mito da Caverna* ao se

⁶⁸ Um dos sete sábios da Grécia Antiga, considerado por Aristóteles o fundador da ciência física, ou seja, o primeiro grego a procurar a substância última das coisas, tendo-a identificado com a água (...) mas as afirmações realizadas na Antiguidade tardia sobre suas doutrinas e descobertas não são consideradas fidedignas. (BLACKBURN, 1997, p. 374).

⁶⁹ No IV Encontro de Psicologia Existencialista, promovido pelo Núcleo Castor, em Florianópolis.

chegar na lógica transcendental, chegar-se-ia às reminiscências e o conhecimento produzido pelo caminho é desconsiderado, pois o conhecimento deveria partir da opinião e, em Platão, o processo da produção do conhecimento consiste em passar da *doxa* que é a opinião para a *episteme* que é o conhecimento. Era portanto um processo de depuração de idéias cujo final resultava numa iluminação.⁷⁰

Enfim, o idealismo (epistemológico) pregava o conhecimento como sendo a idéia e não a manifestação dela, que seria a existência, assim se tem o conhecimento; conhecendo a essência, tem-se o conhecimento que se aplica a todas as existências e esta essência só se faz passível de conhecimento através do raciocínio, da depuração de idéias e não da investigação da objetividade.⁷¹

Husserl, ao se colocar tal objetivo de voltar às coisas mesmas, deixou um hiato, visto que se lançou para as suas causas, seu caminho na verdade, foi de fundamentar uma metafísica que fundamentaria a ciência. A ciência não pode ser relativa, no sentido de depender da idéia de cada um que se propõe a produzi-la. Seu esforço era para esclarecer a gênese do conhecimento (no sentido de origem/ causa) e não sua produção, deste modo, a origem do conhecimento era em si próprio e não no fenômeno, era uma razão que se explicitaria.⁷²

É graças à comunidade de todas as mônadas, constituídas em mim, que eu, sujeito filosofante, adquiero o pleno grau de evidência a que me é possível aspirar, e vejo que < só pode haver um único mundo objectivo, um único tempo objectivo, um único espaço objectivo, uma única natureza >. Baseada nesta evidência intersubjetiva é que há de construir a Filosofia objectiva que terá então o verdadeiro carácter duma < Filosofia Perene > : < Devido às constituições alheias constituídas no meu próprio eu, constitui-se para mim... o mundo comum a todos nós... > (HUSSERL in: FRAGATA, 1959, p. 180).

Um dos grandes equívocos de Husserl foi não ter verificado que a ciência é um fenômeno historicamente realizado. Partiu de um conceito de ciência que não prestava contas

⁷⁰ Que resulta no auto-expor-se da razão ou na evidência apodíctica em Husserl.

⁷¹ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ II no Núcleo Castor.

⁷² Idem, aulas de 1997/ I.

à realidade, ao fenômeno, lançando-se assim para a produção do conhecimento científico a partir de uma visão equivocada, pois partiu da noção cartesiana de ciência, seguindo assim o positivismo lógico, caminho este incompatível com a ciência. No final Husserl queria realizar um caminho que Kant não realizou, que seria fazer ciência através da “razão prática” com a “razão pura”. A “razão pura” se manifestaria através da “lógica transcendental” ou a “lógica pura” que executaria uma auto-reflexão perfeita, diferente da “lógica formal” que é a lógica da contradição. A “razão prática” estaria implícita nos procedimentos, comportamentos, já a razão pura seria uma “razão transcendental” cuja manifestação determinava tais comportamentos, procedimentos. O que no fim das contas seria a *res-cogitans* que seria o eu humano/ o “microcosmo” e a *res-extensa* que seria o “macrocosmo” e estariam ligados visto que a natureza encarna este pensamento, isto é, faz com que o homem se comporte como ele se comporta. Assim o pensamento (microcosmo) se organiza da mesma forma que a natureza (macrocosmo), se organiza. E era exatamente esta a relação entre o micro e o macrocosmo que Kant se propunha a realizar.⁷³

Enfim, bem como Descartes que buscava uma filosofia única, Husserl buscava um fundamento universal, absoluto, ou seja uma verdade primeira que fosse base para a produção científica. Propõe-se a seguir num caminho diferente de Descartes, porém não conseguindo escapar ao cartesianismo ao cair no mesmo equívoco que foi não conseguir ultrapassar o conhecimento metafísico definindo as condições de possibilidade do conhecimento através das questões do conteúdo, aceitando que a forma de produzi-lo já estaria devidamente esclarecida e o conteúdo deveria obedecer a esta forma. Tem o entendimento que advém dos gregos que o conhecimento seria o desdobrar-se de um conhecimento a priori sustentado por si que se designaria como verdade absoluta, sendo assim todas as verdades de conhecimento seriam desdobradas desta verdade absoluta e a filosofia seria o caminho para atingir esta

⁷³ Idem, aulas de 1996/ II.

verdade absoluta, segundo a visão tida por Parmênides da “Deusa” que lhe mostrou o verdadeiro caminho do Ser, da verdade. Todos teriam verdades parciais e a filosofia poderia ser definida como o método de depuração de idéias que levaria à verdade absoluta, sendo assim a “ciência das ciências”.⁷⁴

Husserl trouxe duas contribuições fundamentais à ciência, o conceito de *epoché*, que é a suspensão de juízo, o que permite ao cientista uma investigação rigorosa do objeto, garantindo sua legitimidade, independente daquele que o observa. Este foi um ponto de extrema importância no que diz respeito ao rigor da produção científica.

Outra contribuição fundamental foi a relação sujeito - objeto, sem a qual não há possibilidade de se produzir um conhecimento científico. Esta produção só é possível nesta relação, partindo de duas objetividades, o objeto a ser estudado e a partir e a respeito do qual será produzido o conhecimento e um sujeito que é necessário para a investigação e produção deste conhecimento, sem os quais não há a possibilidade da ciência.

Todavia ao cair no racionalismo ficou impedido da sua proposta de fazer ciência. Primeiro pelo fato de partir de um conceito de ciência equivocado, elaborado por Kant, que o colocou já no ponto de partida numa outra perspectiva que não a da produção de um conhecimento científico. Em sua concepção, esclarecer o fenômeno era esclarecer a sua origem, assim simplesmente *salta* do fenômeno para sua causa e a causa é outra que o fenômeno, trabalha assim com o conceito de causa e efeito, que determinista, base da metafísica.

Faz uso do psicologismo o que remete a uma subjetividade pura, de forma que a produção do conhecimento depende de cada um e não do objeto a ser investigado.

Quanto ao entendimento que a lógica é a ciências das ciências na qual se garante o conhecimento, primeiro é necessário ter presente que só há um modo de se produzir ciência, a

⁷⁴ Idem; ibidem.

lógica servia como um filtro de opiniões, já que a ciência não é produzida por opinião. Sua concepção é a mesma psicanalítica, cuja lógica está sempre de acordo com o inconsciente⁷⁵.

Propôs-se a voltar às “coisas mesmas”, no entanto as coisas mesmas para Husserl eram as essências, o transcendental e não o transcendente. Colocando o transcendente entre parênteses, nega uma condição *sine qua non* para a produção científica.

A busca da verdade absoluta será sempre resultante de uma consciência e não da objetividade, que é outra coisa do que foi levantado no caminho da investigação. Ou seja, de fato, com estes equívocos, Husserl jamais atingiria a ciência. Propondo-se a produzir conhecimento passando pela subjetividade de cada um para alcançar, por fim, a intersubjetividade, assim perdeu a objetividade, rompendo com qualquer possibilidade de produção científica. Não negava o transcendente, mas o considerava descartável para a fundamentação do conhecimento. É desta forma que constrói a fenomenologia, com base no que é transcendental, buscando sempre chegar às essências. “Husserl não se interessará pelos objetos transcendentais. Pretende descobrir as riquezas da consciência transcendental” (Fragata: 1959 p. 86).

Perdi o mundo, para ganhar de um modo mais puro, retendo o *sentido* do mundo com o qual estou tão imediatamente em contato, que os objectos assim considerados, não só estão presentes diante de mim, mas brotam de mim mesmo: < É de mim mesmo, do meu eu transcendental... que o mundo objectivo... haure... todo o seu sentido e valor existencial> (HUSSERL in: FRAGATA, 1959, p. 113).

⁷⁵ Idem, aulas de 1997/ I.

4.2 As Bases Antropológicas para uma Teoria Científica da Personalidade

Inicia-se esta parte salientando que, além dos autores citados literalmente, utilizamos como base de subsídios teóricos as aulas da Formação em Psicologia Existencialista, ministradas pelo Professor Pedro BERTOLINO, no semestre de 1998/ II, transcritas e cedidas pelo Núcleo Castor

Kant já havia distinguido transcendente e transcendental. Transcendente é o mundo exterior, que transcende a consciência, é tudo que é objetivo - o que chamaria de “ser real / natural”; transcendental é o mundo interior, ou o ser imanente, “ser irreal” (porém, irreal não no sentido fictício, mas no sentido de não ser aparente), e foi com esta mesma distinção que Husserl baseou sua fenomenologia.

É dentro de toda esta base racionalista que se desenvolve a “Teoria da presença formal do Eu” (Sartre: 1994, p. 43). Kant coloca que o “Eu penso deve poder acompanhar todas as nossas representações”, é importante salientar que Kant alegou a presença de fato de um “Eu penso”. Ao discutir sobre isso, Kant referia-se a experiência que temos, por exemplo, no pensar.

É fato que toda vez que se pensa, se é o ser que pensa e se constata como sujeito deste pensamento. Não há como eu pensar agora que estou escrevendo este trabalho e não ser consciência de estar pensando. Sou consciência de estar pensando e consciência de ser consciência de estar pensando. É inegável a experiência que tenho de pensar e de ser proprietário (a) deste pensamento. Para que este pensamento seja meu, é preciso de um Eu no horizonte deste eu penso, isto é, é necessário que haja as representações (pensamentos) e Eu (um sujeito destas representações). É isto que Kant estava esclarecendo, e, tendo como objetivo discutir questões de direito, foi este o limite que se deu. Com esta argumentação, nos parece que Kant já via a existência de momentos da consciência em que não haveria um Eu, do contrário não diria “deve poder acompanhar”.

Entretanto os neo e pós-kantianos deram uma outra compreensão à constatação de Kant, claro, impregnados pela visão racionalista estabelecida desde os estóicos⁷⁶, entendendo que tal constatação nos colocava frente à existência inegável de um “eu empírico”, que seria um eu objetivo, que aparece, que faz, que está no mundo, entretanto, este “eu empírico” seria, na verdade, manifestação de um “Eu interior” que o comandaria, ou seja, “um Eu Transcendental”. O “Eu transcendental” foi colocado então como condição de possibilidade para o “Eu empírico”.⁷⁷

É com esta base sustentada em diversos equívocos que se tentou, até 1933, delimitar qual seria então o objeto de estudo da Psicologia. Havia até então, duas posições fortemente defendidas em relação à personalidade (ego): de um lado, aqueles que compreendiam a existência de um Eu como uma presença formal na consciência, como Kant e Husserl. Já, de outro lado, os que ‘acreditavam constatar’ o ego como uma presença material na consciência, material enquanto conteúdo. Desta forma o Eu seria uma presença constante na consciência em alguns casos, ou como manifestação de algo que está por trás dela (uma manifestação do inconsciente), em outros casos, como na racionalidade psicanalítica.

Sartre vai ao fundo neste problema epistemológico e aponta que as pesquisas em psicologia utilizam-se de conceitos pré-estabelecidos para examinar os fatos, mas o fazem implicantemente. Caso contrário, como se diferenciaria os fatos emotivos daqueles que não o são? Como os conceitos *a priori* permanecem implícitos, e acabam sendo formados aleatoriamente, sem compromisso com a rigorosidade científica. (ERLICH. 2002, p. 32).

É diante destas elaborações estabelecidas e compreendidas historicamente que Sartre se deu como objetivo estudar a filosofia em toda a sua base de conhecimento, para produzir

⁷⁶ O estoicismo é uma filosofia lógica, física e moral unificada ensinada em Atenas. O primeiro estóico conhecido foi Zenão de Cicio, fundador da escola por volta de 300 a. C.. Os estóicos do período intermediário, dentre eles Panécio de Rodes e Posidônio de Apaméia (c. 135 – c.51 a. C.) introduziram o estoicismo no mundo romano. O estoicismo do último período foi romano, tendo como alguns de seus membros mais ilustres Epicteto, Sêneca e o imperador Marco Aurélio. “O ponto crucial da filosofia estóica era uma ética do consolo através da identificação com a ordem moral imparcial e inevitável do universo. É uma ética de serenidade auto-suficiente e benevolente, em que a paz do homem sábio o deixa indiferente à pobreza, à dor, e à morte. (...) Ao estar acima de tudo isso o estóico é também menos humano, e a procura da indiferença estóica torna-se uma celebração da apatia” (Blackburn: 1993, p. 128).

⁷⁷ Idem: aulas de 1998/ I.

uma psicologia que conseguisse dar conta de seu objeto de estudo e intervenção em termos científicos efetivamente. Para tal, fez o caminho desde a ontologia, consolidando uma antropologia que funda as bases da compreensão da personalidade na psicologia existencialista.⁷⁸

Sartre começa a sua exposição sobre a teoria da personalidade questionando exatamente a necessidade de se admitir a existência de um Eu Transcendental e, alertando que, se esta resposta for negativa, suas conseqüências seriam:

- 1º, que o campo transcendental torna-se impessoal ou, se se prefere, 'pré-pessoal', ele não tem Eu;
- 2º, que o Eu não aparece senão ao nível da humanidade e não é senão uma face do eu, a face activa;
- 3º, que o Eu penso pode acompanhar todas as nossas representações porque surge sobre um fundo de unidade que ele não contribui para criar e que é esta unidade prévia que, ao contrário, o torna possível;
- 4º, que seria lícito perguntar se a personalidade (mesmo a personalidade abstracta de um Eu) é um acompanhante necessário de uma consciência ou se se não pode conceber consciências absolutamente impessoais. (SARTRE, 1994, p. 46).

A primeira questão a ser esclarecida frente a tais equívocos seria como pode haver uma consciência diferente de um Eu se há uma unificação das consciências. É basicamente em função de uma compreensão sem a mediação da ciência, que se lançou mão de um Eu Transcendental para tornar possível tal ato. Entretanto, é exatamente o objeto transcendente que nos permite unificar tais consciências, tal fenômeno foi muito bem colocado com a noção de intencionalidade da consciência desenvolvida pelo próprio Husserl.

Bem, primeiramente temos que responder à pergunta se existe uma dimensão pré-pessoal (ou impessoal) que seja anterior à personalidade. Para não sermos acusados de cair num psicologismo, e de não trabalhar cientificamente, esta resposta não pode ser respaldada somente no campo da psicologia.

⁷⁸ BERTOLINO: subsídios das aulas de 1998/ I.

Ao verificar-se um bebê, constata-se que ele ainda não diferencia, por exemplo, a cadeira da mesa, bem como, nos primeiros meses não se diferencia das coisas e dos outros, sua consciência é indiferenciada, ele não se relaciona com as pessoas, nem com as coisas como sendo fulano, mas simplesmente existe, ainda não se essencializou, não se singularizou, ainda não se personalizou. Deste modo, sua personalidade é ainda um vir-a-ser. Não deseja-se com isso afirmar que há um momento em que a personalidade esteja ‘pronta’, mas que ela se estrutura sim, porém a partir de um processo de relações. Mesmo quando já estruturada, pode ser alterada, através de um processo de totalização - destotalização - retotalização (que é, lembra-se aqui, um processo contínuo e dialético, não para). Com esta constatação, vê-se o que diz respeito à psicologia, sobre a existência de um plano pré-pessoal à personalidade.

(...) há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser por qualquer conceito: este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana. o que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra-se mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como existencialista ou concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não há nada: só posteriormente será alguma coisa que será aquilo que ele fizesse mesmo. (SARTRE: in OS PENSADORES, 1987, p, 5 - 6).

No que diz respeito à consciência existe uma consciência (a consciência irrefletida) que é condição de possibilidade para qualquer outra consciência, é a dimensão transfenomênica do sujeito. Como constata-se sua existência? Na realidade, toda consciência é a relação que estabelecemos com os objetos, um acontecimento, acontece primeiramente como uma consciência irrefletida. Por exemplo, agora estou sentada em frente ao computador, digito, de vez em quando paro para pensar, qual rumo darei aos meus registros, paro, penso no que é consciência, resgato o conceito, digito, penso no que é importante esclarecer posteriormente, digito, construo as frases. É só quando paro para ler o que está escrito que vou me apropriando do que pensei e escrevi e do texto que estou elaborando, neste momento aparece o Eu que pensou através de meus registros. Paro e penso, se o que pensei está correto, se não deveria acrescentar algo mais, tais pensamentos aparecem como sendo meus

pensamentos, sou então sujeito destes pensamentos. Não existe um inconsciente governando o que penso, escrevo, ou ainda o que poderia escrever, não escrevo por tais conteúdos estarem num nível mais profundo do “inconsciente”. A partir desta reflexão, vê-se que também no campo disciplinar da ontologia constata-se a existência de uma dimensão pré-pessoal anterior à personalidade.⁷⁹

Salienta-se aqui que o inconsciente nada mais é do que a substituição do mito da razão, uma força primeira que governa o homem e o leva a determinadas ações, independente de que estas sejam conscientes por parte do sujeito. Sendo assim, incompatível com uma perspectiva científica, já que não é alcançável e é determinista quanto ao ser do homem.

Ao se remeter à disciplina da antropologia verifica-se historicamente a evolução humana, constata-se que o homem não foi sempre assim. Enfim, pode-se constatar tanto na disciplina de psicologia, da ontologia e da antropologia como existe, de fato, uma dimensão impessoal anterior à personalidade. Precisa-se agora compreender detalhadamente como esta se dá. Foi só então que, pela primeira vez se entendeu a personalidade partindo da realidade objetiva, ou seja, cientificamente.

Sartre faz uma distinção entre o “*je*” e o “*mói*”, sendo o “*moi*” o eu psicofísico, a personalidade concreta, a totalidade psicofísica constituída através de um processo histórico de totalização - destotalização - retotalização, resultante de uma unificação psicofísica do corpo e consciência, incluindo desejos, dinâmicas psicológicas, projeto, emoções.

O *je* é abstrato, é a face ativa da personalidade, é o perfil que aparece, o eu que pensa, que age, que escreve. Os acontecimentos psicológicos alcançam e afetam o *moi*. O *moi* é o ser inteiro que é atingido. Não há como um ser objetivar-se senão num “perfil”⁸⁰, não há como alcançar um ser em todos os perfis ao mesmo tempo, bem como um ser, um sujeito não tem

⁷⁹ Idem; ibidem.

⁸⁰ Perfil é a objetivação do sujeito frente a determinado objeto (seja ele uma pessoa ou coisa), ou, no concreto, as faces ativas que constituem o ser humano, tais como: homem frente a uma mulher, pai frente ao filho, profissional frente suas obrigações de trabalho ou colegas de trabalho e chefias, e assim por diante.

como dar-se em todos os perfis ao mesmo tempo, assim o *je* é sempre um perfil do *moi*. O *je* dá-se como objeto quando constato, **fui Eu que pensei nisso**. Não há como aparecer o perfil do *mói*, o que aparece são os perfis do *mói*. Entretanto isso mostra que a pessoa não se reduz aos seus perfis, há uma pessoa concreta que não se pode alcançar de uma só vez. Exatamente por ser a totalidade, o *mói* não tem como se objetivar, ele é impessoal.

Para realizar esta compreensão é importante entender os conceitos de “concreto” e “abstrato”. Abstrato é quando se focaliza um objeto dentro de um contexto, porém recortado deste de forma que ele se destaque, como se pudesse existir fora desse conjunto. A ciência trabalha com abstração, a investigação de um objeto abstrato parte do próprio objeto. Porém, atenção, abstrair o objeto do conjunto não significa transportá-lo à nossa mente, como fez Husserl.

Existe uma dimensão ontológica que é impessoal, constata-se que as pessoas se relacionam com as coisas, com os outros, num plano impessoal. No homem, como afirmou Sartre, na obra ‘O Existencialismo é um humanismo’, “a existência precede a essência”. (SARTRE in: OS PENSADORES: 1987, p. 5 - 6).

A condição de possibilidade para o ser humano constituir-se numa essência, numa singularidade incluída numa série de seres humanos, é existir. Os comportamentos espontâneos são apenas um indicativo disto. O *je* e o *mói* são co-extensivos, ao alcançar o “fenômeno de ser” (*je* - O fenômeno de ser é a objetivação do homem num dado perfil), alcançamos o “ser do fenômeno” (*mói*- O ser do fenômeno é o fenômeno em sua totalidade, que ultrapassa sua objetivação num perfil).

Ao se alcançar um sujeito num dado perfil, profissional, por exemplo, se alcança o sujeito concretamente, há uma opacidade entre os perfis e, assim, não têm como serem transparentes um ao outro, visto que não tem como aparecer em todos os perfis. O sujeito não se reduz ao conhecimento que se tem dele, mas também não é outra coisa que isso. O Eu, ao

nível da humanidade é ontologicamente anterior a ser João, Maria ou José. O *moi* é o ser psicofísico, o que passa pelas relações concretas e históricas na materialidade. A história de uma pessoa não se unifica se a pessoa não tem uma visão sobre sua história, isto é, uma consciência de sua história, o que implica numa apropriação de suas experimentações-de-ser por ela vividas historicamente.

Não ocorrendo esta totalização, de qualquer modo sua história existiu, porém não é unificada como a história de ‘tal pessoa’, visto que a história só se unifica diante de uma consciência. O homem é resultado de sua história e não sua história é resultado do homem, não há um determinismo genético, muito menos dado por uma razão primeira.

Sartre nos pede para entender a idéia de “ser-no-mundo” no sentido de movimento e, aqui, isto significa que todo fenômeno psíquico tem de ser completo no movimento de síntese, como, aliás, acontece às notas de uma melodia. Assim, o Ego se constitui em unidade de transcendências e as transcende ele mesmo, na medida em que não se reduz a nenhuma delas e nem à soma das mesmas: “quando incorporo meus estados à totalidade concreta MOI, não lhe acrescento nada” (TE, p.59). Há uma implicação mútua entre os fenômenos psíquicos e o EGO, mas este resulta transcendente e, sem ele aqueles não existiriam porque, ao fim das contas são constituídos pelo Ego. (BERTOLINO, 1979, p. 23).

Claro que o homem não é sujeito absoluto de sua história, mas participa de um processo dialético e coletivamente. Há coisas em que os outros escolheram você ser e você efetivamente foi e também, coisas que os outros escolheram e você fez outra coisa disso. O que viabiliza estas duas posições é a estrutura de personalidade que lhe permite ou não a possibilidade de fazer outra coisa do que os outros fizeram de você. O homem é sempre responsável, não é possível afirmar que ele seja o responsável absoluto por ser o que é, às vezes se aceita, ou mesmo escolhe, o projeto que os outros nos colocaram. A liberdade é ontológica, há sempre uma escolha na base. Você sempre pode dizer não, a questão é o preço, a mutilação que um ser sofre, a perda da realização de um ser. A liberdade implica numa materialidade, é sempre um ser psicofísico, com uma história, que está num determinado ponto no tempo e no espaço e diante de uma estrutura de escolhas que lhe impõe um dado

campo de possibilidades. Ser livre é estar em movimento e escolher a direção deste movimento. O homem é livre por estar no mundo e assim não há como escapar à materialidade, pois esta lhe exige escolher.

Porém, se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. (...) ao afirmar nos que o homem se escolhe esse mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. (SARTRE in: OS PENSADORES, 1987, p. 6).

Enfim, é preciso compreender a estrutura da consciência para que se respalde esta visão da psicologia que não comporta um Eu transcendental comandando o Eu empírico.

4.2.1 A Constatação da Prescindibilidade da Existência de um Eu Transcendental

Com efeito, Sartre tem de ser lido e compreendido a partir do princípio da INTENCIONALIDADE: somente por ele toda a reflexão do nosso autor se sustenta. É que, o mesmo, depois de radicalizado por Sartre, converteu-se na expressão rigorosa da própria consistência ontológica da realidade objetiva de Sartre partiu sempre dela e a ela sempre retornou para verificar a coerência das suas teorizações. Pois, como já registramos, e vale a repetir, o propósito sartreano sempre foi, desde a juventude até hoje, compreender a realidade humana de modo que se respeitasse a plena autonomia da consciência por um lado, e, por outro, o total determinismo das coisas. Daí seu empolgação pela Fenomenologia e por sua idéia fundamental: a INTENCIONALIDADE (BERTOLINO, 1979, p. 6).

A consciência irrefletida é condição de possibilidade para qualquer outra consciência, toda consciência ocorre, primeiramente como consciência irrefletida, (onde só tem *je*, não tem *móí*), conforme figura I. É a dimensão transfenomênica do sujeito.

| | | |
|--|------------------|-------------|
| C Consciência R P O (Irrefletida) | Cs Reflexiva | Crítica |
| | | Espontânea |
| | Cs Pré-reflexiva | Percipiente |
| | | Imaginante |

FIGURA I – Estrutura das Consciências

Fonte: Modelo proposto por Prof. Pedro Bertolino na aula de 22.04.1998 no Núcleo Castor.

A consciência pré-reflexiva não tem Eu, não há reflexão nesta consciência e ela só pode dar-se como percipiente, que seria uma consciência posicional de um objeto real, ou imaginante, que seria a consciência posicional de um objeto irreal, um objeto em imagem. Não entenda-se como uma consciência que se tornará reflexiva, mas sim como uma consciência que não tem a mediação da reflexão na sua relação com o objeto. Quando se está no plano do pré-reflexivo, ocorre de se atravessar a rua sem olhar, contudo, atenção, quando não se olha por se estar absorvido numa reflexão com outro objeto, já não é mais consciência pré-reflexiva, mas sim reflexiva espontânea. Neste plano, não se conduz a relação com o objeto, se é conduzido por ele.

Já a **consciência reflexiva pode dar-se como reflexiva espontânea** que é posicional do objeto, mas não posicional do Eu para si. Ex.: Qualquer pessoa que sabe dirigir e o faz com uma certa segurança, geralmente posiciona seu objeto (no caso dirigir o carro) espontaneamente, não está localizada de que é ela, fulana, que agora, tem que passar a marcha, apertar a embreagem e soltá-la a medida que acelera, etc., ela simplesmente dirige, como que automaticamente. Na reflexão espontânea se conduz a relação com o objeto, mas sem considerar a própria condição, ‘o eu que dirijo’, é não posicional do eu, então não se leva em cota critérios, as expectativas do outro, etc. Na reflexão espontânea você pensa e age sem levar em conta quem você é. Já a **consciência reflexiva crítica** é posicional do objeto e

posicional do eu para si, seria o caso de alguém que está aprendendo a dirigir. Comumente além de estar atento para cada procedimento, como deve prosseguir, preocupa-se em estar fazendo certo, teme fazer algo errado por não dominar tal conhecimento. Já na medida que o que apreende, o converte em saber de ser, melhor dizendo, a cada nova situação em que dirige e dirige adequadamente ao apropriar-se, estará gerando saberes de ser motorista, até constituir um estado, que é a certeza de ser motorista, sendo este um novo perfil de sua personalidade.

A reflexão, percepção e imaginação são ‘fenômenos de ser’, mas não se reduzem a isso, são co-extensivas ao ‘ser do fenômeno’, o irrefletido, implica numa dimensão transfenomênica. A condição de possibilidade para que haja reflexão, percepção ou imaginação é ser corpo e consciência (irrefletida), estar no tempo e no espaço, é a condição ontológica que possibilita o antropológico, e, portanto, o psicológico.

Deste modo, a consciência irrefletida é a consciência que não foi ainda ou não está sendo tomada como objeto por outra consciência reflexiva. A consciência refletida é a consciência que já foi tomada como objeto, já foi apropriada, assim é uma consciência ‘minha’, enquanto que a consciência irrefletida não é ‘minha’, mas sim, impessoal, por não haver sido por mim totalizada. A consciência reflexionante é aquela que toma outra consciência como objeto.

Até Sartre tudo ficou reduzido ao cogito reflexivo, ignorava-se a consciência irrefletida, por aí é que havia o direcionamento a entendimentos da existência do inconsciente, assim a dimensão transfenomênica do sujeito foi perdida, não havendo então uma condição ontológica. Assim o homem era corpo e pensamento, passou então a ser redutível ao objeto e tudo virou pensamento. Com o cogito, Descartes reduziu a consciência ao pensamento, entretanto, há três possibilidades de consciência - reflexiva, imaginante e percipiente. Desta forma, a consciência reflexiva não se reduz à reflexão que ela executa, na ausência da reflexão resta ainda a consciência irrefletida. Na visão racionalista tentou-se esclarecer a

consciência a partir dela própria, esquecendo o corpo, se tentou esclarecer pensamento por ele próprio, sempre numa perspectiva idealista.

Na consciência de 1º grau o sujeito e o objeto são ligados. Sempre que isso acontece, não tem como ignorar que aconteceu. A consciência de 1º grau é autônoma, não evolui para outra consciência, são independentes, não há passagem de uma para outra, uma desestrutura a outra ao apropriar-se dela.

A pessoa unifica suas experiências a partir de um processo de apropriação que se dá através de uma consciência de 2º grau que toma como objeto uma consciência de 1º grau (irrefletida) e, mediado por uma racionalidade se apropria, ou seja, realiza um arranjo racional de suas experimentações-de-ser no mundo. Esse arranjo racional poderá ser adequado ou não, isto é, pode corresponder com a realidade ou não, conforme as possibilidades do saber de ser desse sujeito em converter-se o sujeito de tais experimentações por ele vividas. Quando ocorre essa apropriação efetiva de ser, designada por Sartre por ‘compreensão psicológica’, ocorre a alteração do saber de ser do sujeito. Muito comumente, uma “reflexão moral” o impede de realizar esta apropriação por função da racionalidade dominante no seu sociológico e em sua personalidade, já que a reflexão moral se sustenta numa fundamentação empírico-metafísica, com vistas ao controle social e do comportamento.

É neste impasse que surge a possibilidade de uma divisão proveniente deste corte que se impõe entre o sujeito que realizou tais ações, e aquele que se reconhece sendo no sociológico, mantendo a pessoa aprisionada nessa divisão “esquizofrenizante”, e, claro, no desespero, restando-lhe somente a má-fé.

Na concepção existencialista de complicações psicológicas, a esquizofrenia é uma complicação do sujeito, resultante de sua vida de relações e não de processos mentais, que o leva a uma situação material, objetiva de divisão de seu ser, experimentando-se no mundo

frente a duas efetivas possibilidades de ser. Compreensão esta totalmente outra que a psiquiátrica, pois rompe com a noção de doença mental.

O termo má-fé, utilizado neste trabalho e sustentado na teoria existencialista sartreana constitui uma dinâmica psicofísica em que o homem busca mentir a si próprio, porém não como uma estratégia pensada, mas na cumplicidade com seu próprio saber-de-ser.. Diferente da mentira na perspectiva moral.

Sartre explica que a má-fé é um comportamento de “fé” e não uma mentira cínica. Isto significa que ela é um fenômeno de crença. A crença é uma adesão do ser ao seu objeto: quem crê está mergulhado na situação, sem conseguir tomar distância dos seus princípios religiosos, por isso mesmo não os põe em questão. Da mesma forma os católicos fervorosos, que acreditam que “Deus” está neles, não se questionam, nem questionam seu credo, pois não mantêm distância para tanto. A má-fé é, portanto, uma crença. **Ela não é, assim, uma decisão reflexiva do sujeito (do tipo ‘quero me enganar’), mas uma experiência espontânea de nosso ser, na qual estamos inteiramente mergulhados.** Enquanto a vivenciamos, estamos “grudados” a ela, sem distância para poder questioná-la. A má-fé não é, portanto, um *estado* de ser, mas sim um processo através do qual a consciência se afeta a si mesma de má-fé. Através dela o sujeito busca fugir do que não pode fugir, ou seja, fugir do que é. (SCHNEIDER, 2002, p. 108 – grifo da autora)

Este é um equívoco básico das outras psicologias, pois acabam trabalhando numa perspectiva subjetivista, assim não escapam à moral. O que a psicologia tem que proporcionar ao homem é que este ganhe condições de tomar sua história nas mãos, no sentido de fazer-se efetivamente sujeito no mundo, realizando o ser que deseja ser, mesmo num mundo em que há uma moral imposta e pré-estabelecida, a qual o homem vem sendo submetido e esvaziado, um mundo onde há múltiplas racionalidades e o homem precisa aprender a lidar com essa diversidade. A absolutização de um sistema de racionalidade promove a complicação psicológica. (Ver Anexo 19 –Leis Científicas: Sistemas de Racionalidades).

Um problema psicológico é sempre um problema de impasse de uma “apropriação psicofísica” de “experimentações de ser”. Nas situações mais extremas de problemas

psicológicos não há perda de consciência, há sim uma desestruturação da personalidade, sendo a personalidade um fenômeno objetivado de ser. Há um dinamismo psicofísico que não alteramos através da boa vontade ou um pensamento positivo é preciso um processo de alteração da personalidade.

A apropriação psicofísica é o que Sartre denomina como compreensão psicológica, que é a apreensão psicofísica, e não reflexiva, do sujeito relativamente as suas experimentações de ser, que são as afetações do sujeito sempre numa implicação noemático-noética, ou seja, a emoção que entra frente a determinado objeto, sempre inserido numa dada atmosfera humana, constituída por um conjunto de ocorrências sócio-históricas, portanto materiais e temporais.

4.3 O Processo de Objetivação do Sujeito no Mundo

Para alcançar esse objetivo, precisa-se esclarecer a Temporalidade Física.⁸¹ Segundo Bertolino, “O presente é a infinita enzimal, isto é, o presente é zero, não tem como calcular. Agora o tempo é infinito, então é um infinito processo de conversão física do futuro em passado. Isso que é a temporalidade física”.

Como se é presente, está-se num determinando ponto do tempo e do espaço, já que o futuro só se impõe como futuro frente a um sujeito, sendo esse sujeito não se tem como ignorar que existimos, que estamos diante de um dado futuro e temos atrás de nós um certo passado, já determinado por um tempo físico, assim não temos como ignorar que há também um tempo físico diante de nós. Sendo sujeito, corpo e consciência frente a um futuro, tendo um passado em que se foi de tal forma, se fez tais coisas, esteve em certos lugares, portanto,

⁸¹ Entrevista concedida pelo Professor PEDRO BERTOLINO, filósofo, relativamente ao processo de objetivação do sujeito no mundo, Florianópolis: 30.05.2004, a qual permeia toda a exposição deste item. - Ver modelo de Temporalidade Física em anexo.

não tendo como ignorar o ser que se fez ao longo de sua história e que nesta história, fez escolhas, dentro de certo contingente, num dado campo de limites e possibilidades, fez-se o ser que resulta aí no mundo hoje.

Essa temporalidade física, portanto impõe uma temporalidade psíquica, isto é, ocorrências físicas futuras estão sempre ativando ocorrências físicas passadas que afetam o sujeito em ato, ou seja, ali em dado momento presente, alcançando-o na integralidade de seu ser, ou seja, conforme utiliza Sartre, 'Moi'. Sendo assim somos constantemente afetados por forças do passado, ativadas por um futuro.

Da temporalidade física se desdobra inevitavelmente uma temporalidade psíquica, onde se gera o Moi - sujeito psicofísico. Gerado o Moi, o mesmo está inserido numa materialidade, onde se têm ocorrências sócio-históricas futuras, isto é, materiais e históricas, que dão descargas no eu- no- horizonte, gerando descarga para que esse eu se movimente, ao se movimentar. O Moi psicofísico vai se implicar em outros, quer dizer, o movimento de um sujeito vai movimentar os outros, que movimentará o conjunto do sociológico. Ao movimentar o sociológico, um descarrega "forças noemáticas"⁸² no outro, os arranjos racionais imanentes, que são as possibilidades de ser de um dado sujeito, se altera pela função dos outros e os arranjos racionais do sociológico também se alteram por função das forças que atuam nele advindas deste dado sujeito. Ao mesmo tempo, esse Moi que está se objetivando no mundo como homem, marido, filho, etc, está implicado com o seu cogito do passado, com um saber de ser do passado que ele não pode escapar, o sujeito que foi. Esse sujeito que foi se fez por função de ocorrências sócio-históricas que eram futuras e, que, passando por essa infinita enzimal, do eixo de y, portanto, zero, se tornaram passadas. Essas ocorrências aconteceram e não tem como não terem acontecido. Por isso essas ocorrências são físicas e mantém um eu- no- horizonte passado, são físicas e não há como escapar.

⁸² As forças noemáticas são a força que dados objetos ganham através do processo histórico, obtendo assim a propriedade de afetar um dado sujeito

O eu – no – horizonte surge inevitavelmente diante de nós através do imaginário, propriedade do ser humano de ser alcançado pelo futuro quando ele ainda não ocorreu. A experimentação do eu- no – horizonte é, portanto, a experimentação do sujeito frente a seu futuro, no campo de possibilidades que se recorta e se impõe a ele, resultante de sua história até então. Já a experimentação de ser-como-horizonte alcança o sujeito na sua totalidade, o Mói, como já citado anteriormente.

Esse eu-no-horizonte passado do qual não se tem como escapar então gera no sujeito certezas de ser, destas certezas de ser que estão sustentadas num dado sócio-histórico, por conseguinte material, real, vivido, experimentado e cada um dos acontecimentos importantes equivaleram a uma folhinha da qual a formiga lançou mão e levou ao ninho, isto é, um acontecimento pelo qual o sujeito passou e a reflexão espontânea o recolhe e realiza o arranjo racional imanente, resultando então num determinado campo de possibilidades futuras que se impõe a este sujeito, implicando-o no horizonte.

Porém é fundamental que fique claro que este processo ocorre espontaneamente. Se fosse possível escolher quais folhinhas levar ao ninho e como levá-las, não haveria impasse psicológico e toda a base psicanalítica teria sustentação enquanto intervenção, pois seria somente uma questão de reflexão, portanto, de acertar o discurso, mudando a forma de pensar. Ele ocorre espontaneamente por força de uma atmosfera virtual que se arma e na qual o sujeito é alcançado. (Ver Anexo 10 - Modelo da Constituição da Atmosfera Humana).

Cabe aqui um novo parênteses esclarecendo que à base do método psicanalítico está a hermenêutica, desenvolvida basicamente na filosofia por Heidegger cuja concepção era a filosofia como a arte da interpretação da linguagem, e o movimento desta linguagem resultaria na interpretação desta por ela própria. Equipara-se a atuação psicanalítica da associação livre de idéias. Intervenção feita total e restritamente na base do discurso.

Esses arranjos racionais imanentes vão receber descargas de arranjos sociológicos, que são os arranjos racionais transcendentais, do tecido sociológico no qual o sujeito está implicado, isto é, imanentes aos outros, e, por outro lado, os arranjos racionais imanentes vão descarregar forças no conjunto dos arranjos sociológicos ou transcendentais.

Porém, lembra-se que, todo esse dinamismo está sendo posto em movimento pelas ocorrências físicas futuras que se impõe inevitavelmente para todo e qualquer homem. Porém é importante ter em conta que a apropriação das ocorrências vividas passa por uma racionalidade, que funciona como filtro para a apropriação de cada ocorrência experimentada pelo sujeito.

A objetivação do sujeito singular se dá tendo um horizonte passado que só se faz presente através dos outros e das coisas, mas o futuro está constantemente lhe impondo “ocorrências físicas” que estão afetando um conjunto todo que é um fenômeno dado.

Por exemplo, quando ocorre um terremoto, ocorre em certa região geográfica, promove certos danos, atinge a materialidade e as pessoas nessa materialidade, valendo a redundância, provocado por uma ocorrência física. Utilizando como base o Modelo da Constituição do saber de ser que trata da alimentação das formigas saúvas (Ver anexo 11 – Modelo da Constituição do saber de ser), para esclarecer esse fenômeno, constata-se que a ocorrência física do terremoto implica em uma série de folhinhas que serão levadas pelas formigas, isto é, o pensamento espontâneo, aos formigueiros singulares que constituem os fungos (saber de ser de cada indivíduo atingido), provocando a alteração dos fungos e que terão desdobramentos nesse sociológico que foi atingido, na medida em que, diante de dado acontecimento físico, para enfrentar os danos e tendo em comum toda essa realidade física por confrontar-se, impõe-se uma tarefa em comum que os tece num ‘baleutros’.⁸³ Por ser um

⁸³ “Baleutros”, expressão utilizada pelo filósofo PEDRO BERTOLINO. Eu – outro – coisa – eu, eu passando pelas coisas, pelos outros, o outro também passa por mim, tem as coisas que escapam também, tem todos os cruzamentos. BERTOLINO: 30.05.2004.

pensamento espontâneo que leva às folhinhas ao formigueiro é que não se tem como escolher quais folhas e como estas serão levadas, dado que isso ocorre no plano da espontaneidade. Essas forças físicas descarregadas sobre o sociológico vão induzir ao coletivo, que é a tarefa em comum, esse coletivo vai estar organizado em sistemas de racionalidades que, por sua vez, estão objetivados em instituições, igreja, estado, etc.

Ao mesmo tempo em que, por ser a realidade dialética, esses desdobramentos e reações dos formigueiros afetando o sociológico terão função nos sistemas de racionalidade, numa implicação dialética, desdobrando-se em forças que atingirão as instituições. Sendo que esta alteração do sociológico, vai provocar em cada sujeito singular que o constitui, uma descarga de forças na sua personalidade, provocando novos arranjos racionais imanentes, constituindo um dinamismo psicofísico objetivado na realidade humana e mundana.

As racionalidades instituídas pelas instituições vão induzir ao singular, no singular ele vai ter que se modificar, se modificando no singular, o desejo de ser dele será reduzido ou aumentado. Então esse acontecimento natural, acaba tendo função no desejo de ser de cada um, na medida em que teve função nas possibilidades materiais das quais dispõe. Com tais possibilidades alteradas, afeta também seu projeto-de-ser, que também se encontra irremediavelmente implicado nesta materialidade sócio-histórica.

O projeto de ser é o movimento concreto do homem no mundo através do qual ele se faz quem é, sendo o desejo de ser a força resultante destas ações do homem no mundo, alcançando-o e atuando no sujeito de modo a atraí-lo cada vez mais para esse futuro, resultante de seu projeto de ser. Importante esclarecer que tal elucidação está na base da compreensão de uma personalidade e este funcionamento fica comprometido quando se está diante de uma psicopatologia.

É nesse fenômeno complexo que o sujeito está condenado a ser livre, como disse Sartre, na medida em que estando num dado campo de possibilidades ele se elege, com maior

ou menos alienação, mas não tem como escapar à responsabilidade de suas ações e às implicações destas com o ser dos outros. Assim, não há como escapar ao sociológico, esta é uma constatação científica da antropologia, na medida em que o homem é encontrado imbricado na realidade humana e nas relações que estabelece e que ocorrem em dado contexto histórico e material.

Encontrando-se imbricado em determinado sociológico, é preciso conhecer a constituição interna do sociológico (Ver anexo 03 – Modelo do Tecimento Humano) que é material, que tem forma e contra-forma. Segundo Bertolino, “é expressamente um *balett*, movimentos articulados geometricamente formando uma situação e esse *balett* se move sempre para um futuro, queira-se ou não”.

Os homens estão, assim, sempre colocados e provocados por um futuro, esse futuro a partir de ocorrências físicas e materiais, a aula por ir, o filho por atender, a comida por comer, o cliente por receber, as contas por pagar, o churrasco por ir, o amigo por rever, é nessa realidade concreta e simples, ao mesmo tempo em que complexa, porque constituindo fenômenos contíguos, (Ver Anexo 14 – Modelo da Ontologia Fenomenológica), ou seja, um homem, que está no mundo, no meio dos outros e das coisas, no ponto de tempo e do espaço e diante de um futuro, tendo um dado passado atrás de si. Então vamos trabalhar com um exemplo bem prático e comum, nos valendo da obra “O Paciente Psiquiátrico” do psiquiatra holandês Van den Berg, publicada no original inglês em 1956.

O homem e o mundo: É inverno. A noite está caindo e eu me levanto para acender a luz. Olhando para fora, vejo que começou a nevar. Tudo está coberto pela neve brilhante, que está caindo silenciosamente do céu encoberto. A gente caminha sem ruído ao longo da minha janela. Ouço alguém sacudir a neve dos seus pés. Esfrego as mãos e aguarda a noite com satisfação, pois, faz alguns dias, telefonei a um amigo convidando-o a vir ter comigo esta noite. Dentro de uma hora estará batendo à minha porta. A neve lá fora parece que dará à sua visita um caráter ainda mais agradável. Ontem comprei uma boa garrafa de vinho, que coloquei a distância apropriada do fogo. Sento-me à mesa para responder algumas cartas. Meia hora mais tarde, toca o telefone. É o meu amigo, a dizer que não poderá vir. Trocamos algumas palavras e marcamos novo encontro para outro dia. Quando torno a colocar o fone no gancho, o silêncio do meu quarto ficou mais profundo. As

próximas horas se parecem mais longas e mais vazias. Coloco mais uma acha de lenha no fogo e volto à minha escrivania. Dentro de alguns momentos estou absorto num livro. O tempo passa lentamente. Ao levantar os olhos por um momento, para refletir sobre um trecho pouco claro, a garrafa, perto do fogo, chama a minha atenção. Percebo mais uma vez que o meu amigo não virá e volto à minha leitura. Revendo este episódio extraído da vida de todos os dias, noto que a interação contínua entre mim e as coisas à minha volta, os objetos. Estou esperando meu amigo; esta condição de subjetivo torna-se visível para mim por intermédio dos objetos do meu quarto acenda luzes, preparo cigarros e procuro manter o vinho na temperatura apropriada. Mesmo para outras pessoas, a minha condição subjetiva (nesse momento) é perfeitamente visível; alguém que entrasse inesperadamente diria: "Vejo que está aguardando uma visita". Aí, começa a nevar; esta condição objetiva aumenta a minha expectativa subjetiva. Quando o telefone põe fim a esta expectativa, o silêncio do quarto torna-se mais profundo. Quando, mais tarde, eu olho para a garrafa, é este fato objetivo que me diz que a expectativa subjetiva está cancelada. (BERG, 1999, p. 33).

Ao analisar esta passagem constata-se um homem objetivado no mundo. Pode-se identificar momentos diferentes nessa passagem e abstraí-los para elucidação deste fenômeno que temos objetivado por Van den Berg diante de nós.

No início o autor descreve todo o cenário em que se encontra, menciona, a neve, a noite, as pessoas na rua e depois nos relata que recebera o telefonema de um amigo com o qual combinou um jantar, e ainda, contando de sua satisfação em recebê-lo. A partir desta combinação entre eles, ele foi comprar uma garrafa de vinho para o jantar que teria com o seu amigo, no futuro ali, logo mais tarde. Diante deste futuro colocou o vinho perto da lareira para prepará-lo, o vinho a ser tomado com seu amigo naquela noite. Diante deste futuro é que a neve se destacou com a função de dar um ar especial àquela noite, as pessoas na rua se sobressaiam naquele contexto porque seu amigo viria, a garrafa de vinho foi comprada e posta perto da lareira porque seu amigo viria. Ele estava na sala diante da interioridade de sua casa e diante da exterioridade dos acontecimentos na rua, tendo presente a vinda de seu amigo.

Assim, não há como não constatar objetivamente o protagonista movido pela expectativa da vinda do amigo, do jantar que teriam, do vinho que beberiam. Este conjunto de ocorrências constituiu uma atmosfera virtual dentro da qual ele se movia na espera do amigo.

Era dentro desta atmosfera que ele se antecipava com o amigo e já experimentava a satisfação de recebê-lo, por uma propriedade do imaginário, ou seja, da ação do futuro sobre nós. Esta atmosfera é virtual porque implica o futuro, mas um futuro que nos alcança e que se impõe a nós através das coisas e dos outros, enfim da materialidade. A rua coberta pela neve ganhou a propriedade noemática de abrilhantar a noite para aguardar o amigo. A mesma rua que noutro dia poderia ganhar a propriedade noemática de afetá-lo negativamente, levando-o à ira por haver, por exemplo, maior dificuldade em dirigir seu carro. Mas, ao invés de criar novos exemplos, vamos seguir pelo concreto deste episódio.

Ao receber o telefonema com a notícia de que seu amigo não viria, o protagonista tem de haver-se com um novo futuro que lhe é imposto, portanto, novas ocorrências passam a fazer parte desta atmosfera, alterando-a. Mas como é possível alterá-la? Na medida em que a função das coisas se impõe a ele de outro modo. Como isso se objetiva nesse episódio? Com o silêncio mais profundo, as horas demorando mais a passar. Mas ele absorve-se numa leitura, isto é, absorve-se por completo espontaneamente na leitura de um texto. Nesse momento não lhe aparecia o eu, portanto, não lhe aparecia ‘eu, protagonista, estava esperando meu amigo que não virá’. Era simplesmente consciência de si lendo o livro, sendo também inevitavelmente consciência do livro que estava lendo. Contudo, ao parar e olhar a garrafa de vinho, esta lhe impôs a ausência de seu amigo ali naquela noite, o futuro, sem o amigo. Ocorrência esta que não se daria enquanto permanecesse absorto na espontaneidade.

Vê-se claramente então que a garrafa de vinho que antes tinha a função noemática de colocar-lhe frente a vinda do amigo, agora o coloca na ausência deste e na solidão que será a sua noite, visto que tivera frustrada sua expectativa de receber aquele amigo. Portanto a condição de possibilidade de afetação do protagonista do texto nos dois momentos, dependeu das ocorrências sócio-históricas, já descritas tão bem por ele próprio e aqui por nós demarcadas e indicadas mudando a sua afetação frente aos mesmos objetos, porém em

momentos diferentes bem demarcados no tempo, ou seja, antes e depois do telefonema do amigo lhe dizendo não poder vir.

Conforme Bertolino, “a função noemática é essa força de atração, como propriedade que tem qualquer ocorrência física de alterar outra no seu curso ou modelo”.⁸⁴

Relevante ressaltar que a descrição de um episódio psicofísico, tal qual ocorre, dentro de uma atmosfera corresponde à realidade da objetivação de dado fenômeno no mundo, o que é radicalmente distinto de uma interpretação psicanalítica do mesmo, já que é uma intervenção que evidencia o conjunto de ocorrências que se implicam numa situação psicológica ou psicopatológica, sendo um dos instrumentos indispensáveis do processo psicoterapêutico na psicologia existencialista.

Identifica-se nesse episódio comum a qualquer ser humano em nossa vida de todos os dias, como o homem se objetiva no mundo, como é passível de ser identificado na sua objetivação, nas suas afetações psicológicas, e mesmo psicopatológicas, o que não é o caso citado aqui. O exemplo usado como ilustração é um “episódio psicofísico” ocorrendo dentro de toda uma dada atmosfera, gerada por um contexto sócio-histórico que o alcança em certas afetações psicofísicas.

O episódio pelo qual ele passou teve início no momento em que ele ligou para o amigo e combinou que o amigo viria, ali começou o processo, armou-se a expectativa dentro de uma atmosfera que já existia. Já existia uma atmosfera que era armada pela amizade dele com o amigo. Dentro dessa atmosfera se anunciou uma noite estrelada, se anunciou o jantar com o amigo. Ali começou e depois fechou essa ocorrência na atmosfera da amizade do protagonista com o amigo, a atmosfera é mais abrangente, ali foi um acontecimento entre ele e o amigo. Começou quando ele telefonou e convidou o amigo para jantar e só fechou quando o protagonista recebeu o telefonema do amigo dizendo que não poderia vir e que marcariam outra data. Então começou com um telefonema e fechou com um telefonema. Isso marca bem a região da atmosfera da amizade deles nesse episódio histórico, e por estar dentro deste episódio, o protagonista, passou por uma seqüência de afetações psicofísicas que se sintetizaram, por fim, num saber de ser que é a totalização das experimentações-de-ser sucessivas pelas quais o protagonista foi passando. Até por isso, não foi tão dramático para o

⁸⁴ BERTOLINO, em entrevista concedida em 11.09.2004.

protagonista. Havia uma amizade entre eles, já havia uma atmosfera. Então havia um passado historicamente vivido entre ele e o amigo que lhe dava segurança desta amizade. Além disso, houve o telefonema do amigo, isso significa que o amigo teve cuidado com a amizade deles e consideração por ele, isso já fez o protagonista ser afetado pela iniciativa do amigo como sendo amigo, e não como alguém que estava sem nenhuma consideração com o compromisso marcado. Não se sabe quanto tempo, mas de qualquer maneira o amigo respeitou o compromisso, levou a sério e ao telefonar para o protagonista, isso ficou sabido pelo protagonista. E ainda mais, houve o fato de acertarem que definiriam uma outra data para o encontro. Então, foi de algum modo, frustrante o episódio para o protagonista, mas não foi forte o suficiente para levá-lo a uma situação de descontrole. Exatamente por estarem num contexto, numa atmosfera de amizade, que começou com um telefonema e terminou com outro, porque ficou aberta a possibilidade de marcarem um outro encontro, então isso tudo fez o protagonista ficar na experimentação de ser de alguém que não perdeu o amigo, mas de alguém que não recebeu o amigo para jantar num determinado dia. Por isso mesmo ele não foi para um acesso emocional, que poderia tanto ser reativo, se tivesse acontecido do amigo não lhe dar satisfação ou dizer que não tinha interesse em jantar com ele, mas, pelo contrário, todas as ocorrências deixaram o protagonista na certeza de ter o amigo, de ser amigo do amigo, enfim, do amigo ser aquele com quem o protagonista se tece e de o amigo tecer-se com ele e compartilharem uma amizade. Nessa segurança de ser, o protagonista, experimentou-se na ausência do amigo que não veio para jantar, mas não foi uma grande decepção foi uma afetação leve, e simplesmente reativa, que não gerou uma grande turbulência. O amigo não veio, o silêncio ficou mais expresso, a noite ficou mais silenciosa, mas ele ficou lendo, ia para o livro, e quando voltou-se para a garrafa se experimentava na ausência do amigo, ou seja, o protagonista ali constatava a ausência do amigo como uma ocorrência objetiva, naquele espaço material e histórico. Podemos localizar esse episódio psicofísico descrito pelo Van den Berg a partir do Modelo da Constituição do Saber-de-ser, com a exposição da alimentação das formigas. O protagonista vai passando por essas experimentações na espera do amigo: ao esfregar as mãos, ao preparar a garrafa, perante a neve caindo lá fora. Na verdade, a destotalização e a retotalização está acontecendo a cada ocorrência. Porém, posteriormente essas ocorrências se unificam e sintetizam um episódio. Mas é como um redemoinho, está em movimento constante. A reação vai acontecendo e chega uma hora que fecha, como um desenho se formando numa nuvem, a tempestade se formando. É uma evolução constante, isso é o saber de ser, porém ao fechar-se o episódio, (...) cada ocorrência destas, como uma porção de nuvens que se esbarram, somem, se misturam. Mas em ciência é preciso trabalhar com abstração. Então abstratamente é preciso se alcançar o conjunto que se compôs: o episódio do amigo vir jantar. Não é uma 'folhinha' ou uma ocorrência isolada que vai mudar a cor do ninho, ou o saber de ser. Quando as ocorrências estão acontecendo já está balançando o saber de ser que se vai alterando. Contudo, fechado o episódio, ocorre a apropriação. (BERTOLINO, em entrevista concedida em 11.09.2004).

Extrapolando um pouco o episódio registrado por Van den Berg, supondo-se que o protagonista e seu amigo agendem uma nova data. Chegada à noite esperada novamente com

ansiedade pelo protagonista, que colocou novamente o vinho sobre a lareira, observou o movimento na rua, a neve e os transeuntes, e inevitavelmente antecipara-se, mais tarde, em seu futuro com a chegada do amigo, a conversa que teriam, as risadas que dariam, as trocas intelectuais que fariam, quando, do mesmo modo toca o telefone. Diante do soar do toque, o protagonista olha o relógio, constata que só faltam dez minutos para a hora marcada e inevitavelmente antecipa que será o amigo a dizer, mais uma vez, que não virá. Já atende ao telefone com uma voz mais abatida, seu corpo já não tinha a mesma postura de antes, já não estava mais tão firme. Então, antes mesmo de atender ao telefone, o protagonista já se sabia sendo novamente na ausência do amigo. Como isso é possível? Inicia-se essa verificação pela atmosfera, já que não há como alguém se emocionar sem que esteja numa dada atmosfera.

Ora, claramente constata-se, pelas ocorrências sócio-históricas, materiais, novamente um jantar, novamente preparou o vinho, entrou na expectativa de recebê-lo, de repente um telefone, a materialidade ali composta trazia ao protagonista o passado, por todas as coisas ali, era inclusive sua casa, sua sala, sua lareira, todas coisas estas que, lá, naquele episódio, ganharam a função noemática de trazer a ele a ausência de seu amigo. Não teria como isso ocorrer e o protagonista não ter seu passado ativado pelas ocorrências futuras, na medida em que lançado nesta mesma atmosfera alcançando-o neste contingente histórico, por um futuro que se impõe, no caso o telefonema do amigo, o remete à mesma experimentação de ser - no - horizonte do episódio anterior com correlação noemática e que o fazem abruptamente reagir frente a este telefonema, com o qual não tem condição de lidar de outro modo, por função desta atmosfera. A esta ativação do passado por ocorrências futuras com implicações noemática, denomina-se imaginário hipnagógico. (Ver Anexo 15 – Modelo do Processo de Constituição do Moi em Ato, Anexo 16 – Modelo da Temporalização Psicofísica, Anexo 17 – Modelo da Constituição da Temporalidade Física, Anexo 18 - Modelo da Constituição Dinâmica do Sujeito- no-Mundo).

“O passado e o futuro vêm a nós através dos outros e das coisas, se não estivéssemos inseridos num tecido sociológico, os outros e as coisas não nos alcançariam e não nos colocariam em confronto com o futuro, nem mesmo com o passado e nossa história”. (BERTOLINO: aula ministrada no Núcleo Castor em 16.08.2002).

No que concerne a noção de projeto explicitada por Sartre, é um projeto de ser no mundo, sua eleição quanto ao ser que você já está se fazendo a partir de seus atos, suas ações, suas escolhas, é na concretude do ser que o encontramos com seu projeto.

Conforme salienta Schneider:

Sartre terá como objetivo maior chegar a esse “irredutível psíquico”, que é o fundo sobre o qual se estabelece todo ato de significação, ou seja, o projeto fundamental de ser do sujeito. O “irredutível” a ser elucidado que permitiria a compreensão do homem é, portanto, uma totalização ou uma unidade, experimentada enquanto **livre unificação**. (...) Deve-se compreender **a pessoa como uma totalização**: em cada ato, em cada gesto, e em cada emoção, em cada escolha, em cada palavra, o sujeito se mostra integralmente, ainda que em perspectivas diferentes. Devemos buscar neles (atos, gestos, emoções...) uma significação que os transcenda, que os totalize e que demonstre, assim, a relação global da pessoa com o mundo, através da qual esta se reconheça. Cada escolha singular exprime a “*escolha original em circunstâncias particulares; não mais do que a escolha de si mesmo como totalidade em cada circunstância*” (Sartre: 1943: 650). *Sartre considera, portanto, que essa totalização, essa unificação, que nada mais é do que o projeto original, “deve revelar-se a nós como um absoluto não substancial”.* (Ibid: 648) (Schneider: 2002, p. 103).

Resgatando novamente o protagonista do “Paciente Psiquiátrico”, identifica-se ali seu projeto numa perspectiva a de sua amizade com o amigo a quem receberia para jantar. Como? Se fosse possível o acesso ao protagonista, ao descrever-se a situação teria-se facilmente acesso ao seu perfil de amigo daquele sujeito, no modo de preparar o vinho, no modo de acender a lareira, de arrumar a sala, de esperá-lo, na sua expectativa, na sua emoção de alegria na antecipação de sua visita e na sua frustração de não recebê-lo.

Convergindo com nossas colocações, Erlich nos fornece um outro exemplo quando trata na sua dissertação da função do projeto para a Psicologia de Orientação Profissional:

Caso verificássemos a situação de um dos colegas estudantes de Direito, constatamos que, embora não sendo a pretensão dos pais, este estudante elegeu como futuro profissional a área de Literatura. Seu desejo por adentrar cada vez mais em meio a literatura clássica, à poesia, aos romances, desfrutar das situações ilustradas, de cada personagem posto em cena, de suas intrigas, amarguras, fracassos e vitórias. Constataríamos que desde muito jovem aprendera com o avô materno o gosto pelos livros, a convivência com os dramas singulares no seu contexto histórico, relatados nas páginas amareladas. O que atrai o jovem, é um mundo futuro ainda inexistente, em meio aos livros, aos seus autores favoritos, sendo freqüentador incansável de bibliotecas, cercados de outros que, como ele compartilham a mesma paixão pela literatura, pelo cheiro dos livros antigos, pela possibilidade de escrever o que ainda não foi escrito, de deixar seu rastro nessa porção do mundo. Antecipa que, mesmo hoje não tendo namorada, terá uma companheira que o acompanhará nas suas empreitadas, um filho a quem apresentará o mundo, com quem compartilhará o que estiver escrito e sabendo que, sendo esse, não deixará de ser seu filho e ao mesmo tempo será cada vez mais neto quanto mais perseguir esse mundo futuro por alcançar na literatura. Compreendemos assim que, em qualquer caso, o que deve ser interrogado é a singularidade dos fins futuros para que a ação singular possa ser efetivamente compreendida. (...) Notemos que não se trata de uma elucubração reflexiva, de um sonho ou de uma meta administrativa. O que encontramos é um ser psicofísico em relação com o mundo futuro que ilumina as duas outras dimensões temporais. Trata-se de um movimento concreto no mundo material em função de um mundo material futuro ainda não existente. Neste sentido o estudante de literatura aspira um tipo de vida, de mundo futuro, que o faz ser atraído pelo cheiro dos livros antigos, que faz seus olhos brilharem pelas páginas amareladas das edições antigas, ao deparar-se em meio aos clássicos, seu coração dispara quando tem acesso a um novo exemplar, a outra tradução, enrubece frente a um original. O cansaço após as horas contínuas de leitura é um acontecimento psicofísico desfrutado por ele, onde os olhos ardendo da vista cansada. A coluna dolorida, as pernas um pouco dormentes, ensinam o trabalho frutífero daquele dia dedicado à tal leitura.. (...) O que se faz necessário extrair é que para compreender a ação do estudante de direito (...), assim como qualquer ação humana, faz-se necessário compreender a incrustação da ação singular na totalidade do ser em questão, ou seja, o que denominamos projeto de ser ou projeto original. (...) toda ação é compreensível como projeto em direção a um mundo desejável possível e inexistente. Nesse sentido, na realidade humana, nenhuma ação se reduz a si mesma, necessariamente se articula com a totalidade do ser, que vem a ser o *projeto de ser* ou eleição original. (ERLICH, 2002, p. 121-2-3).

De sorte que com esta breve exposição pretendemos deixar inequívocas as possibilidades de uma psicologia científica como uma disciplina geral, bem como nas suas subespecialidades.

4.3.1 Contexto Sócio-histórico da produção de Jean-Paul Sartre e Outros Autores

Nesta parte utiliza-se basicamente das aulas de Seminário de Aprofundamento do semestre (2004-II), ministradas pelo Professor Pedro BERTOLINO no Núcleo Castor, bem como subsídios de sua palestra no IV Encontro de Psicologia Existencialista, realizado pelo Núcleo Castor, na OAB, em Florianópolis – SC, nos dias 28 a 30 de outubro de 2004, sendo sua palestra ministrada na abertura, no dia 28.10.2004.

Ao final do século XIX a neurologia não tinha mais serviço a prestar na medida em que buscavam esclarecer no cérebro o problema da loucura.

Em 1943, Sartre publica no “Ser e o Nada”, (*L’être et le néant*), o caminho para elucidação dos fenômenos da realidade, a partir da investigação do próprio fenômeno com seus componentes constitutivos, avançando relativamente a Husserl que se propôs, mas não realizou, a elucidar a realidade a partir da própria realidade, como um “voltar-se às coisas mesmas”.

Van den Berg, autor de “Paciente Psiquiátrico” (1999), “Pequena Psiquiatria” (1970), “O que é Psicoterapia” (1979) refuta todos os conceitos psicanalíticos quanto aos mecanismos de defesa, mostrando que são formas de conversas de psicanalista com ele próprio, onde o paciente é esquecido.

O autor enfatiza como toda complicação psicológica é derivada de um quadro de solidão que está sempre ao fundo, e sem a qual não há comprometimento psicológico. Assim aponta que um impasse psicológico é um impasse do homem na sua vida de relações, rompendo com o mentalismo cartesiano e que tudo seria manifestação de algo ocorrendo “dentro da cabeça do sujeito”. A solidão é uma situação de ser em que a pessoa se experimenta ontologicamente cortada de seu sociológico, isolada dos outros e das coisas. Van

den Berg, na mesma obra salienta que sua solidão naquela noite se impunha através da garrafa,

O autor critica Descartes pelo abismo que “cavou um fosso entre o homem e o mundo, entre assuntos humanos e não - humanos” (BERG, 1999, p. 38) já que o cartesianismo tentou sustentar a inteligibilidade do mundo no sujeito por remeter-se ao cogito e sustentar-se no cogito, com isso caindo no subjetivismo, convertendo tudo em lógica, em pensamento, descartando a consistência ontológica das coisas.

O autor faz uma exposição de uma psicologia fenomenológica, rompendo com o mentalismo ao trabalhar com a noção de fenômeno. Em sua obra “O Paciente Psiquiátrico”, Van den Berg, com formação psicanalítica, toma um paciente padrão e vai mostrando a complicação do paciente e como suas determinantes estão no sócio-histórico, ou seja, que todo “problema mental” tem suas bases no antropológico, com isso esclarecendo passo a passo o que vai acometendo o paciente. Mostrando então como é possível se identificar e elucidar o que está ocorrendo a qualquer paciente psiquiátrico, e ao mesmo tempo, o que se vinha fazendo na base do discurso identificando o que era doença, o que era mental.⁸⁵

Já em 1951, Thomas Szasz, Psiquiatra, com formação psicanalítica, professor catedrático de Psiquiatria da faculdade de Medicina em Siracusa, Nova York, doutor, escreve no original, “O Mito da Doença Mental”, declara expressamente que a doença mental é um mito que gera um discurso que vem para justificar uma crença, mostrando as “trapalhadas” de Charcot.⁸⁶

⁸⁵ BERTOLINO, subsídios da aula de 18.10.2004, ministrada no Núcleo Castor.

⁸⁶ Desde dez anos depois de formado neurologista-psiquiatra, até a morte, em 1893, foi o Médico-Chefe da Salpêtrière, clínica psiquiátrica para mulheres histéricas, fundada em 1656, por ocasião da “Campanha dos Hospitais Gerais”, (FOUCAULT, 1078:49): com aquele nome por ser instalada num prédio em que funcionava antes uma fábrica de salitre. (BERG, 1980:42). Lá esteve por trinta e um anos. E se fez também catedrático de Anatomia Patológica na Sorbonne, conquistando grandes poderes nos meios acadêmicos. “Entre os assistentes tinha favoritos, a quem muitas vezes ajudara a alcançar posições privilegiadas muito superiores aos méritos. Apenas uma palavra de recomendação de Charcot bastava muitas vezes para decidir o resultado de qualquer exame ou concurso; em resumo, era o tirano supremo de toda a faculdade de medicina.” (MUNTHE: sd: 213). Dedicou primeira parte da vida profissional à Neurologia, em que publicou vários trabalhos, fazendo-se respeitado pela classe médica, como um competente clínico ou pesquisador. Mas, a partir de 1878, voltou-se

Ainda nesta mesma seqüência escreve “A Fabricação da Loucura; um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental”, obra esta que traz como apêndice “Uma história sinóptica das perseguições por feitiçaria e doença mental”, onde deixa clara a conversão daqueles que eram perseguidos porque intuídos como dominados pelo espírito demoníaco e os que vêm a ser designados posteriormente como doentes mentais.

Que melhor maneira de degradar o culpado do que declarar que é incapaz de saber o que está fazendo – seja quando vai beber ou quando está intoxicado? Essa é a fórmula geral para a desumanização e degradação de todas essas pessoas cuja conduta os psiquiatras hoje consideram ‘causada’ por doença mental. O comportamento dessas pessoas é considerado ‘sem sentido’. O alcoólatra, o viciado, o homossexual – todos eles e muitos outros são considerados mentalmente doentes. É isso que nos dizem os melhores psiquiatras e os mais elevados juízes. (SZASZ, 1978 - A, p. 155).

E continua avançando nos seus estudos, constatações e publicações, e então publica “Esquizofrenia, o mito sagrado da psiquiatria”. Nesta obra ressalta inclusive como historicamente, de dois em dois anos, surgem “publicações e reportagens”⁸⁷ divulgando a cura da esquizofrenia.

O mesmo acontecendo na área organizacional, onde atualmente todo o racionalismo está sendo reativado via Ontopsicologia. Sendo a ontopsicologia “Misturando verdades minuciosamente escolhidas entre Maquiavel, Jesus Cristo, Hitler, Musicoterapia, Biodança, Freud, Jung, linhas de psicologia e sutilmente embutindo entre essas verdades objetivos obscuros, a ontopsicologia é um engodo extremamente sedutor, que extrai ao máximo o egoísmo humano em todos os seus aspectos, tornando o indivíduo robotizado e mecanicista, exagerando na falta de respeito ao semelhante, e sem um verdadeiro embasamento científico.

para o hipnotismo, (POSTEL & QUÉTEL, 1983:407) com recurso a que conseguiu forçar a oficialização da histeria como “doença mental”, absolutamente sem razões científicas para tanto. Historiadores da psiquiatria salientaram que “A reputação de Charcot como neurologista estava tão solidamente firmada que ele pode dar-se ao luxo de voltar seu interesse para o fenômeno da hipnose, que era desacreditado entre a maioria dos médicos.”(ALEXANDER & SELLESNICK, 1980: 232) (BERTOLINO, Hipnotismo e Teatro: CHARCOT). Disponível em: <http://www.nuca.org.br/Home.htm>. Acesso em:30.10.2004.

Despreza valores, princípios e tudo mais que nos torna humanos. É como se pudéssemos descartar pessoas, por isso a ontopsicologia se dá tão bem com o neo-liberalismo. Insuperável embuste que nem Dr. Fritz seria capaz, mas de forma tão rebuscada, sutil e sedutora que você realmente acredita ter encontrado a realidade final do ser humano. Basta ver quantos de nós acadêmicos fomos seduzidos”. (Disponível em: <http://www.ontopsicologia.com.br>)

Entretanto, dentro da visão psiquiátrica tradicional a esquizofrenia é uma doença mental. Posteriormente, em 1970, Szasz publicou no original, “Ideologia e Doença Mental”, mostrando como a psiquiatrização é a desumanização do homem. Ressalta a ideologia posta da possessão demoníaca e a função desta ideologia nas complicações psicológicas, enfatizando o papel da ideologia na fabricação da loucura (não da doença mental), a própria ideologia promovendo acessos no paciente, coisa que se vê comumente ocorrendo aos pacientes quando estão sendo internados, claro que, somente antes da sedação aplicada aos pacientes “rebeldes”, os “loucos”, os “doentes”, e que nada tem relação, segundo a psiquiatria ortodoxa, com aquilo a que estão sendo submetidos, isto é, a própria prática psiquiátrica.

Os loucos da Idade Média, deixaram de ser os possuídos pelo demônio e designados a serem queimados em fogueiras, para serem doentes mentais isolados da sociedade e trancafiados em instituições psiquiátricas e provedoras da cronificação da loucura. Com isso a psiquiatria passa a ter o papel de tirar de circulação àqueles que não interessam, fazendo isso através do rótulo da loucura e explicitando isso em sua obra “A escravidão Psiquiátrica”.

Embora exista um conceito denominado “mente”, não se segue daí que exista um objeto físico ou entidade biológica portadora desse nome. Aceitar essa noção é, a partir daí, tratar a mente como um órgão, é cometer um “erro de categoria”. Ir mais além é considerar a psiquiatria como o estudo e o tratamento de “mentes doentes” é transformar um erro de categoria relativamente simples, em um grande sistema de erros de categoria (SZASZ, 1986, p. 46).

Szasz aborda o método psicanalítico - psiquiátrico na obra a “Ética da psicanálise” (1975), mas sobretudo, na obra “Cruel Compaixão” (1994), faz todo um estudo da

problemática da psiquiatria como uma questão de mercado, um modo de obter pacientes para psiquiatras quando formação de consultórios começa a instaurar-se, abrindo outros espaços além das instituições manicomial. Neste livro aborda também a questão da moral das intenções, colocando que se admite que todo profissional desta área, tem como objetivo ajudar seu paciente, mas que se encharcar de boas intenções não é suficiente para tanto.

Problemas semelhantes existem em abundância. A pessoa fica incomodada, agitada, sente culpa, não consegue dormir, suspeita que os outros podem causar-lhe dano. (...) Podemos fingir que estas são questões científicas sobre diagnóstico e tratamento de enfermidades, mas elas não o são. São dilemas intrínsecos ao ato de viver, com os quais as pessoas têm se debatido, desde a antiguidade. A prescrição clássica da profissão médica para lidar com tais situações desagradáveis, *Primum non nocere* (Primeiro, não cause dano), soa melhor do que é. Na verdade ela falha justamente por deixar de nos dizer o que devemos saber: O que é dano e o que é ajuda? (...) A outra é que prejudicar pessoas a pretexto de ajudá-las é um dos passatempos favoritos da humanidade. (SZASZ, 1994, p. 21).

Em nosso afã de medicalizar a moral, transformamos quase todos os pecados em doença (...) À luz da falsa virtude da compaixão, subvertemos a concepção liberal clássica do homem como agente moral, dotado de livre arbítrio e responsável por suas ações e a trocamos pela concepção do homem como paciente, a vítima da doença mental. (SZASZ: 1994, p. 22).

Os psiquiatras são ambíguos ao traçarem um limite entre a sanidade e a insanidade (Taylor, J.H. apud Szasz: 1994, p. 204). Entretanto, a seguir continua Mises: “Seria absurdo por parte dos leigos interferir neste tema fundamental da psiquiatria”. (Taylor, J.H. apud Szasz: 1994, p. 204). Mas precisamente porque a autoridade do psiquiatra em ‘traçar uma linha entre a sanidade e a insanidade’ é a base de seu poder de privar pessoas de sua liberdade e por terem os leigos a responsabilidade final de delegar esse poder aos psiquiatras, os leigos *devem* conhecer os dois problemas afins, da insanidade e do poder psiquiátrico (SZASZ: 1994, p. 204-5).

Também em 1987, Donald Spence publica no original “A Metáfora Freudiana” (1992), onde explicita que a psicanálise “mostrou histórias de Sherlock Holmes”.

A história seguiu esse curso porque chegamos a levar em conta o grau em que os processos psicológicos estão presos pelos contextos em que ocorrem. O significado de qualquer fala, por exemplo, não pode ser compreendido sem o conhecimento de seu contexto, inclusive do contexto dialógico. Os processos psicológicos estão inevitavelmente localizados no tempo, no espaço, e as circunstâncias e a interpretação do resultado desses processos são impossíveis sem os ricos detalhes de sua situação (...) Negar as dificuldades de interpretação pela reivindicação de uma condição científica é enfraquecer a reivindicação central da psicanálise como ciência humana. (...) Substituí uma interpretação rigorosa por uma história de Sherlock Holmes

em que o analista enquanto detetive – arqueólogo alcança a ‘resposta certa’ (...) (SPENCE, 1992, p.15).

Como também, Jeffrey Moussaief Masson(1984), que veio a ser Chefe de Estudos da Psicanálise e Diretor dos Artigos Freudianos, na sua obra “Atentado à Verdade”, publicada em português em 1984, onde o autor explicita a investida de Freud na sua Teoria da Sedução, em 1896, quando mostraria que a histeria era fruto de abusos sexuais praticados às mulheres e principalmente às crianças, expondo isso na Sociedade Psiquiátrica de Viena e sendo expulso, perdendo todos os seus pacientes e todo o espaço naquele meio “técnico científico”, tendo então que se ratificar posteriormente, dizendo ter-se deixado enganar pelas crianças.

Já Ernest Jones, psicanalista, no seu livro “Vida e obra de Sigmund Freud” (1975), faz toda a biografia de Freud, fornecendo ricos detalhes para a compreensão da evolução da psicanálise, tais como:

Muitas das coisas demonstradas por Charcot, ao obstante, não puderam deixar de ser tomadas em conta, e constituíram mesmo um enriquecimento permanente para o conhecimento. Ele fez um estudo sistemático e global das manifestações da histeria, o que possibilitou um diagnóstico mais perfeito, e mostrou ainda que muitas afetações de atribuição diversa eram realmente de natureza histérica. Deu ênfase ao fato de que a histeria podia existir no sexo masculino, o que, desde que passava a ser classificada como uma doença nervosa, não era de admirar. Sobretudo, e esta foi a sua contribuição maior, demonstrou que em pessoas predispostas ele podia provocar sintomas histéricos através do hipnotismo, assim como paralisias, tremores, anestésias, etc., que eram, nos seus mínimos detalhes, idênticos aos da histeria espontânea – tais como os que se descreveram exaustivamente como correntes na Idade Média, quando eram diagnosticados como obras do demônio (JONES, 1975, p. 239 - 40).

Webster faz um levantamento da evolução da psicanálise, sustentado em fatos documentados e depoimentos de psicanalistas e psiquiatras que trabalharam e / ou conviveram com Freud e explicita todo esse caminho na obra “Por que Freud errou – pecado, ciência e psicanálise”, publicada no original em 1950.

Ao publicarem seu *Estudos sobre a histeria*, Breuer e Freud seguiam, portanto, uma tendência estabelecida, em que uma série de médicos,

trabalhando de maneira essencialmente pré-científica, pegaram teorias psicológicas interessantes e populares e usaram-nas para criar etiologias médicas de todo especulativas, e cuja aceitabilidade estava diretamente ligada ao estudo subdesenvolvido da medicina em geral, e da neurologia em particular, do século XIX. Por se julgarem médicos lidando com doenças reais, e não psicoterapeutas, foi que seu livro não se concentrou nas perturbações visivelmente emocionais, como a depressão e a ansiedade, mas em sintomas complexos e notoriamente físicos exibidos por pacientes como Ana O.. Afinal, ela sofrera longa e gravemente de uma extraordinária série de distúrbios, incluindo paralisia rígida e perda da sensibilidade nas extremidades do lado direito do corpo, sérias alterações dos movimentos oculares, visão dupla, surdez esporádica, alucinações e perda da capacidade de falar a língua materna. O fato de ficar curada de todos esses sintomas, e quase de um só golpe, não foi uma vitória terapêutica comum, mas quase um milagre, que conferiu imenso prestígio médico a Breuer e Freud, e ao qual já se achavam agora tão estreitamente associados. (...) Pois, nas praias do Lago Constança, na cidade suíça de Kreuzlingen, havia um sanatório famoso. Foi ali, quase noventa anos depois do fato, que Ellenberger desenterrou uma série de arquivos documentando a entrada de Bertha⁸⁸, a 12 de julho de 1882. Incluíam uma cópia das notas originais do histórico clínico redigido por Breuer, e um relatório escrito posteriormente por um dos médicos do hospital. Esse relatório deixava claro que todos os sintomas de Anna O. *não* haviam desaparecido como Breuer alegara. (WEBSTER, 1999, p. 111 – 112).

Webster ainda vai adiante, citando Firenzi numa confissão recebida por este pelo próprio Freud:

"Como prova e justificativa dessa desconfiança⁸⁹ lembro algumas declarações que Freud me fez. É óbvio que ele confiava em minha discrição. Disse que os pacientes não passavam de ralé. Só serviam para ajudar o analista a ganhar a vida e oferecer material para a teoria. É claro que não podemos ajudá-los. Isso é niilismo terapêutico. No entanto, atraímos os pacientes escondendo-lhes essas dúvidas e incentivando suas esperanças de ser curados" (WEBSTER, 1999, p. 322).

Maud Manoni (1982), psicanalista, vale o destaque, também em sua obra “A Teoria como Ficção”, publicada originalmente em 1979, coloca toda a situação da fundamentação da psicanálise como insuficiente e sendo da ordem da ficção, conforme colocado pelo próprio Freud, onde registra ainda o grande número de suicídios de psicanalistas, não podendo estes deverem-se a outra coisa do que a própria limitação de suas bases teóricas e metodológicas, visto que estes mesmos profissionais não tinham como ignorar que se perdiam em certo

⁸⁸ Verdadeira identidade de Anna O., revelado por Jones. (Webster: 1999, p.112).

⁸⁹ Relativamente à Psicanálise.

momento na intervenção de seus pacientes e, não havendo possibilidade de superação para os pacientes, não haveria também para eles próprios. O suicídio aí aparece aos psicanalistas como uma saída dentro do orgulho de ser, sem ter que se confrontarem com a limitação de sua própria formação profissional e sendo sujeitos desta prática, não podendo ignorar suas limitações.

“O fato de não termos podido conservar Tausk nos envergonha”, escreveu Federn pouco depois da morte de seu amigo (e antes de suicidar-se sentado em sua poltrona de analista). Aos suicídios de Federn, Stekel, Tausk, Silberer, devemos acrescentar os de Karin Stephen, Eugênia Sokolnicka, Tatiana Rosenthal, Karl Schrotter, Monroe Meyer, Martin Pick, Max Kahane, Johann Honegger. Isso levou Freud a dizer, em carta dirigida a Jung (2 de abril de 1911): **“Espanta-me o fato de consumirmos muitas pessoas”** (MANNONNI, 1986, p. 24 – grifo nosso)

Por outro lado, nos estudos históricos destaca-se José Delumeau com obras como “A História do Medo no Ocidente” (1989), explicitando com dados históricos como o medo imperou no Ocidente desde os primórdios, desde a intuição de manifestações dos deuses castigando os homens e passando pela Inquisição na Idade Média, como o medo sempre esteve presente e veio servindo para manipular as massas, tendo sido alterado apenas a singularidade dos temores.

Todos esses autores, valendo-se de outros ainda na sustentação de suas obras, mesmo incidindo em equívocos, romperam com o mito da doença mental e atentam para as ocorrências antropológicas precedendo e gerando quadros psicológicos.

Deste modo, sustenta-se aqui a tese de que há uma antropologia que precede o psicológico e o psicopatológico, como condição para existência destes, ou, de outra forma, reafirmando a constatação antropológica explicitada por Sartre que a “existência precede a essência”, como já foi citado anteriormente.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Constata-se que o impasse de base dos autores das áreas de gestão organizacional dá-se basicamente no plano da falta de uma sustentação da sua prática de investigação científica e as implicações decorrentes de seus processos de intervenção na resolução dos problemas relacionais nas organizações.

Isto significa que ainda não se tem claro nos meios universitários, por incrível que possa parecer, o que é ciência e produção do conhecimento científico, já que existe uma compreensão científica ou fenomenológica de produção de conhecimento, uma compreensão empírica de ciência com base nas experiências, e uma compreensão metafísica de ciência sustentada no mito da razão. O mesmo ocorrendo em termos metodológicos, onde não há demarcação didática entre metodologia de pesquisa, metodologia científica e metodologia de apresentação de pesquisa.

Esta ocorrência é facilmente compreendida, visto que este fenômeno faz parte do saber de nossa época, que é a racionalidade cartesiana, sustentada numa razão *a priori*, razão na qual todos os autores da área da administração se sustentam.

Porém explicita que, para uma mudança na perspectiva analítica dos conflitos relacionais nas organizações, não basta a criação de novas metodologias ou o desenvolvimento de novos modelos lógicos, como comumente faz a Engenharia e a Administração, enquanto campos de demarcação didática de conhecimento, na busca por resultados rápidos, por estarem os mesmos fenomenologicamente implicados com todas as dimensões das ocorrências objetivas do campo mercadológico e empresarial.

Por outro lado, encontra-se também que na base da racionalidade destes autores, e, por conseqüência, óbvia, do mito da razão, um debater-se entre uma psicologia que reifica o homem por ser sustentada única e basicamente no comportamento, expatriando dos homens seu ser, na medida em que os têm como meros recursos dentre outros que as organizações dispõe, e, de outra parte, uma psicologia subjetivista que se circunscreve dentro do mito da razão, tendo em vista que todas as escolas da psicologia, exceto o behaviorismo, sustenta-se na psicanálise, onde o mito da razão, ou a razão primeira que nos move é objetivada pelo inconsciente. Objetivando-se que estas foram até hoje as alternativas, as quais os autores que trabalham e pesquisam nesta área, encontraram.

A história da Gestão das Organizações que se iniciou com uma visão expressa da Engenharia, através da formação de Taylor e Ford e que tendo em vista o contexto sócio-histórico que se desdobrava da Revolução Industrial, fundamentava-se na mitologia e no empirismo.

Nessa perspectiva os indivíduos teriam que servir ‘como peças secundárias’ a permitir o melhor funcionamento possível dos maquinários, ou, traduzindo, os grandes responsáveis pela produtividade, embora lhes coubesse tal responsabilidade sem que o reconhecimento fosse nas mesmas proporções. Por isso ressaltamos o momento histórico e a formação em engenharia. O que caracteriza o início desta nova etapa de industrialização numa perspectiva disciplinar, mas que, com a evolução do tempo, vão se unindo profissionais de outras disciplinas, porém não caracterizando uma perspectiva interdisciplinar, visto que há intervenções de disciplinas diversas, porém sem quaisquer articulação entre elas, em recortes fragmentados, o que promove, utilizando aqui uma expressão de Bertolino, o *fatiamento* dos funcionários, recortando-os somente no seu perfil de produtividade.

O resultado disso vem sendo uma “colcha de retalhos”, como expressa Chanlat, onde se costura posições de diferentes perspectivas, mas todas desarticuladas, e, diante de um impasse ou problema maior, a única alternativa que se encontra é a busca por culpados.

Contudo, se houvesse um pouco mais de rigor, se constataria que os problemas se repetem em contextos semelhantes, exatamente porque não foi identificada fenomenologicamente a situação em questão.

Identifica-se, ao longo da exposição, a convergência dos autores numa perspectiva racionalista, ruptura esta que precisa ser promovida e sem a qual jamais se encontrará a saída para os impasses organizacionais. Apresenta-se aí, a constatação de fato que, com as bases nas quais as disciplinas implicadas no fenômeno de gestão de organizações estão amparadas, só há espaços para “aventuras” (intervenções sem controle de resultados) e o futuro será a repetição do passado, como a reprodução da racionalidade, do capitalismo e dos conflitos organizacionais, isto é, sempre novas teorias, declarando “soluções mágicas”, ou seja, sem fundamentação objetiva que trazem subjacente uma antropologia subjetivista, onde tudo é remetido à “cabeça do sujeito”, tais como a Neurolinguística, que se desmoronam com o tempo pela falta de sustentação, e, o pior, provocando um aviltamento dos trabalhadores, gerando sofrimento psicofísico, se desdobrando em complicações no conjunto de seu ser, na sua família, na escassez com a qual tem de haver-se, etc, e ainda, em contra-partida, inviabilizando a própria organização.

Para resgatar essa dimensão esquecida nas organizações, que é o homem, como aponta Chanlat, é necessário primeiro resgatar uma dimensão ainda mais esquecida na área de humanas que é o fazer científico, a práxis científica. Esta sim ficou relegada na história das organizações e em toda a história das humanas, chegando ao absurdo de encontrarmos gestões cuja visão de homem é a mesma do início do Século XX, quando não havia a teoria da

relatividade, não havia a física quântica, quando os próprios fenômenos naturais por vezes se impunham traduzidos por manifestações de forças ocultas, tal qual na Grécia Antiga.

Explicita-se que não há como esclarecer as condições de possibilidade de afetação de um sujeito sem que este esteja dentro de uma dada atmosfera. Esta atmosfera, no caso das organizações, é composta por ocorrências efetivas da própria organização e assim exige a identificação dos elementos que a compõe. Toda a estruturação e racionalidade das organizações que mediam as possibilidades de lidar com essas ocorrências precisam ser identificadas, a partir de um estudo fenomenológico das organizações, só assim será possível uma metodologia científica que levará a uma intervenção que proporcionará as alterações necessárias, com controle e predição dos resultados.

O caminho aqui realizado sucintamente buscou explicitar os pilares de sustentação que faltam às organizações, mostrando como é necessário partir de uma ontologia, que sustente a antropologia e esta, por sua vez, fornecerá as bases para uma psicologia, sociologia, etc. Todo este caminho foi concretizado pelas organizações historicamente, de modo equivocado circunscrito numa racionalidade mítica e subjetivista.

Elucida-se neste trabalho como é possível reverter os impasses, desde que esta racionalidade seja alterada, restando assim todo o trabalho por ser feito na sustentação desta nova racionalidade, para que seja possível uma práxis científica quando tratamos das Organizações.

De sorte que não há como alcançar a superação dos impasses organizacionais, no que se refere ao humano, a motivação, às relações humanas, se não for re-escrita toda uma Teoria Geral da Administração à luz desta antropologia científica. Para tornar esse empreendimento possível é preciso re-fundamentar as bases ontológicas, antropológicas, psicológicas e da epistemologia da Teoria Geral da Administração, para garantir com controle de resultados a

compreensão de todos os fenômenos empresariais, dentre eles, os conflitos relacionais nas organizações.

Assim, a re-fundamentação da Teoria Geral da Administração implica que, todas as disciplinas correlatas que têm relação de função com a Administração sejam também re-fundamentadas, sob pena de não se obter a compreensão dos diferentes perfis de relação com o campo da gestão das organizações.

Por sua vez torna-se de relevância fundamental verificar a ocorrência sempre presente de tentativas metodológicas de investigação, de intervenção, modelos lógicos, metodologias alternativas como soluções mágicas para resolver conflitos que já foram identificados na Grécia Antiga, mas que por uma questão moral e política são travestidos de revisionismos de reprodução temporal e espacial do futuro no presente.

A chamada transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade tem um impacto negativo fundamental sobre os conflitos relacionais nas organizações, pois se apresentam como perspectivas metodológicas para elucidação dos fenômenos relacionais, quando na verdade, pela ausência de bases científicas, não o são.

Sendo assim, diante da compreensão fenomenológica ou científica, não há como qualquer sustentação meramente empírica, metafísica, lógica, garantirem, com controle de resultados, a resolução de qualquer conflito, seja ele ambiental, empresarial, educacional, político territorial, econômico - financeiro, psicológico/psicopatológico de produção de conhecimento.

Para que se faça uma escolha dentre as escolhas existentes, considera-se aqui o alcance dos objetivos propostos, ao discutir as bases que re-fundamentam não só os conflitos relacionais das organizações, como toda a Teoria Geral da Administração, ao apontar uma antropologia possível para a elucidação dos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

Também evidencia-se o avanço em relação a Chanlat ao mostrar que não basta mudar de antropologia, mas que, antes de tudo é preciso verificar a ontologia que subjaz a toda antropologia, como saída para a resolução dos conflitos humanos nas organizações, tomando o caminho contrário apontado pela psicanálise.

Se os pesquisadores da gestão empresarial estão espacialmente no mundo da globalização do mercado financeiro, de transações via comércio eletrônico, da biotecnologia, da nanotecnologia, por que será que em termos de conflitos relacionais, ainda sustentam seus processos de gestão temporalmente numa ontologia e numa antropologia do século XV? A resposta parece ser a necessidade permanente da manutenção da absolutização do saber-de-ser dos indivíduos numa perspectiva de um futuro a priori já determinado, com implicações no presente.

Desta forma, perspectivas metafísicas, como a ontopsicologia vêm sendo apontadas recentemente como propostas de resoluções de problemas da disciplina da psicologia nas empresas, ao garantirem que a ciência não conseguiu provar que o materialismo constitui a realidade mundana, ao apontar que a ciência deve ser substituída pela intuição. Parece que se está num período mágico, onde a resolução dos problemas dá-se por ações à distância, via mecanismos diversos, dentre eles, a espiritualidade empresarial, onde o problema está na alma da empresa, e não nas ocorrências objetivas, que sustentam às relações empresariais e delas com seus integrantes.

Assim, mais uma vez, por não se haver com uma reavaliação científica dos fundamentos que se utiliza para demarcar os objetos de investigação, não se tem como garantir que somente compreensões científicas sejam passíveis de se tornarem caminhos para intervenção com controle de resultados dos problemas relacionais nas organizações. Este ainda é um caminho a ser vencido.

Vive-se ainda em nossos dias um momento histórico, no qual fazer ciência e produzir conhecimento científico na Universidade está cada vez mais difícil. Pois o recurso à dúvida sistemática, a busca pelo infinito, o incomensurável, o intangível e o mágico, se consubstanciam como os princípios básicos da racionalidade científica do século XXI, não só no campo das organizações, como em todos os setores de pesquisas “ditas” científicas. Não se trabalha com demarcação disciplinar, definição de objeto, teoria e metodologia, qualquer encaminhamento que leve a algum resultado, mesmo sem controle, é tomado como passível de ser objeto de uma pesquisa científica.

O resultado de toda essa exposição aqui realizada remete a necessidade de continuidade de um trabalho que se direcione a distinguir os diferentes tipos de conhecimento e suas implicações objetivas em seus respectivos campos disciplinares, e não fundamentar ocorrências objetivas relativas aos conflitos relacionais, com outras demarcações didáticas e de fundamentações ontológicas, que não correspondem à natureza dos fenômenos descritos. Pois, antes de tudo, não se pode esquecer que todas essas implicações têm uma função psicofísica que pode complicar dinâmicas de personalidade de muitas pessoas e de seu futuro nas organizações, em termos de possibilidades de viabilização de ser dos mesmos e de seus projetos e desejos de ser.

5.2 Recomendações

Com base nas conclusões apresentadas situam-se as seguintes recomendações:

- ⇒ Reescrever a Teoria Geral da Administração re-fundamentando-a a partir da ontologia, antropologia, psicologia e epistemologia existencialista, e, portanto, científica, como

caminho para elucidação do fenômeno organizacional em todos os seus perfis relacionais;

- ⇒ Desenvolver através de Grupos de Pesquisas Científicas, ações que tenham por visibilidade a aplicação da Psicologia Científica para resolução de conflitos organizacionais, tanto no aspecto organizacional quanto no aspecto clínico;
- ⇒ Caracterizar a necessidade do processo de despsiquiatrização do método científico como caminho para uma prática científica em todas as áreas do conhecimento científico;
- ⇒ Desenvolver processos de ensino-aprendizagem empresariais, considerando a necessidade por parte dos indivíduos quanto a uma re-elaboração do seu saber-de-ser e da apropriação do conhecimento na cultura, em suas diferentes fundamentações e racionalidades, distinguindo-as do conhecimento científico, como possibilidade para resolução do sofrimento psíquico no trabalho e na vida de relações.
- ⇒ Rever necessariamente a partir da sustentação ontológica e antropológica dessa dissertação, toda a fundamentação metafísica que sustenta a gestão do conhecimento nas organizações, que se estrutura na base das crenças para garantir os diferentes tipos de conhecimento nas organizações, e garantir a tangibilidade, ou seja, o controle dos resultados, dos conhecimentos ditos na literatura como “intangíveis”.
- ⇒ Reavaliar as implicações dos resultados dessa pesquisa nos campos disciplinares da sociologia, antropologia, geografia, filosofia, administração, engenharia, economia, serviço social, história, psicologia orientados para o setor empresarial, com vistas a compreensão fenomenológica não só dos indivíduos nas organizações, mas também dos outros perfis relacionais nas organizações.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERG, Van den. **O paciente psiquiátrico** – esboço de uma psicopatologia fenomenológica.

5ª ed. São Paulo: Editora Psi II, 1999.

BERTOLINO, Pedro. **Entrevista concedida sobre a objetivação do sujeito no mundo.**

Florianópolis: 30/05/2004.

_____. **Entrevista concedida sobre a implicação noemático-noética.** Florianópolis:

11/09/2004.

_____. Antropologia e Ciência em Sartre. **Palestra realizada no IV Encontro de Psicologia realizado pelo Núcleo Castor.** Florianópolis: 28/10/2004.

_____. **Antropologia e Ciência em Sartre.** Palestra de Abertura do IV Encontro de Psicologia Existencialista, Florianópolis, 28/10/2004. Realização: Núcleo Castor. (mimeo)

_____. **Transcrição das aulas teóricas do Curso de Formação em Psicologia Existencialista,** cedidas pelo Núcleo Castor. (mimeo)

_____. **Sartre: ontologia e valores.** Porto Alegre, 1979. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

BERTOLINO, Pedro et al. **Psicologia no Brasil: Direções Epistemológicas.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1995.

_____. **As emoções.** Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 1998.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CASTRO, Fernando Gastal. **A problemática da definição do psíquico nas pesquisas de Wanderley Codo e colaboradores sobre o sofrimento psíquico no trabalho.** Florianópolis, 2001, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

- CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC – Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial. 1999.
- CHANLAT, Jean- Françoise. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol I. 3ª ed. . São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- _____. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol II. São Paulo: Editora Atlas, 1993.
- _____. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol III. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- _____. **Ciências Sociais e Management – reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.
- _____. **Gestão de Pessoas**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300 – 1800 uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DESCARTES, René. **Discurso do método; as paixões da alma**. 4ª ed. Vol. I. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.
- DRUCKER, Peter. **Fator humano e desempenho**. São Paulo: Editora Pioneira, 1981.
- _____. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Editora Nobel, 2002.
- ERLICH, Irene. **Contribuições do “Projeto- de- Ser” em Sartre para a Psicologia Orientação Profissional**. Florianópolis, 2002, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FEYNMAN, Richard P. **Física em seis lições**. Editora Ediouro. Rio de Janeiro: 1999, 3ª ed.
- FRAGATA, Júlio. **A fenomenologia de Husserl - como fundamento da filosofia**. Livraria Cruz.,1959.

- HEIDBREder, Edna. **Psicologias do século XX**. Mestre Jou, São Paulo: 1981.
- JANTSCH, Ari Paulo. & BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade** – para além da filosofia do sujeito. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.
- JONES, Ernest. **Vida e obra de Sigmund Freud**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- LAING, Ronald. **O eu e os outros**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986
- MANNONI, Maud. **A teoria como ficção**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- MASSON, Jeffrey Moussaief. **Atentado à verdade-** a supressão da teoria da sedução por Freud. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.
- NONAKA I. & TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das Organizações** – uma reconceituação das riquezas das nações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- SARTRE, Jean-Paul. **Situações I**. Lisboa: Gallimard, 1947.
- _____. **Esboço de uma teoria das emoções**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1965.
- _____. **Sartre no Brasil – a conferência de Araraquara.**: São Paulo: Editora Paz e Terra - Unesp, 1986.
- _____. **Os Pensadores**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. **O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica** – um estudo a partir da obra “Saint-Genet: comédien et martyr” de Jean-Paul Sartre. São Paulo, 2002. Tese, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SENGE, Peter. **A quinta disciplina**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.
- SEMLER, Ricardo. **Virando a própria mesa**. 49ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

SPENCE, Donald P. **A metáfora freudiana**: para uma mudança paradigmática na psicanálise. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

SZASZ, Thomas S. **A ética da Psicanálise** – teoria e método de psicoterapia autônoma. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A fabricação da loucura** - um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 - A.

_____. **Esquizofrenia** – o símbolo sagrado da psiquiatria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 - B.

_____. **O Mito da Doença Mental**. São Paulo: Zahar Editores,

_____. **Ideologia e Doença Mental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. **Escravidão Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Cruel Compaixão**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

WEBSTER, Richard. **Por que Freud errou** – pecado, ciência e psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

WOOD Jr., Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. São Paulo: **Revista de Administração de Organizações, set./out**, 1992.

Sites Consultados:

BERTOLINO, Pedro. **Razão e Ciência**: O impasse cartesiano. Disponível em: <<http://www.nuca.org.br/Home.htm>>. Acesso em: 02/10/2004.

_____. **Hipnotismo e Teatro: CHARCOT**

Disponível em: <http://www.nuca.org.br/Home.htm>. Acessado em: 30.10.2004

CAPELO, Fernanda de Mendonça. **O Holismo e as Psicoterapias Corporais no Final do Milênio.** Uma reflexão sobre a perspectiva da escolha consciente na busca de caminhos de autoconhecimento e de maior presença na vida.

Disponível em: <<http://www.batina.com/nanda/acpsist.htm>>. Acesso em 20/19/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Resumos biográficos. Pavlov**

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/ec-pavlov.html>>. Acesso em: 29/09/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Resumos biográficos. Mearlou-Ponty.**

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/fc-ponty.html>>. Acesso em: 19/10/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Ronald Laing** – nota biográfica.

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/ecp-laing.html>> Acesso em: 19/10/2004.

Executive Digeste – 50 nomes que marcaram – Kurt Lewin. ed. Nº 48. Disponível em:

<<http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed48dossier1.html>> Acesso em: 28/10/2004

HERTELENDY, Susana. **O Holismo e as Psicoterapias Corporais no Final do Milênio.**

Uma reflexão sobre a perspectiva da escolha consciente na busca de caminhos de autoconhecimento e de maior presença na vida. Disponível em:

<http://www.artesdecura.com.br/REVISTA/Psicoterapia/holismo_psicoterapias.htm>.

Acesso em: 17/10/2004.

Marcos na História da Psicologia. Psicologia Virtual: Psicólogos :Skinner

<http://www.prof2000.pt/users/esam/PsicVirtual/Psicologos/Skinner.HTM>> Acesso em:

18/10/2004.

Ontopsicologia é crime. Disponível em: <http://www.ontopsicologia.com.br/> Acesso em: 15.10.2004

7 – BIBLIOGRAFIA:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BERG, Van den. **Pequena Psiquiatria**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. **O que é psicoterapia**. São Paulo: Mestre Jou, 1979

BERTOLINO, Pedro et al. **A personalidade**. Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 1996.

_____. **O Imaginário**. Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 2001.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital Humano**. São Paulo : Atlas, 1994.

GORDON, Richard. **A assustadora história da medicina**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

HERSEY & BLANCHARD. **Psicologia para Administradores** – a teoria e as técnicas de liderança situacional.

LAING, Ronald. **O eu dividido**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade**. Maximizando a qualidade de produtos e serviços através do desenvolvimento das pessoas. 12ª ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus Editora. s/d.

SARTRE. **A transcendência do ego**. Lisboa: Colibri, 1994.

_____. **O imaginário**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

_____. **Saint Genet** – ator e mártir. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2002.

SENGE. **A quinta disciplina** – caderno de campo. Rio de Janeiro : Qualitymark, 1997.

SHARP, Anna. **A empresa na era do ser**. Rio de Janeiro : Rocco, 2000.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E
SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS
RELACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES**

Luciana da Veiga Cascaes

LUCIANA DA VEIGA CASCAES

**PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS RELACIONAIS NAS
ORGANIZAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. Área de Concentração: Qualidade e Produtividade.

Orientador: Prof. Dr. Harrysson Luiz da Silva

Co-Orientador: Prof. MSC. Pedro Bertolino

**Florianópolis – SC
2004**

LUCIANA DA VEIGA CASCAES

PSICOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CONFLITOS RELACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção**. Área de Concentração: Qualidade e Produtividade.

Florianópolis, 30 de Novembro de 2004.

Banca Examinadora:

Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.
Orientador

Prof. Pedro Bertolino, MSc.
Co-orientador

Prof. Ana Elizabeth Moiseichyk, Dr.
Membro

Prof. Daniela Ribeiro Schneider. Dr.
Membro

**Florianópolis – SC
2004**

“Eu resisto e sei que vou morrer na esperança, dentro da esperança: é preciso explicar porque o mundo de agora que é horrível não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico. Ainda vivo profundamente a esperança como concepção do futuro.”

Sartre: Testamento Político

24 de março de 1980

Dedico esta dissertação ao ‘Nego’, meu irmão, e à Aida, minha mãe, pessoas com as quais convivi menos tempo do que gostaria, porém de fundamental importância e sem as quais jamais seria quem sou.

Também ao meu pai, Altair, que, com toda a sua força, minimizou muito estas ausências e com sua indiscutível mediação, contribuiu de forma determinante para que eu pudesse continuar esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Coordenação do PPGEP, Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção que permitiu a confecção desta dissertação através da abertura a profissionais de outras áreas.

Às professoras, Dra. Ana Elizabeth e Dra. Daniela Schneider, por aceitarem prontamente ao convite para composição da banca.

Ao Professor Dr. Harrysson, meu orientador, que, com muita paciência, compreensão e disponibilidade incansáveis fez a diferença nesse caminho para que este, enfim, terminasse, no que concerne a esta etapa.

Aos colegas do Nuca – Núcleo Castor, pela batalha na busca de transformar a sociedade e desenvolver trabalhos científicos a fim de promover o bem-estar humano.

Ao Pedro Bertolino, pela sua disponibilidade imediata na co-orientação deste trabalho, pelo professor, pelo companheiro de luta, pelo colega de trabalho, pelo amigo de boas conversas, enfim, pela sua mediação fundamental e indescartável nesses últimos 12 anos nos quais se fez e se faz presente em minha história. E, sobretudo, pela sua sempre presente e contagiante esperança, que o mantém na luta, apesar das pedras no caminho!

Às minhas sócias, Ana e Lara, pelo empreendimento que sempre foi em comum e continua sendo e, apoio, sem o qual, jamais alcançaria este resultado. Por toda nossa luta, pela amizade indiscutível que se desdobra desta, e pelas discussões, lágrimas e gargalhadas incansáveis que fizeram e fazem parte de nossa história e a batalha que nos unifica.

Ao meu pai pelo incentivo de continuar nesta jornada de empreendimentos na vida intelectual e cujo modelo sempre foi o de “viver sem ter a vergonha de ser feliz, cantando a beleza de ser um eterno aprendiz, na certeza de que a vida será bem melhor, _ e será!” e à

Sônia, companheira que muito lhe deu força em momentos difíceis, contribuindo assim, comigo também.

A Rosa e Maria, que sempre estiveram, nos cuidados e na ação, fazendo-se na prática minhas ‘segunda e terceira mãe’.

Aos meus irmãos, Iza, Zé, Peta, Nego e também à Vera, cunhada do coração e Chiko pelas brincadeiras irônicas, mas sempre, com isso, dando um empurrão nos momentos mais difíceis.

À ‘Família’, Naninha, minha irmã no mais literal sentido sociológico do termo, pessoa cuja força de ser é invejável e fundamental desde que eu era uma criança e aos meus **três grandes tesouros, Maria Eugênia**, minha afilhada predileta, **Ana Flávia** e **João Vítor**, **sobrinho que mais amo**, agradeço a compreensão por ter estado ausente em momentos em que as brincadeiras, jogos e risadas eram bem mais atraentes, do que escrever uma dissertação, destacando inclusive o oferecimento de Ana Flávia, aos doze anos de idade, para me ajudar de modo que eu terminasse mais rápido ‘essa tal dissertação’.

Meus honestos e profundos agradecimentos também à Família Linhares, pela força de continuar na batalha, quando tudo parece esmorecer e pela alegria contagiante de viver.

Agradeço muito também à Irene Erlich, cuja justificativa se faz totalmente dispensável, por ser óbvia.

Aos meus ex-alunos, que fizeram parte desta caminhada e que muita satisfação me proporcionaram nesse perfil de professora.

Aos primos, tios e amigos pelo apoio e compreensão.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente se fizeram presentes.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | I |
| ABSTRACT..... | II |
| 1 - INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 Objetivos..... | 16 |
| 1.1.1 Objetivo Geral..... | 16 |
| 1.1.2 Objetivos Específicos..... | 16 |
| 1.2 Justificativa para a Escolha do Tema..... | 17 |
| 1.3 Metodologia de Pesquisa | 19 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho | 20 |
| 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 21 |
| 2.1 Os Fundamentos da Administração em Taylor e Ford. | 21 |
| 2.2 Caracterização das Propostas de Administração das Organizações a partir de Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge..... | 27 |
| 2.2.1 A Compreensão de Gestão das Organizações em Guerreiro Ramos | 27 |
| 2.2.2 A Compreensão de Gestão das Organizações em Ricardo Semler..... | 30 |
| 2.2.3 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Senge..... | 34 |
| 2.2.3.1 A Base da Organização de Aprendizagem..... | 35 |
| 2.2.3.2 O Raciocínio Sistemico: A Saída para os Impasses Organizacionais..... | 38 |
| 2.2.3.3 Domínio Pessoal | 39 |
| 2.2.3.4 Modelos Mentais..... | 42 |
| 2.2.3.5 Objetivo Comum..... | 44 |
| 2.2.3.6 Aprendizagem em Grupo | 46 |

| | |
|---|----|
| 2.2.4 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Drucker | 48 |
|---|----|

3 - CHANLAT E A EXIGÊNCIA DE UMA NOVA ANTROPOLOGIA PARA AS ORGANIZAÇÕES.....51

| | |
|---|----|
| 3.1 A Busca de uma Teoria Antropológica para as Organizações..... | 77 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 3.2 A Concepção de Ciência em Chanlat..... | 80 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 3.3 O Equívoco da Construção de uma nova Antropologia..... | 87 |
|--|----|

4 - EXPOSIÇÃO DE UMA ANTROPOLOGIA JÁ EXISTENTE98

| | |
|--|----|
| 4.1 As Bases de uma Ontologia Racionalista | 98 |
|--|----|

| | |
|---|-----|
| 4.2 As Bases Antropológicas para uma Teoria Científica da Personalidade | 112 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| 4.2.1 A Constatação da Prescindibilidade da Existência de um Eu Transcendental. | 119 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 4.3 O Processo de Objetivação do Sujeito no Mundo | 124 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| 4.3.1 Contexto Sócio-Histórico da Produção de Jean-Paul Sartre e Outros Autores | 137 |
|---|-----|

5 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES145

| | |
|----------------------|-----|
| 5.1 Conclusões | 145 |
|----------------------|-----|

| | |
|------------------------|-----|
| 5.2 Recomendações..... | 151 |
|------------------------|-----|

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS153

7 - BIBLIOGRAFIA158

8 - ANEXOS159

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a compreensão de autores do final do século XX quanto aos impasses na gestão da administração, mais precisamente nas relações humanas e do indivíduo nas organizações. Ressalta-se o avanço de Chanlat relativamente a outros autores, no que concerne à identificação da necessidade de uma nova antropologia para as organizações que permite resgatar o ser humano que, na expressão de Chanlat, permanece como “uma dimensão esquecida nas organizações”. A fundamentação adotada se sustenta na fundamentação da antropologia filosófica que subjaz às Escolas da Administração. A análise da proposta de Chanlat leva à constatação de que, ao mesmo tempo em que requer uma nova antropologia, já se vale de uma antropologia na base das disciplinas que vai buscar para esclarecer o fenômeno humano nas organizações no que denomina como uma proposta de intervenção interdisciplinar, fazendo assim com que ele próprio impeça o alcance do objetivo a que se propõe. Será esclarecida e exposta a antropologia científica já existente, desenvolvida por Jean-Paul Sartre, sustentada numa ontologia científica, rompendo com o mito da razão e que proporciona uma psicologia científica que intervém num fenômeno humano demarcado com toda uma arquitetura teórica que permite uma práxis científica quando aplicada dentro da metodologia também científica.

Palavras – chave: Psicologia Organizacional, Antropologia, Recursos Humanos, Jean-Paul Sartre, Ciência, Existencialismo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the end of the 20th century author's in understanding the management administration problems, more precisely concerning the human relationships and the individual in the organizations. Chanlat's progress is emphasized over other authors point of view, regarding the identification of the need of a new anthropology for the organizations that allows rescuing the human being that, in the expression of Chanlat, is a "forgotten dimension in the organizations". The adopted argumentation is supported in the fundamentals of philosophical anthropology that is the basis of Management Schools. The analysis of Chanlat's proposal, drives to conclude that at the same time it requests a new anthropology, it is already based on an anthropology from the basis of the disciplines that he will use to explain the human's phenomenon in the organizations - what he defines as a proposal of interdisciplinary intervention - which in turn impedes reaching the objective he proposes. Here in, it will be explained and clarified the already existing scientific anthropology, developed by Jean-Paul Sartre, supported in a scientific ontology, breaking up the myth of the reasoning and that provides a scientific psychology that it intervenes in a human phenomenon demarcated with an entire theoretical architecture that allows a scientific *práxis* when applied inside the methodology which is also scientific.

Key-words: Organizacional Psychology, Anthropology, Human Resources, Jean-Paul Sartre, Science, Existencialism.

1 INTRODUÇÃO

A história da gestão empresarial é um tema que vem sendo discutido de Taylor e Ford, os pioneiros da “Administração Científica”, iniciada na década de quarenta do século XX, e impulsionada pela Revolução Industrial, a partir do momento em que o trabalho passou a ganhar espaço na formação de indústrias e não mais como outrora, restrito a produção de artesãos.

Ao longo da evolução da História autores de diversas áreas de conhecimento tentaram aprimorar as metodologias do taylorismo, incluindo a psicologia organizacional, levando em conta as mudanças sócio-históricas, ou pelo menos, tentando, a fim de atingir um novo conhecimento que permitisse às organizações obterem empregados motivados e, em contra partida, aumentar sua produtividade, e, por conseqüência, seu lucro.

Pretende-se deixar constatável que na apresentação desta pesquisa estão as relações entre as organizações e seus colaboradores, como sendo as bases das relações capital / trabalho, que até o presente momento numa economia capitalista, não conseguiu ultrapassar esta perspectiva. Por sua vez, o maior empreendimento das organizações até o século XXI vem sendo a busca do elemento que seja efetivamente o grande fator motivador do homem nas organizações.

Esta busca se deu por alcançada em muitos momentos históricos, com teorias como a de Maslow, mas foram também simultaneamente consideradas obsoletas, na medida em que a própria realidade se impunha como não sendo satisfeita.

Por mais que a Psicologia Organizacional tenha sido convocada para a elucidação deste fenômeno, também não conseguiu realizá-lo. Alguns autores, como Ramos (1989), chegam a questionar o conceito de sanidade mental, bem como critica a prática de uma

Psicologia Individualista dentro das organizações, ao mesmo tempo em que a convoca como disciplina necessária para elucidação e intervenção nesse fenômeno.

Entretanto a Psicologia Organizacional, especialidade da psicologia que deveria tratar dos conflitos relacionais nas organizações, bem como as demais subespecialidades da Psicologia, não alcançaram seu verdadeiro espaço enquanto disciplina científica, por não ter demarcado seu objeto de investigação / intervenção.

Esta limitação da Psicologia é desdobramento da limitação em que ficou represada toda a área de humanas, advindo desde a racionalidade grega, prisioneira na intuição de uma razão a priori que governaria o ser humano, tendo este seu destino traçado de saída, sendo assim, suas ações nada valeriam para alterar seu futuro, visto que este já estava dado. Este mito da razão é resgatado por Descartes e se cristaliza como o saber de nossa época. Eis então a antropologia, ou compreensão de homem em que estiveram até nossos dias represadas as ‘ditas disciplinas científicas da área de humanas’.

Porém os autores da administração não chegaram a alcançar a sustentação dos impasses por eles encontrados nas organizações, exceto Chanlat que, esbarra nos mesmos impasses conjuntamente com alguns autores de peso acadêmico e social, porém somente Chanlat reclama uma nova antropologia que resgate o ser - humano em sua consistência de ser para as organizações.

Ressalta-se aqui os impasses que desdobram desta antropologia vigente, que vem a ser a mesma antropologia que sustenta o taylorismo, porém no recorte da Psicologia Behaviorista ou Comportamental.

Esta Psicologia não é suficiente para nenhum dos autores e todos requerem o resgate da subjetividade, entretanto, caem no maniqueísmo cartesiano, na medida em que solicitam a subjetividade, como se esta se desse no mundo sem objetivar-se, portanto descartam assim a dualidade que faz parte da realidade humana dialética. “ (...) o

subjetivo retém em si o objetivo que ele nega e que supera em direção de uma objetividade nova; e esta nova objetividade, na sua qualidade de *objetivação*, exterioriza a interioridade do projeto como subjetividade objetivada” (SARTRE IN: OS PENSADORES; 1987, p. 154).

Após uma breve exposição da situação da gestão empresarial no final do século XX até nossos dias, será esclarecido como Chanlat, foi o autor que mais evoluiu na discussão das bases antropológicas das organizações, chamando a interdisciplinaridade como caminho para elucidação desse fenômeno, porém, recorre à disciplinas afins, que já trazem consigo, como toda disciplina de humanas, uma antropologia subjacente. Desta forma, Chanlat impede seu próprio empreendimento ao mover-se dentro da mitologia da razão que é a base antropológica de nossa época e da qual, nem ele próprio escapa.

Também será elucidado como Chanlat prende-se neste caminho para o qual não constata perspectivas de solução e nem alcançaria esta, dado que tenta romper com o que ele próprio busca. Por outro lado, pretende que “germine” uma antropologia a partir das outras disciplinas que tem como objeto o humano, quando justamente a antropologia é a disciplina de base, que deve sustentar qualquer conhecimento sobre o homem, antes deste ser alcançado no recorte psicológico, sociológico, etc. Constata-se a necessidade desta inversão de racionalidade que não permite uma prática científica, mas sim, meramente empirista e, no máximo, multidisciplinar ou transdisciplinar.

Outro equívoco de Chanlat é vislumbrar a possibilidade de uma prática interdisciplinar ‘respeitando’ as considerações de cada disciplina, quando na verdade, para uma prática científica interdisciplinar, deve-se respeitar ‘o fenômeno’ na sua constituição objetiva.

Já aqui, pelas apresentações dos temas centrais desta dissertação, pode-se verificar que há um impasse no fazer científico, não há teoria e metodologia científicas dispostas

‘nas mãos’ de Chanlat e dos autores e profissionais com os quais trabalha para que ele possa prosseguir em seu propósito, e tal constatação finaliza-se com sua visão de impossibilidade de imparcialidade científica, na medida em que o homem seria sujeito e objeto de sua própria ciência. Eis outro equívoco histórico, já que sujeito e objeto são apenas funções adotadas numa prática científica. Esta complexidade será exposta em seus detalhes ao longo deste trabalho.

Por fim, será mostrado que esta antropologia que Chanlat vem requisitar já existe, e se fez na medida em que se ancorou numa ontologia científica, já que o homem é indissociável do mundo, então é preciso, como diz Sartre, compreender o que é o mundo, por isso a necessidade de uma ontologia na base. Esta antropologia científica nos dará as bases para uma teoria científica da personalidade, portanto, as bases para uma Psicologia Científica, em quaisquer de suas subespecialidades, portanto, também no que concerne à Psicologia das Organizações.

O equívoco da Psicologia em geral foi investir em extrair da psicopatologia sua teoria da Personalidade, por isso ficou andando em círculos, até que Jean-Paul Sartre, com toda sua investigação e estudo científico da realidade humana, elucidou as reais possibilidades de uma práxis científica.

Todavia, será esclarecido o momento histórico em que Sartre produz esse conhecimento e a convergência de uma série de autores da área de humanas, tais como, a sociologia, a antropologia, a psicologia e a própria psiquiatria que ao debater-se com a necessidade do ultrapassamento do mito da razão e desse mentalismo metafísico, condenou o homem ao determinismo, desapropriando-lhe da esperança de um futuro diferente de seu passado, sendo construído a partir de suas próprias ações no mundo objetivo.

1.1 Objetivos

Para alcançar a proposta desta pesquisa, faz-se necessário traçar os objetivos que a mesma se propôs a alcançar, delineando seu objetivo geral e seus objetivos específicos, como na seqüência elencados.

1.1.1 Objetivo Geral

Caracterizar a existência de uma antropologia científica que elucida os conflitos relacionais nas organizações, em bases científicas passíveis de investigação e de intervenção com controle de resultados.

1.1.2 Objetivos Específicos

- g. Caracterizar o debate atual acerca da antropologia nas organizações até Chanlat;
- h. Identificar as dificuldades e as complicações psicológicas na vida de relações dos indivíduos considerando as relações no espaço profissional;
- i. Caracterizar a partir do existencialismo, o surgimento de uma antropologia científica desenvolvida por Jean-Paul Sartre, como fundamentação primeira para responder os problemas colocados por Chanlat.
- j. Explicitar que tal antropologia científica só se fez possível, por ter na base uma ontologia científica.
- k. Explicitar que se tem a possibilidade de uma psicologia científica para atuação em qualquer sub-especialidade desta mesma disciplina.
- l. Explicitar que ao se desenvolver programas de ensino-aprendizagem nas empresas dever-se-á levar em consideração que não se resolvem conflitos com base em percepção, mas a implicação do saber com o conhecimento dos objetos percebidos, isto é, não se muda comportamentos de indivíduos, mas perfis de

relação, da mesma forma que não se conscientiza ninguém, pois a consciência não é um organismo nem uma substância, mas a simples relação.

1.2 Justificativa para a Escolha do Tema

Este tema foi eleito para esta dissertação tendo em vista a realidade histórica e ainda atual dentro da qual a Psicologia das Organizações vem a debater-se quanto a encontrar a superação para as limitações na sua busca da motivação humana, objetivando em seu caminho uma série de alternativas, supostamente inovadoras, mas que fracassam quanto ao seu objetivo em curto, ou no máximo médio prazo.

Tal constatação é facilmente encontrada nas mais diversas teorias formuladas desde Taylor, passando por Maslow e chegando à Reengenharia e à Qualidade Total (TQC).

Desde as Proposições de Peter Senge em 1990, com as “Organizações de Aprendizagem” já transparecia uma não correspondência entre a proposta do autor e sua aplicabilidade, entretanto, ficava patente, o horizonte em que Senge estava querendo chegar, mas que com aquele suporte teórico não alcançaria seu objetivo, bem como não dispunha de uma metodologia efetiva para a aplicação do que pretendia.

Já na proposta de Jean François Chanlat, identifica-se um passo adiante na busca deste mesmo objetivo, encontrar uma solução para os impasses organizacionais, no que diz respeito às relações humanas e ao indivíduo nas organizações e sua relação com a organização, tendo em vista o fator motivacional.

Historicamente a Psicologia não escapou ao subjetivismo psicanalítico ou à robotização comportamentalista, portanto, sempre se fazendo dentro de um maniqueísmo.

Verificando que na área organizacional existem muitos conflitos relacionais resultantes não só da estrutura das relações capital-trabalho, mas também da literatura existente acerca do assunto em questão, definiu-se por possibilitar uma contribuição na área de Psicologia Organizacional, já que esta se impunha defasada quanto às possibilidades objetivas, em face das atitudes e iniciativas que se tem lançado mão historicamente para a superação dos impasses organizacionais, na medida em que os estudiosos do assunto pudessem entrar em contato com a possibilidade de uma práxis científica, e elucidar então, efetivamente os conflitos relacionais nas organizações.

Outras pesquisas têm trazido à luz essas questões, como a dissertação de Castro em 2001, que empreende todo um investimento de pesquisa quanto a definição do sofrimento psíquico no trabalho, segundo a perspectiva de Wanderley Codo e seus colaboradores, trabalhando somente com aqueles que entronizam o tema a partir do materialismo histórico e chega a constatação que não há uma definição singular, unificada do sofrimento psíquico no trabalho, **apontando como não é possível fazer ciência sem seu objeto demarcado.**

1.3 Metodologia de Pesquisa

Conforme exposto na justificativa do tema de pesquisa, devido ao caminho realizado desde o contato com as Proposições de Peter Senge com as “Organizações de Aprendizagem”, e posteriormente, acrescido às propostas de Chanlat, a metodologia utilizada neste trabalho foi:

- ❑ Contextualização do ponto de partida da organização das relações de produção advindas após a Revolução Industrial instituídas com Henry Ford e Frederick Taylor no início do século XX;
- ❑ Revisão Bibliográfica dos autores do final do século XX,
- ❑ A constatação da ausência de uma perspectiva antropológica que efetivamente leve a superação dos impasses nas organizações através do estudo de casos registrados na literatura disponível,
- ❑ Advindo daí a formulação deste projeto de pesquisa,
- ❑ Revisão Bibliográfica das proposições de Chanlat relativamente aos autores cujas teorias foram desenvolvidas no final do século XX e expostas sucintamente na Fundamentação Teórica, ao propor a necessidade de uma nova antropologia e, por consequência,
- ❑ Tendo por objetivo explicitar por onde se encontra a superação destes impasses, através de uma antropologia científica já existente.

1.4 Estrutura do Trabalho

Devido a complexidade imposta pelo grande número de variáveis presentes neste trabalho, definiu-se, já durante a fundamentação teórica, fazer as devidas amarrações e acentuar em negrito as constatações dos equívocos dos autores, explicitados e trabalhados posteriormente, na busca de prender a atenção do leitor, sem permitir a fragmentação desta dissertação em partes distintas, já que estas estão articuladas, vislumbrando com isso propiciar uma melhor compreensão do leitor do conjunto desta obra, sem que esta ficasse compartimentalizada, já que apresenta uma complexidade tal que não se restringe a uma revisão bibliográfica, mas também a uma exposição de uma antropologia científica, sustentada em autores de outras áreas além da administração e permitindo ao leitor então, chegar ao final da leitura em condições de compreendê-la com um todo implicado historicamente.

2 Fundamentação Teórica

Pretende-se neste capítulo fazer uma contextualização histórica sobre os fundamentos dos autores que se destacaram no final do século XX, desde Taylor e Ford, dentre eles, selecionou-se obras dos autores Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge, todas citadas nas Referências Bibliográficas, caracterizando as suas compreensões acerca do fenômeno organizacional, no que concerne às implicações relativas às dificuldades esbarradas, e os caminhos existentes para superar os impasses encontrados, na gestão das organizações.

2.1 Os Fundamentos da Administração em Taylor e Ford

Após a Revolução Industrial, com o avanço tecnológico por esta produzido, houve toda uma alteração no contexto sócio-histórico da época, o que veio a imprimir novas relações de produção e um novo modo de produção, chamado de “capitalista”.

O panorama industrial do início do século tinha todas as características e elementos para poder inspirar uma ‘Ciência da Administração’: uma variedade incrível de organizações, com tamanhos altamente diferenciados, problemas de baixo rendimento da maquinaria utilizada, desperdício, insatisfação generalizada entre os operários, concorrência intensa, tendências pouco definidas, grandes volumes de perdas, quando as decisões eram mal formuladas. (CHIAVENATO, 1993 p.54).

Todas essas ocorrências objetivas deste novo contexto histórico suscitaram a necessidade da compreensão científica, a partir do método científico. A partir de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro, fundador da Administração Científica, se instituiu a Escola da Administração Científica, que tinha por objetivos eliminar o desperdício e aumentar a produtividade das organizações através da maximização da eficiência dos operários.

Taylor desenvolveu a análise do trabalho realizado pelos operários, a partir de estudo dos tempos e movimentos, que permitiria a racionalização das metodologias de trabalho dos mesmos e a fixação de tempos padrões para a execução de cada tarefa. Estabeleceu que toda operação fabril pode e deve ser padronizada e planejada, de modo a eliminar todo e qualquer desperdício de esforço humano e de tempo.

Esse estudo permitiu maior especialização das atividades, e adequação de cada operário à sua atividade. As normas de atuação no trabalho passaram a ser mais claras e detalhadas, e o empregador obteve maior controle sobre o desempenho do operário. Todas as atividades eram divididas em tarefas e ensinadas aos empregados, surgindo então a idéia de “treinamento”. (CHIAVENATO, 2000).

A partir desse estudo e sistematização, Taylor desenvolveu uma “Organização Racional do Trabalho”, que consistia numa metodologia mais eficiente para a execução das tarefas. Essa organização estabelecia uma divisão de responsabilidades: a gerência responsabiliza-se pelo planejamento das atividades, supervisão e também pelo repasse do planejamento e o controle da execução, e ao operário fica o encargo da execução pura e simples das tarefas. (CHIAVENATO, 2000).

Com isso, começa a se delinear uma estruturação mais sistemática do gerenciamento das organizações, aliando princípios militares e de engenharia. Basicamente, “Taylor separou o “trabalho mental”, que seria responsabilidade da gerência, do “trabalho físico”, de responsabilidade do empregado”. (CHIAVENATO, 2000). Ressalta-se que a separação realizada por Taylor já continha nas suas bases conceituais o dualismo cartesiano; mente -corpo.

Dentro do princípio do planejamento, a gerência deveria substituir o empirismo das operações fabris por metodologias baseadas em procedimentos científicos. Para isso, deveriam analisar as tarefas executadas pelo operário, decompondo-as em movimentos elementares e estabelecendo a metodologia mais eficiente para desenvolvê-las.

Os trabalhadores deveriam ser selecionados de acordo com as características necessárias para o desempenho de cada tarefa, sendo preparados e treinados para que desempenhassem o trabalho com a máxima eficiência possível. Esta atividade de adequação de pessoas e atividades, realizada por Taylor em sua época, é chamada recentemente de “competências organizacionais”.

O equipamento necessário e os materiais utilizados também deveriam estar dispostos de forma a evitar desperdícios de esforço e tempo. Aqui se insere a idéia de organização das superfícies estáticas (ocupadas pelas máquinas), das superfícies dinâmicas (espaço de circulação dos funcionários), que deu origem ao desenvolvimento do *lay-out*.

O controle das atividades era realizado para garantir o cumprimento das normas estabelecidas pelo planejamento na execução das tarefas, buscando sempre corrigir, aperfeiçoar e premiar os níveis de eficiência e produtividade alcançados. Recentemente, esse processo é conhecido por PCP – Planejamento e Controle da Produção, bem como pelos Programas de Qualidade Total. Por fim, a gerência deveria distribuir as atribuições de cada um no processo fabril e repassar as responsabilidades, de acordo com o princípio da execução.

Em decorrência desta aplicação, impõe-se uma divisão do trabalho nas organizações em termos de processos operacionais, onde cada operário realiza uma única tarefa predominante, de forma repetitiva e predeterminada pela gerência. Assim, o operário se torna cada vez mais especializado, ao desenvolver somente parte do trabalho total. O que trazia como resultado o aumento de produtividade e um controle sobre o seu desempenho de cada operário, por parte da empresa.

Ao contrário do artesão, o operário especializado passaria a “saber”⁹⁰ executar a tarefa a ser desenvolvida, sem que isso implicasse no “conhecimento”⁹¹ resultante da tarefa executada, e das suas relações de função no processo produtivo total. (Ver Anexo

A “motivação” do operário, segundo Taylor, seria desdobramento das recompensas materiais obtidas pelo aumento da produtividade. A partir do conceito de “homo economicus”, a Administração Científica estabelece que o pagamento do operário deve estar relacionado à sua produtividade para que ele desenvolva o máximo de produção de que é fisicamente capaz. O operário era visto por Taylor como um indivíduo "limitado e mesquinho, preguiçoso e culpado pela vadiagem e desperdício das organizações e que deveria ser controlado por meio do trabalho racionalizado e do tempo padrão". (CHIAVENATO, 2000, p. 62).

“O homem é motivado a trabalhar pelo medo da fome e pela necessidade do dinheiro para viver. Assim, as recompensas salariais e os prêmios de produção (e o salário baseado na produção) influenciam os esforços individuais no trabalho” (CHIAVENATO, 2000, p. 62) .

Temos aqui explicitada a visão da teoria da Motivação de Maslow, sustentada nos estudos de Pavlov⁹², autor de relevância no desenvolvimento do Behaviorismo ou

⁹⁰ O saber diferencia-se do conhecimento na medida em que seria somente a aplicação prática e repetitiva de uma tarefa que aprendeu pela experimentação na relação com os outros e as coisas. BERTOLINO: subsídios de aulas ministradas em 1996/II, no Núcleo Castor.

⁹¹ Diferentemente do saber, o conhecimento é uma produção humana que comporta toda uma arquitetura teórica, estabelecida por leis científicas, amparadas em regularidades estatísticas, dentro de um universo dado. BERTOLINO: subsídios de aulas ministradas em 1996/II, no Núcleo Castor.

⁹² “Ivan Pavlov, nascido em 1849, médico russo, nasceu na Rússia central. Estudou em um seminário ortodoxo, que depois abandonou, mudando para estudos de medicina na Universidade de São Petersburgo. A teoria da evolução de Darwin, no auge da fama ao tempo de sua juventude, levou-o a interessar-se profundamente pela ciência. Graduou-se em 1879 e continuou seus estudos em química e fisiologia, principalmente nos aspectos relacionados à digestão e à circulação sanguínea. Foi nomeado professor da Escola Imperial de Medicina. Enquanto estudava a digestão de cães de laboratório, casualmente descobriu que certos sinais provocavam a salivação e a secreção estomacal no animal, uma reação que deveria ocorrer apenas quando houvesse ingestão de alimento. Teorizou que o comportamento estava condicionado a esses sinais, que habitualmente precediam a chegada do alimento, e que faziam o cão antecipar seus reflexos alimentares. Pavlov procedeu experimentalmente, fazendo soar uma campainha anunciando o alimento, e constatou que em pouco tempo o cão respondia com salivação ao soar da campainha, que passou a ser um estímulo e a provocar o reflexo da salivação mesmo sem a presença da comida. Constatou também que não podia enganar o cão por muito tempo, pois a falta da comida fazia que os sinais perdessem seu efeito. Em 1903 Pavlov publicou os resultados chamando o fenômeno um "reflexo condicionado", que podia ser adquirido por experiência, e designando o

comportamentalismo. Esclarecendo que a Psicologia Behaviorista ou Comportamental tem suas bases em Watson (1978-1958).

“O problema geral da psicologia, segundo o behaviorista, é o de prever e controlar o comportamento. De modo mais exato, a tarefa da psicologia é a de determinar os estímulos que provocam certas respostas, e as respostas provocadas por quaisquer estímulos . Teoricamente, o psicólogo deveria compreender o animal humano assim como o engenheiro compreende uma máquina; deveria saber de que é feito o corpo, como é formado, e como funciona”. (HEIDBREDE, 1981, p. 217 - 8).

Assim, a Escola da Administração Científica traduziu a administração das organizações como se estas fossem máquinas, onde o operário era apenas uma peça da engrenagem.

Henry Ford (1863–1947), engenheiro, o mais popular dos precursores da administração moderna, ao vencer corridas de grandes eventos automobilísticos da época, conseguiu patrocínio para abrir em 1903 a sua própria empresa, a Ford Motor Company.

Na Linha de Montagem por ele criada, os carros criados pelas companhias fabricantes de época eram considerados luxo e símbolo de status por serem "feitos à mão" e, portanto, extremamente caros. Esta ocorrência colocou Ford em questão, quando se referia à dificuldade de expansão do mercado devido ao alto custo dos produtos. (CHIAVENATO,2000). Para a superação deste impasse a saída foi à fabricação de carros populares, buscando uma padronização de tal forma, que todos os produtos seriam produzidos em série, obtendo assim uniformidade entre eles. Esta produção em série visando um custo mais baixo dos produtos sendo produzidos num mecanismo de produção em série, foi a grande revolução de Ford.

Os automóveis eram pesados, e Ford se dedicou a eliminar o que era desnecessário dos seus carros, tornando-os não só mais baratos, mas também econômicos. Finalmente em primeiro de outubro de 1908, lançou o “Modelo T”. Nos anos iniciais, este automóvel era

processo "condicionamento". Pavlov avançou a idéia de que o reflexo condicionado poderia ter um papel importante no comportamento humano e na educação, e logo sua descoberta tornou-se base para uma nova corrente psicológica, o behaviorismo, fundado por John Watson em 1913”. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/ec-pavlov.html>. Pavlov com sua teoria estendeu ao homem as compreensões constatadas em animais irracionais, sem diferenciá-los.

fabricado da mesma maneira que qualquer outro no país, mas a crescente demanda obrigou Ford a repensar o modelo de fabricação dos seus carros.

Neste momento sua linha de montagem recebe críticas, relacionadas à transformação dos operários em robôs, sem autonomia, pensamento crítico, apenas realizando tarefas repetitivas, sendo esta uma nova forma de escravidão mascarada, que se sustentava na dispensa de especialização, portanto de conhecimentos. Estas críticas eram feitas tanto por dirigentes, quanto por empregados, por falta de conhecimento dos assuntos administrativos. A precária experiência industrial e empresarial não propiciava condições promissoras para a sustentação de hipóteses e elaboração de conceitos rigorosos, devido à mentalidade reinante na época. (CHIAVENATO, 2000).

Para contornar esse problema e diminuir o alto índice de demissão/ reposição de empregados, Ford anuncia em 1914 um novo salário mínimo e porcentagem nos lucros. Foi uma revolução para a época, muitos anunciaram a quebra da empresa de Ford, e inclusive seus acionistas o acusaram de insensato. Mas Ford, reconhecendo o elemento humano na produção em massa, constatou que mantendo os empregados na empresa estaria economizando dinheiro.

Os números falaram por si próprios: “em 1913 fabricava 800 carros por dia, em 1914 dividiu com os seus empregados, parte do controle acionário da empresa. Já em 1926 contava com 88 fábricas, 1500 empregados, fabricando 2000 carros ao ano”. (CHIAVENATO, 2000, p. 67).

Ford alterou o processo operacional na indústria passando-a de artesanal à industrial. Em suas fábricas se produzia desde a matéria-prima até o produto acabado. Com isso, atingiu para a época um nível de produção jamais equiparado. Sua produção tinha três características: ela deveria ser progressiva, o trabalho deveria ser entregue ao operário e as operações deveriam ser divididas conforme seus elementos constituintes.

Ford foi, além de tudo, um dos primeiros empresários a usar incentivos com seus empregados, implantando a assistência técnica, o sistema de concessionárias e a política de preços. (CHIAVENATO, 2000, p. 67).

2.2 Caracterização das Propostas de Administração das Organizações a partir de Guerreiro Ramos, Peter Drucker, Ricardo Semler e Peter Senge

Nesse item será realizada uma exposição das idéias fundamentais dos autores com os quais se trabalhará nesta dissertação para alcançar os objetivos desta pesquisa.

2.2.1 A Compreensão de Gestão das Organizações em Guerreiro Ramos

Um dos destaques de Guerreiro Ramos na sua obra sobre “A nova ciência das organizações”, de 1989, é colocar a visão cientificista do capitalismo de Taylor como tradicional, vinculada aos homens que dela fazem parte. Busca identificar a epistemologia inerente à ciência social que sustenta a teoria das organizações, deixando claro que esta ciência social estabelecida ampara-se numa racionalidade característica do sistema mercantil. Desta forma o mercado é a base da objetividade.

Ramos (1989) resgata o racionalismo e a intuição da razão como atuando de forma determinista na realidade trazendo as distinções entre o bem e o mal, cuja realidade impedia a redução a um fenômeno histórico ou social, já que havia a dimensão do humano. Pela força da razão na cultura ocidental, o que se fez foi torná-la compatível com a estrutura moderna normativa da sociedade, trazendo junto o processo de institucionalização e a reificação humana.

Buscando as bases da ciência social cita Max Weber e sua rejeição ao determinismo histórico. "Max Weber é descrito, freqüentemente, como verdadeiro crente na insuficientemente qualificada excelência da lógica inerente à sociedade centrada no mercado". (RAMOS, 1989, p. 4).

Weber critica aqueles que colocam a ciência como resultante de negociações e interesses políticos. Assume um posicionamento crítico, embasando-se também em outros autores convergentes, frente ao processo industrial como processo institucional e alienante, no qual o homem perde a força psicológica, não suportando a tensão, rendendo-se às exigências desta ordem social. (RAMOS, 1989, p. 4).

Já em 1989, Ramos indicava a necessidade do trabalho do psicólogo na organização. Para este, a psicologia científica se sustentava na perspectiva da psicologia comportamental (já referenciada em nota de rodapé na página 24), o que fica totalmente incompatível com os objetivos científicos que pretendia Guerreiro Ramos.

Portanto, numa perspectiva antropológica incompatível com o "processo de desinstitucionalização"⁹³, ao colocar a "ideologia integracionista"⁹⁴ sustentada no holismo⁹⁵ como alternativa na relação de dependência das partes sobre o todo.

Ramos coloca como necessária a participação dos psicólogos na organização, no entanto, desde que não tenham uma "visão individualista"⁹⁶, o que não contempla as especificidades do fenômeno organizacional.

Além disso, pode-se afirmar que **todas as imprecisões do conceito de sanidade organizacional derivam de uma raiz comum: a colocação inapropriada do conceito de sanidade mental. Se a saúde mental é um**

⁹³ Desinstitucionalização é o processo através do qual o homem se faz sujeito, não estando remetido a instituições, como Althusser designava <os aparelhos ideológicos do Estado> (Althusser, L. Aparelhos Ideológicos de Estado: 1985).

⁹⁴ Ideologia que promove a integração entre os seres. O autor a coloca em contraposição à visão individualista da Psicologia na Organização.

⁹⁵ "Por holismo entende-se a integração das diversas partes de um sistema em um todo harmônico. No caso das psicoterapias a referência é a junção dos vários aspectos humanos, qual sejam, mental, emocional, corporal e psicológico. Refere-se, também, à integração de tudo ao sistema cósmico". Susana Hertelendy.

⁹⁶ A crítica a uma visão individualista por parte da psicologia é a crítica a profissionais desta área que fazem da intervenção da Psicologia Organizacional, uma intervenção clínica.

conceito válido, (e há quem o questione que seja), seus padrões só são aplicáveis a indivíduos, jamais poderão ser aplicados a organizações, ou deduzidos de situações organizacionais. O conceito de sanidade organizacional relaciona-se diretamente com a psicologia do ajustamento e não reconhece a autonomia individual. (RAMOS, 1980, p. 78 – grifo nosso)

Vale o assinalamento de que Ramos foi o único que chegou até a problemática do conceito de sanidade mental, atitude distinta dos outros autores que criticam somente os resultados, porém sem fazer qualquer ilação com a definição existente na base da racionalidade, que produz tais resultados. (Ver anexo 09 - Modelo de Constituição dos Processos Psicopatológicos).

Este autor ainda ressalta uma diferença entre a ocupação e o trabalho, colocando que o trabalho é aquela atividade realizada pelo homem que também o realiza, o satisfaz, e a ocupação como atividade meramente realizada, via de regra por um indivíduo sem nível superior, com isso tornando o trabalho uma atividade pesada e sem gratificação, pelo contrário somando um acúmulo de exigências a serem cumpridas.

Ramos identifica limitações na fundamentação das concepções e dos modelos de Taylor, colocando a necessidade de uma psicologia com uma teoria consubstanciada nos efetivos preceitos científicos, colocando como um dos impasses o conceito de sanidade mental, e a necessidade de ultrapassar este entrave para que se alcance um outro modelo de gestão que levaria à superação dos obstáculos encontrados até então.

O problema é que a psicologia holística que ele propõe como solução não segue os preceitos científicos por ele mesmo apregoados.

2.2.2 A Compreensão de Gestão das Organizações em Ricardo Semler

A perspectiva de Ricardo Semler em seu *best-seller* “Virando a própria mesa”, de 1988, está claramente sustentada na sua experiência pessoal e na sua história de vida, portanto uma compreensão empírica, começando inclusive por uma exposição de sua história, dos obstáculos por ele encontrados e vividos, alguns superados, desde sua época de escola. Semler inclusive deixa claro que sua obra tem como objetivo uma provocação em termos de reflexão contextualizando os homens de uma época, de uma geração, em um momento histórico, o qual vem sendo simplesmente reproduzido, entretanto sem considerar as alterações sócio-históricas, caminhando assim para o fracasso.

Recentemente esta mesma compreensão está sendo renovada pela ontopsicologia, que ao dispensar a ciência, remete para a “intuição” do empresário a condução dos negócios e o sucesso da empresa.

Relata uma série de aprendizados que obteve no decorrer da sua vida, mostrando que em muitos momentos, a ansiedade por conquistas levou-o a equivocar-se quanto à eleição dos instrumentos para buscá-las.

Num dado momento compara o trabalho em equipe com um conjunto musical acentuando como cada participante pode tornar-se uma estrela, mas o grande mérito está no arranjo musical produzido por todos os componentes instrumentais da banda.⁹⁷

Neste aspecto Semler está totalmente correto no que diz respeito à harmonia necessária tanto no planejamento quanto na execução dos trabalhos realizados nas organizações, de modo que a segregação de cada funcionário no cumprimento de suas tarefas não leva ao resultado buscado, tanto em termos de produtividade, como em termos de realização pessoal.

⁹⁷ Metáfora utilizada por Senge para explicitar a articulação de funções entre as variáveis do fenômeno, no caso aqui, ‘trabalho em equipe’.

Na base de sua crítica está o modelo tradicional de gestão, que muito resultado produziu num dado momento histórico, cujo marco inicial, segundo o autor, foi a Revolução Industrial que desencadeou um processo de desenvolvimento de indústrias com tarefas repetitivas, rotineiras e que exigiam um modelo de gestão que administrasse toda esta estrutura complexa dentro da qual estavam inseridos os seres humanos.

Este modelo de gestão está baseado numa estrutura burocrática, tradicional até os nossos dias, que reduz o homem a um mero recurso entre outros na organização. Uma perspectiva onde o despotismo e a intuição de equivalências entre o esforço investido e resultado obtido estiveram sempre presentes. O desdobramento desta intuição leva a uma exacerbação da exigência da produtividade sem considerar o aspecto humano, a não ser no plano administrativo. Nesta perspectiva encontramos também uma busca por resultados, em curto prazo, que muitas vezes nos geram problemas maiores a médio e longo prazo.

O que hoje ainda indica uma deficiência metodológica é a falta de instrumentos para lidar com a dimensão do ser humano, visto que de variadas formas já se tentou motivá-lo, sempre em busca de uma maior produtividade, mas havendo uma intuição subliminar determinista de que o homem seria motivado por si só, pela sua própria essência. A motivação, portanto, não teria nenhuma relação com a hierarquia, a burocratização, o excesso de exigências no trabalho e o pouco de troca que lhe é oferecido, sendo determinada unicamente pela questão financeira ou salarial.

Semler aponta o modelo nacional brasileiro como obsoleto, na medida em que ainda é sustentado por um modelo “coronelistas” e, por uma visão de organizações familiares tradicionais que se sustentam basicamente no que veio a ser ao longo da história o modelo tradicional de gestão, isto é, modelo taylorista, sustentado no cientificismo de Taylor.

No que concerne a grande evolução das organizações no Oriente, fundamentalmente no Japão, o autor faz uma crítica ao grande equívoco, tanto americano quanto no resto do

mundo, em simplesmente olhar para o oriente e tentar copiar e reproduzir os modelos lá postos em ação e cujos resultados são bastante atraentes. Quando o ocidente volta-se ao oriente para buscar modelos e implantá-los, deixa de lado a questão cultural que é fundamental, visto que existe um comprometimento das organizações com seus funcionários no Japão, toda uma cultura diferenciada, buscando sempre a fidelidade dos funcionários através da gestão da reciprocidade, onde o indivíduo é mais do que um mero recurso, oferecendo uma série de vantagens para cada funcionário manter-se fiel e produtivo na sua organização.

Talvez seja possível enriquecer essa reflexão do autor indicando mais uma variável presente no contexto japonês que se deve ao pequeno número da população japonesa, não encontrando lá o que encontra-se no ocidente, que é a constante ameaça de perda de emprego pelo excesso de pessoas buscando colocação ou recolocação no mercado, portanto um contingente de ofertas sempre muito superior ao número de cargos e funções à disposição no mercado, obrigando muitas vezes os funcionários a submeter-se a uma estrutura de gestão incompatível com seu projeto profissional, pelo medo de não se recolocar no mercado.

Semler cita como exemplo a Empresa General Motors que, na década de 60, gastou US\$ 40 bilhões, para obter a robotização dos processos produtivos. O resultado de tal investimento foi uma queda gritante de sua participação no mercado. Este é um dos exemplos de organizações que ainda se debatem com um modelo tradicional de gestão e resistem ao novo, na medida em que dificultam a abertura de espaços de regras e normatizações, pelo receio de que na medida em que abrem espaço para que os funcionários realizem seu trabalho com uma certa autonomia, não mais regidos e comandados pelo medo, estariam então ameaçando a estabilidade da organização.

Este autor afirma que: "As pessoas só trabalham a vontade quando tem liberdade". (SEMLER, 1988, p. 183).

O que significa que a submissão à burocratização, tão bem expressa no filme 'Tempos Modernos' de Charles Chaplin do início do século XX, não tem como no final do século XX e já no século XXI, produzir os mesmos resultados de um período histórico limitado e de início do desenvolvimento industrial.

Hoje tem-se como grande mérito o capital intelectual, coisa que naquela época não havia pela própria condição histórica, quando a prioridade era ter operários que pudessem manipular máquinas com ações repetitivas.

Segundo Nonaka e Takeuchi o capital intelectual é esse novo profissional, produto de um contínuo processo de renovação de sua base de conhecimento. O aparato de conclusões, *insights* e palpites que refletem julgamentos subjetivos é parte integrante do conhecimento, abrangendo também valores, ideais, e as emoções. A organização não é capaz de gerar conhecimentos sem os indivíduos e, portanto, deve apoiar os indivíduos criativos, bem como lhes proporcionar contextos para a criação do conhecimento. A criação do conhecimento organizacional deve ser entendida como "um processo que amplia organizacionalmente o conhecimento criado pelos indivíduos, cristalizando-o como parte da rede de conhecimentos da organização" (NONAKA E TAKEUCHI, 1997, p. 65).

Semler partindo de sua própria experiência, aprendendo com seus próprios erros, nos propõe então uma nova visão de gestão de organizações. Por outro lado, faz proposições sobre o que é necessário para manter o funcionamento e o processo de crescimento progressivo das organizações, sem que estas sejam levadas ao fracasso. Mesmo propondo algumas idéias inovadoras frente ao modelo tradicional, contudo, não têm propriamente uma arquitetura teórica bem sustentada, não constituindo assim uma teoria científica, bem como, não dispõe de uma metodologia de aplicação para a mudança.

2.2.3 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Senge

Peter Senge destaca-se na última década do século XX com a proposta das “organizações de aprendizagem” que seriam baseadas em cinco disciplinas⁹⁸, propondo uma antropologia e uma concepção de empresa totalmente nova, e contrária, fundamentalmente, à visão taylorista remanescente ainda em nossos dias.

“As organizações de aprendizagem, são organizações cujo modelo de gestão tenha como objetivo atender às necessidades materiais, de respeito próprio e de realização seus funcionários, o qual, na opinião do autor, deve ser o objetivo de todas as organizações”. (SENGE, 1990, p. 136).

Senge marca que o esforço para se obter uma visão da totalidade somando fragmentos, é inútil e não nos dará a visão pretendida. A proposta do livro ‘A Quinta Disciplina’ é justamente desmontar a idéia de que “o mundo seria composto por forças separadas” que não se relacionam.

Livrando-nos dessa ilusão, podemos então formar ‘organizações de aprendizagem’, nas quais as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar os resultados que realmente desejam, onde surgem novos e elevados padrões de raciocínio, onde a aspiração coletiva é libertada e onde as pessoas aprendem continuamente a aprender em grupo. (SENGE, 1994, p. 11).

Segundo o autor, não é possível prosseguir na administração com modelos centralizados, onde as pessoas tornam-se simples cumpridores de tarefas, pois um potencial riquíssimo está sendo perdido. É preciso que a organização seja dinâmica, tal qual o ser humano, pois, se estar no mundo é estar continuamente aprendendo, por que a realidade de uma organização deveria ser diferente?

A proposta de trabalho em grupo vem sustentada na idéia de “grupo coeso”, onde há confiança, onde todos estejam unidos por um “objetivo comum”. É no grupo que se aprende a produzir melhores resultados.

⁹⁸ As cinco disciplinas são: domínio pessoal, modelos mentais, “objetivo comum”, aprendizagem em grupo e raciocínio sistêmico. São conceitos utilizados por ele não como disciplinas científicas, mas de racionalidades e comportamento com fundamentações difusas.

Senge considera que, numa perspectiva global, no mundo dos negócios se está aprendendo a aprender em grupo. Dentro desta realidade de mudança, as pessoas estão buscando outros valores, outros benefícios de trabalho que não só os fins lucrativos. Assim, o fim último da área da administração é dirigir-se rumo às aspirações humanas que transcendem moradia e alimentação.

Baseado nesta compreensão, Senge conclui que o objetivo central para a formação de organizações que aprendem é o fato de reconhecer do que são capazes, e de saber que será o domínio de algumas disciplinas básicas que as diferenciará fundamentalmente das organizações tradicionais.

Partindo do princípio de que negócios e que qualquer outro trabalho realizado pelo homem são sistemas, o autor adota o pensamento sistêmico como fundamento de sua compreensão sobre as organizações como conjuntos compostos por interligações que, à longo prazo desenvolvem relações de função, que se faz necessário observá-las, estudá-las e compreendê-las como tais, sem segregá-las com o intuito de observar cada uma das partes para então ter o domínio sobre a totalidade.

“O raciocínio sistêmico é a quinta disciplina, pois é a disciplina que integra as outras quatro, fundindo-as num conjunto coerente de teoria e prática, evitando que elas sejam vistas isoladamente como simples macetes ou o último modismo para efetuar mudanças na organização”. (SENGE, 1994, p. 21).

2.2.3.1 A Base da Organização de Aprendizagem

Senge coloca a existência de leis⁹⁹ da quinta disciplina, como o fato de limitar-nos à lhe dar uma solução a partir do que era constatado simplesmente; ou seja, uma solução baseada restritamente no efeito expressamente aparente, o que resulta na mutilação de um

⁹⁹ Aqui Senge se refere a Leis Empíricas, isto é, ações comumente realizadas nas organizações, por ele constatadas e que não levam ao resultado esperado. Diferente de leis científicas que são regularidades estatísticas de ocorrências da mesma ordem, num universo dado.

fenômeno muito mais complexo, com outras variáveis constituintes. Tais soluções, na verdade acabam simplesmente por transferir o problema para uma outra área e não efetivamente superá-lo.

Outra lei por ele citada é o ‘feedback de compensação’, ou seja, é o intervalo de tempo que se espera entre a opção de uma intervenção de longo prazo, em detrimento a uma de curto prazo que posteriormente será ainda mais complicadora do problema que se pretende resolver que é aquela intervenção bem intencionada, cujo efeito reforça a resistência do sistema. Segundo o autor, a cultura vigente ainda move-se a espera por resultados a curto prazo.¹⁰⁰ É exatamente neste aspecto que permanece a ilusão gerada com fatos expressos que aparentam ter melhorado ou solucionado problemas, mas cujos reais efeitos virão num médio e longo prazo, na maioria das vezes, tarde demais para que se possa detectá-los como desdobramentos de ações num passado mais remoto. Isto se dá, segundo Senge, exatamente por não se ter uma visão sistêmica. A insistência em se utilizar soluções já conhecidas, as quais também se sabe que não levam a superação dos problemas, são atitudes que apontam a um raciocínio não sistêmico. Muitas vezes as soluções encontradas são exatamente as que alimentam uma situação crítica na organização gerando uma espécie de dependência da solução, visto que são soluções, a curto prazo, e que efetivamente não resolvem, tornando a organização freqüentemente dependente de soluções paliativas e perdendo de vista sua real possibilidade de encontrar uma solução efetiva.

Cabe aqui um breve parênteses no que concerne ao raciocínio sistêmico proposto por Senge. **Esta visão do raciocínio sistêmico tem sido utilizada também na psicologia através da Psicoterapia Sistêmica.¹⁰¹ Enfatiza a visão do todo, que é a visão holística,**

¹⁰⁰ Neste ponto Senge coloca a dificuldade da previsão e controle de resultados, demonstrando a ausência do método científico.

¹⁰¹ Segundo Fernanda de Mendonça Capelo “A Abordagem Sistêmica assenta num conjunto de princípios da Teoria Geral dos Sistemas e da Cibernética, que são fundamentais para a compreensão do modelo e que são nomeadamente os conceitos de Sistema, de Comunicação, Interação e Informação. De acordo com Bertrand (1994:44) a Teoria Geral dos Sistemas seria um conjunto organizado de leis que se podem aplicar a todos os

trabalha com a transdisciplinaridade e, embora no discurso proponha-se a alcançar o fenômeno em sua totalidade, acaba por não demarcar seu objeto e não ter uma teoria científica de sustentação da personalidade, não tendo como se fazer científica. Esta visão sistêmica que implica em considerar o conjunto, na verdade vai desembocar no holismo, e não leva a efetiva superação do problema por não ser fenomenológico, isto é, por não estar sustentada cientificamente nos componentes expressos constitutivos e constituintes de fenômeno a intervir.

O autor chama a atenção para a ilusão de que quanto mais rápido, maior o crescimento, os ganhos, os lucros e a sustentação, afirmando que ‘causa e efeito’ não estão intimamente relacionados no tempo e no espaço, suscita aqui uma reflexão do nosso modo de pensar e agir. Mostra que pequenos atos podem trazer grandes conseqüências efetivas e duráveis para a organização, porém muitas vezes estas passam despercebidas visto que para detectá-las é preciso uma perspectiva fenomenológica das estruturas.

Faz-se necessário contemplar que ao se trabalhar com causa e efeito se está isolando uma variável que seria a única responsável para a produção de um dado efeito, portanto, uma compreensão determinista, o que está na base da metafísica. Isto porque a realidade humana se impõe em fenômenos contíguos, ou seja, conjunto de ocorrências com funções articuladas, com pesos diferentes entre si, implicando um conjunto de disciplinas científicas. Esta compreensão de fenômeno respeita as verificações encontradas na realidade humana, são assim, portanto, científicas, ao contrário da noção causalista.

sistemas, enquanto que a Abordagem Sistêmica seria por um lado, uma arte de modelização na medida em que fabrica modelos e, por outro, uma metodologia porque se preocupa em encontrar soluções para problemas específicos. Neste sentido utiliza determinados instrumentos, os sistemas que serão o retrato resultante das operações elaboradas. O conceito de Sistema foi genericamente definido por Bertalanffy (cit por Bertrand, 1994,:46) como "um conjunto de elementos em interação", no entanto encontramos outras definições como a de Edgar Morin (cit por Bertrand, 1994: 46) que afirma que "Um sistema é um conjunto de unidades em inter-relação mútuas" e Schoderbeck (cit por Bertrand, 1994:47) que afirma que "um sistema define-se como um conjunto de objetos e das suas relações entre eles, dos seus atributos assim como do meio, de maneira a formar um todo". Bertrand (idem:46) define o sistema como "um todo dinâmico cujos elementos estão ligados entre si e que tem interações. <http://www.batina.com/nanda/acpsist.htm>

Senge ressalta ainda a tendência de se trabalhar com dualismos.¹⁰² Bem como salienta a propensão de combater o que está aparente no problema, enquanto que para compreendê-lo é necessário olhar para a totalidade do sistema que o gera. Na visão tradicional, tende-se a buscar sempre culpados, porém não cabe a busca de culpados, mas sim a busca por compreender os problemas de forma a encontrar as razões que o criaram e a partir disto encontrar as devidas soluções. Com isso, propõe a saída não através de uma solução moral, mas sim pela realidade, identificando efetivamente os problemas no seu conjunto de funções interligadas, identificando também a articulação destas funções.

Aqui temos outro problema fundamental, não devemos buscar as razões que sustentam as explicações, mas as ocorrências que nos remetem a compreensão dos fenômenos e suas relações de função. Além do que, uma solução moral não é mais do que uma solução sustentada na subjetividade, já que baseada em valores pessoais do sujeito que intervem, já uma solução científica implica em todo um aparato teórico científico e com metodologia que possibilite a práxis científica, tendo sempre o controle dos resultados através de predições científicas.

2.2.3.2 O Raciocínio Sistêmico: A Saída para os Impasses Organizacionais

O raciocínio sistêmico é uma nova forma de compreender o mundo, abandonando o pensamento linear, segundo uma perspectiva estática, situacional, voltada à compreensão dos sistemas como sistemas dinâmicos e interligados. (...) O raciocínio sistêmico é o antídoto dessa sensação de impotência que muitos sentem quando adentram na “era da interdependência”. Todas as cinco disciplinas envolvem a mudança de mentalidade, deixando-se de ver as partes para ver o todo, de ver as pessoas como indefesos reagentes para vê-las como participantes ativos na formulação da sua realidade, de reagir ao presente para criar o futuro. Sem o raciocínio sistêmico, não existe motivação nem meios para integrar as

¹⁰² Dualismos: Duas posições absolutamente opostas e excludentes que tem sua base no maniqueísmo instaurado desde os gregos e reforçado por Descartes no séc. XVI, fragmentando a realidade, por um lado num absoluto de objetividade, onde a ciência se insere, e, também as ‘ações demoníacas’, de outra, o espiritual, a alma, Por fim Deus. (BERTOLINO, subsídios de aulas de 1996/ II, ministradas no Núcleo Castor).

disciplinas de aprendizagem quando elas são postas em prática. (SENGE, 1990, p. 341).

A apropriação e internalização do raciocínio linear é atribuída por Senge à educação tradicional, que nos é imposta desde crianças e nos ensina a separar os “problemas” para melhor compreendê-los.

Contudo, mesmo nesta união não se aprendeu a elaborar uma compreensão global do sistema em questão, como se esta compreensão fosse realizada por uma fórmula, sem que houvesse a apropriação do sujeito que as executa. Não se consegue isolar um fator de todos os outros e encontrar a resposta, mas a elaboração da compreensão deste fenômeno não é ensinada. O autor coloca ainda que os idiomas ocidentais estruturados em sujeito - verbo - objeto promovem o raciocínio linear, enquanto para compreender os sistemas com seus fatores interligados precisa-se de uma “linguagem de círculos”.

Ao utilizar o conceito de linguagem de círculos, Senge pretende explicitar como, ao se perder de vista o conjunto de ações e variáveis presentes e considerá-las fragmentariamente, a organização fica fadada a utilizar uma linguagem em círculos, que não se ultrapassa, não supera a situação com a qual se confronta.

Pode-se inferir que aqui fica constatada a falta de uma metodologia científica que permita fazer uma verificação rigorosa do fenômeno sem isolar variáveis, sem as quais o fenômeno não tem como ocorrer.

2.2.3.3 Domínio Pessoal

Conforme Senge, o aprendizado organizacional não é assegurado pelo aprendizado individual, mas sem este o aprendizado organizacional não ocorre. É imprescindível que ocorra uma mudança na filosofia da administração, nos “modelos mentais” arraigados que

encontramos hoje, para que seja viável a ocorrência do aprendizado organizacional, sem a qual, não há compreensão das profundas dimensões que envolvem o objetivo do aprendizado organizacional.

Os modelos mentais são, segundo Senge, “são idéias profundamente arraigadas, generalizações ou mesmo imagens que influenciam nosso modo de encarar o mundo e nossas atitudes”. (SENGE, 1994, p. 17).

O’Brien defende que a “busca de novos modelos organizacionais com o objetivo de atender às necessidades materiais, de respeito próprio e de realização de seus funcionários (...) deve ser o objetivo de todas as organizações”. (apud SENGE, 1994, p. 136).

O domínio pessoal transcende as características de habilidade e competência e propõe uma forma diferente de encarar e viver a vida, “fazer da vida um trabalho criativo, em contraposição a um reativo”. (SENGE, 1994, p. 137).

Segundo o autor, a partir do momento em que o domínio pessoal é absorvido pelo estilo de vida das pessoas, ocorrem dois movimentos; esclarecem o que lhes é prioritário, visto que muito comumente se deixam sucumbir pelo que há de negativo em suas vidas e o aprendizado de estar constantemente esclarecendo a realidade da situação na qual vivem, sem que se deixem enganar por visões superficiais. Esses dois movimentos se desdobram na chamada “tensão criativa”, que, segundo o autor é “justaposição do nosso objetivo (o que desejamos) com uma imagem clara da realidade (onde estamos em relação ao que desejamos)”. (SENGE, 1990, p. 137). Uma força resultante desta união e que, como tensão, caracteriza-se por uma tendência à busca de resoluções. A partir disto à busca não se restringe à simples informações, mas a um aumento da produção dos resultados que desejamos, aprendizado este que não tem fim.

Na verdade a “tensão criativa” é o hiato que existe entre a realidade em que estamos e nosso desejo e projeto-de-ser, hiato este que é exatamente o motor que nos remete à ação, a

ação necessária para se atingir o objetivo que desejamos, sem esta tensão, cairíamos na estagnação.

Quando Senge se remete a “tensão criativa”, fala na verdade de uma força que atua sobre nós, resultante da tensão que ele próprio não explicita uma definição sustentada. Essa força que ele refere é a “força do futuro”, que nos convoca a sermos de um modo ou de outro, pela própria materialidade que se impõe. Isso ficará mais claro na exposição das Bases Antropológicas de Teoria Científica da Personalidade no capítulo III.

Senge alerta que para assumir esta nova postura é preciso ir contra todo o modelo tradicional, inclusive contratual, mesmo porque é algo abstrato e advém de conceitos que não são mensuráveis, do qual não se pode quantificar os lucros e sua contribuição para a alta da produtividade da organização.

Para desenvolver o “domínio pessoal” em uma organização seus dirigentes devem estar compartilhando da mesma perspectiva e, assim, trabalhando para proporcionar aos seus colaboradores a partilha dos mesmos objetivos, estando regidos por modelos mentais inovadores que não inviabilizem o desenvolvimento da disciplina de domínio pessoal nesta organização. É, na verdade, o início do caminho a ser percorrido para a instauração de uma organização de aprendizagem.

Para Senge, o “domínio pessoal” consiste em basicamente esclarecer seus objetivos de vida, suas prioridades, estar sempre atento à realidade, de modo à enxergá-la sem interferências, encará-la tal qual ela se mostra e regendo sua vida direcionando esta realidade à convergir com seus objetivos, não de maneira a manipulá-la externamente, mas com a ajuda do raciocínio sistêmico, construir sua vida conforme seus desejos, mesmo que isso implique em um caminho mais longo, no qual se encontre e tenha que passar por momentos infortúnios.

Para tanto, as disciplinas envolvem três estágios; a prática, os princípios e a essência.

A prática implica um esforço constante e consciente para que a disciplina se torne automática para ele.

Os princípios fornecem sustentação para a prática, propiciando a lógica das disciplinas e sendo um referencial contínuo para sua proliferação.

A essência é exatamente a mudança sofrida pelas pessoas como desdobramento da provocação desta nova atitude pelas disciplinas, o fato de passarmos a ser aprendizes eternos. Essa essência é um estado a ser experienciado coletivamente, conforme o entendimento do autor.

2.2.3.4 Modelos Mentais

As propostas de intervenção nas organizações não se concretizam em função dos “modelos mentais” nelas existentes. São imagens, idéias, valores, pré-concebidos que nos impedem de abrir espaço para uma nova proposta, pois estas estarão sempre aliada a um pré-julgamento por nós efetuado. Estes “modelos mentais” limitam tanto a forma de pensar, como nossas ações, sendo assim, ativos. Por isso esta disciplina é muito importante, pois sua proposta é de aprender a identificar esses modelos mentais e explicitá-los de modo a trabalhá-los e superá-los.

Todavia, Senge não oferece uma saída para identificar os “modelos mentais” das organizações, com uma proposta teórica e metodológica para tanto. **Constata-se novamente a ausência de cientificidade na proposta deste autor.**

“Modelos mentais” seriam simplificações, idéias pré-determinadas sobre certas questões, que fazem com que, quando entramos em contato com elas, entre em ação uma certa resistência sustentada nesta visão construída a priori.

Uma das dificuldades centrais que envolvem o trabalho com “modelos mentais” é o fato de estarem na maioria das vezes, implícitos; sendo assim a sua identificação é o primeiro passo. Da mesma forma que podem impedir o aprendizado organizacional, a criação de novos “modelos mentais” pode vir a contribuir e a acelerar este processo de desenvolvimento dos operários nas organizações.

Argyris desenvolveu a “‘ciência de ação’, um conjunto de teorias e métodos para a reflexão e pesquisa do raciocínio que está por trás de nossas ações”. (Apud SENGE, 1990, p. 170).

Por sua vez, o mesmo apresenta um modelo, um discurso, uma visão da organização através da qual identifica a possibilidade da mudança, **mas novamente não se explicita uma metodologia que dê conta de tal proposta. Também se pode constatar a visão antropológica subjacente que se objetiva numa razão *a priori* que nos move.**

Para trabalhar com esta disciplina as organizações precisam de novas técnicas e a instauração efetiva de inovações na instituição. Como foi dito anteriormente o primeiro passo é deixar que os “modelos mentais” presentes aflorem, para que sejam identificados, para que esta utilização de técnicas promova um aprendizado generativo. Para isso se faz necessário um perfil de administradores que utilizem técnicas de reflexão e investigação.

Até aqui se constata nos autores citados, não somente discursos contraditórios quanto às bases antropológicas que buscam, fato este que ficará mais evidente posteriormente, mas a ausência de uma metodologia científica que possibilite a intervenção que se dirija a uma efetiva transformação da dinâmica organizacional. Vê-se também a idéia de uma razão *a priori*, um mecanismo determinado e determinista que move o homem e que deve ser ‘desvelado’ para possibilitar um outro movimento dos seres humanos.

Historicamente identifica-se o desenvolvimento de teorias intervencionistas que buscaram a motivação dos operários, mas nenhuma delas surtiu o efeito devido, ou seja, permanente, porque dialético, implicando tanto a empresa, quanto cada um dos colaboradores.

2.2.3.5 Objetivo Comum

Senge esclarece que o “objetivo comum” ou compartilhado não é algo imposto, é uma determinação vivida pela pessoa que a impulsiona a agir na direção de realizá-lo. Seu início pode partir de algo abstrato, no entanto ganha tamanha força que se torna concreto. Ele é fundamental nas organizações por duas características básicas; está dirigido a questões específicas, neste sentido dá uma direção e fornece energia para a realização destes anseios. Individualmente, quando se tem um objetivo concreto, tem-se mais disposição, fica-se mais motivado para atingi-lo, quando este objetivo é compartilhado por um grupo, onde se vê que todos estão em busca do mesmo objetivo, onde há pessoas com quem se pode contar, a motivação gerada por este objetivo é muito maior.

O “objetivo comum” não é um objetivo específico; específico no sentido situacional ou mesmo um objetivo como a superação de um grande concorrente, pois estes muito facilmente, após sua conquista, se transformam em objetivos defensivos, visto que após uma grande conquista, fica o medo da perda o que pode gerar um enfraquecimento do grupo à longo prazo. Proporciona uma nova relação entre os funcionários, afinal estes estão articulados por uma determinação comum, compartilhada, criando assim uma identidade comum, ficam mais unidos, pois são aliados, desenvolvem uma relação maior de confiança e comprometimento.

Não há organização de aprendizagem sem “objetivo comum”. Tendo um objetivo, as pessoas estão dispostas a ir a busca de algo, determinadas a superarem sua condição, o que

propicia uma nova forma de expressão, de pensar, de agir frente ao seu trabalho e fundamentalmente frente às suas relações de trabalho, tornando-se engajadas. Exatamente por estes desdobramentos é possível verificar que os objetivos não são impostos, só existem verdadeiramente quando as pessoas os desejam efetivamente. Quando o objetivo não é próprio ele gera obediência e não comprometimento. “O objetivo só se transforma em força viva quando as pessoas acreditam que podem construir seu futuro” (SENGE,1994, p. 209 - grifo nosso).

Será esclarecido mais tarde como se dá o processo de concretização da unificação das pessoas por uma tarefa comum, o “tecimento” e a implicação do sociológico que desdobra na reciprocidade e só assim ocorre um movimento efetivo de engajamento das pessoas com a organização na qual estão inseridas. Somente por aí se poderá enfim, identificar como é possível motivar os funcionários no seu perfil profissional e na realização das suas atividades na empresa, sem que esteja simplesmente preocupado com o cartão ponto ou o salário ao fim do mês.

Segundo o autor, o “domínio pessoal” está intimamente relacionado com o “objetivo comum”, pois é a possibilidade da geração de “tensão criativa”, fator que impulsiona a ação.

Conforme Senge a emergência do “objetivo comum” é um processo moroso, visto que proveniente da articulação de vários objetivos individuais. Seu surgimento é possível através da abertura à conversas onde as pessoas aprendem a expor seus anseios, bem como, ouvir e participar dos anseios alheios. Deste modo, a criação do “objetivo comum” é um processo constante e incessante e necessita um certo clima organizacional que possibilite a criação deste objetivo.

Aqui se explicita um equívoco metodológico, cujas bases estão na “teoria antropológica subjacente, que é a antropologia racionalista cartesiana”, visto que a proposta do autor sustenta-se numa prática de “dinâmica de grupo”, cuja teoria foi

gerada por Kurt Lewin¹⁰³, amplamente aplicada, evidenciando-se em reuniões de pessoas onde se aplicam técnicas terapêuticas sem metodologia e teoria científicas como suporte, uma verdadeira explicitação constante das emoções de cada um, onde se alcançaria a superação dos impasses nas relações humanas. Nas bases desta intuição está numa psicologia racionalista, cuja antropologia tem sua base nos gregos e na dialética platônica. Esta exposição dos anseios de cada um implica em um re-surgimento da dialética platônica onde tudo era resolvido no plano das idéias, cada um respeitando a posição alheia, sem que houvesse ao fundo um objetivo a ser perseguido na busca efetiva da superação dos problemas psicológicos, a não ser no plano das intenções, resultando num aprofundamento e cronificação dos impasses de cada participante.

Para escapar a isso somente através de um processo de implicação dialética dos dois pólos fundamentais, por um lado a organização e, de outro, os colaboradores.

2.2.3.6 Aprendizagem em Grupo

Uma verdadeira equipe possui uma característica marcante chamada “alinhamento”; que é o fator que faz com que o grupo esteja articulado, caminhando numa mesma direção, seus esforços, sua energia são convergentes numa mesma direção, cria-se uma sinergia.¹⁰⁴

¹⁰³ Kurt Lewin (1890-1947) foi psicólogo alemão, que lecionou Filosofia e Psicologia na Universidade de Berlim até 1923, quando fugiu para a América devido às perseguições nazistas. Trabalhou no MIT, fundando o centro de pesquisa National Laboratories for Group Dynamics. A pesquisa mais famosa foi realizada em 1946, em Connecticut, numa área de conflitos entre as comunidades negra e judaica. Aqui, ele concluiu que reunir grupos de pessoas era uma das melhores formas de expor as áreas de conflito. Estes grupos, denominados T-groups (o «T» significa training, ou seja, formação), tinham como teoria subjacente o fato de os padrões comportamentais terem que ser «descongelados» antes de serem alterados e depois «congelados» novamente — os T-groups eram uma forma de fazer com que isto acontecesse.

Disponível em: <http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed48dossier1.html>

¹⁰⁴ Segundo o dicionário Houaiss, sinergia, na visão da sociologia é a coesão dos membros de um grupo ou coletividade em prol de um “objetivo comum”. Para exemplificar o alinhamento Senge utiliza-se em seu livro do time do Boston Celtics, vencedor de 11 títulos mundiais em 13 anos.

Senge utiliza o conceito de alinhamento como o modo de fazer a equipe trabalhar em harmonia, articulada, mas não explicita a aplicação deste conceito na prática.

Na concepção de Senge, o “objetivo comum” é uma extensão dos objetivos individuais de cada membro, por isso o “alinhamento” não implica em abdicar de seus desejos. O “alinhamento” possibilita ao grupo a capacidade da concretização dos resultados desejados. O talento e a competência individuais não garantem a competência do grupo, pois esta depende das ações e decisões articuladas pela equipe. Quando ocorre o aprendizado na equipe, esta passa a ser um microcosmo de aprendizagem para a toda organização.

Para o autor a aprendizagem é mais rápida quando as pessoas acompanham as conseqüências de suas ações. Quando se confronta com as conseqüências, torna-se mais responsável, pois se é agente construtor de sua própria realidade. É em função disso que as organizações de aprendizagem buscam a descentralização do poder. É preciso vencer a postura das organizações hierárquicas tradicionais onde o topo da pirâmide é quem decide e os inferiores executam, para ocorrer a aprendizagem, o “pensamento e a ação” devem caminhar juntos.

Ressalta-se aqui que pensamento e ação andarem juntos é distinto de uma práxis científica, onde há uma arquitetura científica que possibilita a práxis científica. O pensamento remete à subjetividade e esta subjetividade é que levaria às ações, por isso desconfigura uma prática científica, na medida em que não possibilita uma intervenção na objetividade, e não para o conhecimento.

Em contrapartida a descentralização oferece dois desafios básicos: “como os administradores lidarão com o fato de abrir mão do controle, e em segundo, como operacionalizar para que o controle local funcione efetivamente”.

2.2.4 A Compreensão de Gestão das Organizações em Peter Drucker

Drucker, ao escrever a sua obra sobre “O Fator Humano e Desempenho”, resgata os recursos humanos dentro da perspectiva capitalista, cujo ponto principal sempre foi o capital e o lucro. Entretanto já deixava claro, a impossibilidade do alcance dos objetivos dos empresários quanto à produtividade do capital e o melhor uso dos recursos naturais, sem que se considerassem os recursos humanos, visto que estes, inevitavelmente estavam implicados nos resultados das organizações.

O autor critica o que se chama administração da organização humana, como a realização de uma gestão mecanicista, uma visão que se restringe à contratação, a cobrança do trabalho e das tarefas, e procedimentos administrativos, incluindo aí os treinamentos. Constata concomitantemente, que nenhuma das Escolas dos Recursos Humanos propôs o estudo e a implementação de um sistema que buscasse a satisfação dos homens dentro da organização visto que essa poderia implicar em uma alteração das estruturas organizacionais.

A constatação de que não ocorreram avanços, em termos de novas contribuições, também se dá com outras disciplinas mais especializadas como: antropologia industrial, sociologia industrial, psicologia industrial, todas sustentadas nas relações industriais.

(...) o grande avanço ocorreu quando frente a perspectiva colocada acima, de reificação do homem e a fragmentação do seu ser, os Estados Unidos, buscou uma concepção divergente, onde a concepção humana exigiria instrumentos distintos e explícitos sendo fundamental o desmonte da crença da motivação através do medo, buscando então uma motivação espontânea que se desmontaria a partir do momento em que o medo fosse eliminado. (DRUCKER, 1981, p.280).

Porém, ainda que desmontando a crença de que as pessoas não queriam trabalhar, nada se avançou além de conceitos gerais sobre motivação. Dessa forma, restou a crença de que seriam as relações interpessoais na empresa a base fundamental para a motivação singular de cada um dos colaboradores.

Os processos de administração de pessoal com estas conotações, desde a Primeira Guerra Mundial, incluíam, conforme Drucker, recrutamento e seleção de pessoal, treinamentos, pagamento envolvendo a produtividade. Todas essas práticas de 50 anos atrás continuam sendo realizadas até o presente momento.

A visão a respeito do trabalho que está implícita nesta racionalidade é o trabalho como castigo, no qual as pessoas devem submeter-se e obedecer e cuja satisfação viria de outra parte que não dele próprio.

Mesmo com todo avanço do conhecimento e da ciência, ainda se está sustentados de numa perspectiva de ciências humanas da Idade Média, onde ocorre uma dissociação entre planejamento e execução das atividades, ou seja, entre investigação e intervenção e avaliação. Entretanto com a evolução da tecnologia e a alteração da execução de tarefas meramente repetitivas e rotinas com manipulação de máquinas e materiais tornou-se incompatível esta visão de gestão com a realidade efetiva organizacional. A administração científica proposta por Taylor não daria conta e, sobretudo traria prejuízos, na medida em que fragmentou a realidade em pequenos pedaços que não tem como simplesmente serem reunidos para alcançar uma visão global e totalizadora deste fenômeno. As ciências humanas se constituíram historicamente numa racionalidade aparte de produção do conhecimento científico, sendo esta condição um dos grandes problemas para se fazer ciência a partir do fenômeno humano.

“Houve inúmeros aperfeiçoamentos; contudo, a exposição mais madura e convincente da administração científica continua sendo o testemunho de Taylor perante um comitê especial da Câmara dos deputados em 1912”. (DRUCKER, 1989, p. 282).

Todavia o autor ainda vislumbra uma esperança, na medida em que mesmo pequenos aperfeiçoamentos feitos nos últimos 50 anos, nos apontam a possibilidade de uma evolução maior nos próximos anos, em direção a uma gestão onde a responsabilidade e o planejamento

estejam mais centrados nos operários, gradativamente superando esta visão de reificação do homem, e ao mesmo tempo, alcançando uma melhor produtividade, maior motivação, e benefícios para ambos os lados, quais sejam: a organização e os colaboradores.

Aqui, pode-se, numa pequena análise e rastreamento histórico identificar como na área de ciências exatas e biológicas houve todo um avanço indiscutível, o mesmo não acontecendo nas chamadas ciências humanas. Havendo-se que se constituir uma nova visão dos recursos e das relações humanas nas organizações, sem os equívocos das fundamentações existentes que não fizeram avançar a compreensão dos impasses objetivos que estão ocorrendo. Está correto o autor quando aponta que os fundamentos talvez fossem inadequados.

É buscando a superação efetiva dos conflitos organizacionais que Chanlat, na sua obra “O indivíduo nas Organizações; dimensões esquecidas”, indica o ultrapassamento destes autores, na medida em que discute a necessidade de uma antropologia para as organizações, conforme verifica-se no capítulo seguinte.

3 Chanlat e a Exigência de Uma Nova Antropologia para as Organizações

Chanlat converge com as críticas expostas pelos autores do capítulo anterior, entretanto, vai adiante ao demarcar que seria necessária uma nova antropologia para as organizações que promovesse o resgate da dimensão humana, que estaria perdida no contexto organizacional, decorrente dos impasses discutidos no primeiro capítulo.

Segundo o autor, apesar do alto grau de sofisticação das pesquisas na área da administração, constata-se a ausência de pesquisas em outras áreas (economia, psicologia e sociologia), que pudessem esclarecer o fator humano como elemento central, funcional e indescartável do processo de desenvolvimento das organizações. Entretanto, constata-se que essa sofisticação e essa satisfação não ocorrem, no que concerne ao esclarecimento e aprimoramento de tecnologias relativas às necessidades do ser humano, sendo este seu foco central.

Para Chanlat a adoção passiva do modelo das ciências exatas para compreender o homem torna-se incapaz de alguma contribuição efetiva para compreender o sentido que os indivíduos dão às suas vidas nas organizações. A aplicação de tal modelo reificou¹⁰⁵ o homem, relegando-o a um mero recurso humano, entre tantos outros recursos disponíveis para a empresa, extraindo dos seres humanos o devido lugar e espaço que lhes pertence.

Para avançar numa compreensão objetiva das relações interpessoais nas empresas é preciso uma nova antropologia para as organizações, o que significa dizer que, sem essa condição de possibilidade não será possível se estabelecer um processo de intervenção com controle de resultados no processo de gestão das organizações, considerando como foco

¹⁰⁵ Segundo o dicionário Houaiss: Reificação, na rubrica filosófica é “segundo Georg Lukács (1885-1971), alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx (1818-1883), processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado. Obs.: cf. *alienação*”. Segundo Blackburn: “reificar é tratar como coisa” (1997, p.340).

central, o indivíduo que dela pertence e que ela constitui. Para tanto, Chanlat atenta que é necessário compreender o sujeito quanto ao seu desejo frente às atividades profissionais e a função destes no seu ser. Para alcançar tal objetivo vale-se das ciências humanas apontando que a dificuldade maior desta opção consiste em não cair na armadilha da “justaposição de disciplinas”, que contribuiu para acentuar a impressão de confusão, já que os recursos humanos, a psicologia organizacional, enfim, dentre outras áreas é um conjunto de remendos de tantas disciplinas e perspectivas distintas, das quais as organizações se valem desarticuladamente, portanto, fragmentariamente, buscando a resolução de impasses de forma isolada.

Esta realidade vem do desdobramento do processo sócio-histórico, partindo da revolução industrial, passando pelas teorias de Taylor e Ford, que ainda em pleno século XXI não foram ultrapassadas. Uma perspectiva que pretende reunir produtividade ao lucro do capitalismo, ainda sustentada numa burocratização e centralização de poder que visa o lucro como fim, torna praticamente impossível que seja estabelecido um lugar para uma nova antropologia das organizações.

Este sistema resulta no homem reificado, esquecido no conjunto da sua complexidade, reduzido a comportamentos condicionados, e por outro lado, exigindo-lhe todo um comprometimento a partir de satisfações essenciais.

Neste aspecto remete-se a Maslow¹⁰⁶, para esclarecer que sua perspectiva é a mesma que está na base de todo o processo do controle da qualidade. Esta perspectiva ao reduzir o homem ao comportamento, aquele que seria estimulado através de elogios, na era das confirmações, ou alterações salariais, estaria por assim dizer, com a condição necessária viabilizada para o seu comprometimento e o “vestir a camisa da empresa”.

¹⁰⁶ Apud Chiavenato: 2000, p. 393.

Daqui derivam os insucessos dos programas de qualidade total, que são traduzidos como sendo decorrentes da “desmotivação”.

A **desmotivação ou insatisfação** é sustentada na própria perspectiva capitalista, que levou os grandes estudiosos das ciências da administração a uma mera busca do controle da situação.

Considera-se a insatisfação um estado natural do ser humano. O ser humano fica satisfeito em situações momentâneas, retornando sempre ao seu estado natural que é a insatisfação. Se um ser humano convive com um grupo de pessoas que têm suas necessidades básicas atendidas ele desfrutará do estado de satisfação mais freqüentemente e o grupo de pessoas estará num 'estado de saúde mental' ou 'elevado moral'. (MASLOW apud CAMPOS, 1999, p. 151).

Chanlat critica: a “corrente ortodoxa”, isto é, a administração científica de Taylor, designada de cientificista que fragmentou o saber, e com isso a realidade, reduzindo o ser humano a mero recurso; critica também a concepção de um ser humano racional reagindo a estímulos externos; e, propõem uma nova antropologia que priorize não a eficiência e a produção; mas sim a dimensão do humano na organização.

Salienta-se aqui que Chanlat, assim como os autores que tratam da Gestão da Administração confundem saber com conhecimento, não ultrapassando o empírico para o científico. O mesmo vem ocorrendo com a chamada Gestão do Conhecimento.

Para o desenvolvimento desta nova antropologia seria necessário valer-se de outras disciplinas que dariam conta de modo interdisciplinar das diversas perspectivas desse fenômeno e que, por desdobramento, originaria uma nova concepção de antropologia para a compreensão do homem nas organizações. Para que isso fosse possível seria necessário um trabalho em equipe entre diversas áreas para tratar do mesmo fenômeno.

Para o autor, com a corrente ortodoxa o homem ficou recortado em visões da psicologia, sociologia, etc., entretanto o homem é um ser complexo, mas totalizado, cujos

recortes e abstrações¹⁰⁷, estão inevitavelmente entrelaçados. A absolutização de qualquer perspectiva, como a ideológica, ou mesmo a psicológica, por exemplo, não tem função, na medida em que não vai levar o esclarecimento do indivíduo na sua totalidade. É no conjunto dos seus diferentes perfis que se formalizaria uma antropologia para as organizações, o que deveria concomitantemente acontecer, com o conjunto das disciplinas necessárias para a compreensão dos processos de relação dos homens nas organizações.

Nesta perspectiva qualquer tentativa de investigação ou intervenção puramente disciplinar para resolver um problema organizacional que é interdisciplinar por natureza, não teria função na resolução das não-conformidades encontradas nas relações entre os indivíduos nas organizações, de acordo com a visão de Chanlat.

Skinner¹⁰⁸ é criticado por Chanlat quando situa que o homem não tem como ser reduzido a um organismo submetido a um bombardeio de estímulos. Por outro lado, Chanlat traz a psicanálise para fundamentar que o homem é um ser com desejos, pulsões e relações. Concomitantemente, recorre aos conceitos dos mecanismos de defesa, utilizados pela psicanálise.

Chanlat ressalta a função das relações como fundamental na constituição do ser humano. Assim o ser humano aparece com seu contexto interno e externo racional e irracional, exercendo um papel fundamental para o comportamento humano, na medida em que a vida psíquica (a vida como é vivenciada, independente do mundo objetivo)

¹⁰⁷ Análise em separado, parte de um todo que não existe sem a parte abstraída, e não no sentido metafísico de imaterial.

¹⁰⁸ **Burrhus Frederic Skinner, (1904-1990)** nascido em 1904 nos EUA, doutorou-se em Psicologia pela Universidade de Harvard, em 1931, tendo, desde cedo, no seu percurso acadêmico e científico, abraçado uma perspectiva behaviorista. Considerando-se um discípulo condicionado por um conjunto de recompensas. O conceito de recompensa ("reward") desempenha, aliás, um papel fundamental na teoria behaviorista de Skinner e é um dos seus principais legados acadêmicos. Skinner foi um cientista e professor brilhante, constituindo-se como um dos mais importantes nomes da história do behaviorismo, influenciando fortemente o rumo desta área do conhecimento. Defensor acérrimo das pesquisas controladas sobre as respostas comportamentais dos animais aos estímulos do meio, como forma privilegiada de conhecer mais sobre o ser humano.

Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/esam/PsicVirtual/Psicologos/Skinner.HTM>

transformaria a vida real (a realidade material, abstraída de qualquer subjetividade) e, desconsiderar esta realidade, é submeter-se a uma visão limitada do ser humano.

Ao colocar o conceito de “vida psíquica” e “vida real”, Chanlat resgata o maniqueísmo histórico, distinguindo a vida psíquica da vida real, ressurgindo assim a concepção dualista de corpo e mente, sendo a mente essa subjetividade transcendental que nos determina. Novamente se constata as bases de uma racionalidade movida pelo mito da razão.

O que se constata efetivamente em Chanlat é que ele está procurando um modo de compreender o ser humano, considerando a sua singularidade sem descartar o contexto material no qual está inserido, portanto no tempo e no espaço, sendo um indivíduo que se faz profissional dentro do seu espaço de trabalho, entretanto nunca deixando de ser também o filho, o pai, irmão, marido, esposa, etc. Deste modo ele destaca o homem no seu conjunto dos seus perfis e a função destes, uns nos outros, ou seja, na totalidade do ser do homem.

(...) este ser genérico se encarna sempre em um ser concreto: meio mulher, adulto ou criança, pai ou marido, professor ou executivo ou operário camponês, africano ou ocidental. É esta existência singular do indivíduo no mundo que lhe confere sua especificidade. Ou seja, esse homem abstrato existe enquanto representação e categoria intelectual, em troca ele aparece sempre na realidade quotidiana de uma forma concreta particular, numa situação de fato. Toda pessoa tem assim ao mesmo tempo o genérico e o específico. Os fenômenos que se estudam refletem sem sombra de dúvida estas duas ordens da realidade. O estudo do fato humano nas organizações, não pode, portanto, abstrair-se desta dupla dependência. (CHANLAT, 1996, p. 28).

Expressamente Chanlat está buscando a ruptura com uma perspectiva que reduz o homem a um plano de criação material, no qual o homem é convertido numa massa de substância amorfa e manipulável, contudo sendo o homem um ser, sobretudo movido pelo desejo, portanto pelo futuro, não há como compreendê-lo se o restringirmos ao seu perfil profissional, tanto quanto se restringirmos nossa compreensão a um homem como sendo independente do seu contexto efetivo.

Em sua obra, Chanlat conta com a colaboração de Manfred R. R. Kets de Vries para a compreensão do fenômeno da inveja, tendo-a como um dos fatores de motivação nas gestões de administração. (in CHANLAT, 1993).

Vries chama a atenção para a importância da motivação, conceito este que ainda não se constitui numa definição¹⁰⁹ historicamente buscada, através de diversas teorias, mas que infelizmente ainda não nos dão uma conceituação universal e inequívoca, esclarecendo então as condições de possibilidade que levam as pessoas a agirem de forma engajada na organização. Entretanto, sabemos que esta busca tem um objetivo muito claro ao fim, compreender como é possível fazer com que os funcionários comprometam-se com a organização de modo a aumentar sua produtividade.

Este autor salienta que muitas das teorias se sustentam em hipóteses ingênuas e até místicas quanto à natureza humana, sendo a desconsideração da inveja um fator de grande peso na impossibilidade histórica até hoje do esclarecimento da motivação. Para tanto busca uma perspectiva clínica remetendo-se ao interior do indivíduo.

Vries cita o sociólogo Helmut Shoek (1969:1) “a inveja é uma força que se situa no coração do homem como ser social e que se manifesta assim que dois indivíduos estão em condições de estabelecer uma comparação recíproca”. (apud CHANLAT, 1993, p. 70).

Utiliza também que o antropólogo Foster (1972, p. 165) qualifica a inveja “de emoção particularmente perigosa e destrutiva porque supõe hostilidade, a qual conduz à agressão e à violência capazes de destruir sociedades inteiras”. (Idem p. 71).

Compreende a inveja como um mecanismo de defesa, uma emoção, algo desconfortável para o indivíduo que a sofre, por ser socialmente inadequado. Podendo ser considerada como um aspecto fundamental quanto aos processos fisiológicos e psicológicos

¹⁰⁹ Em ciência ao investigar o fenômeno este se dá com sua definição, ou seja, com sua essência. Entretanto para a possibilidade da ciência e seu avanço, faz-se necessário definir conceitos aos acontecimentos e processo, sejam eles humanos, físicos, isto é, de qualquer disciplina científica, para que haja a segurança de que todos estejam falando dado mesmo fenômeno. Portanto definição e conceito são atributos radicalmente diferentes.

do comportamento, sendo voluntários e involuntários, estados da alma e do pensamento.

Resgata a origem latina da palavra inveja que indica um olhar de forma maliciosa.

Utiliza-se de bases psicanalíticas para compreender a ocorrência da inveja, sustentando em aspectos morais, e chegando inclusive a identificá-la desde as histórias bíblicas, resgatando ainda o fato de ser um pecado capital. Mostra as formas de reações frente à inveja, como a idealização, a retirada, a desvalorização, negação, como formas de ‘auto enganar-se’ ao sentimento de inveja, entretanto nenhuma delas leva à superação. Mais superficialmente levanta a questão da inveja tratar-se ou não de um mecanismo de defesa.

Como alternativas para este problema indica algumas formas mais construtivas de lidar com o sentimento da inveja, como, por exemplo, ganhar a estimulação para ir a busca daquilo que despertou a inveja, convertendo-o num valor para sua própria evolução; sendo também a inveja uma forma de vingança, um modo de provar aquilo que somos capazes levando então a um esforço e empenho maiores para alcançar o resultado invejado. Alternativas desse tipo levariam então a um aspecto positivo motivacional de enfrentar tal sentimento negativo que é a inveja.

Nesse aspecto pode-se inferir que toda a compreensão deste autor no que se refere à inveja está sustentada numa perspectiva moral, portanto, subjetiva, sendo esta inconveniente por funções meramente sociais, o que não corresponde ao esclarecimento científico desta ocorrência, nem mesmo, portanto, de sua função no fato motivacional.

Chanlat (1993) busca também a contribuição de Christophe Dejours quanto a uma nova visão do sofrimento humano nas organizações, sendo que um dos objetivos de Dejours é mensurar o paradoxo dos objetivos de produção, o que é, para uma visão externa à organização, a promessa de felicidade, quando para a interioridade é sinônimo de infelicidade. Porém salientando ainda que o trabalho pode ser não só motivo de infelicidade, como também

de viabilização e prazer. É dentro deste horizonte que o autor propõe a utilização desta nova disciplina emergente, designada “psicopatologia do trabalho”.

Faz-se aqui uma ressalva quanto a Psicopatologia do Trabalho, que, pelo próprio nome, indica a intervenção em situações psicopatológicas dentro da organização. Essa concepção contrabandeia a psicologia clínica para um trabalho de assessoria de Psicologia Organizacional que deve identificar os problemas que estão ocorrendo nas organizações e a partir da definição do problema, fazer a compreensão de suas condições de possibilidade, identificando as variáveis presentes e possibilitando a elaboração de um plano de intervenção.

Indicando ainda a distinção entre sofrimento criativo, aquele que é o modo encontrado pelo indivíduo que dele padece e que configura assim uma boa solução tanto para a organização quanto para o indivíduo singular. Já o sofrimento patogênico seria aquele cujo movimento do sofredor traz ainda desdobramentos piores para ele, bem como para a organização a fins de produção. Buscando inclusive elucidar o que leva o indivíduo a um movimento ou outro.

Dejours (in: CHANLAT, 1993) ressalta a dimensão temporal na exata medida em que o sofrimento não alcança o indivíduo num só aspecto, como o trabalho, mas que o ultrapassa, pois há sempre uma história singular de cada indivíduo, implicando os aspectos que escapam ao espaço da empresa. Faz ainda críticas às reduções e determinismos fisiológicos da psicopatologia, na medida em que alcança somente o aspecto orgânico, por não contemplar a vivência da pessoa frente a situação. Afirma ainda que este desenvolvimento foi possível a partir dos preceitos iniciais históricos, porém alcançando agora uma reviravolta neste caminho colocando em xeque o que seria a normalidade. A partir desse posicionamento, a busca direciona-se não mais para as doenças mentais, mas para as alternativas encontradas pelos trabalhadores em lidar com situações profissionais.

O trabalho, a partir do conceito de equilíbrio psíquico, utilizado por Dejours, está ameaçado conforme o resultado da luta empreendida por cada funcionário em ultrapassar seu sofrimento. Considerando então uma das coisas que colocam esse equilíbrio em instabilidade, as pressões do próprio trabalho, organização do próprio espaço físico, enfim, a atmosfera profissional. Atentando então para o fato de que são desenvolvidos mecanismos de defesa tanto individual frente a isso, bem como mecanismos de defesa coletiva, e identificações ideológicas coletivas também no espaço organizacional. Quanto às defesas individuais o autor as situa claramente classificadas pela psicanálise.

Do confronto entre a organização da personalidade e a organização do trabalho ressalta o aspecto de convergência entre o imaginário, sendo este produzido pela pessoa em consequência das ocorrências, e o efetivo registro da realidade das ocorrências. Também a convergência entre o registro da ocorrência no conjunto da personalidade, bem como o registro restrito ao contexto material e às relações de trabalho.

À luz da psicanálise apreende então o embasamento teórico definindo os registros fundamentais de estabilidade da personalidade como aprendidos na infância marcados pelas relações da criança com seus progenitores cujas cristalizações vão constituir, ao estabilizarem-se, o EU adulto. Sendo assim, na medida em que a criança vai ou não encontrando formas de lidar e contornar as suas dificuldades é que se estabelece uma fragilidade ou vulnerabilidade emocional. Sendo estes posteriormente, de forma inevitável, inseridos no processo das relações do adulto com seu trabalho, bem como em todas as outras relações que estabelece.

O trabalho oferece-lhe de alguma maneira uma ocasião suplementar de perseguir seu questionamento interior e de traçar sua história. Pela intermediação do trabalho, o sujeito engaja-se nas relações sociais, para onde ele transfere as questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva. A ressonância simbólica aparece então como uma condição necessária para a articulação bem-sucedida da dicotomia singular com a sincronia coletiva. Esse ponto é essencial, porque em relação à produção e à qualidade do trabalho, a ressonância simbólica permite fazer o trabalho beneficiar-se da força extraordinária que é a mobilização dos processos

psíquicos nascidos do inconsciente confere. A ressonância simbólica é, por assim dizer, uma condição da reconciliação entre o inconsciente e os objetivos da produção. (DEJOURS in CHANLAT, 1993, p. 157).

Ao compreender que o indivíduo transfere elementos da sua cristalização psíquica registrada na infância e através de uma ressonância simbólica, sendo esta uma conciliação entre o inconsciente e os objetivos da produção, está valendo-se expressamente de uma psicologia racionalista, portanto cuja base antropológica é também racionalista, concedendo que se poderia, por exemplo, haver uma conciliação do sujeito através de seu inconsciente sem que isso passasse por ele, de forma consciente.

É para apreender o que se passa entre ele e seu paciente que Freud forja uma teoria: para dotar-se dos instrumentos de que necessita. Diz ele: 'Sem as especulações da metapsicologia, não daríamos mais nenhum passo adiante'. É ao elaborar uma teoria que ele próprio situa como sendo da ordem da ficção, que Freud descobre em seu trabalho clínico o seguinte: que é a transferência que é a resistência. É para ele uma descoberta à qual se acrescenta uma outra: 'a resistência é o pai'. (MANNONI, 1986, p. 37).

Deste modo as pessoas seriam então marionetes de seu próprio inconsciente, e por conseqüência, a psicologia não tem nada a fazer, posto que, qualquer psicólogo ao intervir estaria também indiscutivelmente remetido para as suas cristalizações na infância e quando nas suas intervenções nas relações profissionais também estaria submetido à mecanismos do seu próprio inconsciente.

Dejours ressalta que "O problema psicopatológico essencial vem das pressões psíquicas que a separação taylorista entre trabalho e concepção de trabalho de execução ocasiona (Taylor, 1957)". (DEJOURS in CHANLAT, 1996, p. 161).

Este autor critica as conseqüências desta divisão, fragmentando corpo e o pensamento, deixando o indivíduo à mercê de uma ação externa sendo dirigido ao controle simplesmente dos comportamentos. A perspectiva taylorista tirou do homem inclusive o direito do pensamento espontâneo gerando inevitavelmente um 'torpor psíquico, uma inércia', chegando a um estado semelhante a um amortecimento psicológico. Sendo regularmente encontrado

associado a doenças crônicas sintomáticas bem como a cronificação de doenças agudas anteriores. Deste modo, todo esse processo comprometedor psicológico pode objetivar-se numa doença dramática. Aqui o autor remete a uma doença de ordem anátomo-fisiológica que poderia ser proveniente de todo um quadro de pressão psicológica a que estaria submetido o funcionário. Porém sua compreensão traz subjacente a compreensão de doenças psicossomáticas. Isto é, doenças da ‘mente’, convertidas em ‘doenças do corpo’.

Porém, o objetivo do autor quanto à questão do sofrimento psíquico no trabalho está efetivamente no destaque da implicação da perspectiva de Taylor, não só em termos de doenças mentais e orgânicas, mas também abrangendo outros aspectos da vida e de cada indivíduo submetido a este sistema de gestão. Enfatizando a ligação expressa entre subjetividade e produtividade, facilmente reconhecida a partir desses elementos de base teórica expostos até o presente momento.

Dejours atenta para as pressões impostas pelo ambiente de trabalho, que inevitavelmente alcançam a condição emocional do indivíduo, comprometendo assim as relações de trabalho no que concerne à cooperação e solidariedade necessárias para o trabalho em equipe. Por desdobramento destas constatações ressalta a responsabilidade da organização também na instauração de um ambiente que impele as pessoas ao sofrimento.

Encontramos nas bases da psicopatologia do trabalho claramente as bases da psicanálise, por onde a psicologia tentou ultrapassar a redução à objetividade realizada pelo behaviorismo, e pela perspectiva clássica taylorista, buscando então a análise da subjetividade nas bases psicanalíticas, hoje em dia bastante utilizadas pelas vertentes da análise transacional.

Infelizmente Dejours, na tentativa de ultrapassar um paradoxo colocado quanto aos objetivos estabelecidos pela empresa no que concerne à produtividade que a leva ao sucesso, tendo, por outro lado, o aspecto do engajamento e comprometimento dos colaboradores, traz

em contrapartida a inviabilização daqueles colaboradores que a eles estão submetidos. Porém, justamente ao buscar as bases psicanalíticas, tentando compreender o indivíduo na sua singularidade, remetendo-se, inclusive, a uma perspectiva clínica de intervenção, por outro lado, coloca a implicação indescartável da organização do trabalho, das funções, das normas e das exigências da organização frente aos seus colaboradores como cerne do impedimento da superação de um ciclo vicioso que não viabiliza organização nem mesmo indivíduo, instaurando assim uma contradição insuperável.

Contudo, tal contradição não tem nada de diferente da contradição com que se debate a psicologia no seu caminho histórico, alcançando também as outras disciplinas da área de humanas, na medida em que estão amarradas e impotentes para superar um dualismo posto desde de a Grécia antiga, reproduzido expressamente por Descartes, quanto aos dois absolutos de objetividade e subjetividade como excludentes, traduzindo-se num maniqueísmo expresso.

Ao considerar os aspectos presentes na organização, na sua estruturação, na materialidade, que constituem a atmosfera na qual o funcionário está inserido na maior parte do seu dia, incorre em contradição ao esclarecer o comportamento humano conforme seus registros inconscientes na infância, norteados pela ação do inconsciente, que o complica nas suas relações de trabalho. Pois, se assim o for, como poderia indicar a materialidade imposta ao sujeito no seu espaço profissional, as regras, as definições formais, a dinâmica informal, como produtora de uma perturbação psíquica? Se tudo estaria dado anteriormente e, assim, determinado, os aspectos ambientais seriam meros desencadeadores de sintomas e patologias, tais como quaisquer outros, em qualquer outra esfera da vida do sujeito. Deste modo, o empregado que vai para sua casa para lidar com seu filho, encontrará lá também os ditos ativadores da sua perturbação, cuja função não diz respeito em nada ao que o filho faz, por exemplo, mas sim aos seus registros internos cristalizados na sua fase de desenvolvimento infantil.

Outro autor com quem Chanlat busca a articulação quanto a psicologia é Nicole Aubert, trazendo sua compreensão de “Neurose Profissional”, que, dentre uma série de definições já estabelecidas, propõe o conceito de neurose profissional como:

Um estado de desorganização persistente da personalidade, com a conseqüente instalação de uma patologia, vinculada a uma situação profissional ou organizacional determinada. Nesse sentido, a neurose profissional é uma das conseqüências possíveis do stress profissional. (...) O stress profissional seria o processo de perturbação engendrada no indivíduo pela mobilização excessiva de sua energia de adaptação para o enfrentamento das solicitações de seu meio ambiente profissional, solicitações estas que ultrapassam as capacidades atuais, físicas ou psíquicas deste indivíduo. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 165).

Deste modo, então, propõe a utilização do stress profissional para uma perturbação proveniente do período de adaptação a um novo cargo ou função, ou mesmo um novo emprego, e que pode, digamos assim, facilmente ser superado. Já a neurose profissional implicaria num quadro neurótico, uma perturbação na personalidade que seria anterior, já que engendrada, arraigada com impasses na infância.

Alguns autores chamam atenção para o fato de que o que se está denominando neurose profissional seria, na verdade, uma psiconeurose desencadeada por uma situação do trabalho. Não caracterizaria a instalação de uma complicação por razão objetiva com o trabalho.

Um outro conceito utilizado, também, é o de astenia reacional do trabalho que implicaria “a associação, como no caso da neurose traumática, de um traumatismo e de um conflito”. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 166). Diferenciando-se do anterior na medida em que o traumatismo seria “menor, crônico, repetitivo, ininterrupto”, um traumatismo físico, como por ventura o barulho excessivo, posturas incorretas, movimentos repetitivos e dolorosos, trabalho no computador, etc.

Entretanto, Aubert definiu realmente manter o termo neurose profissional por entender que ele abarca a maior complexidade. Deste modo este termo poderia ser utilizado tanto em situações cuja complicação não seja necessariamente remetida a fatos da infância e, podendo, então, ser realmente desenvolvida a partir de situações profissionais, contudo, por outro lado,

seria também não restritiva a função do indivíduo na organização, mas a um aspecto particular desta, que exige psiquicamente do indivíduo algo ao qual ele não pode corresponder.

Designamos por neurose profissional uma afecção psicogênica persistente na qual os sintomas são a expressão simbólica de um conflito psíquico no qual o desenvolvimento está ligado a uma situação organizacional ou profissional determinada. Este conflito pode encontrar sua origem na própria situação profissional, sem remeter particularmente a um conflito infantil, e propomos, neste caso, o conceito de neurose profissional atual. Ele pode, igualmente, encontrar suas raízes na história infantil do indivíduo, e não ser, senão, uma reatualização, pela situação profissional de um conflito psíquico infantil. dito de outra forma, se nos encontramos em presença de um conflito psíquico, ligado a uma situação profissional ou organizacional precisa, esta última pode ser a fonte direta do conflito, do que os sintomas neuróticos são a expressão, ou ser, apenas, uma ocasião de reatualização, de revivescência de um conflito anterior. Propomos, no segundo caso, o conceito de psiconeurose profissional para exprimir a idéia de que o indivíduo revive, através de uma situação organizacional ou profissional determinada, um conflito infantil, que a situação em questão é a causa desta revivescência. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 166-7).

A neurose traumática profissional implica em existir uma relação de semelhança entre acontecimentos exteriores com identidade que desencadeiam uma determinada sintomatologia tal qual a vivida no passado, o que é regularmente descrito nesse tipo de neurose.

É necessário ter presente que o conceito de psiconeurose é de Freud, em 1894. O conceito de neurose traumática foi criado por Oppenheimer, em 1882, para designar situações de complicações psicológicas relativas a acidentes em estradas de ferro. Posteriormente, este conceito foi retomado para designar as chamadas neuroses provenientes a toda situação de complicação psicológica gerada pela atmosfera de guerra daqueles que estiveram em combate.

Este conceito é interessante naquilo que, entre os diferentes tipos de neurose distribuídos por Freud (neurose atual, mantida por um conflito impulsional 'atual'; psiconeurose, remetendo a um conflito infantil e neurose traumática), neurose traumática é a única que depende de um determinismo exterior: trata-se da irrupção de um acontecimento vindo de fora perturbando uma personalidade sã. (AUBERT in CHANLAT, 1993, p. 168).

A utilização de conceitos construídos por Freud, tais como psiconeurose e de conceitos criados e utilizados por outros autores que tiveram acesso ao conhecimento

produzido no final do século XIX, início do século XX, portanto, num momento histórico em que a ciência ainda não estava no seu auge, fundamentalmente no que se refere às áreas de humanas, é extremamente comprometedor quando falamos do século XXI, pois justamente no conceito e designação de neurose traumática evidencia-se o aprisionamento numa perspectiva racionalista, cartesiana, na qual tudo é remetido ao interior do indivíduo, a personalidade seria um processo psicológico que ocorre dentro de sua cabeça.

Recorrer a esta psicologia é justamente inviabilizar o objetivo central de Chanlat na medida em que este busca esclarecer e resgatar o fator do humano nas organizações. Como seria possível tal feito, através de uma psicologia e uma antropologia que remete todas as complicações enfrentadas pelo homem como processos ocorrendo dentro de sua mente? Como compatibilizar a visão de Chanlat na busca do resgate do homem como um ser inteiro, num conjunto de perfis, e, ao defender esta necessidade está defendendo o trabalhador, profissional, pai, filho, marido, irmão, um ser que seria singular e universal, portanto, inserido dentro de um universo de outros seres humanos, inseridos também na sua contingência material, profissional em que tem suas contas a pagar no fim do mês, tendo que lidar com os colegas no trabalho, reagindo a estes colegas, confrontando-se com um dado sistema de gestão, com exigências de produção e eficiência, com um mercado de trabalho ameaçador, com risco de sua substituição, se ele seria na verdade um ser que independe deste contexto?

Justamente por onde busca a saída Aubert encontra seu ponto de partida quanto ao problema que se propõe a superar. Buscar esta solução numa perspectiva racionalista da psicologia, da antropologia, e da ontologia, é condenar-se a ficar preso nesse círculo vicioso. Exatamente, assim, remete-se o mundo, a realidade objetiva, para dentro da cabeça dos homens, deixando então a realidade à mercê das interpretações de um sujeito. Fica-se, assim, tal qual a dialética platônica andando em círculos, um caminho sem saída, e justamente este caminho é que leva à complicação do ser humano, limitando suas

possibilidades de crescimento, amadurecimento, e superação das suas efetivas dificuldades. Deste modo, muitos autores até mesmo sem se dar conta, transformaram a realidade material e objetiva numa psicopatologia, remetendo, desta forma, tudo ao infinito, e a impossibilidade, portanto, de uma elucidação efetiva dos fenômenos humanos.

A racionalidade que recorta os acontecimentos em termos de causa e efeito é uma racionalidade metafísica e determinista que ignora a implicação com uma materialidade específica e efetiva. Fica, inclusive, contraditório no que concerne ao que levou Chanlat a buscar Laing quanto ao conceito de “alteridade”.

A evolução teórica metodológica mais significativa da psiquiatria nas últimas duas décadas é, em minha opinião, a crescente insatisfação com qualquer teoria ou estudo do indivíduo que o isole do seu contexto. De diferentes ângulos fizeram-se esforços para remediar esta posição. Nota-se, contudo, que existem imensos obstáculos. Um esquema pode fragmentar falsamente a realidade. Há uma distinção entre fragmentação que violenta a realidade pessoal, e uma legítima análise de um dos aspectos isolados da situação. Não se deseja separar <mente> e <corpo>, <psíquico> e <físico>. Não se deve tratar as <pessoas> como <animais> ou <coisas>, mas seria tolice tentar arrancar o homem do seu relacionamento com outras criaturas e da matéria que é sua matiz.. (LAING, 1986, p. 77).

Se, inevitavelmente, precisa-se de um outro para se tornar o sujeito singular que cada um é e só se pode ser o ser que se é, na medida em que se passa pelo confronto com um outro, como seria possível então uma psicopatologia sem que haja esta implicação com o contexto de relações no qual o indivíduo está inserido?

Aubert aponta, ainda, o fato de que muita polêmica tem vindo em torno do conceito de “neurose traumática”, justamente na direção de questionar quanto a possibilidade de ser, efetivamente, gerado por um acontecimento como se, na verdade um determinado acontecimento seria simplesmente aquele que desencadearia uma neurose já estabelecida de forma latente. Como um tipo de neurose silenciosa.

A própria teoria psicanalítica não esclarece como é possível uma psicopatologia, quais as variáveis que constituem este fenômeno no seu conjunto, as articulações de funções destas variáveis, o que está na base e o que se acresceu posteriormente como potencializador da

complicação, através do contexto material. Como essa complicação se engendrou, o que a desencadeou e o que a desencadeia. Deste modo, fica impossível então elucidar uma complicação já na psicologia, bem como então ainda essa finalidade seria algo totalmente nulo já que seria uma psicologia da imanência, isto é, uma psicologia remetida à subjetividade e diluída nesta subjetividade, de modo tal que seria passível de esclarecimento sempre, conforme ele, condicionada a um indivíduo singular e suas interpretações.

Aubert assinala a distinção entre stress e carga psíquica, segundo definição de Dejours, colocando o stress como um componente possivelmente presente, sem que haja necessariamente um comprometimento do quadro psicológico. A carga psíquica seria o esforço do trabalhador em equilibrar a sua afetação frente ao stress no trabalho. Esta carga psíquica seria desdobramento da impossibilidade de adaptação frente às exigências no contexto organizacional.

Ao mesmo tempo em que o autor recorre à psicanálise para esclarecer o problema da subjetividade, fazendo remissão ao infinito, trabalha com uma subjetividade descolada da objetividade, uma subjetividade assentada num inconsciente, portanto nunca plenamente alcançável. Sempre algo que leva o homem, o comanda, impedindo-o o tempo todo de ser sujeito de seu próprio ser, por outro lado quando vai esclarecer situações de stress não desconsidera e constata inequivocamente a função da relação do profissional com os colegas de trabalho, com o mercado de trabalho, com as contingências postas dentro do espaço ou no ambiente organizacional.

Ora, se está trabalhando com dois pólos a objetividade e a subjetividade, e claramente na exposição de Dejours cada pólo é tomado isoladamente num determinado momento. Deste modo deixa expresso que não dispõe de teoria nem mesmo metodologia para identificar como considerar esses dois absolutos, assim expressamente esbarrando

no impasse clássico de como fazer ciência no aspecto humano, ou da impossibilidade de ciência nas áreas das disciplinas humanas.

Aqui, referencia-se, Castro no que se refere a demarcação do objeto da psicologia e à antropologia que sustenta essa psicologia:

Portanto, a questão da definição da essência do objeto da Psicologia, nos conduz à “necessidade ontológica” deste objeto possuir uma “consciência de ser própria”, ou seja, que seu ser não seja um “esse est percipi” à moda do idealismo de Berkeley ou Husserl, de tal forma que afirme, ao mesmo tempo, a irreduzível singularidade dos fenômenos psíquicos, mas também suas condições essenciais, ou melhor, o que os fazem ser efetivamente fenômenos psíquicos e não acontecimentos de outra ordem (fisiológicos, orgânicos ou puramente sociais). Sem considerar e equacionar o problema ontológico, de forma que se garanta a realidade dos fenômenos psicológicos para além de um idealismo da linguagem, da representação ou das puras interações simbólicas, a ciência psicológica não responde a uma das principais exigências que o materialismo histórico lhe faz.

No que concerne ao aspecto antropológico, Castro complementa:

Se um dos grandes tropeços do conhecimento psicológico tem sido admitir uma “vida interior” e buscar fazer desta, a matéria de seu trabalho ou, ao contrário, negar a existência de qualquer ordem psíquica singular como sendo ranços metafísicos ou individualistas, isto expressa uma indefinição de base com relação ao que seja o “ser humano”. É, portanto, uma carência antropológica que surge aí como estando na base desses desvios. Assumir uma ‘vida interior’ ou ‘mental’, é partir de uma definição de homem que remete, no mínimo, a Descartes com seu *cogito ergo sum*. Ao mesmo tempo, reduzir os acontecimentos humanos à raízes fisiológicas é ignorar totalmente a essência social e histórica do ser humano, e, desconhecer como se objetiva um homem, de forma a este ser irreduzível a um animal comum ou a alguma desordem puramente orgânica ou fisiológica. **O problema antropológico se manifesta, ainda, quando encontramos no conhecimento psicológico, o abismo subjetividade – objetividade, indivíduo- coletivo ou ainda o dualismo mente – corpo:** pois, à medida que o homem é concebido dentro do paralelismo “subjetividade” (definida como representações internas, pura linguagem, conteúdos mentais, etc), “objetividade” (definida pelas manifestações fisiológicas, comportamentalistas, ou puramente sociais) o fenômeno humano, sem sua base antropológica, fica cindido, repartido em pedaços. E, caso estes pólos (subjetividade e objetividade) não sejam unificados numa compreensão sintética da realidade humana, que nos remete ao conceito de práxis, esta se torna incompreensível, o homem concreto fica perdido, e a demarcação dos fenômenos psíquicos repleta de distorções. (CASTRO, 2001, p. 177 – grifo nosso).

Chanlat equivoca-se, portanto, quando busca compreender a subjetividade humana valendo-se da psicanálise, pois, com isso, está se valendo à antropologia subjacente a esta

disciplina, sem a qual a mesma não teria sustentação. É esta antropologia vigente que está na base da civilização ocidental, remetida à razão, portanto, racionalista e sem amparo à realidade, recorre sempre ao infinito, através de um discurso sem ancoragem na materialidade histórica. Já há uma antropologia construída e posta quando sustentamos qualquer esclarecimento numa teoria da psicologia na psicanálise.

(...) Por sinal, a psicanálise não é uma ciência, na melhor das hipóteses, é um processo médico, e talvez se aproxime mais do curandeirismo. Ela tem uma teoria sobre a causa da doença – vários ‘espíritos’ diferentes, etc. O curandeiro tem uma teoria que uma doença tipo a malária é causada por um espírito que aparece no ar; ela não é curada agitando-se uma cobra sobre o paciente, mas o quinino pode ajudar. Assim, se você estiver doente, eu recomendaria que procurasse um curandeiro, pois trata-se do homem na tribo que conhece melhor a doença; por outro lado seu conhecimento não é ciência. A psicanálise não foi verificada cuidadosamente pela experiência e não há como obter uma lista do número de casos em que funciona, o número de casos em que não funciona etc. (FEYNMAN, 1999, p. 109).

Conforme o autor, quando se remete à necessidade de uma nova antropologia é necessário fazer menção que a sua construção teórica ainda está por ser realizada, ainda não estando estabelecida. Entretanto, simultaneamente faz-se uso de teorias para esclarecer os fenômenos psicológicos, cuja elucidação só é possível com uma base antropológica implícita.

Portanto, mesmo que busque novas antropologias, partir do que já está na base das disciplinas das quais se vale, trazer subjacente uma antropologia racionalista, que infelizmente é a mesma que cria as condições de possibilidade para as limitações da organização que pretende combater e ultrapassar, no que concerne a dimensão do humano. Com isso, ficou andando em círculos.

Seu propósito é buscar uma antropologia científica, que permita o esclarecimento do homem objetivado no tempo e no espaço, um ser singular com diversos perfis que deve ser compreendido como homem concreto num mundo na sua totalidade.

Um homem que implica num fenômeno a ser esclarecido, como qualquer outro, e que pode e deve ser esclarecido por diversas disciplinas, cada uma delas restrita à sua

especialidade, iluminando uma determinada região deste fenômeno e esclarecendo-a. Entretanto, não ressalta a necessidade e, mesmo, a condição *sine qua non* para que este processo ocorra, que é a noção efetiva de interdisciplinaridade, ou seja, ao fundo não compreende expressamente nos termos mais rigorosos o que é ciência, visto que, não considera a necessidade da troca entre as disciplinas, já que sua proposta de interdisciplinaridade pressupõe na base ‘o respeito às proposições da disciplina alheia’, mesmo que as constatações sejam incompatíveis, pois impossíveis de ocorrer. E, em seu discurso encontramos essa disposição, a aplicação proposta é a reunião de um grupo, cada um respeitando a perspectiva do outro, ou seja, a reativação do ecumenismo científico.

Segundo Jantsch & Bianchetti (...) “o trabalho interdisciplinar (...) se apresenta como uma necessidade imperativa pela simples razão de que a parte que isolamos ou arrancamos ‘do contexto originário real’ para poder ser explicada efetivamente, isto é, revelar no plano do pensamento e do conhecimento as determinações que assim a constituem, enquanto parte, tem que ser explicitada na integridade das características e qualidades da totalidade. É justamente no exercício de responder a esta necessidade que o trabalho interdisciplinar se apresenta como crucial, tanto na produção do conhecimento quanto nos processos educativos e de ensino”. (JANTSCH & BIANCHETTI, 1995, p. 33).

A interdisciplinaridade proposta por Chanlat caminha na direção contrária a que estamos imprimindo nessa pesquisa, pois acaba implicando num esclarecimento paralelo em cada uma das disciplinas, o que seria propriamente um enfoque multidisciplinar, que embora se proponha a cobrir o conjunto, acaba, também, mutilando o fenômeno na medida em que ele nunca é alcançado e esclarecido na sua totalidade, sem as devidas implicações de relação de função.

Enquanto a aplicação prática da interdisciplinaridade implica no esclarecimento da totalidade do fenômeno, sendo este construído a partir da constatação das diversas disciplinas em que implica. Por exemplo, uma disciplina, na região do fenômeno que ilumina e esclarece, não pode contradizer-se com outra disciplina, sob pena de que uma das duas não esteja de acordo com a ciência. A produção de conhecimento técnico disciplinar, justamente por ser

uma demarcação, um recorte do fenômeno, faz-se também dentro de um universal que é o fenômeno que é esclarecido no seu conjunto. Sendo assim, não existem contradições internas, por isso mesmo a ciência esclarece o fenômeno partindo dele próprio. Esse é o rigor e a garantia dada e obtida em cada disciplina científica, como condição para sua própria intervenção.¹¹⁰

A negação da subjetividade nos estudos desenvolvidos sobre o homem e nas ações dos gestores, bem como, nas teorias da administração que sustentam ao fundo tais ações, é que estas esvaziam o homem ao objetivá-lo como um conjunto de comportamentos, portanto destituído de sua singularidade psicofísica, a sua condição de sujeito, ao reduzi-lo a “um mero emaranhado fisiológico, receptor e reator de estímulos”. **Assim remonta-se novamente o maniqueísmo. Novamente, tem-se, de um lado, a absolutização da objetividade e, de outro, a absolutização da subjetividade como pólos excludentes.**

O que Chanlat acaba propondo é a inversão de uma racionalidade das áreas das humanas que esvazia e reifica o homem de um lado, para uma racionalidade remetida ao infinito, cuja realidade das coisas e das ocorrências poderia sempre ser outra porque depende daqueles que a encontram, por fim, a subjetividade é sempre algo inalcançável para a elucidação científica. Nos dois casos, não avançamos na compreensão do nosso fenômeno.

O autor não nega a subjetividade, pelo contrário, constata a necessidade de resgatá-la, entretanto, novamente como toda a filosofia e psicologia remetidas a este maniqueísmo e prisioneiras dele, perde a materialidade e inviabiliza o homem de ser um fenômeno complexo sim, tal qual um átomo, porém passível de ser compreendido, e esclarecido como tal.

Chanlat constata como todo ser humano é encontrado num determinado ponto do tempo e do espaço, portanto, como duas dimensões inseparáveis. Todo e qualquer ser humano, assim como toda e qualquer coletividade, tem diante de si um futuro que resulta de

¹¹⁰ BERTOLINO, [subsídios de aulas de 2004/I](#), ministradas no Núcleo Castor.

um processo histórico transcorrido. Sendo resultante de um processo histórico, este necessariamente, ocorreu num determinado local, com uma cultura presente nesta comunidade, que está circunscrita numa comunidade maior, com valores próprios intrínsecos de uma cultura vigente. Assim, o ser humano que encontramos na organização é um ser humano resultante de todo este complexo de variáveis sócio-históricas em cujo conjunto constituiu e forjou sua personalidade. Justamente por isso não podemos reduzi-lo a um simples recurso humano com necessidades fisiológicas e financeiras a serem supridas para motivá-lo trazendo como resultado uma maior produtividade, como também não há como reduzi-lo a uma “subjetividade imanente”.¹¹¹

A implicação dialética entre tempo e espaço que Chanlat identifica, quando um não ocorre sem o outro, objetivamente, um dependendo do outro, escapando a um maniqueísmo, ao absolutismo de um extremo, escapa a uma visão excludente e determinista. No entanto, na prática, sem nenhum privilégio, acaba retornando ao equívoco clássico do cartesianismo.

Infelizmente ainda se está tão prisioneiro desse racionalismo por se ter presente na cultura e, portanto, constitutivo do saber de ser desta época, visto que presente no contexto material no qual se esteve e ainda se está inserido desde o nascimento, a divisão do mundo em dois pólos excludentes, a matéria ou o espírito, o bem ou o mal, Deus e Diabo, equívoco esse superado no que concerne às ciências naturais, no entanto, incapaz de ser colocado e perseguido com igual rigor do método utilizado, na área das humanas.

A ruptura entre as áreas de humanas e naturais, esbarrou na impossibilidade de produzir um conhecimento científico, ausente da percepção¹¹² ou interpretação¹¹³ do indivíduo que o realiza, com um objeto demarcado, entre outros, inserido num determinado contexto, que tem sua subjetividade, porém encontrada objetivamente no mundo. Esta

¹¹¹ Termo para designar a compreensão de um ser que estaria no mundo independente da materialidade, lançado sobre si mesmo.

¹¹² Destaque à produção de conhecimento na Psicologia através da percepção, a captura da vivência.

¹¹³ A interpretação é a leitura subjetiva feita por um sujeito de um fenômeno com o qual se confronta, estando assim sustentada no sujeito e não nos componentes do próprio fenômeno.

compreensão dualista vem sendo sustentada desde Heráclito e Parmênides na Grécia antiga, passando por Descartes, Leibniz, Freud, Heidegger, Hegel e Merleau Ponty .

Mesmo havendo um esforço inicial em se viabilizar a produção de um conhecimento ou a intervenção de um fenômeno com a melhor das intenções, estaria infelizmente limitado pela própria concepção teórico-metodológica, de ultrapassar a condição da sustentação da compreensão do fenômeno em sua própria interpretação, portanto, na sua própria subjetividade.

Nessa perspectiva não há como estar seguro tecnicamente do encaminhamento da produção deste conhecimento ou intervenção dentro da real e efetiva possibilidade de superação do problema ou de um conhecimento rigoroso a respeito deste fenômeno, que como qualquer outro, é sempre singular - universal.

Esta impossibilidade de compreensão e da aplicação do método científico na área de humanas deve-se a concepção subliminar de uma antropologia racionalista ou idealista, que é imposta como saber da nossa época, e que se renova desde a idade clássica com Descartes. O discurso analítico vai na mesma direção, racionalidade esta incapaz de compreender o homem na sua complexidade.¹¹⁴

No rastreamento de toda história das gestões de empresas, identifica-se uma série de autores¹¹⁵ que se debateram em encontrar este caminho, construindo uma racionalidade teórica sustentada em um conjunto de conceitos abstratos, cuja amarração desemboca logicamente na superação do objetivo de esclarecer o homem na sua complexidade, porém racionalidade esta, sustentada na lógica e não na realidade concreta imposta pelo fenômeno.

¹¹⁴ BERTOLINO, subsídios de aulas de 1999/ I, ministradas no Núcleo Castor.

¹¹⁵ Só para citar alguns com destaque acadêmico: Fayol (1841-1925), fundador da Teoria Clássica e ainda dentro dela temos Gulick , Urwick;. Dentro da Teoria das Relações Humanas (com ênfase nas pessoas) temos Kurt Lewin trazendo a Psicologia Social. Na Teoria Comportamental da Administração temos Skinner, temos a teoria das necessidades de Maslow. Já dentro da abordagem contingencial, Skinner, Alfred Chandler Jr, Edgar Shein, James Thompson, Bertalanffy com a Teoria dos Sistemas (1947), na perspectiva da ‘Organizacional Learning’ temos Chrys Argyris & Donald Shon, entre tantos outros. (CHIAVENATO, 2000).

Entretanto, nenhum deles encontra sustentação empírica em termos de regularidades estatísticas, em face da sustentação científica da teoria que propõe, bem como, por consequência, não dispõe de metodologia para a sua aplicação.

Quando aponta a necessidade de ter presente esta questão do homem ser sujeito e objeto ao se tratar da área de humanas, não esclarece exatamente o que quer dizer com isso. Deve-se ter isto presente para quê? Qual seria o cuidado necessário? Claro que nos fica fácil identificar a que o autor se refere, à crítica geral da impossibilidade de se fazer ciência na área de humanas pelo fato do homem não dispor de distância técnica para tanto.

Na verdade, Chanlat e outros autores que compartilham desta visão historicamente, não dispõem de uma metodologia para esse “fazer científico” quando diz respeito ao humano.

A perspectiva que esteve presente até hoje foi exatamente esta, de caráter subjetiva e racionalista, que impediu a possibilidade de esclarecimento e resgate do indivíduo, e na sua totalidade, e, em qualquer uma das ditas disciplinas das áreas de humanas.

Dentro dessa perspectiva coloca-se a impossibilidade das áreas de humanas pelo fato do homem ser objeto e sujeito ao mesmo tempo.

Tudo começou pela constatação óbvia de que todo conhecimento e, portanto, a ciência acima dos outros, implica dois pólos: de um lado, o objeto da investigação e, de outro, o sujeito que a realiza. Mas Sartre soube ver também, que a relação entre esses dois elementos não podia ser resolvida satisfatoriamente com recurso último à lógica ou ao mito da razão, como sempre fizeram as ditas "*filosofias da ciência*". Por aí, acabamos dissolvendo o sujeito no objeto, para cair no realismo naturalista ou, então, ao extremo oposto, dissolvendo o objeto, por sua vez no sujeito, para desembocar no idealismo "espiritualista". Assim, vamos perder de vista o objeto de observação ou de intervenção e, por conseguinte à ciência, como acontece a todas as formas de "positivismos". A solução desse problema tão evidente, foi encontrada por Sartre na elaboração da "Ontologia Fenomenológica", onde se escapa ao racionalismo e, por aí, à Metafísica de uma vez por todas: concedendo-se, por fim, direito de cidadania à ciência, empossando-a no território que lhe pertence, queiramos ou não, por razões de fato e de direito. O caminho passou por uma revisão aprofundada da Fenomenologia de Husserl, de modo a livrá-la dos equívocos cometidos por seu fundador, colocando-a nos trilhos que ele sempre declarou procurar: "rumo às coisas mesmas". Husserl perdera o caminho da ciência, que sempre dissera buscar. Mas, Sartre soube encontrá-lo, uma vez que começou pela observação e pela descrição rigorosa do objeto, no seu "status" de indicativo de si mesmo. Foi por aí, que ele chegou à constatação desse par indissolúvel: por um lado, a

consciência que, mostrando-se dimensão transfenomênica do sujeito, não depende absolutamente do Eu ou da Personalidade para ocorrer, acontecer ou existir; e, por outro lado, a coisa ou o "En-soi" que, evidenciando-se dimensão transfenomênica do objeto, não mais se reduz a este, uma vez que não implica uma consciência à qual precise aparecer para se instalar ou definir-se no seu ser: tudo ao contrário do objeto, que não ocorre jamais sem a demarcação que lhe vem por uma "consciência-testemunho". Somente sobre essas bases ontológicas primeiras, e epistemológicas depois, é que foi e continua sendo possível estabelecer uma psicologia corretamente científica: onde se respeite a realidade factual da consciência em sua autonomia e, ao mesmo tempo, a realidade do mundo objetivo, em sua materialidade: sem dissolver um no outro, vale repetir. (BERTOLINO [et al.](#): 1995, p. 34 - 6 -CFP)

Ora, o pesquisador, como qualquer outro ser humano é psicofísico, é corpo e consciência, não tendo como escapar a regra de que interage no mundo e não tem como ser o mesmo, independente daquilo que vive. **Entretanto existe uma relação que é pessoal, e uma relação que é técnica.** Assim como o físico que estuda o átomo também é um ser que interage com o mundo, também interage com o mesmo espaço no qual encontra o átomo. Entretanto necessita de metodologia e ferramentas para que sua verificação científica não passe por uma avaliação equivocada dados os componentes presentes naquele contexto material de pesquisa e observação científica.

Deste mesmo modo, o homem quando produzindo ou intervindo na área de humanas está inserido no mundo tal qual o seu objeto de estudo, entretanto, necessitará de teoria e metodologia científicas para que sua verificação não seja comprometida por uma ausência de critérios científicos, elemento este que invalida qualquer verificação científica, seja na área de humanas ou naturais e exatas e, garanta então que as constatações produzidas a partir desta verificação sejam resultantes, porque sustentadas pelo próprio fenômeno, sendo o homem ali um dos recursos necessários para tal verificação, mas que dispensado, na medida em que está garantida no próprio fenômeno. Deste modo, constatações estas que sejam encontradas por qualquer outro observador que respeite as condições de produção científica. Além de tudo, é também relevante destacar que o homem só é seu próprio objeto quando está estudando a si próprio, ao alcançar um homem no mundo, um investigador está diante de um fenômeno no

qual ele se circunscreve universalmente, mas é outro do que ele, cuja posição de investigador e de objeto são apenas funções assumidas ou atribuídas a cada um deles no processo de produção científica.

Faz-se necessário destacar que o espaço conquistado pela psicologia e antropologia comportamental, que alcançou o homem como um conjunto complexo de reações a estímulos, ações essas objetivadas em comportamentos, não foi de graça. Esse espaço conquistado tem seus interesses subjacentes, tão bem expressos no filme “laranja mecânica”¹¹⁶ produzido há quase 40 anos atrás, de controle e manipulação das massas. Infelizmente trazendo como custo a ser pago inerente a ele a reificação do sujeito.

Por outro lado, as abordagens que trabalham com a base cartesiana, tal como a psicanálise que sustenta o inconsciente numa remissão ao infinito sustentada pela lógica, jamais escaparam dessa concepção subjetivista e, justamente por aí, impediram a possibilidade de ciência na área de humanas.

Pode-se inferir que o grande equívoco que prende Chanlat em sua proposta é a falta de um conhecimento efetivo do que é ciência. Ressalta a impossibilidade da ciência na área de humanas porque nesse plano o homem é sujeito / objeto de sua própria ciência.

"A grande diferença entre as ciências físico-químicas e as humanas reside justamente no fato de que nas últimas o ser humano é ao mesmo tempo objeto e sujeito de sua ciência". (CHANLAT, 1999, p. 32).

Expressa-se aqui a noção de ciência com a qual o autor trabalha, noção esta que converge com a visão de todos os autores trabalhados anteriormente. Compreendendo

¹¹⁶ Filme em que se evidencia a intervenção behaviorista ou comportamental, cujo resultado é a alteração restrita do comportamento humano, não alterando a personalidade no seu núcleo que o cogito, alterando seu saber de ser e lhe possibilitando um outro campo de possibilidades na realidade. A correlação com o objeto tratado neste trabalho é feita sem considerar o fenômeno tal qual se impõe, fragmentando o homem em corpo e mente e intervindo no corpo para produzir alterações meramente comportamentais.

equivocadamente a impossibilidade de estudo e verificação do homem tal qual qualquer outro objeto entorpecido.

3.1 A Busca de uma Teoria Antropológica para as Organizações

Tendo presente algumas dessas posições colocadas até então, Chanlat propõe um novo caminho para esclarecer a realidade humana dentro do contingente e contexto organizacional. Dado o que já se produziu e se estudou até hoje, bem como tudo aquilo que já se tentou aplicar nos diversos modelos de gestão, o autor constata a necessidade da construção de uma nova antropologia que arme um horizonte de compreensão, ou de possibilidade de compreensão do homem sem mutilá-lo, nem recortar algum dos seus elementos constituintes. Para tanto destaca cinco níveis correlatos, quais sejam: do indivíduo, da interação, da organização, da sociedade e do mundo. "Sendo cada nível ao mesmo tempo dissociável e concretamente indissociável dos quatro outros". (CHANLAT, 1996, p. 34).

Para Chanlat esta ocorrência dá-se pela implicação de funções entre estes elementos, e conforme o movimento do fenômeno, um sobressai-se frente ao outro, mas conforme a própria dialética dos elementos implicados no fenômeno e não por uma deliberação externa.

A interdisciplinaridade aparece como caminho para resolver esse problema, ao propor que se busquem disciplinas afins da área de humanas e na medida em que cada disciplina esclarecer o seu recorte do fenômeno humano, surgiria então uma nova antropologia. Deste modo, a construção desta antropologia surgiria a partir da junção de disciplinas da área de humanas, tais como psicologia, sociologia, filosofia, etc.

Em Chanlat a visão de indivíduo é biopsicossocial, dimensões que implicadas conferem a complexidade ao singular de cada ser humano, influenciando o homem no seu conjunto, colocando-o como agente da própria história. E, segundo ele, é à implicação desses

três elementos na realidade humana que devemos recorrer para esclarecer certos impasses e reações distintas por parte de diferentes pessoas a um mesmo estímulo ou situação na empresa. Conforme a força de função presente, o indivíduo torna-se capaz de fazer certas coisas e incapaz de certas outras.

O indivíduo agora precisa ser valorizado também pela sociologia, deixando de ser aquele submetido a um contexto, para ser um participante ativo da construção e da desconstrução da realidade. Esta mudança de perspectiva só é possível quando implicada num conjunto de disciplinas que esclarece esta complexidade, conforme a visão do autor.

Para sustentar sua concepção de que há uma interação indescartável entre os seres humanos, o autor recorre a Laing¹¹⁷, onde expõe a existência do outro como necessário e indescartável para o indivíduo. É nesse contexto de relações que ele se faz. Fundamentando-se, assim, justamente nesta implicação do outro no universo humano como a sustentação da interação entre os seres. Esta interação varia entre Eu e o Outro, entre o Eu e uma Coletividade, e entre Grupos. “Para existir, este mundo da interação necessita e coloca em jogo certo número de mecanismos ou modos de comunicação, ritos de interação e processos psíquicos com estreita relação entre si”. (CHANLAT, 1996, p. 37).

Para sustentar a efetiva ocorrência da interação, Chanlat atenta para os diversos níveis, citando a função dos modos de comunicação, da interação e ritualização dos processos de comunicação, e, destes com os processos psíquicos.

¹¹⁷ [Ronald David Laing, \(1927-1989\) renomado e controvertido psiquiatra, conferencista e autor de vários livros, rebelou-se contra a psiquiatria ortodoxa e buscou um novo método de tratamento da loucura. Após formar-se em medicina na Universidade de Glasgow em 1951, Laing serviu um período no exército e na sua prática convenceu-se de que um comportamento "maluco" pode ter um efeito salutar se for permitido o seu curso sem supressão por meio de drogas e choque elétrico. Após um período como psiquiatra no exército britânico, Laing trabalhou no Royal Medical Hospital de Glasgow e lecionou no Departamento de Psicologia Médica da Universidade até 1956, quando submeteu-se a treinamento de Psicanálise no Tavistock Institute of Human Relations, em Londres. De 1962 a 1965 Laing empreendeu inúmeras experiências com uma nova abordagem da doença mental: a do existencialismo. Em Reason & Violence: A Decade of Sartre's Philosophy \(1950-1960\) \("Razão e violência, uma década da filosofia de Sartre"\), de 1964, Laing analisa aspectos da filosofia de Jean-Paul Sartre contidos em Critique de la Raison Dialectique \(1960\) daquele filósofo. \(A mesma obra contém comentários a outras obras de Sartre, feitos pelo autor principal D. G. Cooper\).](#)

Atenua também a função da estruturação material (organização) onde também ocorrem esses fenômenos humanos. Compreende assim a interação entre a singularidade de cada indivíduo e o seu movimento na coletividade da organização, bem como de sistemas de poder, hierarquias, etc. A organização é por si só instável, dado que as contingências remetem a conflitos interpessoais de outras naturezas, dentro das organizações, não podemos esquecer da própria história da organização, suas origens, e a cultura e na qual está inserida e a qual constituiu e solidificou.

Esta crítica da reificação do homem subjacente ao modelo tradicional de gestão é compartilhada por todos os autores trabalhados em breve exposição no capítulo anterior. Todos lutam contra a reificação do homem, pela qualidade de vida que implica a satisfação na realização do trabalho e não só um bom emprego, o respeito à dignidade humana, sem perder de vista que o ser humano é mais do que simplesmente o trabalhador que recebe salário e quanto mais ameaçado, mais produzirá pelo medo de advertências ou pela própria realidade de escassez do mercado de trabalho e, por outro lado, uma grande oferta.

A gestão tradicional está ainda fundamentada nos resquícios do taylorismo, todos a identificam como ultrapassada, lançam novas teorias e estratégias na direção do resgate do ser humano, mas não conseguem estruturar uma teoria elucidativa do homem na organização e uma práxis que permita esta intervenção na realidade organizacional.

Enfim, a proposta de Chanlat contempla os impasses apontados já por outros autores, avançando um pouco além, na medida que identifica a necessidade de uma antropologia e da articulação interdisciplinar, embora não disponha de uma metodologia para tal encaminhamento.

3.2 A Concepção de Ciência em Chanlat

Faz-se necessário esclarecer que toda visão de ciência que vai ser disposta aqui neste capítulo a partir da visão de Chanlat está ancorada em todo o processo econômico iniciado desde a revolução industrial sustentada na lógica do capitalismo, que tem por objetivos a produção e produtividade e tendo como fim o lucro.

Segundo Chanlat existe a necessidade de recorrer às ciências sociais "enquanto disciplinas reflexivas", o que é fundamental para a contribuição na formação dos profissionais das diversas áreas, bem como, no auxílio para a compreensão e transformação do modelo tradicional de gestão.

As disciplinas reflexivas seriam então utilizadas para buscar e sustentar um discurso e não disciplinas científicas que são compostas de teoria científica que esclareça o fenômeno, possibilitando uma práxis científica e não um corte entre uma ciência teórica e a prática, já que ciência só se faz através de uma práxis, ou seja, a aplicação da teoria através de uma metodologia de intervenção, sem que se façam isoladamente, o que seria manter o mito da razão.

O autor reconhece a necessidade de contemplar o contexto sócio histórico em que se encontra um indivíduo da organização. Não descarta a realidade objetiva na qual este se insere, tendo uma série de outros elementos presentes além da organização, visto que vive numa determinada comunidade, com certo contexto cultural, inserido numa vida familiar, de sorte que há uma série de elementos tendo função na vida singular de cada indivíduo. Por outro lado, há um bombardeio de conceitos e exigências de produtividade e eficácia nas organizações, assim sendo, o indivíduo está sempre movido pela exigência de um determinado desempenho para a manutenção do seu emprego.

Com toda a exposição realizada, constata-se facilmente que isso ocorre pela inexistência de uma metodologia de aplicação sustentada numa teoria já estruturada cientificamente, impedindo assim a compreensão do fenômeno e, por conseqüência, uma intervenção com controle de resultados no mesmo.

A função fundamental das ciências sociais para a contribuição no que concerne às ciências da administração, dá-se na direção da elaboração de uma antropologia geral que sustente o conjunto de disciplinas. Na definição de Chanlat "As ciências sociais são todas as ciências que se dedicam a tornar inteligível a vida social em um de seus aspectos particulares ou em sua totalidade". (CHANLAT, 1999, p. 21).

Compreende-se que a maior parte das ciências sociais e humanas surgiram no século XIX resultantes de uma sociedade ocidental que introduziu, a partir do século XVIII uma mudança permanente apoiada na perspectiva racionalista, apoiada pelo iluminismo da Revolução Francesa.

Por outro lado, o modelo de ciência predominante amparou-se em Augusto Comte¹¹⁸, inclusive no que concerne à função das ciências humanas, que requer um esclarecimento dos fenômenos, assim como, a previsão e controle dos resultados através das investigações, ficando, desta forma, as Ciências Sociais demarcadas em dois discursos distintos e paralelos, um contemplando a "liberdade e a democracia" e outro os "seus efeitos", fragmentariamente, portanto, mais voltada a uma "análise política e econômica" do que "científica".

Desde sua gênese, as ciências sociais estão divididas entre duas formas do estudo científico do fenômeno, por um lado uma posição naturalista, objetivista e causalista e por outro uma posição humanista e subjetivista.

¹¹⁸ Filósofo e sociólogo francês (1798- 1857). "Acreditava que a sociedade humana avança através de fases: a fase teológica / militar, a científica / industrial e a de transição ou metafísica, na qual situava a Europa de sua época. Delineou três fases (a teológica, a metafísica e a positiva) na evolução de cada ciência". (BLACKBURN, 1997, p. 65).

A primeira perspectiva é sustentada por Stuart Mill¹¹⁹ e Augusto Comte que buscaram no início do século XIX, conforme a visão da física, construir uma ciência que fosse positiva, ou seja, científica. Assim foi criado o positivismo de Augusto Comte, que buscava o esclarecimento e a elucidação das ocorrências humanas, tal como, o método da astronomia, da física, enfim, das ciências naturais. Entretanto, o equívoco foi justamente cair numa busca causal, que acabou distorcendo esse processo de pesquisa ou intervenção científica, na medida em que se remeteram para a metafísica (relação de causa e efeito).

A segunda perspectiva é desenvolvida a partir de pensadores alemães¹²⁰ e na virada do século XX, deixando bem clara a necessidade de romper com os métodos fomentando uma ciência do conhecimento que definitivamente não fosse subordinada aos princípios e métodos da ciência natural. Essa posição também era compartilhada por Weber¹²¹, Cassirer¹²², sendo ainda assinalada por Gusdorf¹²³, que as ciências humanas “são ciências ambíguas, pois o homem, que é ao mesmo tempo objeto e sujeito, não pode colocar-se a si mesmo entre parênteses para considerar uma realidade independente dele” (GUSDORF, apud CHANLAT, 1999, p. 22 - 3).

Aqui se identifica a grande explicitação do impasse quanto ao fazer ciência na área de humanas, impasse este histórico desde os gregos quando iniciou o racionalismo,

¹¹⁹ Filósofo e economista inglês (1806-1873), é o pensador liberal mais influente do século XIX (...) era um empirista cujo objetivo consistia em construir um sistema de conhecimentos empírico genuíno, para uso tanto nas questões sociais e morais como na ciência”. (BLACKBURN, 1997, p. 250).

¹²⁰ Desembocando na perspectiva da Escola de Frankfurt.

¹²¹ Sociólogo e filósofo alemão (1864-1920) que, dentre outras coisas, insistia que a forma da condução das ciências sociais devem ser isentas de valor “(...) afirmava que um estudo sociológico deve reconhecer que as ações têm sentido para seus agentes, considerando que nenhuma perspectiva científica sobre esses agentes que ignore esta dimensão poderá ser adequada. O sociólogo deve conseguir se colocar na mente daqueles que estudam”. (BLACKBURN, 1997, p. 408 - 9).

¹²² “Neokantiano alemão (1874-1945). Foi professor em várias universidades na Inglaterra e nos EUA. Sua principal ambição era desenvolver a obra de Kant para incluir uma teoria geral da cultura. Conhecido sobretudo por suas investigação sobre as ‘obras simbólicas’”. (Idem: p. 53 - 4).

¹²³ Filósofo francês. “A razão triunfante se dá à pretensão de substituir o mundo vivido com sua incoerência, sua opacidade, seus matizes passionais pelo universo inteligível do discurso. Aí, o real em todos os seus domínios tem que ceder ao verdadeiro, para que se imponha a decadência das fábulas, a recusa da afetividade e a desconfiança sistemática da relação com o sensível. O espírito já não se pode apoiar se não em si mesmo: e o racionalismo se sonha na posse de uma verdade que só é verdadeira para si própria”. (GUSDORF: 1960: 179 apud BERTOLINO et al.: 1998, p.11), também encontrada em www.nuca.org.br, citação de BERTOLINO da obra Mythe et Métaphisique.

potencializando sua força com Descartes no século XVI. Esta impossibilidade que se impõe aos autores está amplamente sustentada ao longo de toda a história da impossibilidade de imparcialidade na investigação e na intervenção de um objeto que é do mesmo tipo do investigador, portanto, como objeto e circunscrito num mesmo universal do ser humano que pesquisa ou que nele intervém.

Os representantes da segunda perspectiva sustentam a função das ciências sociais como tendo de ser práticas e úteis, permitindo assim uma previsão e controle de comportamentos, explicitando-se a busca de desenvolvimento de técnicas de gestão que respondam a uma dinâmica da empresa. O que vem a ser exatamente o objetivo da gestão tradicional.

Weber, citado por Chanlat na sua obra “Ciências Sociais e Management” (1999), deixa bem claro que a finalidade principal das ciências sociais não é colocar-se a serviço das instituições, mas sim possibilitar a compreensão da “realidade humana, social e histórica”.

A partir deste dualismo que é próprio da história das humanas é que se remonta o maniqueísmo, de um lado a materialidade, a objetividade, mais propriamente falando em administração, - ‘**a produtividade e eficácia**’ e, por outro, a subjetividade, a busca de um ser humano **motivado**, perdido no meio do mundo, relegado à condição de ser transcendental ou imanente, ao qual se tem acesso somente numa instância interpretativa e subjetivista, portanto, nunca podendo ser totalmente esclarecido, já que são também os homens que esclarecem a realidade humana, estando assim inaptos para tanto, na medida em que não se dispõe de uma “neutralidade científica”.

Mas os senhores vêem que se marquei esta articulação, essa espécie de vazio que faz com que haja uma história marxista e uma antropologia cultural marxista, que as duas estejam às vezes em contradição e às vezes em uma espécie de indeterminação, foi para mostrar a existência de duas concepções de homem no interior da ciência social. Estas duas concepções pediriam para ser ligadas, superadas por uma terceira. Ou, por outras palavras: temos antropologias estruturais e antropologias históricas: deveríamos fundar uma antropologia estrutural e histórica – e, na verdade, é a época atual que a reclama – na qual os dois condicionamentos, ao invés de

justapostos, seriam integrados, de maneira que se pudesse compreender o que é uma estrutura e o que é a história.¹²⁴ (SARTRE, 1986, p. 57).

Com esta perspectiva fica claro que não há somente dois modos de compreender a realidade humana, mas também dois modos de intervir nesta realidade, modos divergentes que pressupõe resultados distintos jamais permitindo a unificação da compreensão deste homem.

“A Antropologia Estrutural entende por estrutura os caracteres que, numa sociedade dada, a definem, simultaneamente, numa particularidade (...) em suma, aqueles dados que descobrimos e pomos sob a luz do dia por intermédio de experimentos ou de estatísticas e que encaramos como constituindo uma sociedade em um determinado momento.” (...) “A antropologia histórica (...) consiste em estudar o homem na medida em que é modificado pelas circunstâncias e, modificado por elas, as modifica por sua vez. Nas palavras de Marx: o homem, feito pela história, faz a história, na mesma medida em que é feito por ela”. (SARTRE, 1986, p. 49 e 51).

O destaque ao modo de compreender o fenômeno humano é dado pela seguinte direção: “descrever”, “explicar”, “compreender” e “avaliar”, resumido, assim, por Alain Caillé (1993), citado por Chanlat nesta obra de 1999.

Entretanto, “descrever”, na concepção destes autores, implica em dar ao objeto uma “identidade própria”. Nesta etapa colhe-se informações, muitas vezes primordiais aos dirigentes. O impasse que se impõe aos autores se explicita quanto ao “explicar” o fenômeno.

A explicação é a questão que mais inflama os pesquisadores, porque ela está no centro do aparato científico, principalmente da perspectiva objetivista. Explica-se quando se isolam as causas e as razões de um fenômeno, de um fato ou de uma decisão e quando se verificam hipóteses. A explicação introduz, pois, a questão da causalidade entre dois fenômenos. Contudo, como todos sabemos, as questões de causalidade permanecem difíceis de se estabelecer em Ciências Humanas, em virtude da versatilidade, complexidade e imprevisibilidade do ser humano, e é justamente essa complexidade do sujeito social que direcionou muitos pesquisadores para a compreensão. (CAILLE, 1993; DEJOURS, 1995; FREITAG, 1996; E DOSSE, 1995 apud CHANLAT, 1999, p. 25).

¹²⁴ Publicação da Conferência ministrada por Sartre em Araraquara no Brasil, em 1960.

Conforme estes autores supra-citados, na hora da “compreensão” entram em questões temas como experiências pessoais, valores até mesmo questionamentos sobre a vida que acabam implicando a subjetividade do observador ou do pesquisador.

Neste ponto recorrem à fenomenologia de Merleau-Ponty,¹²⁵ a experiência e o sentido vivenciado. Buscando, por fim alcançar não a verdade social na sua objetividade, mas sim a verdade social conforme experienciada pelo sujeito.

Importante ressaltar que esta é a fenomenologia da percepção, diferente da fenomenologia sartreana que se constata como saída para o fazer científico.

“Não se trata aqui de atingir a verdade social em sua objetividade quimérica, mas em sua verdade vivenciada” (CHANLAT, 1999, p. 26).

Quanto à utilização das bases da fenomenologia de Merleau-Ponty, proposta por Chanlat, na sua obra de 1999, caímos na noção de percepção, um fenômeno psicológico primário, portanto subjetivo, que recorre aos sentidos e que jamais será passível de ser convertido num instrumento para uma verificação científica, visto que esta ação se dá através de uma reflexão crítica, num fenômeno demarcado, recortado no âmbito da disciplina do cientista, totalmente transcendente a ele próprio cientista que o investiga ou que nele intervém.¹²⁶

Do mesmo modo Descartes, sustenta-se numa perspectiva da percepção, como tantos outros autores, referenciando a questão dos sentidos:

(...) quanto aos costumes é necessário às vezes seguir opiniões, que sabemos serem muito incertas, tal como se fossem indubitáveis (...) mas por

¹²⁵ Escritor e filósofo francês, (1908-1961) líder do pensamento fenomenológico na França. Estudou na *École Normale Supérieure* em Paris, graduando-se em filosofia em 1931. Lecionou em vários liceus antes da Segunda Guerra, durante a qual serviu como oficial do exército francês. Em 1945 foi nomeado professor de filosofia da Universidade de Lyon e em 1949 foi chamado a lecionar na Sorbonne, em Paris. Em 1952 ganhou a cadeira de filosofia no *Collège de France*. De 1945 a 1952 foi co-editor (com Jean-Paul Sartre) do jornal *Les Temps Modernes*. Suas obras mais importantes de Filosofia foram de cunho psicológico: *La Structure du comportement* (1942) e *Phénoménologie de la perception* (1945). Apesar de grandemente influenciado pela obra de Edmund Husserl, Merleau-Ponty rejeitou sua teoria do conhecimento intencional fundamentando sua própria teoria no comportamento corporal e na percepção. Disponível em: <http://www.cobra.pages.nom.br/fc-ponty.html>

¹²⁶ BERTOLINO, subsídios de aulas de 2004/ I, ministradas no Núcleo Castor.

desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrário, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu crédito, que fosse inteiramente indubitável. Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, porque há homens que se equivocam ao raciocinar, (...) rejeitei como falsas, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razões que eu tomara até então por demonstrações. (DESCARTES in OS PENSADORES. Vol I, p. 46).

No que se refere ao quarto critério “avaliação”, elemento fundamental de uma vida em coletividade e nas ciências humanas, encontramos a norma da prática social que propõe uma perspectiva que pode ser aceitável ou não, boa ou má, conforme exposição dos autores, fica expresso que a norma a ser esclarecida que norteia a prática das ciências sociais é alcançada também pelo indivíduo que a investiga, pelo cientista social, deste modo fazendo da ciência social não somente um projeto de esclarecimento científico, mas abrangendo um projeto mais amplo que inclui a política e a moral.

Desta base advém o entendimento de que todo conhecimento social, seja de que natureza for, é acolhido também pelo cientista que o investiga, comprometendo assim o conhecimento produzido por estes cientistas.

Aqui se explicita novamente, e fundamentalmente, uma confusão de conceitos que, se não forem ultrapassados, jamais propiciarão um efetivo fazer científico. A diferença entre saber e conhecimento.

O **conhecimento** é um empreendimento humano historicamente realizado a partir de um fenômeno objetivo que se impõe, este conhecimento pode ter o caráter científico, metafísico, religioso, político, e cada um deles implicará em uma racionalidade subjacente.

Já o **saber** é a apropriação destes conhecimentos, a apropriação das experimentações de ser do homem no mundo no seu contexto de relações que vão desembocar no núcleo da

personalidade que é o cogito, constituído por inúmeras situações de “saber de ser”¹²⁷ que, unificadas nos diversos perfis, constituem “certezas de ser”¹²⁸, advindas de ações concretas no mundo e das experimentações deste indivíduo frente a essas ações, constituindo um dinamismo psicofísico, isto é uma personalidade, que é como diz Sartre, uma subjetividade objetivada no mundo entre os outros e as coisas.¹²⁹

(...) Não é em nenhum refúgio que nos descobriremos: é na rua, na cidade, no meio da multidão, coisa entre as coisas, homem entre os homens.”. (SARTRE, 1939, p. 31).

Portanto, se tentarmos produzir conhecimento a partir do nosso saber, realmente fica inviável a imparcialidade científica. É exatamente aí que a fenomenologia proposta por Merleau-Ponty nos impede este fazer científico, e por onde se sustentam quase as todas compreensões de conflitos relacionais nas organizações. E é exatamente este o equívoco epistemológico de Chanlat na busca da nova antropologia que deseja construir.

3.3 O Equívoco da Construção de uma Nova Antropologia

Chanlat equivocou-se ao intuir a construção de uma nova antropologia que surgiria como desdobramento da reunião de disciplinas da área de humanas tais como psicologia, sociologia, filosofia, quando na verdade nenhuma destas disciplinas é possível sem a antropologia, já que são disciplinas que tratam do humano, portanto necessitam desta sustentação antropológica para a sua sustentação.

Realmente, é chegado o momento para se tentar fundar uma antropologia que, restituindo sua unidade e sua especificidade ao ser humano, destaque também as dimensões fundamentais e os diversos níveis de análise. O termo antropologia é aqui tomado em seu sentido etimológico. Mas partimos da idéia de que existe um mundo próprio do homem e que o estudo deste universo singular constitui o objeto privilegiado da ciência do humano que é a antropologia. Por sugestão de Mauss 1968 e outros pesquisadores, esta

¹²⁷ Experimentação de ser de um sujeito frente a um objeto (coisa ou pessoa) de modo tal que ele não tem como escapar de saber-se sendo sujeito de tal experimentação.

¹²⁸ Certeza de ser é um estado da personalidade que integraliza os diversos saberes referentes a um perfil, guardando entre si correlação noemática.

¹²⁹ BERTOLINO, entrevista realizada em 05.09.2004, quanto ao dinamismo psicofísico da personalidade.

antropologia a ser criada no campo organizacional deve reagrupar o conjunto de conhecimentos existentes sobre o ser humano apoiando-nos sobre essa massa de conhecimentos deveríamos perceber melhor a experiência humana exatamente como ela é vivenciada no universo organizacional. Propomos também um duplo deslocamento do objeto de estudo. De uma parte, em lugar de nos centrarmos primordialmente no modo de tornar as pessoas mais satisfeitas e com bom desempenho, como faz atualmente a corrente ortodoxa, mas vamos centrar nossa atenção sobre o fato humano nas organizações, a partir de conhecimentos desenvolvidos por todas as disciplinas que se ocupam do assunto. De outra parte, em lugar de considerar a organização como um conjunto fechado e auto-suficiente, procuraremos colocar em cena as relações com o meio ambiente que percorrem ou atravessam longitudinalmente a vida das organizações. Esta posição fundamenta se, aliás, sobre certo número de considerações de ordem epistemológica e metodológica relativa ao ser humano e o modo de estudá-lo. (CHANLAT, 1996, p. 27).

Quando, ao escrever um artigo para a obra de Chanlat sobre “Indivíduo, dimensões esquecidas”, Stewart Clegg relaciona as funções do poder, da linguagem (não só verbal) e das ações nas organizações, em certos aspectos fica explícita a intuição de causa e efeito, base da metafísica, onde não comporta a noção de fenômeno como um conjunto de funções articuladas. Está-se sempre a busca de uma razão primeira que geraria seus efeitos.

Esta confusão entre os mecanismos causais e os seus resultados, como cita Clegg (in CHANLAT, 1996), implica numa inabilidade científica, na medida em que não se dispõe de teoria que permita esclarecer o fenômeno a partir dele próprio, esta compreensão equivocada só é possível a partir de uma verificação equivocada do fenômeno, não sustentada nele próprio, portanto, baseada numa interpretação comprometedora da realidade, na medida em que não identifica as variáveis constitutivas do fenômeno com suas implicações de funções entre si. Cai, assim, numa racionalidade mítica e determinista, isto é, de causa e efeito, caminho por onde jamais se conseguirá esclarecer ou elucidar cientificamente o fenômeno em questão.

A busca dos autores que tratam este tema, em geral, é sempre a busca da descoberta **da grande causa** que motiva o ser humano nas organizações, visando uma maior produtividade, na medida em que este está motivado.

Confronta-se novamente na questão fundamental que é a “motivação”. O jogo de relações, as regras do jogo, os jogos de poder utilizados na empresa vão depender fundamentalmente do saber e do ser do colaborador, da função que a sua profissão, o seu trabalho está tendo em sua vida, da estrutura da empresa, dinâmica própria da organização e da compatibilidade ou não desta com o conjunto do seu ser, seu desejo profissional, aquilo que lhe é fundamental.

A noção de percepção nos leva, ao fundo, novamente à antropologia racionalista, visto que, acaba remetendo-se à fenomenologia de Merleau Ponty, onde as relações que a pessoa estabelece dependem da percepção que se tem uns dos outros, caindo num subjetivismo, sabe-se que há todo um processo antropológico que ocorre na constituição do saber de ser, da alteração deste saber, de totalizações, que possibilitam a objetivação de um homem que é singular, e ao mesmo tempo universal, em seu espaço profissional, como seria em qualquer outro.

Ao ressaltar a função do simbólico nas organizações, Stewart Clegg na verdade está ressaltando a função que as coisas ganham através do processo sócio histórico, ou seja, a função noemática.¹³⁰

Sendo assim, faz-se fundamental a compreensão do conceito de atmosfera¹³¹, para esclarecer como são possíveis tais jogos de poder, estratégias utilizadas nas relações, como estas têm relação indescartável com os acontecimentos efetivos no espaço organizacional, desde sua estrutura institucional, até a efetiva objetivação dos movimentos interpessoais no espaço profissional. Conforme a atmosfera que se monta através de efetivos acontecimentos materiais, antropológicos, a pessoa é convocada e provocada a mover-se neste contexto, alcançada por esta atmosfera. Portanto, uma compreensão analítica, subjetivista, racionalista, tanto quanto uma compreensão objetivista, restrita à análise de comportamentos jamais

¹³⁰ [Função adquirida por um objeto para um sujeito, conforme a atmosfera em que se encontra.](#)

¹³¹ BERTOLINO, subsídios de aula de 2004/ II, ministradas no Núcleo Castor.

conseguirá esclarecer o fenômeno humano na organização, visto que perde de vista os dois absolutos indescartáveis da realidade, a subjetividade e a objetividade.¹³² Somente através de uma antropologia científica, amparada numa ontologia científica, que constata o fenômeno tal qual ocorre, encontrando nele próprio as condições de possibilidades para sua ocorrência, obteremos enfim condições de elucidar e intervir no fenômeno humano na organização, que tem sua base, seu parâmetro, no aspecto motivacional.

Atmosfera é um conjunto de acontecimentos sócio-históricos futuros que se arma a partir de uma ocorrência, provocando o sujeito a experimentar-se num perfil objetivando-se, descarregando forças no cogito, puxando-o para esse futuro para o qual o sujeito irá (ou não) dentro de uma racionalidade dada que mediará seus arranjos racionais imanescentes, que serão funções dos arranjos racionais sociológicos / transcendentais. Para uma compreensão científica do fenômeno organização, esta tem que ser tomada com um objeto inserido numa dada atmosfera real e virtual que se impõe frente ao conjunto de acontecimentos futuros. Este conceito é melhor esclarecido com exemplos no próximo capítulo. (Ver Anexo 10 - Modelo da Constituição da Atmosfera Humana). Este conceito de atmosfera humana será mais detalhadamente trabalhado no próximo capítulo.

Para alcançar efetivamente a complexidade deste fenômeno e o modo como as pessoas se afetam dentro da organização, seja positiva ou negativamente, (leia-se na linguagem organizacional; - motivado ou desmotivado), conforme as ocorrências objetivas, é necessário que tenhamos presente à noção de atmosfera. É ela a condição de possibilidade que permite que em dadas situações, no ambiente de trabalho, as pessoas reajam de forma diferente, se afetem de formas diferentes, podendo levá-las inclusive a reações absurdas e incompreensíveis aos olhos dos outros e totalmente desproporcionais frente à situação com a qual estão se confrontando.

¹³² Idem.

Este acontecimento dá-se por um processo temporal em que o futuro ativa o passado afetando-nos de forma desproporcional ao que temos objetivamente dado diante de nós¹³³.

Assim, como se constata o indivíduo singular dentro da organização que é um universal, constata-se também uma singularidade da organização, quando esta se encontra inserida dentro de um conjunto de organizações, que é o universal no qual se circunscreve, e que, inevitavelmente, devido a uma série de elementos como os citados acima, tem-se divergências e distinções entre elas. Também não se pode ignorar a função das organizações atuais no conjunto da sociedade, sua participação desde as estruturas sócio-econômicas, agressões e recuperação à agressões ambientais, humanas, etc. Com isso estas organizações ganham espaço na sociedade e, portanto se inserem num dado contexto sócio-histórico no qual as pessoas e as organizações fazem parte.

Sendo a psicologia uma disciplina que tem por objetivo esclarecer a personalidade e suas condições de possibilidade, por exemplo, no que concerne a uma afetação psicofísica, seja ela psicopatológica ou não, concretiza-se, portanto, como uma disciplina que deve produzir um conhecimento a respeito de um dado aspecto do homem no mundo e em suas relações, já que é neste contexto de relações que ele se faz quem é, sendo capaz ou não de afetar-se frente a certas situações.¹³⁴

Para tanto, é necessário ter a base de esclarecimento antropológico deste objeto que é o homem, pois, não há como compreendê-lo em suas emoções, sem que haja a implicação cultural do contexto no qual se insere, a função desta cultura, desse saber de sua época.

(...) se se dissesse que a Antropologia é uma disciplina que tem por fim definir a essência do homem e da condição humana, então a Psicologia – mesmo a Psicologia do homem – não é, e nunca será, uma Antropologia. A Psicologia, na realidade, não procura definir e limitar a priori o objeto em estudo. A noção de homem por ela aceita é totalmente empírica: existe no mundo certo número de criaturas que oferecem caracteres análogos à

¹³³ Tem-se toda uma base antropológica e psicológica científica a disposição para esclarecer e será mais detalhado no próximo capítulo.

¹³⁴ BERTOLINO, subsídios de aulas de 2004/ I, ministradas no Núcleo Castor.

experiência. De resto, há outras ciências, a Sociologia e a Filosofia, que nos ensinam haver certas ligações objetivas entre essas criaturas. (SARTRE, 1965, p. 8)

Ao ignorar os conhecimentos da antropologia que forneceria a elucidação do que é o homem e, ao ignorar os conhecimentos da ontologia que elucidam o mundo, no qual este homem se insere, como a psicologia pode fazer-se científica? Sem estar articulada interdisciplinarmente com as disciplinas implicadas, pela realidade, no fenômeno que investiga e /ou intervém como se estabelece enquanto ciência?

Nossas reflexões quanto ao 'status' de ciência com vistas à Psicologia, implica primeiro em identificarmos o objeto principal de nossas preocupações, qual seja: a 'Ciência'. Aí, descobrimos inevitavelmente que ela é um tipo de conhecimento. Seguindo em frente, constatamos que este, por sua vez, vem a ser algo que um sujeito produz a respeito de um objeto. Verificando em que consiste cada um desses dois elementos (sujeito e objeto), vamos chegar ao fato de que eles são segundos, isto é: funções específicas ou definidas no mundo. Finalmente, tratando de esclarecer a realidade deste último, esbarramos na evidência de que ele resulta da relação de uma 'consciência', dimensão transfenomênica do sujeito, a uma 'coisa', por seu turno, dimensão também transfenomênica do objeto. Então vemos que nossas referidas reflexões necessitam passar pela Ontologia, pela Antropologia e pela Epistemologia, caso pretendamos ser conseqüentes em termos de resultados, tanto operacionais quanto morais. (BERTOLINO ET AL, 1995, p.14 - CFP)

Isso revela que a psicologia veio historicamente tentando fazer ciência, a luz de um conceito de ciência que não condiz com a ciência dos séculos XX e XXI, considerando todos os avanços da física, da teoria da relatividade, entre outros. Tentando esclarecer o homem psicofísico a luz de um mentalismo cartesiano, portanto, à luz de uma teoria que o alcança de forma determinada *a priori*, a psicologia perdeu o mundo, pois não há homem sem mundo nem mundo sem homem. Assim, ao perder a realidade humana, perdeu o homem. Ficou trabalhando no plano racionalista, por não se dispor a voltar-se ao fenômeno para defini-lo a partir dele próprio.¹³⁵

¹³⁵ BERTOLINO, subsídios da aula de 26.05.1999, ministrada no Núcleo Castor.

É assim que as críticas dos autores da administração quanto às teorias que reduzem o homem a mero receptor de estímulos e emissor de respostas alcançam a psicologia, neste caso, behaviorista.

“O behaviorismo não confunde o investigador com um rato, mas ao fazer considerações sobre o seu objeto (rato), o confunde com o homem, perdendo então o ‘ser do homem’ que é ontologicamente e, portanto, antropologicamente outro que o do rato”. (BERTOLINO, aula de 17.03.1999, ministrada no Núcleo Castor).

Sendo a ciência um fenômeno histórico de investigação e intervenção, humanamente produzido, há um caminho determinado (o método) que não é negociável. A ciência só ocorre se, e somente se, seguir os princípios científicos impostos pelo seu próprio processo. Isso porque **“o que o fenômeno é, é absolutamente, pois se revela como é”**. (SARTRE, 1943, p. 16 - grifo nosso).

Este é o princípio básico da ciência ou fenomenologia, visto que a fenomenologia na concepção sartreana é o mesmo que ciência. Resgatemos aqui, então este caminho. A observação científica nos leva às constatações que nos permite chegar à definição do fenômeno, o que possibilita a organização do universo estatístico, assim estabelecemos, a partir das ocorrências que compõe o fenômeno, as regularidades estatísticas que são as leis científicas.¹³⁶

Não há como fazer ciência sem seguir rigorosamente este caminho. Não podemos partir de pressupostos numa investigação científica. Esta exige sim que se recorra à teoria já elaborada e devidamente verificada, porém após a observação e delimitação do fenômeno.

Os cientistas precisam não só buscar fatos (fazer empírico), mas defini-los, isto é, demarcá-los em universos com características comuns, da mesma série, é o que possibilita

¹³⁶ Ver em anexo Modelo dos Processos da Ciência.

fazer predições científicas. Antes das leis de probabilidades de Bohr¹³⁷, havia ainda espaço para o recurso ao infinito. Foi ainda no bojo desta racionalidade primeira que as psicologias foram formuladas, antes desta virada da ciência. Assim, a própria história nos fornece elementos para compreender, sem grande espanto, que não haja outra psicologia, exceto a existencialista, que rompa efetivamente com esta visão racionalista.¹³⁸

É nas reminiscências do positivismo de Augusto Conte, que foi a última versão do racionalismo ocidental, que a psicologia instaurou sua práxis acumulando fatos, que se organizariam autonomamente e desembocariam numa definição, claro que, “iluminada”, visto que pelas vias objetivas, sem uma articulação, realizada por um sujeito, não há como se chegar à definição de qualquer fenômeno.

“Foi sempre à sombra do racionalismo ou mentalismo cartesiano, que as mãos e as luvas se juntaram providenciais para impedir o avanço da Psicologia rumo ao seu ‘status’ de ciência” (BERTOLINO ET AL., 1995, p. 22 - CFP - grifo nosso).

A psicologia não vem respeitando o primeiro passo da ciência que é a demarcação de seu objeto. Constituiu-se deste modo, numa prática puramente empírica, com concepções diferentes do ser do homem. A psicologia se perde na investigação científica, por isso encontramos psicólogos estudando ratos e macacos para compreender fenômenos próprios da realidade humana. O homem faz parte de uma série, a partir de seu estudo, pode produzir verdades a respeito de outros homens. Desta forma, não se pode jamais fazer constatações em animais e dizer, a partir destas, verdades sobre o homem. Este tipo de ocorrência dá-se em função da falta de definição do objeto da Psicologia.

A técnica de amontoar fatos está sustentada num fazer empírico que busca, no final, uma iluminação que irá organizá-los; sua realização dá-se à luz da expectativa que, num dado

¹³⁷ Citamos aqui Bohr para evidenciar uma entre tantas constatações científicas e avanços na produção do conhecimento científico, caracterizando o contexto sócio-histórico em que tais acontecimentos se dão. Mostrando a ruptura da metafísica na própria disciplina da física, como citado acima.

¹³⁸ BERTOLINO, subsídios da aula de 22.09.1999, ministrada no Núcleo Castor.

momento, acontecerá, como que magicamente, uma compreensão da ocorrência. Os fatos isolados, em-si não tem significados, eles simplesmente se impõe a si mesmos. A consideração dada aos fatos ocorre sempre de forma abstrata e não no conjunto das ocorrências, ou seja, não como um fenômeno. Nesta perspectiva, não há como escapar à noção de causa e efeito, que é a base metafísica.

Conforme Sartre (1965), a psicologia como uma disciplina que se pretende científica, busca na sua intervenção partir dos fatos para obter a experiência vivida, contudo a busca de fatos é uma investigação *ad infinitum* na medida em que intui que um conjunto de fatos, em dado momento se unificará por si só, desvelando então a essência do fenômeno humano.

Com tais bases, todas as psicologias, exceto a psicologia existencialista sartreana, ficam 'de costas para o futuro', buscando a elucidação dos impasses do sujeito no seu passado como sendo estes que impedem um sujeito de continuar sua vida tendo superado seus impasses psicológicos. A grande ruptura da Psicologia Existencialista é exatamente a constatação de que o homem é movido pelo futuro. A compreensão da Psicologia historicamente é que o problema psicológico sempre está no passado. A realidade mostra que as pessoas não se complicam frente ao seu passado, mas sim ao seu futuro, o problema é que a pessoa e os outros colocam o seu passado entre ela e o seu futuro. É sempre por um ser inviabilizado no futuro que os psicoterapeutas são convocados para intervir. A psicologia ainda não descobriu que existe uma função na existência da emoção.¹³⁹

A ciência trabalha com fenômenos e não com fatos isolados, por não delimitar corretamente seu objeto, a psicologia acaba sendo um devaneio sobre o que o psicólogo bem entende. A ciência trabalha de modo interdisciplinar; se a psicologia é um conhecimento, tem que recorrer à disciplina do conhecimento, e mais, científico - epistemologia. Se esta disciplina (psicologia) trata do homem na vida de relações, precisa saber o que é o homem -

¹³⁹ BERTOLINO, subsídios da aula de 19.05.1999, ministrada no Núcleo Castor.

antropologia, sabendo que o seu recorte é o que está acontecendo psicologicamente com este homem. Se este homem é um ser no mundo, há então também um pólo objetivo, que é o mundo, recorre-se assim à ontologia e assim por diante.¹⁴⁰

"(...) A Psicologia, como tal, encontra-se, como já vimos, subordinada à Fenomenologia, visto que um estudo verdadeiramente positivo sobre o homem na situação deveria ter elucidado, primeiramente, as noções do homem, do mundo, do ser-no-mundo, da situação". (SARTRE, 1965, p. 21).

Na psicologia recorre-se à opinião, constituindo-se na disciplina onde mais comumente se recorre à experiência pessoal, onde cada psicoterapeuta tem uma experiência de vida, para cada profissional que se recorre tem uma opinião diferente, daí a infinidade de abordagens psicológicas.

Entretanto, como ressalta Sartre (1965), os psicólogos estão sempre buscando provar como suas intervenções são científicas, visto que reconhecem o valor social atribuído à ciência. Seus movimentos são, então, de amontoar fatos para comprovar suas propostas e, posteriormente, selecioná-los e “prová-los estatisticamente”. Típica atitude metafísica, em que se vai aos fatos para comprovar teorias pré-estabelecidas. Importante ressaltar que uma comprovação sustentada em termos estatísticos simplesmente nos dá o empírico e não constatações científicas, visto que a sustentação da ciência não está em seus resultados, pois os resultados podem estar sustentados simplesmente numa amarração lógica.

A seleção dos fatos tem como critério, a necessidade de comprovação relativa das teorias que se pretende provar. Uma intervenção, cuja sustentação não é científica, não possibilita aos psicólogos diferenciarem entre o certo e o provável, tudo é provável, assim, tem-se como base o recurso ao infinito.¹⁴¹

¹⁴⁰ Idem: aula de 22.09.1999.

¹⁴¹ Idem, ibidem

Em 1937¹⁴², a Psicologia era colocada com o método das ciências da natureza (ciência contemplativa).¹⁴³ Isso já foi ultrapassado e a psicologia prosseguiu tentando fazer ciência, à luz de um conceito científico que não condiz com a ciência do século XX, após a teoria da relatividade, “tendo a compreensão dos fenômenos como relógios, sem um ritmo pré-estabelecido, mas se alterando conforme se alteram as ocorrências constitutivas deste relógio, conforme a implicação das variáveis e o seu movimento¹⁴⁴”, após a descoberta dos quantas de energia de Bohr, já na primeira década deste século (XX), possibilitando com isso o rompimento com a metafísica, no próprio campo disciplinar da física.¹⁴⁵

Este é o horizonte de racionalidade necessário para se prosseguir na compreensão do próximo capítulo.

¹⁴² Obra de Sartre *Esboço de uma teoria das emoções*, no original publicado em 1937, ‘*Esquisse d’une théorie des émotions*’.

¹⁴³ Neste caso fazendo-se a crítica à uma ciência que não implica na produção de um conhecimento, mas num auto-expor-se da razão (Husserl), através da dialética platônica.

¹⁴⁴ BERTOLINO: aula de 10.11.1999, ministrada no Núcleo Castor.

¹⁴⁵ Idem: aula de 22.09.1999.

4 A Exposição de uma Antropologia Científica já Existente

No capítulo anterior, pela explicitação da concepção de ciência em Chanlat, já foi exposto que há um impasse quanto às possibilidades de se fazer ciência na área de humanas tal qual se faz na área das ciências naturais e exatas e que tal ocorrência deve-se à impossibilidade de demarcação de um objeto, falta de uma metodologia científica, amparada numa compreensão de fenômenos, tal qual a realidade se impõe. Nesse capítulo responderemos a esses questionamentos já provocados no capítulo anterior.

Para compreender como as ciências da administração perderam o caminho da ciência no que concerne ao humano, basta verificar-se como isso ocorreu historicamente, não foi só a administração, mas a psicologia debateu-se, e ainda hoje se debate, como em tantas outras disciplinas, onde se têm “vertentes de pensadores” e não uma ciência. Tais vertentes de pensadores constituem as chamadas comunidades de linguagem universitárias que pretendem se reproduzir ao se constituírem como absoluto de objetividade de seus alunos no processo de aprendizagem, absolutizando o saber-de-ser dos mesmos em perspectivas analíticas e não científicas.

Este corte entre o homem e o mundo que o cartesianismo inaugurou na Idade Clássica precisa ser esclarecido e para isso, para chegar-se a outra antropologia, precisa-se primeiro conhecer as bases desta antropologia racionalista, que é uma ontologia racionalista, que, por sua vez, só permite uma psicologia racionalista, bem como sociologia, filosofia, etc.

4.1 As Bases de uma Ontologia Racionalista

Para alcançar este objetivo, faz-se necessário primeiramente esclarecer o que é ontologia. Foi nos séculos VII e VIII a. C., na Grécia, que o homem passou a viver na cidade (Polis) e assim se viu diante de certas dificuldades como a organização da cidade.

Até os gregos tinha-se disponível somente a teologia, a partir de então surge a mitologia, a metafísica e a política, na acepção de Sócrates e Platão que concebiam a política como a organização da polis, e não como em Aristóteles que a concebia como a arte de governar os povos.

Houve então a necessidade de discutir quem era o homem, o que são as coisas, pois precisavam organizar as relações e para isto precisavam ao fim das contas esclarecer a realidade, para posteriormente esclarecer o que é o ser humano, visto que está nesta realidade, faz parte dela e que, mesmo sumindo, a realidade permanece, deste modo viram que o homem estava na realidade e não o contrário.

Passaram então a discutir o que era a natureza e no que consistia, entretanto fundamentavam-se na intuição¹⁴⁶ de que a realidade com que mantinham relações eram manifestações de uma força oculta, criando dessa forma a “*metaphisic*” ou a metafísica. Assim os gregos eram “transnaturalistas”¹⁴⁷ e não “transcendentalistas”¹⁴⁸. Eram também animistas na medida em que acreditavam no “ânimo” como uma força oculta, que era à força do imã.¹⁴⁹

Acabaram na ‘República’ de Platão (s.d), que era a proposta de como organizar a sociedade, desembocando na ética que seria um modo de estabelecer valores que garantem as relações entre a própria sociedade e desta com outras sociedades. Para atingirem esta meta precisavam esclarecer o ser da realidade, o ser do homem, o ser das coisas; então formular a lógica deste ser, seria formular a lógica da realidade, um modelo, uma racionalidade, uma inteligibilidade da realidade.

Então a ontologia é um modelo, um discurso em que se traduz a realidade. Esta inteligibilidade precisa corresponder à realidade, do contrário se constitui um falso modelo.¹⁵⁰

A ontologia foi estabelecida foi a partir do discurso, os gregos se depararam com as ocorrências, mas havia uma outra variável presente que era exatamente o interesse político, visto que esta definição da realidade estaria servindo para elaborar um modo de organizar a sociedade, visando também as relações de poder que estavam também em jogo, o controle, a

¹⁴⁶ Utilizamos aqui a expressão intuição como a visada reflexiva intuitiva, através da qual se dá por completo a visão do fenômeno em sua totalidade.

¹⁴⁷ Transnaturalista é a intuição das coisas como sendo submetidas a uma força da natureza, pré-determinada, como a força do imã a atrair ou não os corpos.

¹⁴⁸ Transcendentalista é a intuição de que existe um ser transcendental, portanto, num outro plano que dirige a realidade mundana, independente das ações dos homens, força esta inalcançável no plano da realidade.

¹⁴⁹ BERTOLINO, Palestra realizada em 28/10/2004, no IV Encontro de Psicologia Existencialista, Florianópolis.

¹⁵⁰ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1997/ II no Núcleo Castor.

manipulação. Desta forma, havia a preocupação de que esta compreensão da realidade não oferecesse ameaça a estrutura política de poder.

Heráclito de Éfeso (535 - 475 a. C.) e Parmênides de Eléia (aproximadamente 540 a. C.), foram os que primeiramente se destacaram abordando a questão do Ser, sendo esta uma questão fundamental, pois é a partir da compreensão do Ser da realidade que se desenvolverá um método para compreendê-lo, abrindo a possibilidade de trabalhá-lo em busca de alterar esta realidade. Heráclito dizia que tudo era um “vir-a-ser” contínuo, “o que é hoje não o é amanhã, e o que não é hoje, pode vir a ser amanhã”. Nesta sua perspectiva de pensamento tudo se transformava e nada na natureza era estagnado. Formulou, então, a primeira “**ontologia dialética**”. Aliás, os filósofos pré-socráticos em sua maioria buscavam entender o universo, sua origem, a natureza. Eram atentos às transformações da natureza.¹⁵¹

Entretanto, Parmênides foi construindo um caminho extremamente oposto para elaborar o conhecimento. Recorre à “iluminação divina”, dizendo assim ter aprendido o caminho da verdade (caminho do Ser), construindo desta forma as bases da *methaphisicis* (metafísica).

(...) ao conceberem a existência apenas para a substância das coisas sensíveis, crendo plenamente nisso, e os primeiros naquilo, isto é, que sem tais naturezas imóveis não pode haver nem sensíveis a razões só válidas para a realidade (...) Partindo desses raciocínios, deixando de lado o testemunho dos sentidos e negligenciando-o sob o pretexto de que se deve seguir a razão, alguns (pensadores) ensinam que o todo é um imóvel e ilimitado; pois o limite só poderia limitar em relação ao vazio. Tais são as causas pelas quais esses (pensadores) desenvolveram as teorias sobre a verdade. Certamente segundo este raciocínio, parece suceder assim com estas coisas: mas, se se tomam em conta fatos, semelhante opinião parece-se com uma loucura. (DESCARTES: in OS PENSADORES, 1987, p. 119).

Parmênides entendia que a realidade alterava-se constantemente, mas não o Ser, este era imutável, desta forma o importante era o que estava oculto nas coisas, já que os fatos se transformavam (aparência), bem como as coisas, era preciso chegar na “essência”.

É assim que Parmênides inaugura o “**racionalismo grego**” baseado na racionalidade metafísica, mostrando à toda civilização que o que se vê se transforma, não se podendo então basear-se no fato concreto (objeto), na realidade, mas sim no Ser que é verdadeiro e imutável. Desta forma, estabelece-se a “verdade do Ser” como primeiro plano e a “verdade da

¹⁵¹ Idem.

realidade”, da objetividade como segundo. É neste momento histórico que o pensamento de Heráclito é condenado ao esquecimento, visto que a produção de Parmênides muito mais tem a contribuir com os interesses políticos do momento. Considerar que a vida é um vir a ser contínuo, implicaria em considerar que tudo está em constante mudança, que existem conflitos, divergências e sobretudo várias contradições, perspectiva esta que não contemplaria os interesses políticos em primeiro plano. Já em Parmênides haveria algo implícito (essência), determinante e imutável, que acabaria elucidando o conformismo e facilitando a manutenção do poder.

Parmênides ao afirmar que “só o Ser é, o Ser é rés e o ser é verdade”, colocava o ser como existente, então se o ser é “coisa” é real, concluiu então que só o real é verdadeiro, assim é que o caminho do Ser passou a ser o caminho da verdade. Com base neste pressuposto, tudo que é real é verdadeiro, o que não é real, o virtual, não é existente, portanto não é verdadeiro.

Esta é a base que arrastou a psiquiatria, a psicopatologia e a psicologia, até os nossos dias, exceto quando surge a psicologia existencialista, produzida por Jean-Paul Sartre, que foi a única que conseguiu romper com o racionalismo grego.

Os gregos tinham a pretensão que os leigos fizessem o caminho do saber, não conseguissem fazer a distinção entre saber e conhecimento, pois não se trabalhava a luz do método experimental, tudo era diluído no racionalismo, na troca de idéias até sua purificação após o processo de depuração, assim se atingiria a verdade universal, ou como denominou Husserl, a “evidência apodíctica”, expressão de Husserl para designar a intersubjetividade, o resultado final de um conhecimento que se exporia como consequência da prática da dialética platônica.

Mas, é necessário a localização no contexto histórico e nas próprias possibilidades da época. Sócrates, buscando romper com a determinação que vinha sempre pelos religiosos,

propunha que os homens, para se conhecerem, olhassem para suas ações e não mais recorressem aos princípios religiosos, que tem sua origem nos “vedas”¹⁵². Sócrates, em função desta proposta foi condenado a beber cicuta, pois convocava os homens a olharem para si e não para um poder regido pela religião e claro, por aqueles que a comandavam. Os religiosos reuniam-se e através da dialética platônica que era o método de alcançar a verdade absoluta, por meio da depuração das idéias (*doxas*), se chegava à uma iluminação divina e o entendimento era que só os religiosos a alcançavam. Este saber que era atingido por eles era colocado como a *episteme*, ou seja, o próprio conhecimento.

Já os gregos, bem como Sócrates, tinham a pretensão de também conseguirem chegar a esta verdade que se desvelaria com os encontros grupais, propondo-se desta forma, seguir o mesmo método (racional) e não simplesmente se renderem a autoridade religiosa. Pela lógica concluíram que algo deveria governar a natureza, assim a natureza teria leis própria, havendo então uma razão que a sustente, uma lógica ou um discurso que traz na base o racionalismo, uma substância última, sempre oculta e que determina a realidade.

“Criaram o mito da razão no esforço de debaterem-se e encontrarem um modo de organizar a “*polis*”¹⁵³, com isso, elucidaram toda a realidade a partir desta crença na razão, como substância última da realidade”.¹⁵⁴

Com este movimento romperam com a absolutização do poder dos religiosos em produzir conhecimento. Esta ruptura dos gregos teve sua importância, através de um caminho reflexivo, todos chegariam a um resultado, ainda tomavam o conhecimento como um acontecimento divino, mas descobriram que através de um “certo caminho”, isto é, a dialética platônica, trabalhando corretamente com seus pensamentos, chegariam ao saber. Utilizavam-se da dialética platônica, bem como da lógica formal aristotélica, com o recurso aos silogismos e sofismas, chegando ao que denominavam o auto-expor-se da razão, à essência, à

¹⁵² Religiosos do séc. II a.C., in: BERTOLINO ET AL, As Emoções. NUCA, ed. Independentes, 1998.

¹⁵³ Palavra de origem grega que significa cidade.

¹⁵⁴ No IV Encontro de Psicologia Existencialista, promovido pelo Núcleo Castor, em Florianópolis.28/10/2004.

phisis, ao transnatural, tudo o mais era aparência. Claro que com isso pretendiam escapar à metafísica, mas escaparam somente à administração religiosa e não à racionalidade metafísica.

Este racionalismo instalou-se até a fenomenologia existencialista, pois a idéia grega que o conhecimento era uma iluminação estendeu-se inclusive até Husserl, com o ‘auto expor-se da razão’, ou o que designava Husserl como “evidência apodíctica”

Perdi o mundo, para ganhar de um modo mais puro, retendo o *sentido* do mundo com o qual estou tão imediatamente em contato, que os objectos assim considerados, não só estão presentes diante de mim, mas brotam de mim mesmo: < É de mim mesmo, do meu eu transcendental... que o mundo objectivo... haure... todo o seu sentido e valor existencial> (HUSSERL in FRAGATA, 1959, p. 113).

Retoma-se agora os desdobramentos das afirmações de Parmênides. Se o não-ser não existe, também não existe a ausência, não existe a doença, não existe a morte, pois não existe a ausência de saúde, nem a ausência de vida. O nada então não faz parte da realidade, pois não se poderia admitir algo que não fosse o ser. Com esta racionalidade negamos o passado, por exemplo, pois o passado não é coisa, não é real, pois não existe mais, então o passado seria falso por ser ausente, logo não seria verdadeiro. Nesse caso precisamos esclarecer também o conceito de **temporalidade**, o que será feito mais à frente.

Assim sendo, a imaginação não está no domínio da realidade, pois quando uma pessoa em delírio vê morcegos, isso não é real, então é só uma ilusão. Da mesma forma, se um sujeito pensa em sua infância, tendo como objeto situações vividas de seu passado (que é não presente), significa que não pode pensar sobre sua infância, só imaginá-la.

Esta é a sustentação da filosofia e todas as psicologias ocidentais, todas tendo como base o idealismo, sempre amparados numa razão primeira, numa predestinação. Exceto a psicologia existencialista, única que rompe com o cartesianismo e o racionalismo, na medida que dispõe de uma teoria antropológica para esclarecimento da personalidade.

René Descartes (1596 - 1650) é o fundador da metafísica moderna. Aos 23 anos teve três sonhos, os quais entendeu como iluminação divina lhe dizendo que continuasse a seguir seu caminho (em busca da ciência). Descartes entendia a ciência como única e que a moral, a física, a metafísica seriam ramificações desta ciência. O pensamento, para ele, era algo que se sustenta por si próprio, que prescinde de um corpo para existir, bem como prescinde do tempo e do espaço. É deste modo que Descartes transforma o eu humano numa substância outra que não o corpo, assim cai no dualismo corpo x alma (mente), sendo que para ele alma era o mesmo que pensamento. Então ele próprio era Descartes, independente do corpo que tinha, dos sonhos que tivera, do caminho que realizara e um ser no qual o pensamento acontecia como resultante de uma manifestação de um outro pensamento que pensa por si próprio. Portanto, ele, Descartes e todos os seres humanos, não são sujeitos dos pensamentos que têm, apenas o 'sofrem'.

Partiu do entendimento metafísico que o ser e a verdade são a mesma coisa. Para elaborar sua filosofia então teria que encontrar uma verdade primeira que seria o mesmo que o ser primeiro buscando como verdade primeira encontrar um ser primeiro, fazendo o caminho de invalidação dos sentidos, excluindo a possibilidade então de construir um conhecimento a partir do objeto. Entendia que o fato de olhar certo objeto não lhe dava a garantia de vê-lo como realmente é, visto que a visão, como os outros sentidos podem nos enganar. Passou a duvidar de tudo, pois entendia que tudo o que via poderia ser outra coisa que não o que realmente via, foi negando tudo que era passível de negação até que constatou que a única coisa que não poderia negar é que duvidava, e para duvidar era preciso pensar e para pensar era preciso existir, sendo que para Descartes pensar e existir eram sinônimos, assim chegou ao ser (ele - Descartes), que não dependia do pensamento e da dúvida, mas que era o próprio pensamento - substância pensante - *res cogitans* - chegando assim à primeira verdade, a um ser a partir do qual se poderia sustentar o conhecimento que era ele, Descartes

que tinha sonhado e que existia, pretendia com isso ter chegado a um ponto de partida ontológico¹⁵⁵.

Sendo este ser um pensamento “autônomo”, que pensa por si próprio, não tinha como sair dele próprio, Descartes, concluindo que existia então simplesmente porque pensava, mas este o é independente do corpo ou de qualquer outra coisa material. Padroniza essa lógica como uma idéia clara e distinta, saltando da “**ontologia à lógica**” e depois logicamente também chegando à existência de Deus. A partir destas idéias claras e distintas com a noção de perfeição que só poderia vir de um Ser Superior, logo perfeito, que seria quem propiciaria aos homens tais idéias claras e distintas, saltando depois mais uma vez logicamente de Deus à natureza. Dentro desta concepção cartesiana ligou três seres independentes, Deus, homem (microcosmo) e natureza (macrocosmo) logicamente, seres estes ontologicamente separados, no entanto, entendendo tal ligação como ontológica. Elaborou assim o cogito cartesiano que era essa ligação entre Deus, a *res cogitans* (pensamento que não ocupa lugar no espaço), a *res extensa* que era a realidade.

Na quarta parte de seu Discurso do Método pretendia através do iluminismo, com a prática do raciocínio chegar à verdade, entendia que a razão se auto-exporia com a prática do método racional, só assim se chegaria à idéia, à essência, à verdade. Acreditava que havia uma razão que governaria tudo (Deus) e que esta era uma idéia clara e distinta, a partir da noção de perfeição. Descartes entendia que sua existência era uma idéia clara e distinta, mas como ele era imperfeito, esta idéia certamente teria sido “dada” a ele por Deus, colocada nele por Deus, só estas idéias seriam verdadeiras. Desta forma, o objeto investigado jamais nos revelaria informações sobre ele mesmo, o que nos exclui a possibilidade de conhecê-lo a partir dele próprio, visto que o conhecimento estava em nós mesmos e esse conhecimento

¹⁵⁵ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ II, no Núcleo Castor.

vindo sempre de um pensamento que pensa por si próprio e em nada a investigação do objeto se faria necessária.

O caminho feito por Descartes foi primeiramente para provar a existência de Deus, através das idéias claras e distintas que só poderiam ser colocadas em nós por alguém perfeito (Deus), já que nós, imperfeitos, pela nossa própria condição, não poderíamos elaborar uma idéia clara e distinta.

“(…) via claramente que o conhecer é perfeição maior do que o duvidar, deliberei procurar de onde aprendera a pensar em algo mais perfeito do que eu era; e conheci, com evidência, que deveria ser de uma natureza que fosse mais perfeita (…)” (DESCARTES in: OS PENSADORES, vol. I, p. 47).

Coloca Deus como o único ponto de partida da ciência e preocupa-se com a ciência para não desmontar os pressupostos religiosos. Assim, publica o “Discurso do Método” com privilégio autorizado pela Santa Inquisição. Descartes atribui ao conhecimento o caráter de uma iluminação, desta forma o único lugar onde se poderia procurar é em si mesmo, o único conhecimento aceitável é dado por Deus, o homem não é capaz de produzir conhecimento, pois as idéias estão em nós, nós é que as fazemos aflorar. Deus para Descartes era perfeito, portanto impassível de enganos, aquele que triunfa sempre. Nesta perspectiva verificamos a existência das coisas, não por elas mesmas, pela objetividade, pela materialidade, na relação com as coisas, mas sim através de Deus.¹⁵⁶

Cabe aqui um novo parênteses, esclarecendo que é a partir deste entendimento que posteriormente as psicologias mentalistas irão trabalhar com os problemas psicológicos como sendo problemas na mente e não um sofrimento por problemas da realidade cabendo dentro desta lógica trabalhar com a análise do discurso.

¹⁵⁶ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ I no Núcleo Castor.

Husserl, já no início do século XX, se propôs a voltar às coisas mesmas, no entanto voltar às coisas mesmas para ele era voltar à razão, onde se poderia alcançar as essências, que eram as coisas mesmas em sua concepção. Desta forma o que se propunha era através do método racional, fazer uma depuração de idéias e através do raciocínio, isto é, passando pela subjetividade de cada um, chegar a uma intersubjetividade, chegar ao auto-expor-se da razão, que seria a essência das coisas, realizando assim o mesmo caminho de Descartes. Este era o caminho usado já pelos vedas, que descobriam o desejo das divindades, através da depuração de idéias e do uso da lógica que sempre os guiava a uma conclusão final, como, por exemplo, a compreensão que elaboravam sobre os trovões como sendo a expressão da ira dos deuses. Por este caminho, o resultado final que se chega é completamente outro que o que foi sendo levantado pelo caminho. Essa é a compreensão da civilização ocidental, que foi inaugurada pelos gregos, o entendimento que na realidade existe uma aparência, que é aquilo que vemos, ao que podemos chegar, e uma essência que é uma instância inatingível pelo conhecimento, atingi-la só é possível pelo raciocínio, pela razão, e um Eu interior. Tudo elaborado sobre um pressuposto religioso da existência do corpo e da alma.

Thales de Millete¹⁵⁷ guiou-se também à luz deste entendimento ao explicar os imãs pela existência de uma alma que os governava. “Compreendia a força do imã como uma força oculta, uma força de atração dada por uma alma, e esta força tinha uma ordem, já que, ao dividir em dois o imã, conforme a posição que são colocados se atraem ou não” (Bertolino: Palestra ministrada em 28/10/2004).¹⁵⁸

Tanto quanto Aristóteles com sua teoria do animismo que defendia a existência de uma alma oculta na natureza, o que transcendia a matéria, que seria o transnatural. Em Platão também está como em Husserl, segundo a lógica das sombras no *Mito da Caverna* ao se

¹⁵⁷ Um dos sete sábios da Grécia Antiga, considerado por Aristóteles o fundador da ciência física, ou seja, o primeiro grego a procurar a substância última das coisas, tendo-a identificado com a água (...) mas as afirmações realizadas na Antiguidade tardia sobre suas doutrinas e descobertas não são consideradas fidedignas. (BLACKBURN, 1997, p. 374).

¹⁵⁸ No IV Encontro de Psicologia Existencialista, promovido pelo Núcleo Castor, em Florianópolis.

chegar na lógica transcendental, chegar-se-ia às reminiscências e o conhecimento produzido pelo caminho é desconsiderado, pois o conhecimento deveria partir da opinião e, em Platão, o processo da produção do conhecimento consiste em passar da *doxa* que é a opinião para a *episteme* que é o conhecimento. Era portanto um processo de depuração de idéias cujo final resultava numa iluminação.¹⁵⁹

Enfim, o idealismo (epistemológico) pregava o conhecimento como sendo a idéia e não a manifestação dela, que seria a existência, assim se tem o conhecimento; conhecendo a essência, tem-se o conhecimento que se aplica a todas as existências e esta essência só se faz passível de conhecimento através do raciocínio, da depuração de idéias e não da investigação da objetividade.¹⁶⁰

Husserl, ao se colocar tal objetivo de voltar às coisas mesmas, deixou um hiato, visto que se lançou para as suas causas, seu caminho na verdade, foi de fundamentar uma metafísica que fundamentaria a ciência. A ciência não pode ser relativa, no sentido de depender da idéia de cada um que se propõe a produzi-la. Seu esforço era para esclarecer a gênese do conhecimento (no sentido de origem/ causa) e não sua produção, deste modo, a origem do conhecimento era em si próprio e não no fenômeno, era uma razão que se explicitaria.¹⁶¹

É graças à comunidade de todas as mônadas, constituídas em mim, que eu, sujeito filosofante, adquiero o pleno grau de evidência a que me é possível aspirar, e vejo que < só pode haver um único mundo objectivo, um único tempo objectivo, um único espaço objectivo, uma única natureza >. Baseada nesta evidência intersubjetiva é que há de construir a Filosofia objectiva que terá então o verdadeiro carácter duma < Filosofia Perene > : < Devido às constituições alheias constituídas no meu próprio eu, constitui-se para mim... o mundo comum a todos nós... > (HUSSERL in: FRAGATA, 1959, p. 180).

Um dos grandes equívocos de Husserl foi não ter verificado que a ciência é um fenômeno historicamente realizado. Partiu de um conceito de ciência que não prestava contas

¹⁵⁹ Que resulta no auto-expor-se da razão ou na evidência apodíctica em Husserl.

¹⁶⁰ BERTOLINO, subsídios de aulas ministradas em 1996/ II no Núcleo Castor.

¹⁶¹ Idem, aulas de 1997/ I.

à realidade, ao fenômeno, lançando-se assim para a produção do conhecimento científico a partir de uma visão equivocada, pois partiu da noção cartesiana de ciência, seguindo assim o positivismo lógico, caminho este incompatível com a ciência. No final Husserl queria realizar um caminho que Kant não realizou, que seria fazer ciência através da “razão prática” com a “razão pura”. A “razão pura” se manifestaria através da “lógica transcendental” ou a “lógica pura” que executaria uma auto-reflexão perfeita, diferente da “lógica formal” que é a lógica da contradição. A “razão prática” estaria implícita nos procedimentos, comportamentos, já a razão pura seria uma “razão transcendental” cuja manifestação determinava tais comportamentos, procedimentos. O que no fim das contas seria a *res-cogitans* que seria o eu humano/ o “microcosmo” e a *res-extensa* que seria o “macrocosmo” e estariam ligados visto que a natureza encarna este pensamento, isto é, faz com que o homem se comporte como ele se comporta. Assim o pensamento (microcosmo) se organiza da mesma forma que a natureza (macrocosmo), se organiza. E era exatamente esta a relação entre o micro e o macrocosmo que Kant se propunha a realizar.¹⁶²

Enfim, bem como Descartes que buscava uma filosofia única, Husserl buscava um fundamento universal, absoluto, ou seja uma verdade primeira que fosse base para a produção científica. Propõe-se a seguir num caminho diferente de Descartes, porém não conseguindo escapar ao cartesianismo ao cair no mesmo equívoco que foi não conseguir ultrapassar o conhecimento metafísico definindo as condições de possibilidade do conhecimento através das questões do conteúdo, aceitando que a forma de produzi-lo já estaria devidamente esclarecida e o conteúdo deveria obedecer a esta forma. Tem o entendimento que advém dos gregos que o conhecimento seria o desdobrar-se de um conhecimento a priori sustentado por si que se designaria como verdade absoluta, sendo assim todas as verdades de conhecimento seriam desdobradas desta verdade absoluta e a filosofia seria o caminho para atingir esta

¹⁶² Idem, aulas de 1996/ II.

verdade absoluta, segundo a visão tida por Parmênides da “Deusa” que lhe mostrou o verdadeiro caminho do Ser, da verdade. Todos teriam verdades parciais e a filosofia poderia ser definida como o método de depuração de idéias que levaria à verdade absoluta, sendo assim a “ciência das ciências”.¹⁶³

Husserl trouxe duas contribuições fundamentais à ciência, o conceito de *epoché*, que é a suspensão de juízo, o que permite ao cientista uma investigação rigorosa do objeto, garantindo sua legitimidade, independente daquele que o observa. Este foi um ponto de extrema importância no que diz respeito ao rigor da produção científica.

Outra contribuição fundamental foi a relação sujeito - objeto, sem a qual não há possibilidade de se produzir um conhecimento científico. Esta produção só é possível nesta relação, partindo de duas objetividades, o objeto a ser estudado e a partir e a respeito do qual será produzido o conhecimento e um sujeito que é necessário para a investigação e produção deste conhecimento, sem os quais não há a possibilidade da ciência.

Todavia ao cair no racionalismo ficou impedido da sua proposta de fazer ciência. Primeiro pelo fato de partir de um conceito de ciência equivocado, elaborado por Kant, que o colocou já no ponto de partida numa outra perspectiva que não a da produção de um conhecimento científico. Em sua concepção, esclarecer o fenômeno era esclarecer a sua origem, assim simplesmente *salta* do fenômeno para sua causa e a causa é outra que o fenômeno, trabalha assim com o conceito de causa e efeito, que determinista, base da metafísica.

Faz uso do psicologismo o que remete a uma subjetividade pura, de forma que a produção do conhecimento depende de cada um e não do objeto a ser investigado.

Quanto ao entendimento que a lógica é a ciências das ciências na qual se garante o conhecimento, primeiro é necessário ter presente que só há um modo de se produzir ciência, a

¹⁶³ Idem; ibidem.

lógica servia como um filtro de opiniões, já que a ciência não é produzida por opinião. Sua concepção é a mesma psicanalítica, cuja lógica está sempre de acordo com o inconsciente¹⁶⁴.

Propôs-se a voltar às “coisas mesmas”, no entanto as coisas mesmas para Husserl eram as essências, o transcendental e não o transcendente. Colocando o transcendente entre parênteses, nega uma condição *sine qua non* para a produção científica.

A busca da verdade absoluta será sempre resultante de uma consciência e não da objetividade, que é outra coisa do que foi levantado no caminho da investigação. Ou seja, de fato, com estes equívocos, Husserl jamais atingiria a ciência. Propondo-se a produzir conhecimento passando pela subjetividade de cada um para alcançar, por fim, a intersubjetividade, assim perdeu a objetividade, rompendo com qualquer possibilidade de produção científica. Não negava o transcendente, mas o considerava descartável para a fundamentação do conhecimento. É desta forma que constrói a fenomenologia, com base no que é transcendental, buscando sempre chegar às essências. “Husserl não se interessará pelos objetos transcendentais. Pretende descobrir as riquezas da consciência transcendental” (Fragata: 1959 p. 86).

Perdi o mundo, para ganhar de um modo mais puro, retendo o *sentido* do mundo com o qual estou tão imediatamente em contato, que os objectos assim considerados, não só estão presentes diante de mim, mas brotam de mim mesmo: < É de mim mesmo, do meu eu transcendental... que o mundo objectivo... haure... todo o seu sentido e valor existencial> (HUSSERL in: FRAGATA, 1959, p. 113).

¹⁶⁴ Idem, aulas de 1997/ I.

4.2 As Bases Antropológicas para uma Teoria Científica da Personalidade

Inicia-se esta parte salientando que, além dos autores citados literalmente, utilizamos como base de subsídios teóricos as aulas da Formação em Psicologia Existencialista, ministradas pelo Professor Pedro BERTOLINO, no semestre de 1998/ II, transcritas e cedidas pelo Núcleo Castor

Kant já havia distinguido transcendente e transcendental. Transcendente é o mundo exterior, que transcende a consciência, é tudo que é objetivo - o que chamaria de “ser real / natural”; transcendental é o mundo interior, ou o ser imanente, “ser irreal” (porém, irreal não no sentido fictício, mas no sentido de não ser aparente), e foi com esta mesma distinção que Husserl baseou sua fenomenologia.

É dentro de toda esta base racionalista que se desenvolve a “Teoria da presença formal do Eu” (Sartre: 1994, p. 43). Kant coloca que o “Eu penso deve poder acompanhar todas as nossas representações”, é importante salientar que Kant alegou a presença de fato de um “Eu penso”. Ao discutir sobre isso, Kant referia-se a experiência que temos, por exemplo, no pensar.

É fato que toda vez que se pensa, se é o ser que pensa e se constata como sujeito deste pensamento. Não há como eu pensar agora que estou escrevendo este trabalho e não ser consciência de estar pensando. Sou consciência de estar pensando e consciência de ser consciência de estar pensando. É inegável a experiência que tenho de pensar e de ser proprietário (a) deste pensamento. Para que este pensamento seja meu, é preciso de um Eu no horizonte deste eu penso, isto é, é necessário que haja as representações (pensamentos) e Eu (um sujeito destas representações). É isto que Kant estava esclarecendo, e, tendo como objetivo discutir questões de direito, foi este o limite que se deu. Com esta argumentação, nos parece que Kant já via a existência de momentos da consciência em que não haveria um Eu, do contrário não diria “deve poder acompanhar”.

Entretanto os neo e pós-kantianos deram uma outra compreensão à constatação de Kant, claro, impregnados pela visão racionalista estabelecida desde os estóicos¹⁶⁵, entendendo que tal constatação nos colocava frente à existência inegável de um “eu empírico”, que seria um eu objetivo, que aparece, que faz, que está no mundo, entretanto, este “eu empírico” seria, na verdade, manifestação de um “Eu interior” que o comandaria, ou seja, “um Eu Transcendental”. O “Eu transcendental” foi colocado então como condição de possibilidade para o “Eu empírico”.¹⁶⁶

É com esta base sustentada em diversos equívocos que se tentou, até 1933, delimitar qual seria então o objeto de estudo da Psicologia. Havia até então, duas posições fortemente defendidas em relação à personalidade (ego): de um lado, aqueles que compreendiam a existência de um Eu como uma presença formal na consciência, como Kant e Husserl. Já, de outro lado, os que ‘acreditavam constatar’ o ego como uma presença material na consciência, material enquanto conteúdo. Desta forma o Eu seria uma presença constante na consciência em alguns casos, ou como manifestação de algo que está por trás dela (uma manifestação do inconsciente), em outros casos, como na racionalidade psicanalítica.

Sartre vai ao fundo neste problema epistemológico e aponta que as pesquisas em psicologia utilizam-se de conceitos pré-estabelecidos para examinar os fatos, mas o fazem implicantemente. Caso contrário, como se diferenciaria os fatos emotivos daqueles que não o são? Como os conceitos *a priori* permanecem implícitos, e acabam sendo formados aleatoriamente, sem compromisso com a rigorosidade científica. (ERLICH. 2002, p. 32).

É diante destas elaborações estabelecidas e compreendidas historicamente que Sartre se deu como objetivo estudar a filosofia em toda a sua base de conhecimento, para produzir

¹⁶⁵ O estoicismo é uma filosofia lógica, física e moral unificada ensinada em Atenas. O primeiro estóico conhecido foi Zenão de Cicio, fundador da escola por volta de 300 a. C.. Os estóicos do período intermediário, dentre eles Panécio de Rodes e Posidônio de Apaméia (c. 135 – c.51 a. C.) introduziram o estoicismo no mundo romano. O estoicismo do último período foi romano, tendo como alguns de seus membros mais ilustres Epicteto, Sêneca e o imperador Marco Aurélio. “O ponto crucial da filosofia estóica era uma ética do consolo através da identificação com a ordem moral imparcial e inevitável do universo. É uma ética de serenidade auto-suficiente e benevolente, em que a paz do homem sábio o deixa indiferente à pobreza, à dor, e à morte. (...) Ao estar acima de tudo isso o estóico é também menos humano, e a procura da indiferença estóica torna-se uma celebração da apatia” (Blackburn: 1993, p. 128).

¹⁶⁶ Idem: aulas de 1998/I.

uma psicologia que conseguisse dar conta de seu objeto de estudo e intervenção em termos científicos efetivamente. Para tal, fez o caminho desde a ontologia, consolidando uma antropologia que funda as bases da compreensão da personalidade na psicologia existencialista.¹⁶⁷

Sartre começa a sua exposição sobre a teoria da personalidade questionando exatamente a necessidade de se admitir a existência de um Eu Transcendental e, alertando que, se esta resposta for negativa, suas conseqüências seriam:

- 1º, que o campo transcendental torna-se impessoal ou, se se prefere, 'pré-pessoal', ele não tem Eu;
- 2º, que o Eu não aparece senão ao nível da humanidade e não é senão uma face do eu, a face activa;
- 3º, que o Eu penso pode acompanhar todas as nossas representações porque surge sobre um fundo de unidade que ele não contribui para criar e que é esta unidade prévia que, ao contrário, o torna possível;
- 4º, que seria lícito perguntar se a personalidade (mesmo a personalidade abstracta de um Eu) é um acompanhante necessário de uma consciência ou se se não pode conceber consciências absolutamente impessoais. (SARTRE, 1994, p. 46).

A primeira questão a ser esclarecida frente a tais equívocos seria como pode haver uma consciência diferente de um Eu se há uma unificação das consciências. É basicamente em função de uma compreensão sem a mediação da ciência, que se lançou mão de um Eu Transcendental para tornar possível tal ato. Entretanto, é exatamente o objeto transcendente que nos permite unificar tais consciências, tal fenômeno foi muito bem colocado com a noção de intencionalidade da consciência desenvolvida pelo próprio Husserl.

Bem, primeiramente temos que responder à pergunta se existe uma dimensão pré-pessoal (ou impessoal) que seja anterior à personalidade. Para não sermos acusados de cair num psicologismo, e de não trabalhar cientificamente, esta resposta não pode ser respaldada somente no campo da psicologia.

¹⁶⁷ BERTOLINO: subsídios das aulas de 1998/ I.

Ao verificar-se um bebê, constata-se que ele ainda não diferencia, por exemplo, a cadeira da mesa, bem como, nos primeiros meses não se diferencia das coisas e dos outros, sua consciência é indiferenciada, ele não se relaciona com as pessoas, nem com as coisas como sendo fulano, mas simplesmente existe, ainda não se essencializou, não se singularizou, ainda não se personalizou. Deste modo, sua personalidade é ainda um vir-a-ser. Não deseja-se com isso afirmar que há um momento em que a personalidade esteja ‘pronta’, mas que ela se estrutura sim, porém a partir de um processo de relações. Mesmo quando já estruturada, pode ser alterada, através de um processo de totalização - destotalização - retotalização (que é, lembra-se aqui, um processo contínuo e dialético, não para). Com esta constatação, vê-se o que diz respeito à psicologia, sobre a existência de um plano pré-pessoal à personalidade.

(...) há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser por qualquer conceito: este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana. o que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra-se mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como existencialista ou concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não há nada: só posteriormente será alguma coisa que será aquilo que ele fizesse mesmo. (SARTRE: in OS PENSADORES, 1987, p, 5 - 6).

No que diz respeito à consciência existe uma consciência (a consciência irrefletida) que é condição de possibilidade para qualquer outra consciência, é a dimensão transfenomênica do sujeito. Como constata-se sua existência? Na realidade, toda consciência é a relação que estabelecemos com os objetos, um acontecimento, acontece primeiramente como uma consciência irrefletida. Por exemplo, agora estou sentada em frente ao computador, digito, de vez em quando paro para pensar, qual rumo darei aos meus registros, paro, penso no que é consciência, resgato o conceito, digito, penso no que é importante esclarecer posteriormente, digito, construo as frases. É só quando paro para ler o que está escrito que vou me apropriando do que pensei e escrevi e do texto que estou elaborando, neste momento aparece o Eu que pensou através de meus registros. Paro e penso, se o que pensei está correto, se não deveria acrescentar algo mais, tais pensamentos aparecem como sendo meus

pensamentos, sou então sujeito destes pensamentos. Não existe um inconsciente governando o que penso, escrevo, ou ainda o que poderia escrever, não escrevo por tais conteúdos estarem num nível mais profundo do “inconsciente”. A partir desta reflexão, vê-se que também no campo disciplinar da ontologia constata-se a existência de uma dimensão pré-pessoal anterior à personalidade.¹⁶⁸

Salienta-se aqui que o inconsciente nada mais é do que a substituição do mito da razão, uma força primeira que governa o homem e o leva a determinadas ações, independente de que estas sejam conscientes por parte do sujeito. Sendo assim, incompatível com uma perspectiva científica, já que não é alcançável e é determinista quanto ao ser do homem.

Ao se remeter à disciplina da antropologia verifica-se historicamente a evolução humana, constata-se que o homem não foi sempre assim. Enfim, pode-se constatar tanto na disciplina de psicologia, da ontologia e da antropologia como existe, de fato, uma dimensão impessoal anterior à personalidade. Precisa-se agora compreender detalhadamente como esta se dá. Foi só então que, pela primeira vez se entendeu a personalidade partindo da realidade objetiva, ou seja, cientificamente.

Sartre faz uma distinção entre o “*je*” e o “*mói*”, sendo o “*moi*” o eu psicofísico, a personalidade concreta, a totalidade psicofísica constituída através de um processo histórico de totalização - destotalização - retotalização, resultante de uma unificação psicofísica do corpo e consciência, incluindo desejos, dinâmicas psicológicas, projeto, emoções.

O *je* é abstrato, é a face ativa da personalidade, é o perfil que aparece, o eu que pensa, que age, que escreve. Os acontecimentos psicológicos alcançam e afetam o *moi*. O *moi* é o ser inteiro que é atingido. Não há como um ser objetivar-se senão num “perfil”¹⁶⁹, não há como alcançar um ser em todos os perfis ao mesmo tempo, bem como um ser, um sujeito não tem

¹⁶⁸ Idem; ibidem.

¹⁶⁹ Perfil é a objetivação do sujeito frente a determinado objeto (seja ele uma pessoa ou coisa), ou, no concreto, as faces ativas que constituem o ser humano, tais como: homem frente a uma mulher, pai frente ao filho, profissional frente suas obrigações de trabalho ou colegas de trabalho e chefias, e assim por diante.

como dar-se em todos os perfis ao mesmo tempo, assim o *je* é sempre um perfil do *moi*. O *je* dá-se como objeto quando constato, **fui Eu que pensei nisso**. Não há como aparecer o perfil do *mói*, o que aparece são os perfis do *mói*. Entretanto isso mostra que a pessoa não se reduz aos seus perfis, há uma pessoa concreta que não se pode alcançar de uma só vez. Exatamente por ser a totalidade, o *mói* não tem como se objetivar, ele é impessoal.

Para realizar esta compreensão é importante entender os conceitos de “concreto” e “abstrato”. Abstrato é quando se focaliza um objeto dentro de um contexto, porém recortado deste de forma que ele se destaque, como se pudesse existir fora desse conjunto. A ciência trabalha com abstração, a investigação de um objeto abstrato parte do próprio objeto. Porém, atenção, abstrair o objeto do conjunto não significa transportá-lo à nossa mente, como fez Husserl.

Existe uma dimensão ontológica que é impessoal, constata-se que as pessoas se relacionam com as coisas, com os outros, num plano impessoal. No homem, como afirmou Sartre, na obra ‘O Existencialismo é um humanismo’, “a existência precede a essência”. (SARTRE in: OS PENSADORES: 1987, p. 5 - 6).

A condição de possibilidade para o ser humano constituir-se numa essência, numa singularidade incluída numa série de seres humanos, é existir. Os comportamentos espontâneos são apenas um indicativo disto. O *je* e o *mói* são co-extensivos, ao alcançar o “fenômeno de ser” (*je* - O fenômeno de ser é a objetivação do homem num dado perfil), alcançamos o “ser do fenômeno” (*mói*- O ser do fenômeno é o fenômeno em sua totalidade, que ultrapassa sua objetivação num perfil).

Ao se alcançar um sujeito num dado perfil, profissional, por exemplo, se alcança o sujeito concretamente, há uma opacidade entre os perfis e, assim, não têm como serem transparentes um ao outro, visto que não tem como aparecer em todos os perfis. O sujeito não se reduz ao conhecimento que se tem dele, mas também não é outra coisa que isso. O Eu, ao

nível da humanidade é ontologicamente anterior a ser João, Maria ou José. O *moi* é o ser psicofísico, o que passa pelas relações concretas e históricas na materialidade. A história de uma pessoa não se unifica se a pessoa não tem uma visão sobre sua história, isto é, uma consciência de sua história, o que implica numa apropriação de suas experimentações-de-ser por ela vividas historicamente.

Não ocorrendo esta totalização, de qualquer modo sua história existiu, porém não é unificada como a história de ‘tal pessoa’, visto que a história só se unifica diante de uma consciência. O homem é resultado de sua história e não sua história é resultado do homem, não há um determinismo genético, muito menos dado por uma razão primeira.

Sartre nos pede para entender a idéia de “ser-no-mundo” no sentido de movimento e, aqui, isto significa que todo fenômeno psíquico tem de ser completo no movimento de síntese, como, aliás, acontece às notas de uma melodia. Assim, o Ego se constitui em unidade de transcendências e as transcende ele mesmo, na medida em que não se reduz a nenhuma delas e nem à soma das mesmas: “quando incorporo meus estados à totalidade concreta MOI, não lhe acrescento nada” (TE, p.59). Há uma implicação mútua entre os fenômenos psíquicos e o EGO, mas este resulta transcendente e, sem ele aqueles não existiriam porque, ao fim das contas são constituídos pelo Ego. (BERTOLINO, 1979, p. 23).

Claro que o homem não é sujeito absoluto de sua história, mas participa de um processo dialético e coletivamente. Há coisas em que os outros escolheram você ser e você efetivamente foi e também, coisas que os outros escolheram e você fez outra coisa disso. O que viabiliza estas duas posições é a estrutura de personalidade que lhe permite ou não a possibilidade de fazer outra coisa do que os outros fizeram de você. O homem é sempre responsável, não é possível afirmar que ele seja o responsável absoluto por ser o que é, às vezes se aceita, ou mesmo escolhe, o projeto que os outros nos colocaram. A liberdade é ontológica, há sempre uma escolha na base. Você sempre pode dizer não, a questão é o preço, a mutilação que um ser sofre, a perda da realização de um ser. A liberdade implica numa materialidade, é sempre um ser psicofísico, com uma história, que está num determinado ponto no tempo e no espaço e diante de uma estrutura de escolhas que lhe impõe um dado

campo de possibilidades. Ser livre é estar em movimento e escolher a direção deste movimento. O homem é livre por estar no mundo e assim não há como escapar à materialidade, pois esta lhe exige escolher.

Porém, se realmente a existência precede a essência, o homem é responsável pelo que é. (...) ao afirmar nos que o homem se escolhe esse mesmo, queremos dizer que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um único de nossos atos que, criando o homem queremos ser, não esteja criando, simultaneamente, uma imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser. (SARTRE in: OS PENSADORES, 1987, p. 6).

Enfim, é preciso compreender a estrutura da consciência para que se respalde esta visão da psicologia que não comporta um Eu transcendental comandando o Eu empírico.

4.2.1 A Constatação da Prescindibilidade da Existência de um Eu Transcendental

Com efeito, Sartre tem de ser lido e compreendido a partir do princípio da INTENCIONALIDADE: somente por ele toda a reflexão do nosso autor se sustenta. É que, o mesmo, depois de radicalizado por Sartre, converteu-se na expressão rigorosa da própria consistência ontológica da realidade objetiva de Sartre partiu sempre dela e a ela sempre retornou para verificar a coerência das suas teorizações. Pois, como já registramos, e vale a repetir, o propósito sartreano sempre foi, desde a juventude até hoje, compreender a realidade humana de modo que se respeitasse a plena autonomia da consciência por um lado, e, por outro, o total determinismo das coisas. Daí seu empolgação pela Fenomenologia e por sua idéia fundamental: a INTENCIONALIDADE (BERTOLINO, 1979, p. 6).

A consciência irrefletida é condição de possibilidade para qualquer outra consciência, toda consciência ocorre, primeiramente como consciência irrefletida, (onde só tem *je*, não tem *móí*), conforme figura I. É a dimensão transfenomênica do sujeito.

| | | |
|--|------------------|-------------|
| C Consciência R P O (Irrefletida) | Cs Reflexiva | Crítica |
| | | Espontânea |
| | Cs Pré-reflexiva | Percipiente |
| | | Imaginante |

FIGURA I – Estrutura das Consciências

Fonte: Modelo proposto por Prof. Pedro Bertolino na aula de 22.04.1998 no Núcleo Castor.

A consciência pré-reflexiva não tem Eu, não há reflexão nesta consciência e ela só pode dar-se como percipiente, que seria uma consciência posicional de um objeto real, ou imaginante, que seria a consciência posicional de um objeto irreal, um objeto em imagem. Não entenda-se como uma consciência que se tornará reflexiva, mas sim como uma consciência que não tem a mediação da reflexão na sua relação com o objeto. Quando se está no plano do pré-reflexivo, ocorre de se atravessar a rua sem olhar, contudo, atenção, quando não se olha por se estar absorvido numa reflexão com outro objeto, já não é mais consciência pré-reflexiva, mas sim reflexiva espontânea. Neste plano, não se conduz a relação com o objeto, se é conduzido por ele.

Já a **consciência reflexiva pode dar-se como reflexiva espontânea** que é posicional do objeto, mas não posicional do Eu para si. Ex.: Qualquer pessoa que sabe dirigir e o faz com uma certa segurança, geralmente posiciona seu objeto (no caso dirigir o carro) espontaneamente, não está localizada de que é ela, fulana, que agora, tem que passar a marcha, apertar a embreagem e soltá-la a medida que acelera, etc., ela simplesmente dirige, como que automaticamente. Na reflexão espontânea se conduz a relação com o objeto, mas sem considerar a própria condição, ‘o eu que dirijo’, é não posicional do eu, então não se leva em cota critérios, as expectativas do outro, etc. Na reflexão espontânea você pensa e age sem levar em conta quem você é. Já a **consciência reflexiva crítica** é posicional do objeto e

posicional do eu para si, seria o caso de alguém que está aprendendo a dirigir. Comumente além de estar atento para cada procedimento, como deve prosseguir, preocupa-se em estar fazendo certo, teme fazer algo errado por não dominar tal conhecimento. Já na medida que o que apreende, o converte em saber de ser, melhor dizendo, a cada nova situação em que dirige e dirige adequadamente ao apropriar-se, estará gerando saberes de ser motorista, até constituir um estado, que é a certeza de ser motorista, sendo este um novo perfil de sua personalidade.

A reflexão, percepção e imaginação são ‘fenômenos de ser’, mas não se reduzem a isso, são co-extensivas ao ‘ser do fenômeno’, o irrefletido, implica numa dimensão transfenomênica. A condição de possibilidade para que haja reflexão, percepção ou imaginação é ser corpo e consciência (irrefletida), estar no tempo e no espaço, é a condição ontológica que possibilita o antropológico, e, portanto, o psicológico.

Deste modo, a consciência irrefletida é a consciência que não foi ainda ou não está sendo tomada como objeto por outra consciência reflexiva. A consciência refletida é a consciência que já foi tomada como objeto, já foi apropriada, assim é uma consciência ‘minha’, enquanto que a consciência irrefletida não é ‘minha’, mas sim, impessoal, por não haver sido por mim totalizada. A consciência reflexionante é aquela que toma outra consciência como objeto.

Até Sartre tudo ficou reduzido ao cogito reflexivo, ignorava-se a consciência irrefletida, por aí é que havia o direcionamento a entendimentos da existência do inconsciente, assim a dimensão transfenomênica do sujeito foi perdida, não havendo então uma condição ontológica. Assim o homem era corpo e pensamento, passou então a ser redutível ao objeto e tudo virou pensamento. Com o cogito, Descartes reduziu a consciência ao pensamento, entretanto, há três possibilidades de consciência - reflexiva, imaginante e percipiente. Desta forma, a consciência reflexiva não se reduz à reflexão que ela executa, na ausência da reflexão resta ainda a consciência irrefletida. Na visão racionalista tentou-se esclarecer a

consciência a partir dela própria, esquecendo o corpo, se tentou esclarecer pensamento por ele próprio, sempre numa perspectiva idealista.

Na consciência de 1º grau o sujeito e o objeto são ligados. Sempre que isso acontece, não tem como ignorar que aconteceu. A consciência de 1º grau é autônoma, não evolui para outra consciência, são independentes, não há passagem de uma para outra, uma desestrutura a outra ao apropriar-se dela.

A pessoa unifica suas experiências a partir de um processo de apropriação que se dá através de uma consciência de 2º grau que toma como objeto uma consciência de 1º grau (irrefletida) e, mediado por uma racionalidade se apropria, ou seja, realiza um arranjo racional de suas experimentações-de-ser no mundo. Esse arranjo racional poderá ser adequado ou não, isto é, pode corresponder com a realidade ou não, conforme as possibilidades do saber de ser desse sujeito em converter-se o sujeito de tais experimentações por ele vividas. Quando ocorre essa apropriação efetiva de ser, designada por Sartre por ‘compreensão psicológica’, ocorre a alteração do saber de ser do sujeito. Muito comumente, uma “reflexão moral” o impede de realizar esta apropriação por função da racionalidade dominante no seu sociológico e em sua personalidade, já que a reflexão moral se sustenta numa fundamentação empírico-metafísica, com vistas ao controle social e do comportamento.

É neste impasse que surge a possibilidade de uma divisão proveniente deste corte que se impõe entre o sujeito que realizou tais ações, e aquele que se reconhece sendo no sociológico, mantendo a pessoa aprisionada nessa divisão “esquizofrenizante”, e, claro, no desespero, restando-lhe somente a má-fé.

Na concepção existencialista de complicações psicológicas, a esquizofrenia é uma complicação do sujeito, resultante de sua vida de relações e não de processos mentais, que o leva a uma situação material, objetiva de divisão de seu ser, experimentando-se no mundo

frente a duas efetivas possibilidades de ser. Compreensão esta totalmente outra que a psiquiátrica, pois rompe com a noção de doença mental.

O termo má-fé, utilizado neste trabalho e sustentado na teoria existencialista sartreana constitui uma dinâmica psicofísica em que o homem busca mentir a si próprio, porém não como uma estratégia pensada, mas na cumplicidade com seu próprio saber-de-ser.. Diferente da mentira na perspectiva moral.

Sartre explica que a má-fé é um comportamento de “fé” e não uma mentira cínica. Isto significa que ela é um fenômeno de crença. A crença é uma adesão do ser ao seu objeto: quem crê está mergulhado na situação, sem conseguir tomar distância dos seus princípios religiosos, por isso mesmo não os põe em questão. Da mesma forma os católicos fervorosos, que acreditam que “Deus” está neles, não se questionam, nem questionam seu credo, pois não mantêm distância para tanto. A má-fé é, portanto, uma crença. **Ela não é, assim, uma decisão reflexiva do sujeito (do tipo ‘quero me enganar’), mas uma experiência espontânea de nosso ser, na qual estamos inteiramente mergulhados.** Enquanto a vivenciamos, estamos “grudados” a ela, sem distância para poder questioná-la. A má-fé não é, portanto, um *estado* de ser, mas sim um processo através do qual a consciência se afeta a si mesma de má-fé. Através dela o sujeito busca fugir do que não pode fugir, ou seja, fugir do que é. (SCHNEIDER, 2002, p. 108 – grifo da autora)

Este é um equívoco básico das outras psicologias, pois acabam trabalhando numa perspectiva subjetivista, assim não escapam à moral. O que a psicologia tem que proporcionar ao homem é que este ganhe condições de tomar sua história nas mãos, no sentido de fazer-se efetivamente sujeito no mundo, realizando o ser que deseja ser, mesmo num mundo em que há uma moral imposta e pré-estabelecida, a qual o homem vem sendo submetido e esvaziado, um mundo onde há múltiplas racionalidades e o homem precisa aprender a lidar com essa diversidade. A absolutização de um sistema de racionalidade promove a complicação psicológica. (Ver Anexo 19 –Leis Científicas: Sistemas de Racionalidades).

Um problema psicológico é sempre um problema de impasse de uma “apropriação psicofísica” de “experimentações de ser”. Nas situações mais extremas de problemas

psicológicos não há perda de consciência, há sim uma desestruturação da personalidade, sendo a personalidade um fenômeno objetivado de ser. Há um dinamismo psicofísico que não alteramos através da boa vontade ou um pensamento positivo é preciso um processo de alteração da personalidade.

A apropriação psicofísica é o que Sartre denomina como compreensão psicológica, que é a apreensão psicofísica, e não reflexiva, do sujeito relativamente as suas experimentações de ser, que são as afetações do sujeito sempre numa implicação noemático-noética, ou seja, a emoção que entra frente a determinado objeto, sempre inserido numa dada atmosfera humana, constituída por um conjunto de ocorrências sócio-históricas, portanto materiais e temporais.

4.3 O Processo de Objetivação do Sujeito no Mundo

Para alcançar esse objetivo, precisa-se esclarecer a Temporalidade Física.¹⁷⁰ Segundo Bertolino, “O presente é a infinita enzimal, isto é, o presente é zero, não tem como calcular. Agora o tempo é infinito, então é um infinito processo de conversão física do futuro em passado. Isso que é a temporalidade física”.

Como se é presente, está-se num determinando ponto do tempo e do espaço, já que o futuro só se impõe como futuro frente a um sujeito, sendo esse sujeito não se tem como ignorar que existimos, que estamos diante de um dado futuro e temos atrás de nós um certo passado, já determinado por um tempo físico, assim não temos como ignorar que há também um tempo físico diante de nós. Sendo sujeito, corpo e consciência frente a um futuro, tendo um passado em que se foi de tal forma, se fez tais coisas, esteve em certos lugares, portanto,

¹⁷⁰ Entrevista concedida pelo Professor PEDRO BERTOLINO, filósofo, relativamente ao processo de objetivação do sujeito no mundo, Florianópolis: 30.05.2004, a qual permeia toda a exposição deste item. - Ver modelo de Temporalidade Física em anexo.

não tendo como ignorar o ser que se fez ao longo de sua história e que nesta história, fez escolhas, dentro de certo contingente, num dado campo de limites e possibilidades, fez-se o ser que resulta aí no mundo hoje.

Essa temporalidade física, portanto impõe uma temporalidade psíquica, isto é, ocorrências físicas futuras estão sempre ativando ocorrências físicas passadas que afetam o sujeito em ato, ou seja, ali em dado momento presente, alcançando-o na integralidade de seu ser, ou seja, conforme utiliza Sartre, 'Moi'. Sendo assim somos constantemente afetados por forças do passado, ativadas por um futuro.

Da temporalidade física se desdobra inevitavelmente uma temporalidade psíquica, onde se gera o Moi - sujeito psicofísico. Gerado o Moi, o mesmo está inserido numa materialidade, onde se têm ocorrências sócio-históricas futuras, isto é, materiais e históricas, que dão descargas no eu- no- horizonte, gerando descarga para que esse eu se movimente, ao se movimentar. O Moi psicofísico vai se implicar em outros, quer dizer, o movimento de um sujeito vai movimentar os outros, que movimentará o conjunto do sociológico. Ao movimentar o sociológico, um descarrega "forças noemáticas"¹⁷¹ no outro, os arranjos racionais imanentes, que são as possibilidades de ser de um dado sujeito, se altera pela função dos outros e os arranjos racionais do sociológico também se alteram por função das forças que atuam nele advindas deste dado sujeito. Ao mesmo tempo, esse Moi que está se objetivando no mundo como homem, marido, filho, etc, está implicado com o seu cogito do passado, com um saber de ser do passado que ele não pode escapar, o sujeito que foi. Esse sujeito que foi se fez por função de ocorrências sócio-históricas que eram futuras e, que, passando por essa infinita enzimal, do eixo de y, portanto, zero, se tornaram passadas. Essas ocorrências aconteceram e não tem como não terem acontecido. Por isso essas ocorrências são físicas e mantém um eu- no- horizonte passado, são físicas e não há como escapar.

¹⁷¹ As forças noemáticas são a força que dados objetos ganham através do processo histórico, obtendo assim a propriedade de afetar um dado sujeito

O eu – no – horizonte surge inevitavelmente diante de nós através do imaginário, propriedade do ser humano de ser alcançado pelo futuro quando ele ainda não ocorreu. A experimentação do eu- no – horizonte é, portanto, a experimentação do sujeito frente a seu futuro, no campo de possibilidades que se recorta e se impõe a ele, resultante de sua história até então. Já a experimentação de ser-como-horizonte alcança o sujeito na sua totalidade, o Mói, como já citado anteriormente.

Esse eu-no-horizonte passado do qual não se tem como escapar então gera no sujeito certezas de ser, destas certezas de ser que estão sustentadas num dado sócio-histórico, por conseguinte material, real, vivido, experimentado e cada um dos acontecimentos importantes equivaleram a uma folhinha da qual a formiga lançou mão e levou ao ninho, isto é, um acontecimento pelo qual o sujeito passou e a reflexão espontânea o recolhe e realiza o arranjo racional imanente, resultando então num determinado campo de possibilidades futuras que se impõe a este sujeito, implicando-o no horizonte.

Porém é fundamental que fique claro que este processo ocorre espontaneamente. Se fosse possível escolher quais folhinhas levar ao ninho e como levá-las, não haveria impasse psicológico e toda a base psicanalítica teria sustentação enquanto intervenção, pois seria somente uma questão de reflexão, portanto, de acertar o discurso, mudando a forma de pensar. Ele ocorre espontaneamente por força de uma atmosfera virtual que se arma e na qual o sujeito é alcançado. (Ver Anexo 10 - Modelo da Constituição da Atmosfera Humana).

Cabe aqui um novo parênteses esclarecendo que à base do método psicanalítico está a hermenêutica, desenvolvida basicamente na filosofia por Heidegger cuja concepção era a filosofia como a arte da interpretação da linguagem, e o movimento desta linguagem resultaria na interpretação desta por ela própria. Equipara-se a atuação psicanalítica da associação livre de idéias. Intervenção feita total e restritamente na base do discurso.

Esses arranjos racionais imanentes vão receber descargas de arranjos sociológicos, que são os arranjos racionais transcendentais, do tecido sociológico no qual o sujeito está implicado, isto é, imanentes aos outros, e, por outro lado, os arranjos racionais imanentes vão descarregar forças no conjunto dos arranjos sociológicos ou transcendentais.

Porém, lembra-se que, todo esse dinamismo está sendo posto em movimento pelas ocorrências físicas futuras que se impõe inevitavelmente para todo e qualquer homem. Porém é importante ter em conta que a apropriação das ocorrências vividas passa por uma racionalidade, que funciona como filtro para a apropriação de cada ocorrência experimentada pelo sujeito.

A objetivação do sujeito singular se dá tendo um horizonte passado que só se faz presente através dos outros e das coisas, mas o futuro está constantemente lhe impondo “ocorrências físicas” que estão afetando um conjunto todo que é um fenômeno dado.

Por exemplo, quando ocorre um terremoto, ocorre em certa região geográfica, promove certos danos, atinge a materialidade e as pessoas nessa materialidade, valendo a redundância, provocado por uma ocorrência física. Utilizando como base o Modelo da Constituição do saber de ser que trata da alimentação das formigas saúvas (Ver anexo 11 – Modelo da Constituição do saber de ser), para esclarecer esse fenômeno, constata-se que a ocorrência física do terremoto implica em uma série de folhinhas que serão levadas pelas formigas, isto é, o pensamento espontâneo, aos formigueiros singulares que constituem os fungos (saber de ser de cada indivíduo atingido), provocando a alteração dos fungos e que terão desdobramentos nesse sociológico que foi atingido, na medida em que, diante de dado acontecimento físico, para enfrentar os danos e tendo em comum toda essa realidade física por confrontar-se, impõe-se uma tarefa em comum que os tece num ‘baleutros’.¹⁷² Por ser um

¹⁷² “Baleutros”, expressão utilizada pelo filósofo PEDRO BERTOLINO. Eu – outro – coisa – eu, eu passando pelas coisas, pelos outros, o outro também passa por mim, tem as coisas que escapam também, tem todos os cruzamentos. BERTOLINO: 30.05.2004.

pensamento espontâneo que leva às folhinhas ao formigueiro é que não se tem como escolher quais folhas e como estas serão levadas, dado que isso ocorre no plano da espontaneidade. Essas forças físicas descarregadas sobre o sociológico vão induzir ao coletivo, que é a tarefa em comum, esse coletivo vai estar organizado em sistemas de racionalidades que, por sua vez, estão objetivados em instituições, igreja, estado, etc.

Ao mesmo tempo em que, por ser a realidade dialética, esses desdobramentos e reações dos formigueiros afetando o sociológico terão função nos sistemas de racionalidade, numa implicação dialética, desdobrando-se em forças que atingirão as instituições. Sendo que esta alteração do sociológico, vai provocar em cada sujeito singular que o constitui, uma descarga de forças na sua personalidade, provocando novos arranjos racionais imanentes, constituindo um dinamismo psicofísico objetivado na realidade humana e mundana.

As racionalidades instituídas pelas instituições vão induzir ao singular, no singular ele vai ter que se modificar, se modificando no singular, o desejo de ser dele será reduzido ou aumentado. Então esse acontecimento natural, acaba tendo função no desejo de ser de cada um, na medida em que teve função nas possibilidades materiais das quais dispõe. Com tais possibilidades alteradas, afeta também seu projeto-de-ser, que também se encontra irremediavelmente implicado nesta materialidade sócio-histórica.

O projeto de ser é o movimento concreto do homem no mundo através do qual ele se faz quem é, sendo o desejo de ser a força resultante destas ações do homem no mundo, alcançando-o e atuando no sujeito de modo a atraí-lo cada vez mais para esse futuro, resultante de seu projeto de ser. Importante esclarecer que tal elucidação está na base da compreensão de uma personalidade e este funcionamento fica comprometido quando se está diante de uma psicopatologia.

É nesse fenômeno complexo que o sujeito está condenado a ser livre, como disse Sartre, na medida em que estando num dado campo de possibilidades ele se elege, com maior

ou menos alienação, mas não tem como escapar à responsabilidade de suas ações e às implicações destas com o ser dos outros. Assim, não há como escapar ao sociológico, esta é uma constatação científica da antropologia, na medida em que o homem é encontrado imbricado na realidade humana e nas relações que estabelece e que ocorrem em dado contexto histórico e material.

Encontrando-se imbricado em determinado sociológico, é preciso conhecer a constituição interna do sociológico (Ver anexo 03 – Modelo do Tecimento Humano) que é material, que tem forma e contra-forma. Segundo Bertolino, “é expressamente um *balett*, movimentos articulados geometricamente formando uma situação e esse *balett* se move sempre para um futuro, queira-se ou não”.

Os homens estão, assim, sempre colocados e provocados por um futuro, esse futuro a partir de ocorrências físicas e materiais, a aula por ir, o filho por atender, a comida por comer, o cliente por receber, as contas por pagar, o churrasco por ir, o amigo por rever, é nessa realidade concreta e simples, ao mesmo tempo em que complexa, porque constituindo fenômenos contíguos, (Ver Anexo 14 – Modelo da Ontologia Fenomenológica), ou seja, um homem, que está no mundo, no meio dos outros e das coisas, no ponto de tempo e do espaço e diante de um futuro, tendo um dado passado atrás de si. Então vamos trabalhar com um exemplo bem prático e comum, nos valendo da obra “O Paciente Psiquiátrico” do psiquiatra holandês Van den Berg, publicada no original inglês em 1956.

O homem e o mundo: É inverno. A noite está caindo e eu me levanto para acender a luz. Olhando para fora, vejo que começou a nevar. Tudo está coberto pela neve brilhante, que está caindo silenciosamente do céu encoberto. A gente caminha sem ruído ao longo da minha janela. Ouço alguém sacudir a neve dos seus pés. Esfrego as mãos e aguarda a noite com satisfação, pois, faz alguns dias, telefonei a um amigo convidando-o a vir ter comigo esta noite. Dentro de uma hora estará batendo à minha porta. A neve lá fora parece que dará à sua visita um caráter ainda mais agradável. Ontem comprei uma boa garrafa de vinho, que coloquei a distância apropriada do fogo. Sento-me à mesa para responder algumas cartas. Meia hora mais tarde, toca o telefone. É o meu amigo, a dizer que não poderá vir. Trocamos algumas palavras e marcamos novo encontro para outro dia. Quando torno a colocar o fone no gancho, o silêncio do meu quarto ficou mais profundo. As

próximas horas se parecem mais longas e mais vazias. Coloco mais uma acha de lenha no fogo e volto à minha escrivania. Dentro de alguns momentos estou absorto num livro. O tempo passa lentamente. Ao levantar os olhos por um momento, para refletir sobre um trecho pouco claro, a garrafa, perto do fogo, chama a minha atenção. Percebo mais uma vez que o meu amigo não virá e volto à minha leitura. Revendo este episódio extraído da vida de todos os dias, noto que a interação contínua entre mim e as coisas à minha volta, os objetos. Estou esperando meu amigo; esta condição de subjetivo torna-se visível para mim por intermédio dos objetos do meu quarto acenda luzes, preparo cigarros e procuro manter o vinho na temperatura apropriada. Mesmo para outras pessoas, a minha condição subjetiva (nesse momento) é perfeitamente visível; alguém que entrasse inesperadamente diria: "Vejo que está aguardando uma visita". Aí, começa a nevar; esta condição objetiva aumenta a minha expectativa subjetiva. Quando o telefone põe fim a esta expectativa, o silêncio do quarto torna-se mais profundo. Quando, mais tarde, eu olho para a garrafa, é este fato objetivo que me diz que a expectativa subjetiva está cancelada. (BERG, 1999, p. 33).

Ao analisar esta passagem constata-se um homem objetivado no mundo. Pode-se identificar momentos diferentes nessa passagem e abstraí-los para elucidação deste fenômeno que temos objetivado por Van den Berg diante de nós.

No início o autor descreve todo o cenário em que se encontra, menciona, a neve, a noite, as pessoas na rua e depois nos relata que recebera o telefonema de um amigo com o qual combinou um jantar, e ainda, contando de sua satisfação em recebê-lo. A partir desta combinação entre eles, ele foi comprar uma garrafa de vinho para o jantar que teria com o seu amigo, no futuro ali, logo mais tarde. Diante deste futuro colocou o vinho perto da lareira para prepará-lo, o vinho a ser tomado com seu amigo naquela noite. Diante deste futuro é que a neve se destacou com a função de dar um ar especial àquela noite, as pessoas na rua se sobressaiam naquele contexto porque seu amigo viria, a garrafa de vinho foi comprada e posta perto da lareira porque seu amigo viria. Ele estava na sala diante da interioridade de sua casa e diante da exterioridade dos acontecimentos na rua, tendo presente a vinda de seu amigo.

Assim, não há como não constatar objetivamente o protagonista movido pela expectativa da vinda do amigo, do jantar que teriam, do vinho que beberiam. Este conjunto de ocorrências constituiu uma atmosfera virtual dentro da qual ele se movia na espera do amigo.

Era dentro desta atmosfera que ele se antecipava com o amigo e já experimentava a satisfação de recebê-lo, por uma propriedade do imaginário, ou seja, da ação do futuro sobre nós. Esta atmosfera é virtual porque implica o futuro, mas um futuro que nos alcança e que se impõe a nós através das coisas e dos outros, enfim da materialidade. A rua coberta pela neve ganhou a propriedade noemática de abrilhantar a noite para aguardar o amigo. A mesma rua que noutro dia poderia ganhar a propriedade noemática de afetá-lo negativamente, levando-o à ira por haver, por exemplo, maior dificuldade em dirigir seu carro. Mas, ao invés de criar novos exemplos, vamos seguir pelo concreto deste episódio.

Ao receber o telefonema com a notícia de que seu amigo não viria, o protagonista tem de haver-se com um novo futuro que lhe é imposto, portanto, novas ocorrências passam a fazer parte desta atmosfera, alterando-a. Mas como é possível alterá-la? Na medida em que a função das coisas se impõe a ele de outro modo. Como isso se objetiva nesse episódio? Com o silêncio mais profundo, as horas demorando mais a passar. Mas ele absorve-se numa leitura, isto é, absorve-se por completo espontaneamente na leitura de um texto. Nesse momento não lhe aparecia o eu, portanto, não lhe aparecia ‘eu, protagonista, estava esperando meu amigo que não virá’. Era simplesmente consciência de si lendo o livro, sendo também inevitavelmente consciência do livro que estava lendo. Contudo, ao parar e olhar a garrafa de vinho, esta lhe impôs a ausência de seu amigo ali naquela noite, o futuro, sem o amigo. Ocorrência esta que não se daria enquanto permanecesse absorto na espontaneidade.

Vê-se claramente então que a garrafa de vinho que antes tinha a função noemática de colocar-lhe frente a vinda do amigo, agora o coloca na ausência deste e na solidão que será a sua noite, visto que tivera frustrada sua expectativa de receber aquele amigo. Portanto a condição de possibilidade de afetação do protagonista do texto nos dois momentos, dependeu das ocorrências sócio-históricas, já descritas tão bem por ele próprio e aqui por nós demarcadas e indicadas mudando a sua afetação frente aos mesmos objetos, porém em

momentos diferentes bem demarcados no tempo, ou seja, antes e depois do telefonema do amigo lhe dizendo não poder vir.

Conforme Bertolino, “a função noemática é essa força de atração, como propriedade que tem qualquer ocorrência física de alterar outra no seu curso ou modelo”.¹⁷³

Relevante ressaltar que a descrição de um episódio psicofísico, tal qual ocorre, dentro de uma atmosfera corresponde à realidade da objetivação de dado fenômeno no mundo, o que é radicalmente distinto de uma interpretação psicanalítica do mesmo, já que é uma intervenção que evidencia o conjunto de ocorrências que se implicam numa situação psicológica ou psicopatológica, sendo um dos instrumentos indispensáveis do processo psicoterapêutico na psicologia existencialista.

Identifica-se nesse episódio comum a qualquer ser humano em nossa vida de todos os dias, como o homem se objetiva no mundo, como é passível de ser identificado na sua objetivação, nas suas afetações psicológicas, e mesmo psicopatológicas, o que não é o caso citado aqui. O exemplo usado como ilustração é um “episódio psicofísico” ocorrendo dentro de toda uma dada atmosfera, gerada por um contexto sócio-histórico que o alcança em certas afetações psicofísicas.

O episódio pelo qual ele passou teve início no momento em que ele ligou para o amigo e combinou que o amigo viria, ali começou o processo, armou-se a expectativa dentro de uma atmosfera que já existia. Já existia uma atmosfera que era armada pela amizade dele com o amigo. Dentro dessa atmosfera se anunciou uma noite estrelada, se anunciou o jantar com o amigo. Ali começou e depois fechou essa ocorrência na atmosfera da amizade do protagonista com o amigo, a atmosfera é mais abrangente, ali foi um acontecimento entre ele e o amigo. Começou quando ele telefonou e convidou o amigo para jantar e só fechou quando o protagonista recebeu o telefonema do amigo dizendo que não poderia vir e que marcariam outra data. Então começou com um telefonema e fechou com um telefonema. Isso marca bem a região da atmosfera da amizade deles nesse episódio histórico, e por estar dentro deste episódio, o protagonista, passou por uma seqüência de afetações psicofísicas que se sintetizaram, por fim, num saber de ser que é a totalização das experimentações-de-ser sucessivas pelas quais o protagonista foi passando. Até por isso, não foi tão dramático para o

¹⁷³ BERTOLINO, em entrevista concedida em 11.09.2004.

protagonista. Havia uma amizade entre eles, já havia uma atmosfera. Então havia um passado historicamente vivido entre ele e o amigo que lhe dava segurança desta amizade. Além disso, houve o telefonema do amigo, isso significa que o amigo teve cuidado com a amizade deles e consideração por ele, isso já fez o protagonista ser afetado pela iniciativa do amigo como sendo amigo, e não como alguém que estava sem nenhuma consideração com o compromisso marcado. Não se sabe quanto tempo, mas de qualquer maneira o amigo respeitou o compromisso, levou a sério e ao telefonar para o protagonista, isso ficou sabido pelo protagonista. E ainda mais, houve o fato de acertarem que definiriam uma outra data para o encontro. Então, foi de algum modo, frustrante o episódio para o protagonista, mas não foi forte o suficiente para levá-lo a uma situação de descontrole. Exatamente por estarem num contexto, numa atmosfera de amizade, que começou com um telefonema e terminou com outro, porque ficou aberta a possibilidade de marcarem um outro encontro, então isso tudo fez o protagonista ficar na experimentação de ser de alguém que não perdeu o amigo, mas de alguém que não recebeu o amigo para jantar num determinado dia. Por isso mesmo ele não foi para um acesso emocional, que poderia tanto ser reativo, se tivesse acontecido do amigo não lhe dar satisfação ou dizer que não tinha interesse em jantar com ele, mas, pelo contrário, todas as ocorrências deixaram o protagonista na certeza de ter o amigo, de ser amigo do amigo, enfim, do amigo ser aquele com quem o protagonista se tece e de o amigo tecer-se com ele e compartilharem uma amizade. Nessa segurança de ser, o protagonista, experimentou-se na ausência do amigo que não veio para jantar, mas não foi uma grande decepção foi uma afetação leve, e simplesmente reativa, que não gerou uma grande turbulência. O amigo não veio, o silêncio ficou mais expresso, a noite ficou mais silenciosa, mas ele ficou lendo, ia para o livro, e quando voltou-se para a garrafa se experimentava na ausência do amigo, ou seja, o protagonista ali constatava a ausência do amigo como uma ocorrência objetiva, naquele espaço material e histórico. Podemos localizar esse episódio psicofísico descrito pelo Van den Berg a partir do Modelo da Constituição do Saber-de-ser, com a exposição da alimentação das formigas. O protagonista vai passando por essas experimentações na espera do amigo: ao esfregar as mãos, ao preparar a garrafa, perante a neve caindo lá fora. Na verdade, a destotalização e a retotalização está acontecendo a cada ocorrência. Porém, posteriormente essas ocorrências se unificam e sintetizam um episódio. Mas é como um redemoinho, está em movimento constante. A reação vai acontecendo e chega uma hora que fecha, como um desenho se formando numa nuvem, a tempestade se formando. É uma evolução constante, isso é o saber de ser, porém ao fechar-se o episódio, (...) cada ocorrência destas, como uma porção de nuvens que se esbarram, somem, se misturam. Mas em ciência é preciso trabalhar com abstração. Então abstratamente é preciso se alcançar o conjunto que se compôs: o episódio do amigo vir jantar. Não é uma 'folhinha' ou uma ocorrência isolada que vai mudar a cor do ninho, ou o saber de ser. Quando as ocorrências estão acontecendo já está balançando o saber de ser que se vai alterando. Contudo, fechado o episódio, ocorre a apropriação. (BERTOLINO, em entrevista concedida em 11.09.2004).

Extrapolando um pouco o episódio registrado por Van den Berg, supondo-se que o protagonista e seu amigo agendem uma nova data. Chegada à noite esperada novamente com

ansiedade pelo protagonista, que colocou novamente o vinho sobre a lareira, observou o movimento na rua, a neve e os transeuntes, e inevitavelmente antecipara-se, mais tarde, em seu futuro com a chegada do amigo, a conversa que teriam, as risadas que dariam, as trocas intelectuais que fariam, quando, do mesmo modo toca o telefone. Diante do soar do toque, o protagonista olha o relógio, constata que só faltam dez minutos para a hora marcada e inevitavelmente antecipa que será o amigo a dizer, mais uma vez, que não virá. Já atende ao telefone com uma voz mais abatida, seu corpo já não tinha a mesma postura de antes, já não estava mais tão firme. Então, antes mesmo de atender ao telefone, o protagonista já se sabia sendo novamente na ausência do amigo. Como isso é possível? Inicia-se essa verificação pela atmosfera, já que não há como alguém se emocionar sem que esteja numa dada atmosfera.

Ora, claramente constata-se, pelas ocorrências sócio-históricas, materiais, novamente um jantar, novamente preparou o vinho, entrou na expectativa de recebê-lo, de repente um telefone, a materialidade ali composta trazia ao protagonista o passado, por todas as coisas ali, era inclusive sua casa, sua sala, sua lareira, todas coisas estas que, lá, naquele episódio, ganharam a função noemática de trazer a ele a ausência de seu amigo. Não teria como isso ocorrer e o protagonista não ter seu passado ativado pelas ocorrências futuras, na medida em que lançado nesta mesma atmosfera alcançando-o neste contingente histórico, por um futuro que se impõe, no caso o telefonema do amigo, o remete à mesma experimentação de ser - no - horizonte do episódio anterior com correlação noemática e que o fazem abruptamente reagir frente a este telefonema, com o qual não tem condição de lidar de outro modo, por função desta atmosfera. A esta ativação do passado por ocorrências futuras com implicações noemática, denomina-se imaginário hipnagógico. (Ver Anexo 15 – Modelo do Processo de Constituição do Moi em Ato, Anexo 16 – Modelo da Temporalização Psicofísica, Anexo 17 – Modelo da Constituição da Temporalidade Física, Anexo 18 - Modelo da Constituição Dinâmica do Sujeito- no-Mundo).

“O passado e o futuro vêm a nós através dos outros e das coisas, se não estivéssemos inseridos num tecido sociológico, os outros e as coisas não nos alcançariam e não nos colocariam em confronto com o futuro, nem mesmo com o passado e nossa história”. (BERTOLINO: aula ministrada no Núcleo Castor em 16.08.2002).

No que concerne a noção de projeto explicitada por Sartre, é um projeto de ser no mundo, sua eleição quanto ao ser que você já está se fazendo a partir de seus atos, suas ações, suas escolhas, é na concretude do ser que o encontramos com seu projeto.

Conforme salienta Schneider:

Sartre terá como objetivo maior chegar a esse “irredutível psíquico”, que é o fundo sobre o qual se estabelece todo ato de significação, ou seja, o projeto fundamental de ser do sujeito. O “irredutível” a ser elucidado que permitiria a compreensão do homem é, portanto, uma totalização ou uma unidade, experimentada enquanto **livre unificação**. (...) Deve-se compreender **a pessoa como uma totalização**: em cada ato, em cada gesto, e em cada emoção, em cada escolha, em cada palavra, o sujeito se mostra integralmente, ainda que em perspectivas diferentes. Devemos buscar neles (atos, gestos, emoções...) uma significação que os transcenda, que os totalize e que demonstre, assim, a relação global da pessoa com o mundo, através da qual esta se reconheça. Cada escolha singular exprime a “*escolha original em circunstâncias particulares; não mais do que a escolha de si mesmo como totalidade em cada circunstância*” (Sartre: 1943: 650). *Sartre considera, portanto, que essa totalização, essa unificação, que nada mais é do que o projeto original, “deve revelar-se a nós como um absoluto não substancial”.* (Ibid: 648) (Schneider: 2002, p. 103).

Resgatando novamente o protagonista do “Paciente Psiquiátrico”, identifica-se ali seu projeto numa perspectiva a de sua amizade com o amigo a quem receberia para jantar. Como? Se fosse possível o acesso ao protagonista, ao descrever-se a situação teria-se facilmente acesso ao seu perfil de amigo daquele sujeito, no modo de preparar o vinho, no modo de acender a lareira, de arrumar a sala, de esperá-lo, na sua expectativa, na sua emoção de alegria na antecipação de sua visita e na sua frustração de não recebê-lo.

Convergindo com nossas colocações, Erlich nos fornece um outro exemplo quando trata na sua dissertação da função do projeto para a Psicologia de Orientação Profissional:

Caso verificássemos a situação de um dos colegas estudantes de Direito, constatamos que, embora não sendo a pretensão dos pais, este estudante elegeu como futuro profissional a área de Literatura. Seu desejo por adentrar cada vez mais em meio a literatura clássica, à poesia, aos romances, desfrutar das situações ilustradas, de cada personagem posto em cena, de suas intrigas, amarguras, fracassos e vitórias. Constaríamos que desde muito jovem aprendera com o avô materno o gosto pelos livros, a convivência com os dramas singulares no seu contexto histórico, relatados nas páginas amareladas. O que atrai o jovem, é um mundo futuro ainda inexistente, em meio aos livros, aos seus autores favoritos, sendo freqüentador incansável de bibliotecas, cercados de outros que, como ele compartilham a mesma paixão pela literatura, pelo cheiro dos livros antigos, pela possibilidade de escrever o que ainda não foi escrito, de deixar seu rastro nessa porção do mundo. Antecipa que, mesmo hoje não tendo namorada, terá uma companheira que o acompanhará nas suas empreitadas, um filho a quem apresentará o mundo, com quem compartilhará o que estiver escrito e sabendo que, sendo esse, não deixará de ser seu filho e ao mesmo tempo será cada vez mais neto quanto mais perseguir esse mundo futuro por alcançar na literatura. Compreendemos assim que, em qualquer caso, o que deve ser interrogado é a singularidade dos fins futuros para que a ação singular possa ser efetivamente compreendida. (...) Notemos que não se trata de uma elucubração reflexiva, de um sonho ou de uma meta administrativa. O que encontramos é um ser psicofísico em relação com o mundo futuro que ilumina as duas outras dimensões temporais. Trata-se de um movimento concreto no mundo material em função de um mundo material futuro ainda não existente. Neste sentido o estudante de literatura aspira um tipo de vida, de mundo futuro, que o faz ser atraído pelo cheiro dos livros antigos, que faz seus olhos brilharem pelas páginas amareladas das edições antigas, ao deparar-se em meio aos clássicos, seu coração dispara quando tem acesso a um novo exemplar, a outra tradução, enrubece frente a um original. O cansaço após as horas contínuas de leitura é um acontecimento psicofísico desfrutado por ele, onde os olhos ardendo da vista cansada. A coluna dolorida, as pernas um pouco dormentes, ensinam o trabalho frutífero daquele dia dedicado à tal leitura.. (...) O que se faz necessário extrair é que para compreender a ação do estudante de direito (...), assim como qualquer ação humana, faz-se necessário compreender a incrustação da ação singular na totalidade do ser em questão, ou seja, o que denominamos projeto de ser ou projeto original. (...) toda ação é compreensível como projeto em direção a um mundo desejável possível e inexistente. Nesse sentido, na realidade humana, nenhuma ação se reduz a si mesma, necessariamente se articula com a totalidade do ser, que vem a ser o *projeto de ser* ou eleição original. (ERLICH, 2002, p. 121-2-3).

De sorte que com esta breve exposição pretendemos deixar inequívocas as possibilidades de uma psicologia científica como uma disciplina geral, bem como nas suas subespecialidades.

4.3.1 Contexto Sócio-histórico da produção de Jean-Paul Sartre e Outros Autores

Nesta parte utiliza-se basicamente das aulas de Seminário de Aprofundamento do semestre (2004-II), ministradas pelo Professor Pedro BERTOLINO no Núcleo Castor, bem como subsídios de sua palestra no IV Encontro de Psicologia Existencialista, realizado pelo Núcleo Castor, na OAB, em Florianópolis – SC, nos dias 28 a 30 de outubro de 2004, sendo sua palestra ministrada na abertura, no dia 28.10.2004.

Ao final do século XIX a neurologia não tinha mais serviço a prestar na medida em que buscavam esclarecer no cérebro o problema da loucura.

Em 1943, Sartre publica no “Ser e o Nada”, (*L’être et le néant*), o caminho para elucidação dos fenômenos da realidade, a partir da investigação do próprio fenômeno com seus componentes constitutivos, avançando relativamente a Husserl que se propôs, mas não realizou, a elucidar a realidade a partir da própria realidade, como um “voltar-se às coisas mesmas”.

Van den Berg, autor de “Paciente Psiquiátrico” (1999), “Pequena Psiquiatria” (1970), “O que é Psicoterapia” (1979) refuta todos os conceitos psicanalíticos quanto aos mecanismos de defesa, mostrando que são formas de conversas de psicanalista com ele próprio, onde o paciente é esquecido.

O autor enfatiza como toda complicação psicológica é derivada de um quadro de solidão que está sempre ao fundo, e sem a qual não há comprometimento psicológico. Assim aponta que um impasse psicológico é um impasse do homem na sua vida de relações, rompendo com o mentalismo cartesiano e que tudo seria manifestação de algo ocorrendo “dentro da cabeça do sujeito”. A solidão é uma situação de ser em que a pessoa se experimenta ontologicamente cortada de seu sociológico, isolada dos outros e das coisas. Van

den Berg, na mesma obra salienta que sua solidão naquela noite se impunha através da garrafa,

O autor critica Descartes pelo abismo que “cavou um fosso entre o homem e o mundo, entre assuntos humanos e não - humanos” (BERG, 1999, p. 38) já que o cartesianismo tentou sustentar a inteligibilidade do mundo no sujeito por remeter-se ao cogito e sustentar-se no cogito, com isso caindo no subjetivismo, convertendo tudo em lógica, em pensamento, descartando a consistência ontológica das coisas.

O autor faz uma exposição de uma psicologia fenomenológica, rompendo com o mentalismo ao trabalhar com a noção de fenômeno. Em sua obra “O Paciente Psiquiátrico”, Van den Berg, com formação psicanalítica, toma um paciente padrão e vai mostrando a complicação do paciente e como suas determinantes estão no sócio-histórico, ou seja, que todo “problema mental” tem suas bases no antropológico, com isso esclarecendo passo a passo o que vai acometendo o paciente. Mostrando então como é possível se identificar e elucidar o que está ocorrendo a qualquer paciente psiquiátrico, e ao mesmo tempo, o que se vinha fazendo na base do discurso identificando o que era doença, o que era mental.¹⁷⁴

Já em 1951, Thomas Szasz, Psiquiatra, com formação psicanalítica, professor catedrático de Psiquiatria da faculdade de Medicina em Siracusa, Nova York, doutor, escreve no original, “O Mito da Doença Mental”, declara expressamente que a doença mental é um mito que gera um discurso que vem para justificar uma crença, mostrando as “trapalhadas” de Charcot.¹⁷⁵

¹⁷⁴ BERTOLINO, subsídios da aula de 18.10.2004, ministrada no Núcleo Castor.

¹⁷⁵ Desde dez anos depois de formado neurologista-psiquiatra, até a morte, em 1893, foi o Médico-Chefe da Salpêtrière, clínica psiquiátrica para mulheres histéricas, fundada em 1656, por ocasião da “Campanha dos Hospitais Gerais”, (FOUCAULT, 1078:49): com aquele nome por ser instalada num prédio em que funcionava antes uma fábrica de salitre. (BERG, 1980:42). Lá esteve por trinta e um anos. E se fez também catedrático de Anatomia Patológica na Sorbonne, conquistando grandes poderes nos meios acadêmicos. “Entre os assistentes tinha favoritos, a quem muitas vezes ajudara a alcançar posições privilegiadas muito superiores aos méritos. Apenas uma palavra de recomendação de Charcot bastava muitas vezes para decidir o resultado de qualquer exame ou concurso; em resumo, era o tirano supremo de toda a faculdade de medicina.” (MUNTHE: sd: 213). Dedicou primeira parte da vida profissional à Neurologia, em que publicou vários trabalhos, fazendo-se respeitado pela classe médica, como um competente clínico ou pesquisador. Mas, a partir de 1878, voltou-se

Ainda nesta mesma seqüência escreve “A Fabricação da Loucura; um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental”, obra esta que traz como apêndice “Uma história sinóptica das perseguições por feitiçaria e doença mental”, onde deixa clara a conversão daqueles que eram perseguidos porque intuídos como dominados pelo espírito demoníaco e os que vêm a ser designados posteriormente como doentes mentais.

Que melhor maneira de degradar o culpado do que declarar que é incapaz de saber o que está fazendo – seja quando vai beber ou quando está intoxicado? Essa é a fórmula geral para a desumanização e degradação de todas essas pessoas cuja conduta os psiquiatras hoje consideram ‘causada’ por doença mental. O comportamento dessas pessoas é considerado ‘sem sentido’. O alcoólatra, o viciado, o homossexual – todos eles e muitos outros são considerados mentalmente doentes. É isso que nos dizem os melhores psiquiatras e os mais elevados juízes. (SZASZ, 1978 - A, p. 155).

E continua avançando nos seus estudos, constatações e publicações, e então publica “Esquizofrenia, o mito sagrado da psiquiatria”. Nesta obra ressalta inclusive como historicamente, de dois em dois anos, surgem “publicações e reportagens”¹⁷⁶ divulgando a cura da esquizofrenia.

O mesmo acontecendo na área organizacional, onde atualmente todo o racionalismo está sendo reativado via Ontopsicologia. Sendo a ontopsicologia “Misturando verdades minuciosamente escolhidas entre Maquiavel, Jesus Cristo, Hitler, Musicoterapia, Biodança, Freud, Jung, linhas de psicologia e sutilmente embutindo entre essas verdades objetivos obscuros, a ontopsicologia é um engodo extremamente sedutor, que extrai ao máximo o egoísmo humano em todos os seus aspectos, tornando o indivíduo robotizado e mecanicista, exagerando na falta de respeito ao semelhante, e sem um verdadeiro embasamento científico.

para o hipnotismo, (POSTEL & QUÉTEL, 1983:407) com recurso a que conseguiu forçar a oficialização da histeria como “doença mental”, absolutamente sem razões científicas para tanto. Historiadores da psiquiatria salientaram que “A reputação de Charcot como neurologista estava tão solidamente firmada que ele pode dar-se ao luxo de voltar seu interesse para o fenômeno da hipnose, que era desacreditado entre a maioria dos médicos.”(ALEXANDER & SELLESNICK, 1980: 232) (BERTOLINO, Hipnotismo e Teatro: CHARCOT). Disponível em: <http://www.nuca.org.br/Home.htm>. Acesso em:30.10.2004.

Despreza valores, princípios e tudo mais que nos torna humanos. É como se pudéssemos descartar pessoas, por isso a ontopsicologia se dá tão bem com o neo-liberalismo. Insuperável embuste que nem Dr. Fritz seria capaz, mas de forma tão rebuscada, sutil e sedutora que você realmente acredita ter encontrado a realidade final do ser humano. Basta ver quantos de nós acadêmicos fomos seduzidos”. (Disponível em: <http://www.ontopsicologia.com.br>)

Entretanto, dentro da visão psiquiátrica tradicional a esquizofrenia é uma doença mental. Posteriormente, em 1970, Szasz publicou no original, “Ideologia e Doença Mental”, mostrando como a psiquiatrização é a desumanização do homem. Ressalta a ideologia posta da possessão demoníaca e a função desta ideologia nas complicações psicológicas, enfatizando o papel da ideologia na fabricação da loucura (não da doença mental), a própria ideologia promovendo acessos no paciente, coisa que se vê comumente ocorrendo aos pacientes quando estão sendo internados, claro que, somente antes da sedação aplicada aos pacientes “rebeldes”, os “loucos”, os “doentes”, e que nada tem relação, segundo a psiquiatria ortodoxa, com aquilo a que estão sendo submetidos, isto é, a própria prática psiquiátrica.

Os loucos da Idade Média, deixaram de ser os possuídos pelo demônio e designados a serem queimados em fogueiras, para serem doentes mentais isolados da sociedade e trancafiados em instituições psiquiátricas e provedoras da cronificação da loucura. Com isso a psiquiatria passa a ter o papel de tirar de circulação àqueles que não interessam, fazendo isso através do rótulo da loucura e explicitando isso em sua obra “A escravidão Psiquiátrica”.

Embora exista um conceito denominado “mente”, não se segue daí que exista um objeto físico ou entidade biológica portadora desse nome. Aceitar essa noção é, a partir daí, tratar a mente como um órgão, é cometer um “erro de categoria”. Ir mais além é considerar a psiquiatria como o estudo e o tratamento de “mentes doentes” é transformar um erro de categoria relativamente simples, em um grande sistema de erros de categoria (SZASZ, 1986, p. 46).

Szasz aborda o método psicanalítico - psiquiátrico na obra a “Ética da psicanálise” (1975), mas sobretudo, na obra “Cruel Compaixão” (1994), faz todo um estudo da

problemática da psiquiatria como uma questão de mercado, um modo de obter pacientes para psiquiatras quando formação de consultórios começa a instaurar-se, abrindo outros espaços além das instituições manicomial. Neste livro aborda também a questão da moral das intenções, colocando que se admite que todo profissional desta área, tem como objetivo ajudar seu paciente, mas que se encharcar de boas intenções não é suficiente para tanto.

Problemas semelhantes existem em abundância. A pessoa fica incomodada, agitada, sente culpa, não consegue dormir, suspeita que os outros podem causar-lhe dano. (...) Podemos fingir que estas são questões científicas sobre diagnóstico e tratamento de enfermidades, mas elas não o são. São dilemas intrínsecos ao ato de viver, com os quais as pessoas têm se debatido, desde a antiguidade. A prescrição clássica da profissão médica para lidar com tais situações desagradáveis, *Primum non nocere* (Primeiro, não cause dano), soa melhor do que é. Na verdade ela falha justamente por deixar de nos dizer o que devemos saber: O que é dano e o que é ajuda? (...) A outra é que prejudicar pessoas a pretexto de ajudá-las é um dos passatempos favoritos da humanidade. (SZASZ, 1994, p. 21).

Em nosso afã de medicalizar a moral, transformamos quase todos os pecados em doença (...) À luz da falsa virtude da compaixão, subvertemos a concepção liberal clássica do homem como agente moral, dotado de livre arbítrio e responsável por suas ações e a trocamos pela concepção do homem como paciente, a vítima da doença mental. (SZASZ: 1994, p. 22).

Os psiquiatras são ambíguos ao traçarem um limite entre a sanidade e a insanidade (Taylor, J.H. apud Szasz: 1994, p. 204). Entretanto, a seguir continua Mises: “Seria absurdo por parte dos leigos interferir neste tema fundamental da psiquiatria”. (Taylor, J.H. apud Szasz: 1994, p. 204). Mas precisamente porque a autoridade do psiquiatra em ‘traçar uma linha entre a sanidade e a insanidade’ é a base de seu poder de privar pessoas de sua liberdade e por terem os leigos a responsabilidade final de delegar esse poder aos psiquiatras, os leigos *devem* conhecer os dois problemas afins, da insanidade e do poder psiquiátrico (SZASZ: 1994, p. 204-5).

Também em 1987, Donald Spence publica no original “A Metáfora Freudiana” (1992), onde explicita que a psicanálise “mostrou histórias de Sherlock Holmes”.

A história seguiu esse curso porque chegamos a levar em conta o grau em que os processos psicológicos estão presos pelos contextos em que ocorrem. O significado de qualquer fala, por exemplo, não pode ser compreendido sem o conhecimento de seu contexto, inclusive do contexto dialógico. Os processos psicológicos estão inevitavelmente localizados no tempo, no espaço, e as circunstâncias e a interpretação do resultado desses processos são impossíveis sem os ricos detalhes de sua situação (...) Negar as dificuldades de interpretação pela reivindicação de uma condição científica é enfraquecer a reivindicação central da psicanálise como ciência humana. (...) Substituí uma interpretação rigorosa por uma história de Sherlock Holmes

em que o analista enquanto detetive – arqueólogo alcança a ‘resposta certa’ (...) (SPENCE, 1992, p.15).

Como também, Jeffrey Moussaief Masson(1984), que veio a ser Chefe de Estudos da Psicanálise e Diretor dos Artigos Freudianos, na sua obra “Atentado à Verdade”, publicada em português em 1984, onde o autor explicita a investida de Freud na sua Teoria da Sedução, em 1896, quando mostraria que a histeria era fruto de abusos sexuais praticados às mulheres e principalmente às crianças, expondo isso na Sociedade Psiquiátrica de Viena e sendo expulso, perdendo todos os seus pacientes e todo o espaço naquele meio “técnico científico”, tendo então que se ratificar posteriormente, dizendo ter-se deixado enganar pelas crianças.

Já Ernest Jones, psicanalista, no seu livro “Vida e obra de Sigmund Freud” (1975), faz toda a biografia de Freud, fornecendo ricos detalhes para a compreensão da evolução da psicanálise, tais como:

Muitas das coisas demonstradas por Charcot, ao obstante, não puderam deixar de ser tomadas em conta, e constituíram mesmo um enriquecimento permanente para o conhecimento. Ele fez um estudo sistemático e global das manifestações da histeria, o que possibilitou um diagnóstico mais perfeito, e mostrou ainda que muitas afetações de atribuição diversa eram realmente de natureza histérica. Deu ênfase ao fato de que a histeria podia existir no sexo masculino, o que, desde que passava a ser classificada como uma doença nervosa, não era de admirar. Sobretudo, e esta foi a sua contribuição maior, demonstrou que em pessoas predispostas ele podia provocar sintomas histéricos através do hipnotismo, assim como paralisias, tremores, anestésias, etc., que eram, nos seus mínimos detalhes, idênticos aos da histeria espontânea – tais como os que se descreveram exaustivamente como correntes na Idade Média, quando eram diagnosticados como obras do demônio (JONES, 1975, p. 239 - 40).

Webster faz um levantamento da evolução da psicanálise, sustentado em fatos documentados e depoimentos de psicanalistas e psiquiatras que trabalharam e / ou conviveram com Freud e explicita todo esse caminho na obra “Por que Freud errou – pecado, ciência e psicanálise”, publicada no original em 1950.

Ao publicarem seu *Estudos sobre a histeria*, Breuer e Freud seguiam, portanto, uma tendência estabelecida, em que uma série de médicos,

trabalhando de maneira essencialmente pré-científica, pegaram teorias psicológicas interessantes e populares e usaram-nas para criar etiologias médicas de todo especulativas, e cuja aceitabilidade estava diretamente ligada ao estudo subdesenvolvido da medicina em geral, e da neurologia em particular, do século XIX. Por se julgarem médicos lidando com doenças reais, e não psicoterapeutas, foi que seu livro não se concentrou nas perturbações visivelmente emocionais, como a depressão e a ansiedade, mas em sintomas complexos e notoriamente físicos exibidos por pacientes como Ana O.. Afinal, ela sofrera longa e gravemente de uma extraordinária série de distúrbios, incluindo paralisia rígida e perda da sensibilidade nas extremidades do lado direito do corpo, sérias alterações dos movimentos oculares, visão dupla, surdez esporádica, alucinações e perda da capacidade de falar a língua materna. O fato de ficar curada de todos esses sintomas, e quase de um só golpe, não foi uma vitória terapêutica comum, mas quase um milagre, que conferiu imenso prestígio médico a Breuer e Freud, e ao qual já se achavam agora tão estreitamente associados. (...) Pois, nas praias do Lago Constança, na cidade suíça de Kreuzlingen, havia um sanatório famoso. Foi ali, quase noventa anos depois do fato, que Ellenberger desenterrou uma série de arquivos documentando a entrada de Bertha¹⁷⁷, a 12 de julho de 1882. Incluíam uma cópia das notas originais do histórico clínico redigido por Breuer, e um relatório escrito posteriormente por um dos médicos do hospital. Esse relatório deixava claro que todos os sintomas de Anna O. *não* haviam desaparecido como Breuer alegara. (WEBSTER, 1999, p. 111 – 112).

Webster ainda vai adiante, citando Firenzi numa confissão recebida por este pelo próprio Freud:

"Como prova e justificativa dessa desconfiança¹⁷⁸ lembro algumas declarações que Freud me fez. É óbvio que ele confiava em minha discrição. Disse que os pacientes não passavam de ralé. Só serviam para ajudar o analista a ganhar a vida e oferecer material para a teoria. É claro que não podemos ajudá-los. Isso é niilismo terapêutico. No entanto, atraímos os pacientes escondendo-lhes essas dúvidas e incentivando suas esperanças de ser curados" (WEBSTER, 1999, p. 322).

Maud Manoni (1982), psicanalista, vale o destaque, também em sua obra “A Teoria como Ficção”, publicada originalmente em 1979, coloca toda a situação da fundamentação da psicanálise como insuficiente e sendo da ordem da ficção, conforme colocado pelo próprio Freud, onde registra ainda o grande número de suicídios de psicanalistas, não podendo estes deverem-se a outra coisa do que a própria limitação de suas bases teóricas e metodológicas, visto que estes mesmos profissionais não tinham como ignorar que se perdiam em certo

¹⁷⁷ Verdadeira identidade de Anna O., revelado por Jones. (Webster: 1999, p.112).

¹⁷⁸ Relativamente à Psicanálise.

momento na intervenção de seus pacientes e, não havendo possibilidade de superação para os pacientes, não haveria também para eles próprios. O suicídio aí aparece aos psicanalistas como uma saída dentro do orgulho de ser, sem ter que se confrontarem com a limitação de sua própria formação profissional e sendo sujeitos desta prática, não podendo ignorar suas limitações.

“O fato de não termos podido conservar Tausk nos envergonha”, escreveu Federn pouco depois da morte de seu amigo (e antes de suicidar-se sentado em sua poltrona de analista). Aos suicídios de Federn, Stekel, Tausk, Silberer, devemos acrescentar os de Karin Stephen, Eugênia Sokolnicka, Tatiana Rosenthal, Karl Schrotter, Monroe Meyer, Martin Pick, Max Kahane, Johann Honegger. Isso levou Freud a dizer, em carta dirigida a Jung (2 de abril de 1911): **“Espanta-me o fato de consumirmos muitas pessoas”** (MANNONNI, 1986, p. 24 – grifo nosso)

Por outro lado, nos estudos históricos destaca-se José Delumeau com obras como “A História do Medo no Ocidente” (1989), explicitando com dados históricos como o medo imperou no Ocidente desde os primórdios, desde a intuição de manifestações dos deuses castigando os homens e passando pela Inquisição na Idade Média, como o medo sempre esteve presente e veio servindo para manipular as massas, tendo sido alterado apenas a singularidade dos temores.

Todos esses autores, valendo-se de outros ainda na sustentação de suas obras, mesmo incidindo em equívocos, romperam com o mito da doença mental e atentam para as ocorrências antropológicas precedendo e gerando quadros psicológicos.

Deste modo, sustenta-se aqui a tese de que há uma antropologia que precede o psicológico e o psicopatológico, como condição para existência destes, ou, de outra forma, reafirmando a constatação antropológica explicitada por Sartre que a “existência precede a essência”, como já foi citado anteriormente.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões

Constata-se que o impasse de base dos autores das áreas de gestão organizacional dá-se basicamente no plano da falta de uma sustentação da sua prática de investigação científica e as implicações decorrentes de seus processos de intervenção na resolução dos problemas relacionais nas organizações.

Isto significa que ainda não se tem claro nos meios universitários, por incrível que possa parecer, o que é ciência e produção do conhecimento científico, já que existe uma compreensão científica ou fenomenológica de produção de conhecimento, uma compreensão empírica de ciência com base nas experiências, e uma compreensão metafísica de ciência sustentada no mito da razão. O mesmo ocorrendo em termos metodológicos, onde não há demarcação didática entre metodologia de pesquisa, metodologia científica e metodologia de apresentação de pesquisa.

Esta ocorrência é facilmente compreendida, visto que este fenômeno faz parte do saber de nossa época, que é a racionalidade cartesiana, sustentada numa razão *a priori*, razão na qual todos os autores da área da administração se sustentam.

Porém explicita que, para uma mudança na perspectiva analítica dos conflitos relacionais nas organizações, não basta a criação de novas metodologias ou o desenvolvimento de novos modelos lógicos, como comumente faz a Engenharia e a Administração, enquanto campos de demarcação didática de conhecimento, na busca por resultados rápidos, por estarem os mesmos fenomenologicamente implicados com todas as dimensões das ocorrências objetivas do campo mercadológico e empresarial.

Por outro lado, encontra-se também que na base da racionalidade destes autores, e, por conseqüência, óbvia, do mito da razão, um debater-se entre uma psicologia que reifica o homem por ser sustentada única e basicamente no comportamento, expatriando dos homens seu ser, na medida em que os têm como meros recursos dentre outros que as organizações dispõe, e, de outra parte, uma psicologia subjetivista que se circunscreve dentro do mito da razão, tendo em vista que todas as escolas da psicologia, exceto o behaviorismo, sustenta-se na psicanálise, onde o mito da razão, ou a razão primeira que nos move é objetivada pelo inconsciente. Objetivando-se que estas foram até hoje as alternativas, as quais os autores que trabalham e pesquisam nesta área, encontraram.

A história da Gestão das Organizações que se iniciou com uma visão expressa da Engenharia, através da formação de Taylor e Ford e que tendo em vista o contexto sócio-histórico que se desdobrava da Revolução Industrial, fundamentava-se na mitologia e no empirismo.

Nessa perspectiva os indivíduos teriam que servir ‘como peças secundárias’ a permitir o melhor funcionamento possível dos maquinários, ou, traduzindo, os grandes responsáveis pela produtividade, embora lhes coubesse tal responsabilidade sem que o reconhecimento fosse nas mesmas proporções. Por isso ressaltamos o momento histórico e a formação em engenharia. O que caracteriza o início desta nova etapa de industrialização numa perspectiva disciplinar, mas que, com a evolução do tempo, vão se unindo profissionais de outras disciplinas, porém não caracterizando uma perspectiva interdisciplinar, visto que há intervenções de disciplinas diversas, porém sem quaisquer articulação entre elas, em recortes fragmentados, o que promove, utilizando aqui uma expressão de Bertolino, o *fatiamento* dos funcionários, recortando-os somente no seu perfil de produtividade.

O resultado disso vem sendo uma “colcha de retalhos”, como expressa Chanlat, onde se costura posições de diferentes perspectivas, mas todas desarticuladas, e, diante de um impasse ou problema maior, a única alternativa que se encontra é a busca por culpados.

Contudo, se houvesse um pouco mais de rigor, se constataria que os problemas se repetem em contextos semelhantes, exatamente porque não foi identificada fenomenologicamente a situação em questão.

Identifica-se, ao longo da exposição, a convergência dos autores numa perspectiva racionalista, ruptura esta que precisa ser promovida e sem a qual jamais se encontrará a saída para os impasses organizacionais. Apresenta-se aí, a constatação de fato que, com as bases nas quais as disciplinas implicadas no fenômeno de gestão de organizações estão amparadas, só há espaços para “aventuras” (intervenções sem controle de resultados) e o futuro será a repetição do passado, como a reprodução da racionalidade, do capitalismo e dos conflitos organizacionais, isto é, sempre novas teorias, declarando “soluções mágicas”, ou seja, sem fundamentação objetiva que trazem subjacente uma antropologia subjetivista, onde tudo é remetido à “cabeça do sujeito”, tais como a Neurolinguística, que se desmoronam com o tempo pela falta de sustentação, e, o pior, provocando um aviltamento dos trabalhadores, gerando sofrimento psicofísico, se desdobrando em complicações no conjunto de seu ser, na sua família, na escassez com a qual tem de haver-se, etc, e ainda, em contra-partida, inviabilizando a própria organização.

Para resgatar essa dimensão esquecida nas organizações, que é o homem, como aponta Chanlat, é necessário primeiro resgatar uma dimensão ainda mais esquecida na área de humanas que é o fazer científico, a práxis científica. Esta sim ficou relegada na história das organizações e em toda a história das humanas, chegando ao absurdo de encontrarmos gestões cuja visão de homem é a mesma do início do Século XX, quando não havia a teoria da

relatividade, não havia a física quântica, quando os próprios fenômenos naturais por vezes se impunham traduzidos por manifestações de forças ocultas, tal qual na Grécia Antiga.

Explicita-se que não há como esclarecer as condições de possibilidade de afetação de um sujeito sem que este esteja dentro de uma dada atmosfera. Esta atmosfera, no caso das organizações, é composta por ocorrências efetivas da própria organização e assim exige a identificação dos elementos que a compõe. Toda a estruturação e racionalidade das organizações que mediam as possibilidades de lidar com essas ocorrências precisam ser identificadas, a partir de um estudo fenomenológico das organizações, só assim será possível uma metodologia científica que levará a uma intervenção que proporcionará as alterações necessárias, com controle e predição dos resultados.

O caminho aqui realizado sucintamente buscou explicitar os pilares de sustentação que faltam às organizações, mostrando como é necessário partir de uma ontologia, que sustente a antropologia e esta, por sua vez, fornecerá as bases para uma psicologia, sociologia, etc. Todo este caminho foi concretizado pelas organizações historicamente, de modo equivocado circunscrito numa racionalidade mítica e subjetivista.

Elucida-se neste trabalho como é possível reverter os impasses, desde que esta racionalidade seja alterada, restando assim todo o trabalho por ser feito na sustentação desta nova racionalidade, para que seja possível uma práxis científica quando tratamos das Organizações.

De sorte que não há como alcançar a superação dos impasses organizacionais, no que se refere ao humano, a motivação, às relações humanas, se não for re-escrita toda uma Teoria Geral da Administração à luz desta antropologia científica. Para tornar esse empreendimento possível é preciso re-fundamentar as bases ontológicas, antropológicas, psicológicas e da epistemologia da Teoria Geral da Administração, para garantir com controle de resultados a

compreensão de todos os fenômenos empresariais, dentre eles, os conflitos relacionais nas organizações.

Assim, a re-fundamentação da Teoria Geral da Administração implica que, todas as disciplinas correlatas que têm relação de função com a Administração sejam também re-fundamentadas, sob pena de não se obter a compreensão dos diferentes perfis de relação com o campo da gestão das organizações.

Por sua vez torna-se de relevância fundamental verificar a ocorrência sempre presente de tentativas metodológicas de investigação, de intervenção, modelos lógicos, metodologias alternativas como soluções mágicas para resolver conflitos que já foram identificados na Grécia Antiga, mas que por uma questão moral e política são travestidos de revisionismos de reprodução temporal e espacial do futuro no presente.

A chamada transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade tem um impacto negativo fundamental sobre os conflitos relacionais nas organizações, pois se apresentam como perspectivas metodológicas para elucidação dos fenômenos relacionais, quando na verdade, pela ausência de bases científicas, não o são.

Sendo assim, diante da compreensão fenomenológica ou científica, não há como qualquer sustentação meramente empírica, metafísica, lógica, garantirem, com controle de resultados, a resolução de qualquer conflito, seja ele ambiental, empresarial, educacional, político territorial, econômico - financeiro, psicológico/psicopatológico de produção de conhecimento.

Para que se faça uma escolha dentre as escolhas existentes, considera-se aqui o alcance dos objetivos propostos, ao discutir as bases que re-fundamentam não só os conflitos relacionais das organizações, como toda a Teoria Geral da Administração, ao apontar uma antropologia possível para a elucidação dos objetivos geral e específicos desta pesquisa.

Também evidencia-se o avanço em relação a Chanlat ao mostrar que não basta mudar de antropologia, mas que, antes de tudo é preciso verificar a ontologia que subjaz a toda antropologia, como saída para a resolução dos conflitos humanos nas organizações, tomando o caminho contrário apontado pela psicanálise.

Se os pesquisadores da gestão empresarial estão espacialmente no mundo da globalização do mercado financeiro, de transações via comércio eletrônico, da biotecnologia, da nanotecnologia, por que será que em termos de conflitos relacionais, ainda sustentam seus processos de gestão temporalmente numa ontologia e numa antropologia do século XV? A resposta parece ser a necessidade permanente da manutenção da absolutização do saber-de-ser dos indivíduos numa perspectiva de um futuro a priori já determinado, com implicações no presente.

Desta forma, perspectivas metafísicas, como a ontopsicologia vêm sendo apontadas recentemente como propostas de resoluções de problemas da disciplina da psicologia nas empresas, ao garantirem que a ciência não conseguiu provar que o materialismo constitui a realidade mundana, ao apontar que a ciência deve ser substituída pela intuição. Parece que se está num período mágico, onde a resolução dos problemas dá-se por ações à distância, via mecanismos diversos, dentre eles, a espiritualidade empresarial, onde o problema está na alma da empresa, e não nas ocorrências objetivas, que sustentam às relações empresariais e delas com seus integrantes.

Assim, mais uma vez, por não se haver com uma reavaliação científica dos fundamentos que se utiliza para demarcar os objetos de investigação, não se tem como garantir que somente compreensões científicas sejam passíveis de se tornarem caminhos para intervenção com controle de resultados dos problemas relacionais nas organizações. Este ainda é um caminho a ser vencido.

Vive-se ainda em nossos dias um momento histórico, no qual fazer ciência e produzir conhecimento científico na Universidade está cada vez mais difícil. Pois o recurso à dúvida sistemática, a busca pelo infinito, o incomensurável, o intangível e o mágico, se consubstanciam como os princípios básicos da racionalidade científica do século XXI, não só no campo das organizações, como em todos os setores de pesquisas “ditas” científicas. Não se trabalha com demarcação disciplinar, definição de objeto, teoria e metodologia, qualquer encaminhamento que leve a algum resultado, mesmo sem controle, é tomado como passível de ser objeto de uma pesquisa científica.

O resultado de toda essa exposição aqui realizada remete a necessidade de continuidade de um trabalho que se direcione a distinguir os diferentes tipos de conhecimento e suas implicações objetivas em seus respectivos campos disciplinares, e não fundamentar ocorrências objetivas relativas aos conflitos relacionais, com outras demarcações didáticas e de fundamentações ontológicas, que não correspondem à natureza dos fenômenos descritos. Pois, antes de tudo, não se pode esquecer que todas essas implicações têm uma função psicofísica que pode complicar dinâmicas de personalidade de muitas pessoas e de seu futuro nas organizações, em termos de possibilidades de viabilização de ser dos mesmos e de seus projetos e desejos de ser.

5.2 Recomendações

Com base nas conclusões apresentadas situam-se as seguintes recomendações:

- ⇒ Reescrever a Teoria Geral da Administração re-fundamentando-a a partir da ontologia, antropologia, psicologia e epistemologia existencialista, e, portanto, científica, como

caminho para elucidação do fenômeno organizacional em todos os seus perfis relacionais;

- ⇒ Desenvolver através de Grupos de Pesquisas Científicas, ações que tenham por visibilidade a aplicação da Psicologia Científica para resolução de conflitos organizacionais, tanto no aspecto organizacional quanto no aspecto clínico;
- ⇒ Caracterizar a necessidade do processo de despsiquiatrização do método científico como caminho para uma prática científica em todas as áreas do conhecimento científico;
- ⇒ Desenvolver processos de ensino-aprendizagem empresariais, considerando a necessidade por parte dos indivíduos quanto a uma re-elaboração do seu saber-de-ser e da apropriação do conhecimento na cultura, em suas diferentes fundamentações e racionalidades, distinguindo-as do conhecimento científico, como possibilidade para resolução do sofrimento psíquico no trabalho e na vida de relações.
- ⇒ Rever necessariamente a partir da sustentação ontológica e antropológica dessa dissertação, toda a fundamentação metafísica que sustenta a gestão do conhecimento nas organizações, que se estrutura na base das crenças para garantir os diferentes tipos de conhecimento nas organizações, e garantir a tangibilidade, ou seja, o controle dos resultados, dos conhecimentos ditos na literatura como “intangíveis”.
- ⇒ Reavaliar as implicações dos resultados dessa pesquisa nos campos disciplinares da sociologia, antropologia, geografia, filosofia, administração, engenharia, economia, serviço social, história, psicologia orientados para o setor empresarial, com vistas a compreensão fenomenológica não só dos indivíduos nas organizações, mas também dos outros perfis relacionais nas organizações.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERG, Van den. **O paciente psiquiátrico** – esboço de uma psicopatologia fenomenológica.

5ª ed. São Paulo: Editora Psi II, 1999.

BERTOLINO, Pedro. **Entrevista concedida sobre a objetivação do sujeito no mundo.**

Florianópolis: 30/05/2004.

_____. **Entrevista concedida sobre a implicação noemático-noética.** Florianópolis:

11/09/2004.

_____. Antropologia e Ciência em Sartre. **Palestra realizada no IV Encontro de Psicologia realizado pelo Núcleo Castor.** Florianópolis: 28/10/2004.

_____. **Antropologia e Ciência em Sartre.** Palestra de Abertura do IV Encontro de Psicologia Existencialista, Florianópolis, 28/10/2004. Realização: Núcleo Castor. (mimeo)

_____. **Transcrição das aulas teóricas do Curso de Formação em Psicologia Existencialista,** cedidas pelo Núcleo Castor. (mimeo)

_____. **Sartre: ontologia e valores.** Porto Alegre, 1979. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre.

BERTOLINO, Pedro et al. **Psicologia no Brasil: Direções Epistemológicas.** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 1995.

_____. **As emoções.** Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 1998.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CASTRO, Fernando Gastal. **A problemática da definição do psíquico nas pesquisas de Wanderley Codo e colaboradores sobre o sofrimento psíquico no trabalho.** Florianópolis, 2001, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

- CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC – Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 8ª ed. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial. 1999.
- CHANLAT, Jean- Françoise. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol I. 3ª ed. . São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- _____. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol II. São Paulo: Editora Atlas, 1993.
- _____. **O indivíduo na organização – dimensões esquecidas**. Vol III. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- _____. **Ciências Sociais e Management – reconciliando o econômico e o social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1978.
- _____. **Gestão de Pessoas**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300 – 1800 uma cidade sitiada**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- DESCARTES, René. **Discurso do método; as paixões da alma**. 4a ed. Vol. I. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.
- DRUCKER, Peter. **Fator humano e desempenho**. São Paulo: Editora Pioneira, 1981.
- _____. **A administração na próxima sociedade**. São Paulo: Editora Nobel, 2002.
- ERLICH, Irene. **Contribuições do “Projeto- de- Ser” em Sartre para a Psicologia Orientação Profissional**. Florianópolis, 2002, Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FEYNMAN, Richard P. **Física em seis lições**. Editora Ediouro. Rio de Janeiro: 1999, 3ª ed.
- FRAGATA, Júlio. **A fenomenologia de Husserl - como fundamento da filosofia**. Livraria Cruz.,1959.

- HEIDBREder, Edna. **Psicologias do século XX**. Mestre Jou, São Paulo: 1981.
- JANTSCH, Ari Paulo. & BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade** – para além da filosofia do sujeito. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1995.
- JONES, Ernest. **Vida e obra de Sigmund Freud**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- LAING, Ronald. **O eu e os outros**. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986
- MANNONI, Maud. **A teoria como ficção**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- MASSON, Jeffrey Moussaief. **Atentado à verdade-** a supressão da teoria da sedução por Freud. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.
- NONAKA I. & TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das Organizações** – uma reconceituação das riquezas das nações. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- SARTRE, Jean-Paul. **Situações I**. Lisboa: Gallimard, 1947.
- _____. **Esboço de uma teoria das emoções**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1965.
- _____. **Sartre no Brasil – a conferência de Araraquara.**: São Paulo: Editora Paz e Terra - Unesp, 1986.
- _____. **Os Pensadores**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- _____. **O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.
- SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Novas Perspectivas para a Psicologia Clínica** – um estudo a partir da obra “Saint-Genet: comédien et martyr” de Jean-Paul Sartre. São Paulo, 2002. Tese, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SENGE, Peter. **A quinta disciplina**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.
- SEMLER, Ricardo. **Virando a própria mesa**. 49ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1988.

SPENCE, Donald P. **A metáfora freudiana**: para uma mudança paradigmática na psicanálise. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

SZASZ, Thomas S. **A ética da Psicanálise** – teoria e método de psicoterapia autônoma. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **A fabricação da loucura** - um estudo comparativo entre a Inquisição e o movimento de Saúde Mental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 - A.

_____. **Esquizofrenia** – o símbolo sagrado da psiquiatria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 - B.

_____. **O Mito da Doença Mental**. São Paulo: Zahar Editores,

_____. **Ideologia e Doença Mental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. **Escravidão Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Cruel Compaixão**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

WEBSTER, Richard. **Por que Freud errou** – pecado, ciência e psicanálise. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

WOOD Jr., Thomaz. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. São Paulo: **Revista de Administração de Organizações, set./out**, 1992.

Sites Consultados:

BERTOLINO, Pedro. **Razão e Ciência**: O impasse cartesiano. Disponível em: <<http://www.nuca.org.br/Home.htm>>. Acesso em: 02/10/2004.

_____. **Hipnotismo e Teatro: CHARCOT**

Disponível em: <http://www.nuca.org.br/Home.htm>. Acessado em: 30.10.2004

CAPELO, Fernanda de Mendonça. **O Holismo e as Psicoterapias Corporais no Final do Milênio.** Uma reflexão sobre a perspectiva da escolha consciente na busca de caminhos de autoconhecimento e de maior presença na vida.

Disponível em: <<http://www.batina.com/nanda/acpsist.htm>>. Acesso em 20/19/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Resumos biográficos. Pavlov**

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/ec-pavlov.html>>. Acesso em: 29/09/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Resumos biográficos. Mearlou-Ponty.**

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/fc-ponty.html>>. Acesso em: 19/10/2004.

COBRA, Rubem Queiroz. **Ronald Laing** – nota biográfica.

Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/ecp-laing.html>> Acesso em: 19/10/2004.

Executive Digeste – 50 nomes que marcaram – Kurt Lewin. ed. Nº 48. Disponível em:

<<http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes/ed48dossier1.html>> Acesso em: 28/10/2004

HERTELENDY, Susana. **O Holismo e as Psicoterapias Corporais no Final do Milênio.**

Uma reflexão sobre a perspectiva da escolha consciente na busca de caminhos de autoconhecimento e de maior presença na vida. Disponível em:

<http://www.artesdecura.com.br/REVISTA/Psicoterapia/holismo_psicoterapias.htm>.

Acesso em: 17/10/2004.

Marcos na História da Psicologia. Psicologia Virtual: Psicólogos :Skinner

<http://www.prof2000.pt/users/esam/PsicVirtual/Psicologos/Skinner.HTM>> Acesso em:

18/10/2004.

Ontopsicologia é crime. Disponível em: <http://www.ontopsicologia.com.br/> Acesso em: 15.10.2004

7 – BIBLIOGRAFIA:

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BERG, Van den. **Pequena Psiquiatria**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. **O que é psicoterapia**. São Paulo: Mestre Jou, 1979

BERTOLINO, Pedro et al. **A personalidade**. Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 1996.

_____. **O Imaginário**. Florianópolis: NUCA, ed. Independentes, 2001.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital Humano**. São Paulo : Atlas, 1994.

GORDON, Richard. **A assustadora história da medicina**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

HERSEY & BLANCHARD. **Psicologia para Administradores** – a teoria e as técnicas de liderança situacional.

LAINING, Ronald. **O eu dividido**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade**. Maximizando a qualidade de produtos e serviços através do desenvolvimento das pessoas. 12ª ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus Editora. s/d.

SARTRE. **A transcendência do ego**. Lisboa: Colibri, 1994.

_____. **O imaginário**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

_____. **Saint Genet** – ator e mártir. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 2002.

SENGE. **A quinta disciplina** – caderno de campo. Rio de Janeiro : Qualitymark, 1997.

SHARP, Anna. **A empresa na era do ser**. Rio de Janeiro : Rocco, 2000.

